Manual Compacto de
História

ENSINO FUNDAMENTAL

EXPEDIENTE

Presidente e editor	**Italo Amadio**
Diretora editorial	**Katia F. Amadio**
Editor-assistente	**Antonio Carlos Vilela**
Assistente editorial	**Sandra Maria da Silva**
Preparação	**Baby Abrão**
Revisão	**Elisabete Pereira** **Marcela Vaz**
Iconografia	**Luiz Fernando Botter**
Projeto gráfico	**Breno Henrique**
Diagramação	**Estudo Gráfico Design**
Produção gráfica	**Helio Ramos**

Todos os esforços foram feitos para identificar e confirmar a origem e autoria das imagens utilizadas nesta obra, bem como local, datas de nascimento e de morte de cada personalidade abordada. Os editores corrigirão e atualizarão em edições futuras informações e créditos incompletos ou involuntariamente omitidos. Solicitamos que entre em contato conosco caso algo de seu conhecimento possa complementar ou contestar informações apresentadas nesta obra.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schneeberger, Carlos Alberto

Manual compacto de história : ensino fundamental / Carlos Alberto Schneeberger. – 1. ed. – São Paulo : Rideel, 2010.

1. História (Ensino fundamental) I. Título.

10-08047 CDD-372.89

Índice para catálogo sistemático:
1. História : Ensino fundamental 372.89

ISBN 978-85-339-1649-4

© Copyright – todos os direitos reservados à:

EDITORA RIDEEL

Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
Cep 02519-000 – São Paulo – SP
www.editorarideel.com.br
e-mail: sac@rideel.com.br

EDITORA AFILIADA

Proibida qualquer reprodução, mecânica ou eletrônica, total ou parcial, sem a permissão expressa do editor.

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 8 1 0

SUMÁRIO

Capítulo 1
Introdução à História 11
A importância do estudo do passado 11

Capítulo 2
A Pré-História..... 19
Período Paleolítico 19
Período Neolítico 20

Capítulo 3
História antiga: antiguidade oriental 28
Antiguidade oriental 28
Os povos da Mesopotâmia 33
Hebreus 36
Fenícios 38
Persas..... 39

Capítulo 4
História antiga: antiguidade ocidental..... 45
Grécia antiga..... 45
Roma Antiga 51

Capítulo 5
Idade Média..... 65
Alta Idade Média..... 65
Baixa Idade Média..... 78

Capítulo 6
Idade Moderna: expansão marítima 90
Introdução..... 90
Expansão marítima europeia..... 90
Mercantilismo e sistema colonial 96

Capítulo 7
Idade Moderna: Renascimento 105
O Renascimento cultural europeu 105

Capítulo 8
Idade Moderna: Reforma 114
Reforma protestante e Reforma católica 114

Capítulo 9
Idade Moderna: absolutismo monárquico 124
O Absolutismo monárquico na Europa Moderna 124

Capítulo 10
Idade Moderna: Brasil colônia no século XVI 136
Brasil colônia no século XVI 136

Capítulo 11
Brasil colônia no século XVII 152
Interiorização da colonização portuguesa 152

Capítulo 12
O Século XVIII e a crise do Antigo Regime 163
O Iluminismo 163

Capítulo 13
Brasil colônia no Século XVIII 178
O século do ouro 178
Movimentos "nativistas" do século XVIII 181
Movimentos emancipacionistas 183

Capítulo 14
Idade Contemporânea 191
A Era das Revoluções. A Era dos Impérios. 191

Capítulo 15
A consolidação das novas potências 213
Os Estados Unidos no século XIX 213
A unificação da Itália e da Alemanha 216
O imperialismo no século XIX 217
O Japão e a Revolução Meiji 220
Imperialismo dos Estados Unidos 221
Imperialismo no século XIX - Conclusão 222

Capítulo 16
Brasil: Independência e Primeiro Império 227

Fase de emancipação (1808-1831) 227
Fase regencial (1831-1840) 238

Capítulo 17
Brasil: Segundo Império e República 250
O Segundo Império (1840-1889) 250

Capítulo 18
A Primeira Guerra Mundial e a ascensão do fascismo... 279
A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) 279
A Rússia revolucionária e o triunfo do comunismo 287
O triunfo do fascismo 293
Os Estados Unidos no entreguerras:
a Grande Depressão 304

Capítulo 19
República oligárquica e a era Vargas 318
O Brasil e a República oligárquica (1894-1930) 318
República Nova: a era Vargas (1930-1945) 335

Capítulo 20
Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria 348
A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) 348
O mundo pós-Segunda Guerra Mundial 361

Capítulo 21
O Brasil após a Segunda Guerra 393
A república populista no Brasil (1945-1964) 393
O governo militar (1964-1985) 401
A redemocratização no Brasil e a
Nova República (a partir de 1985) 409

Capítulo 22
O mundo contemporâneo 426
O fim do bloco comunista 426
Novas guerras no Oriente Médio 432
A evolução histórica da China comunista 436

Respostas dos Exercícios 444

1 Introdução à História

A importância do estudo do passado

A História nasceu da necessidade de os seres humanos conhecerem seu passado. Ela estuda não apenas as transformações sociais, como também a ação do homem sobre o meio ambiente.

A origem da palavra "história" é grega, e seu significado é "investigação". Os historiadores reconstroem o passado à luz das questões de sua época. Assim, o conhecimento do passado é constantemente reinvestigado.

O ser humano é, por natureza, um ser social. Cria e transmite conhecimentos a seus semelhantes, principalmente por meio da linguagem. Em grupo, gera costumes e integra-se socialmente. Sua vida em coletividade possui regras, variáveis no tempo e no espaço. Ao conjunto de todas essas características dá-se o nome de *cultura*, que pode ser definida, nesse sentido, como o modo de ser e viver de um determinado grupo humano. Ela é formada por elementos materiais (objetos, edificações, instrumentos, alimentação etc.) e não materiais (linguagem, costumes, formas de pensar, comportamento etc.).

1



Região da rua 25 de Março, no centro de São Paulo, 2009

2



Cidade de interior

É importante lembrar que a cultura não é estática. Ela sofre mudanças, lentas ou rápidas. Nas últimas décadas, as transformações têm sido extremamente rápidas. Quando ocorre uma alteração capaz de provocar uma ruptura com o passado, os historiadores utilizam a expressão "revolução". Por exemplo: a Revolução Industrial ocorrida inicialmente na Inglaterra, a partir da metade do século XVIII. Ela ocasionou profundas mudanças

econômicas, sociais, políticas e culturais, seja no país onde ela começou, seja posteriormente em todo o mundo.

Também é importante saber que ainda hoje há sociedades com padrões culturais bastante diferentes (grupos com modos de vida extremamente simples, ou complexas sociedades contemporâneas), sem que isso implique uma escala de valores (melhor, pior). Cada sociedade deve ser estudada e compreendida em sua realidade.

De que forma trabalham os historiadores para estudar o passado?

Numa concepção tradicional de História, eles deveriam produzir respostas às seguintes perguntas em relação ao passado: Quando aconteceu? Onde? Quem? Como? O quê? Para quê? Para quem? Numa concepção mais moderna, a investigação histórica surge de um tema ou problema relevante para o historiador. Assim, também a disciplina História está em constante transformação.

Por possuir um método de trabalho, a História é considerada uma ciência, mais especificamente, uma ciência humana. O material utilizado para estudar o passado é chamado *fonte* ou *documento histórico*, e ele pode ser escrito e não escrito, material e não material. Os documentos escritos – como cartas, diários, jornais, livros, inscrições feitas em blocos de pedras, madeira, cerâmica, osso etc. – são os mais usados pelos historiadores, acostumados a trabalhar com textos. São exemplos de documentos não escritos: imagens, esculturas, construções, instrumentos etc. Por meio dessas fontes, os historiadores analisam como era o grupo humano que as produziu, como ele vivia e pensava numa determinada época.

Mais recentemente, os historiadores têm também se utilizado de fontes orais, isto é, depoimentos de pessoas que participaram ou testemunharam, direta ou indiretamente, fatos históricos importantes. Ou mesmo relatos sobre como era a sua vida e a das outras pessoas, os hábitos, costumes, crenças, formas de pensar, gostos e valores de um tempo não muito distante.

Para conhecer um passado remoto, os historiadores recebem o auxílio de outros campos específicos de conhecimento, como:

a) Paleontologia, que estuda fósseis da chamada época pré-histórica.
b) Arqueologia, que estuda, por meio de escavações, os objetos de pedra, osso, cerâmica, metal, feitos pelos seres humanos.
c) Antropologia, que estuda as características físicas e culturais dos grupos em que se distribui o ser humano.
d) Química, que permite saber, por meio da análise conhecida como "carbono 14", a época em que um objeto foi produzido.

Atualmente, os historiadores também recorrem à Biologia, cuja análise de DNA permite conhecer a data de um fóssil. Por meio da análise do DNA das populações contemporâneas, os cientistas estão reconstruindo a nossa ascendência e até mesmo os deslocamentos de nossos antepassados mais remotos.

O problema histórico

A investigação histórica surge a partir de novas fontes, novos enfoques, novas interpretações ou da insatisfação com os conhecimentos existentes.

Não há nenhum grande processo (note bem: *processo*, e não *acontecimento*) histórico que não seja objeto de controvérsia em sua interpretação. A melhor interpretação é aquela que explica mais coisas, que leva em conta mais elementos, que está mais apoiada em evidências empíricas (dados).

Análise da temporalidade

O historiador trata o tempo histórico a partir de três categorias: a) a cronologia; b) a análise da mudança e da duração (ligada às regularidades e às rupturas no desenvolvimento das sociedades); b) a periodização (fixação de épocas para facilitar o entendimento dos processos históricos).

Uma definição possível de cronologia é a que a apresenta como um método para ordenar o tempo e situar os eventos na sequência em que ocorrem. É fundamental notar que o método cronológico é baseado na medição do tempo astronômico – em anos, meses, dias –, nos quais os movimentos humanos situam-se, numa sucessão de intervalos cíclicos. A cronologia é uma medição dessa sucessão, mas, de maneira nenhuma, uma definição de tempo.

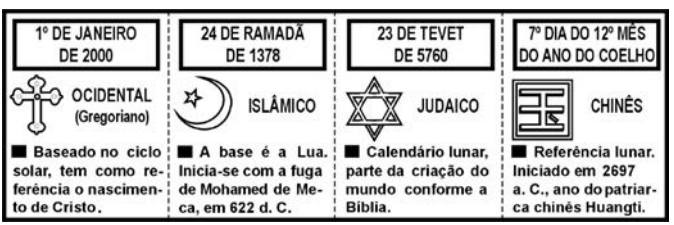
Com base na observação do ciclo dos astros, as diferentes culturas criaram concepções muito diversas do tempo. A diferença mais conhecida é aquela entre o tempo circular, baseado nos ciclos da natureza, e o tempo linear, a típica concepção do mundo ocidental, de origem judaico-cristã.

Sistemas cronológicos

Há muito foram criados diferentes tipos de calendário e neles os povos localizaram os acontecimentos à sua maneira, de acordo com suas tradições e sua religião. O mais utilizado atualmente é o cristão, que tem como base para a contagem do tempo o nascimento de Jesus Cristo. A sequência dos fatos que ocorreram antes do nascimento de Cristo tem ordem decrescente e é obrigatório o uso da abreviação "a.C.". Já os acontecimentos poste-

riores ao nascimento de Jesus Cristo têm ordem crescente, mas o uso da abreviação "d.C." é facultativo.

Os hebreus e seus descendentes, judeus e israelitas, tomam como ponto de partida o ano da criação do mundo, de acordo com o livro bíblico chamado Gênesis. O ano 5770 de seu calendário corresponde genericamente ao ano de 2009 do calendário cristão. Os islamitas (ou muçulmanos) tomam como ponto de partida um episódio ocorrido com o fundador de sua religião, Mohamed.[1] Esse episódio, a *hégira* (fuga de Mohamed de Meca para Medina), ocorreu no ano de 622 do calendário cristão. Assim, o ano de 2009 corresponde genericamente ao ano de 1387 do calendário muçulmano. O calendário chinês teve início em 2697 a.C. É importante saber que enquanto o calendário cristão é solar, o muçulmano, o hebreu e o chinês são lunares.



Saiba

Como determinar o século

a) Datas com um ou dois algarismos: sempre século I, antes ou depois de Cristo. Exemplo: "Em 31 a.C. Otávio derrotou Marco Antônio e tornou-se o primeiro imperador de Roma". Como "31" tem dois algarismos, ele está no século I antes de Cristo.

b) Datas com três algarismos: soma-se uma unidade ao primeiro algarismo. Exemplo: "Em 395, o Império Romano foi dividido em duas partes: Ocidental e Oriental". Somando 1 ao 3 (que é o primeiro algarismo de "395"), obtemos 4. Portanto, o ano de 395 está no século IV da nossa era.

1 Em língua portuguesa, Mohamed é conhecido como Maomé. Os muçulmanos, porém, afirmam que não há tradução para o nome do fundador de sua religião e que o nome original deve ser utilizado. Em respeito a eles, mantivemos o nome original, Mohamed.

c) Datas com quatro algarismos: soma-se uma unidade aos dois primeiros algarismos. Exemplo: "Em 1453, os turcos otomanos conquistaram Constantinopla". Somando 1 ao 14 (os dois primeiros algarismos de "1453"), obtemos 15. Portanto, o ano de 1453 está no século XV da nossa era.

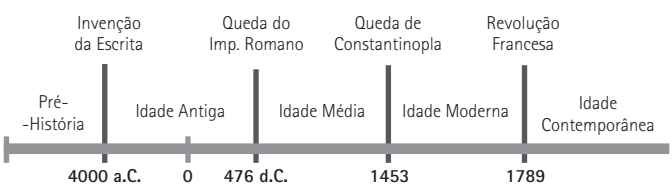
d) Datas terminadas em "00": basta "cortá-los" e considerar apenas os dois primeiros algarismos do ano. Exemplo: 1500 (século XV), 900 (século IX), 2000 (século XX). Portanto, o século XXI começou em 2001 e terminará em 2100.

Períodos da História

Os historiadores criaram dois grandes períodos: Pré-História e História, cada qual com suas subdivisões.

1. Pré-História: subdividida em Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais.
2. História: subdividida em Idade Antiga ou Antiguidade (começa com o surgimento da escrita, em cerca de 4000 a.C., e se estende até a queda do Império Romano Ocidental, em 476); Idade Média (vai de 476 até a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453); Idade Moderna (de 1453 até o início da Revolução Francesa, em 1789); Idade Contemporânea (de 1789 até os dias atuais).

Há historiadores que preferem outros fatos para determinar o início da Idade Média, da Idade Moderna e da Idade Contemporânea. É importante notar que a periodização, a delimitação de espaços temporais, em função de uma certa homogeneidade histórica, é uma questão fundamental para a escrita da História.



Linha do tempo (concepção linear)

Uma referência básica para esta unidade é o livro *La investigación histórica: teoria y método*, de Julio Aróstegui. Barcelona: Crítica, 1995.

Teste seu saber

1. **Indique falso (F) ou verdadeiro (V) para as seguintes frases:**
   a) A História é, por excelência, o estudo do passado.
   b) O passado é algo estático e acabado.
   c) O estudo do passado permite se conhecer a ação transformadora do homem sobre o meio ambiente.
   d) O estudo do passado sofre influência das condições do presente.

2. **Assinale a proposição falsa.**
   a) A História pertence ao grupo das Ciências Humanas.
   b) Todas as ciências possuem um método de trabalho.
   c) As fontes orais não são objeto de estudo dos historiadores.
   d) Os documentos históricos são fundamentais para o resgate do passado.

3. **Assinale a proposição verdadeira.**
   a) Para os historiadores, o conceito "revolução" somente se aplica a fatos políticos.
   b) Os documentos não materiais são os mais importantes para a reconstrução do passado.
   c) Tem crescido a importância do uso de fontes orais para o resgate do passado.
   d) A disciplina História não é estática e acabada.

4. **Sobre as ciências que auxiliam um historiador no conhecimento do passado, pode-se indicar:**
   a) A Arqueologia, que estuda fósseis da chamada época pré-histórica.
   b) A Paleontologia, que estuda as características físicas e culturais dos grupos.
   c) A Antropologia, que estuda, por meio de escavações, os objetos de pedra, osso, cerâmica, metal, feitos pelos seres humanos.
   d) A Química, que permite se saber quando um documento foi produzido.

5. **Sobre o estudo do passado, não é correto informar que:**
   a) a melhor interpretação de um fato se apoia em dados evidentes.
   b) o conhecimento do passado não está sujeito a novos enfoques.

c) os processos históricos estão sujeitos a controvérsia.
d) uma nova interpretação do passado tem relação com a insatisfação de um historiador em relação ao conhecimento dominante.

6. **Sobre a cronologia, é válido dizer que:**
   a) a periodização facilita o entendimento dos processos históricos.
   b) o método cronológico não tem relação com o tempo astronômico.
   c) a cronologia é uma definição de tempo.
   d) a cronologia não leva em consideração o movimento dos astros.

7. **Assinale a frase errada:**
   a) A era cristã se inicia com o nascimento de Jesus.
   b) O calendário judaico se apoia no livro bíblico Gênesis.
   c) O calendário chinês, de base lunar, é o mais antigo.
   d) A era muçulmana é a mais recente.

8. **Indique o século correspondente:**
   a) 323 a.C. _____
   b) 44 a.C. _____
   c) 753 _____
   d) 1889 _____
   e) 2011 _____

9. **Sobre a periodização da História, indique a proposição incorreta:**
   a) A Pré-História é constituída de dois períodos: o Paleolítico e o Neolítico.
   b) Há uma certa homogeneidade nos períodos em que se divide a História.
   c) A Idade Média durou cerca de mil anos.
   d) A Revolução Francesa encerra a Idade Moderna e inicia a Idade Contemporânea.

Descomplicando a História

Assinale a proposição falsa.

a) A transmissão do conhecimento de uma geração para outra é feita principalmente pela linguagem.
b) Somente os seres humanos são dotados de cultura.
c) A cultura é constituída apenas de elementos não materiais.
d) Os grupos humanos se diferenciam pelo seu padrão cultural.

Comentário:

A cultura é constituída de elementos materiais e não materiais (ou imateriais). Exemplos de elementos culturais não materiais: costumes, folclore, língua, pinturas, esculturas, construções, objetos, instrumentos etc. **Alternativa correta**: c.



A Pré-História

Para os historiadores, a Pré-História começa com os primeiros passos da evolução cultural do homem (cerca de 600 mil a.C.) e se encerra com o aparecimento da escrita (cerca de 4 mil a.C.). Porém, essa divisão é aplicada apenas para a região do Crescente Fértil, no Oriente Médio, onde surgiram as primeiras grandes civilizações. É importante lembrar que ainda hoje há povos que não conhecem a escrita (chamados de povos iletrados ou ágrafos).

O conhecimento da Pré-História decorre das pesquisas de diversas ciências, em especial a Arqueologia e a Antropologia. Nesse longo período, houve uma lenta, mas importante, transformação física e cultural do ser humano.

Período Paleolítico

Esse período também é conhecido como Idade da Pedra Lascada. Os seres humanos viviam na dependência da natureza. Como nada produziam para sua subsistência, eram coletores. Viviam da caça, da pesca e da coleta (frutos, ovos e raízes). Para sobreviver, produziam instrumentos rudimentares usando ossos, conchas, chifres, dentes de grandes animais, madeira e principalmente lascas de pedra (sílex), mais duras e resistentes. Utilizavam, na caça e na defesa, lanças, arcos e flechas. Viviam em grupos nômades e abrigavam-se em cavernas, sob copas de árvores e em cabanas rústicas. Usavam peles de animais para confeccionar roupas. O domínio do fogo foi provavelmente o avanço mais importante, pois lhes permitiu aquecer-se, cozinhar alimentos e defender-se de animais perigosos.

Os primeiros seres humanos surgiram na África, mas, em decorrência do modo de vida nômade, mudanças na paisagem, necessidade de alimentos, seus descendentes ocuparam lentamente os demais continentes. Outro avanço importante foi a passagem da linguagem gutural para a articulada, à medida que o homem associava sons a ações e objetos. No final do período, produziram pequenas esculturas femininas e pinturas rupestres (pinturas nas paredes das cavernas). Os estudiosos acreditam que elas estariam associadas a rituais de magia: as estatuetas, aos cultos de fertilidade; e as pinturas rupestres, para obter sucesso na caça. Ambos refletiriam preocupação pela sobrevivência.

3



Biface triangular, ferramenta de pedra talhada

Período Neolítico

Essa fase também é conhecida como Idade da Pedra Polida. Embora tenha sido definido como um período bem mais curto do que o anterior, seus avanços técnicos foram mais rápidos. Nele surgiram os primeiros objetos de cerâmica e a tecelagem (utilizavam-se fibras animais e vegetais). Certamente, o principal acontecimento foi o aparecimento da agricultura, chamada pelos historiadores de Revolução Agrícola (domesticação do trigo, cevada, arroz e milho), em virtude das transformações que esse fato provocou, como a sedentarização das pessoas, isto é, sua fixação em determinados locais. Diversos animais foram domesticados, como bois, porcos, cabras, ovelhas, jumentos, cachorros e gatos.

4



Construções Megalíticas, no Reino Unido

Assim, passou-se da coleta para a produção dos meios de subsistência. Como resultado, os grupos mais evoluídos, ao se sedentarizar, criaram as primeiras comunidades (aldeias), algumas das quais mais tarde se tornariam cidades. Em consequência da maior oferta e variedade de alimentos e matéria-prima, os seres humanos multiplicaram-se. Nas aldeias, surgiu uma forma simples de governo (chefia exercida diretamente pelos mais experientes). No final do período, apareceram as primeiras sepulturas, que revelavam cuidado com os mortos, e os primeiros monumentos de pedra (menires e dolmens), associados à ideia de uma vida após a morte física. As crenças religiosas eram materializadas em totens (geralmente, esculturas do animal protetor da aldeia), elementos de união do grupo.

Idade dos Metais

É o período mais curto dos três que compõem a Pré-História. Alguns grupos descobriram a técnica de fusão do cobre, minério encontrado na natureza. Os instrumentos de trabalho e de luta tornaram-se mais numerosos, maleáveis e resistentes com o uso do bronze (uma liga de cobre e estanho) e, finalmente, do ferro (o mineral mais resistente). Ampliaram-se as diferenças sociais, iniciadas no Neolítico, entre homens e mulheres. No final da Idade dos Metais, surgiram, no Oriente Médio, as primeiras cidades-estado, governadas por um rei-sacerdote, bem como as primeiras sociedades escravistas. Com a invenção da roda e dos moinhos giratórios, foi possível abastecer os primeiros centros urbanos. A religião deixou de ser apenas um meio de obter ajuda sobrenatural, por meio de sacrifícios, para adquirir um caráter mais espiritual. O surgimento da escrita, a partir de desenhos (escrita pictográfica), pela sua importância, encerra a chamada Pré-História.

A Pré-História da América

Embora houvesse povos que conheciam a escrita (como os maias e os astecas), é comum historiadores empregarem a expressão "Pré-História da América" para identificar o período anterior à chegada da expedição de Cristóvão Colombo ao nosso continente (1492). Outros preferem a expressão "América Pré-Colombiana". É ainda importante saber que os habitantes do continente americano foram chamados de "índios" por Cristóvão Colombo, que, ao alcançar a América, pensou ter chegado às Índias, seu real objetivo.

No século XIX, com o desenvolvimento das ciências naturais (especialmente da Biologia), ampliou-se o debate sobre a origem do indígena americano: seria ele originário desse continente (teoria do autoctonismo) ou teria vindo de outra região?

O avanço das pesquisas no campo da Antropologia e da Arqueologia negou a hipótese do autoctonismo. Surgiu, assim, uma questão: "Então, de onde teriam vindo os índios?" Foram elaboradas diversas hipóteses.

a) Origem asiática: grupos nômades asiáticos, pertencentes ao grupo mongol ("amarelos"), teriam atravessado o estreito de Bering e alcançado o Alasca, no norte da América, pelo Alasca. Aos poucos, foram ocupando o continente em direção ao sul.

b) Origem malaio-polinésia: habitantes de ilhas na Polinésia teriam navegado pelo oceano Pacífico e alcançado a costa ocidental da América do Sul.

c) Origem australiana: nativos australianos teriam alcançado a América do Sul por mar.

No atual nível de pesquisa, os cientistas dão destaque à origem asiática do primitivo habitante da América, sem descartar totalmente as demais hipóteses. A América teria sido povoada a partir de 10 mil anos a.C., quando terminou a última glaciação. Porém, em décadas recentes, estudiosos têm sugerido datas bem mais remotas (cerca de 50 mil a.C.).

Sabe-se que havia, entre os povos que habitavam a América, antes da chegada de Colombo, enorme diversidade cultural: haveria, em 1500, cerca de duas mil línguas. Esses podem ser classificados em dois grandes grupos culturais:

a) Povos nômades: coletores, ocupavam a maior parte do continente, como os tupis-guaranis e os jês, no território que hoje é o Brasil; os pueblos, comanches e chaienes na América do Norte; os caraíbas, nas Antilhas e no norte da América do Sul. Viviam em aldeias que, em geral, abandonavam quando os meios de subsistência na região escasseavam.

b) Povos sedentários: com complexa organização econômica, política e social, possuíam cidades-estado dominadas por sacerdotes e guerreiros. Tinham na agricultura a base de sua economia (plantação de milho, feijão, batata, algodão etc.). Desenvolveram a escrita, ergueram enormes edificações e dominaram povos vizinhos, obrigados a pagamento de tributos, constituindo verdadeiros impérios. Entre eles estavam os maias (que habitavam a América Central e parte do México); os astecas (que dominaram o planalto mexicano) e os incas, na região da Cordilheira dos Andes (especialmente onde hoje se localizam o Peru e a Bolívia). Estes últimos domesticaram algumas espécies de animais, como a lhama, que fornecia matéria-prima (lã), leite, carne e era usada para transporte. No entanto, nenhum povo pré-colombiano conhecia a fusão do ferro, nem a roda.

É cada vez mais comum o uso da expressão "ameríndio" para identificar os habitantes da América antes da chegada dos europeus.

5



Machu Picchu

6



Vista da Pirâmide do Sol em Teotihuacan, México

7



Templo de Tikal (Guatemala), 2006

A Pré-História do Brasil

Essa época refere-se aos grupos étnicos que habitavam o Brasil quando da chegada de Cabral (em 1500), também conhecidos como brasilíndios. Mas essa expressão também pode ser aplicada a esses grupos mesmo depois de 1500, enquanto eles mantiveram seu modo de vida tradicional. Nenhum grupo brasilíndio conhecia formas de escrita. E os estudiosos estimam que seu número variava de cinco a nove milhões de pessoas, irregularmente distribuídas pelo território.

Havia grandes diferenças, mas também grandes semelhanças entre eles. Nômades (ou seminômades), viviam principalmente da caça, da pesca e da coleta. Diversos grupos praticavam uma agricultura rudimentar, voltada ao abastecimento próprio (economia de subsistência). Plantavam principalmente mandioca e milho, e o trabalho era uma atividade coletiva. As diferenças eram determinadas pelo sexo, cabendo aos homens as tarefas mais pesadas e perigosas (limpeza do solo, construção da oca, defesa e ataque). Desconheciam a propriedade particular e sua sociedade era igualitária (não existiam camadas sociais).

As aldeias eram construídas no litoral ou próximas às margens de rios. Um conjunto de ocas formava uma taba; as tabas, uma tribo, e as tribos, uma nação. As aldeias eram governadas por um chefe (*morubixaba*, na língua tupi), assessorado por um conselho formado pelos homens mais

idosos. Algumas tribos praticavam a antropofagia durante rituais religiosos. Acreditavam que as qualidades positivas do sacrificado eram absorvidas por quem os ingeria.

Tomando como base a língua, os brasilíndios podem ser classificados em quatro grandes grupos: os aruaques e os caraíbas, que habitavam a Amazônia; os tupis, que viviam especialmente no litoral sul-sudeste; e os jês (ou tapuias), do interior (Planalto Central).

8



Uma pintura mural. A cena à esquerda é normalmente interpretada como uma mulher dando à luz

O conhecimento dos grupos indígenas já desaparecidos é obtido por meio de pesquisas arqueológicas e antropológicas. Um dos locais preferidos pelos pesquisadores são os sambaquis, grandes montes de conchas, cujos moluscos serviam de alimento. Os sambaquis eram utilizados como local de sepultamento. Neles, é comum encontrar restos materiais da cultura dos povos que amontoavam as conchas. Mais recentemente, ganhou destaque e importância o sítio arqueológico localizado no Parque da Serra da Capivara, no estado do Piauí. Os pesquisadores que estudam as pinturas rupestres e outras fontes materiais da região estimam que ali a presença humana data de mais de 50 mil anos. Essa datação é ainda discutida pela comunidade científica.

Teste seu saber

1. **Para o resgate da Pré-História é fundamental o auxílio da:**
   a) Geografia
   b) Numismática (estudo de moedas)
   c) Paleografia (estudo de documentos escritos)
   d) Arqueologia

2. **Sobre o Período Neolítico, não é válido afirmar:**
   a) Embora bem mais curto do que o Paleolítico, seus avanços técnicos foram acelerados.
   b) Cerâmica, tecelagem e domesticação de animais surgiram nesse período.
   c) Diminuiu a dependência do homem em relação à natureza.
   d) A sedentarização dos seres humanos levou, posteriormente, ao aparecimento da agricultura.

3. **A sedentarização do homem provocou:**
   a) o aparecimento dos aglomerados urbanos.
   b) a diversificação das atividades econômicas.
   c) o relacionamento comercial entre os homens.
   d) todas as alternativas.

4. **A formação do aglomerado urbano exigiu:**
   a) o estabelecimento de órgãos de governo.
   b) o aparecimento de crenças religiosas.
   c) a localização do homem nos vales fluviais.
   d) a transformação da cidade-estado em Império.

5. **Elemento de união do grupo durante o Neolìtico:**
   a) Sepultura.
   b) Escultura.
   c) Totem.
   d) Pintura.

6. **Assinale as proposições corretas sobre a Idade dos Metais:**
   a) Algumas comunidades desenvolveram a técnica da metalurgia, trabalhando o cobre, o bronze e o ferro.
   b) Diversos grupos humanos passaram a se organizar em núcleos maiores, como as cidades, sob a chefia de um rei-sacerdote.

c) A religião deixou de ser mais espiritual para assumir um caráter mais imediatista.
d) As diferenças sociais entre homens e mulheres se ampliaram.

7. **Sobre a chamada "América Pré-Colombiana", é FALSO dizer:**
   a) Refere-se ao período anterior à chegada da expedição comandada por Cristóvão Colombo ao nosso continente.
   b) Autoctonismo significa a pessoa ou povo que é originário da própria região onde vive.
   c) Nenhum povo da América Pré-Colombiana alcançou o estágio de civilização.
   d) Embora haja várias hipóteses sobre o povoamento da América Pré-Colombiana, os cientistas dão maior importância à rota Bering-Alasca.

8. **Na América Pré-Colombiana, havia povos sedentários e povos nômades. Assinale a proposição correta.**
   a) Embora houvesse diversos povos, sua cultura era bastante semelhante.
   b) Os povos nômades viviam da caça, coleta e da atividade agrícola.
   c) Maias, astecas e incas formaram vastos impérios.
   d) Povos ameríndios mais evoluídos desconheciam a escrita, mas não a fusão do ferro.

9. **Assinale com um X a alternativa considerada correta sobre as civilizações sedentárias ameríndias:**
   a) Desenvolveram-se ao mesmo tempo e na mesma área geográfica.
   b) Relacionaram-se com povos vizinhos somente por meio do comércio.
   c) Os maias foram os únicos a domesticar animais.
   d) Tinham na atividade agrícola a base da sua economia.

10. **Sobre os brasilíndios que habitavam nosso país antes da chegada da expedição cabralina, é correto afirmar que:**
    a) mulheres e homens desempenhavam as mesmas atividades.
    b) eram todos iletrados.
    c) havia grupos nômades, seminômades e sedentários.
    d) foram os tupis os que mantiveram os primeiros contatos com os europeus.

Descomplicando a História

Assinale a proposição que não caracteriza o Período Paleolítico.

a) Preocupado com a sua sobrevivência, os seres humanos nada produziram no campo artístico.
b) O domínio do fogo foi, para muitos estudiosos, o principal avanço dos seres humanos.
c) Os grupos humanos eram nômades e viviam basicamente da caça, pesca e coleta.
d) Outro avanço significativo foi a passagem da linguagem gutural para a articulada. Assim, era possível a transmissão de conhecimentos.

Comentário:

Na parte final do Período Paleolítico foram produzidas importantes obras artísticas, como pequenas estatuetas femininas (que podiam estar associadas a culto de fertilidade) e pinturas rupestres (especialmente de animais, para obtenção de sucesso na caça). Essas manifestações artísticas estariam ligadas à preocupação com a sobrevivência do grupo. **Alternativa correta**: a.

3 História antiga: antiguidade oriental

Serão apresentadas a seguir aquelas que são consideradas as grandes civilizações da Antiguidade, em seus principais aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Essa subdivisão tem apenas efeito didático, já que todos os aspectos se sobrepõem.

Antiguidade oriental

O Egito antigo

O Egito se localiza no nordeste da África, numa região desértica. Graças ao rio Nilo, que nasce no interior do continente, é possível a presença humana tanto no vale como, principalmente, no delta. No início do Neolítico, grupos humanos se estabeleceram nas margens férteis do rio e construíram aldeias (chamadas nomos), cuja base econômica era a agricultura e a pesca.



Durante as enchentes anuais, nos meses de julho a outubro, as águas do Nilo cobriam as margens e nelas depositavam um rico fertilizante (húmus ou limo), que permitia o aproveitamento das terras. Nos meses que se seguiam às enchentes, era feita a semeadura. A terra fértil garantia uma grande produção de alimentos. E, para ampliar a produção, o povo egípcio construiu canais de irrigação e diques para armazenar água. Ficou famosa a frase de Heródoto, historiador grego, que escreveu no século V a.C.: "O Egito é um presente do Nilo". Mas é importante lembrar que o aproveitamento dessas condições favoráveis exigia um grande esforço e um trabalho disciplinado do povo egípcio.


10

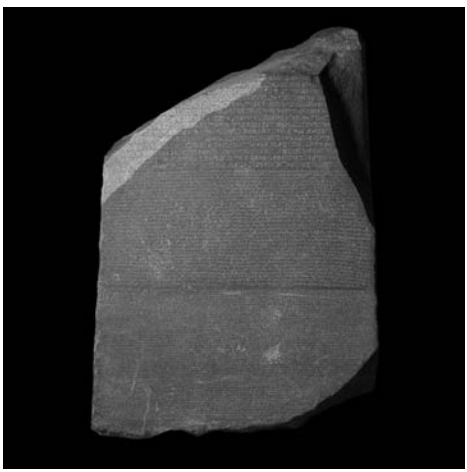
Paisagem do Egito, mostrando o Rio Nilo e sua margem

Os desertos que cercavam o vale e o delta isolavam o Egito e davam segurança à sua população. Durante séculos, após a unificação política, não ocorreu nenhuma invasão ao país, o que permitiu o desenvolvimento de uma civilização original e estável.

O estudo da civilização egípcia antiga chama-se egiptologia. Até o começo do século XIX, conhecia-se a história do Egito apenas por informações de outros povos: hebreus, gregos e romanos. Embora os egípcios antigos tivessem criado uma forma de escrita, chamada pelos gregos de

"hieróglifos" ("escrita sagrada"), ela só foi decifrada pelo arqueólogo francês Champollion no ano de 1822. Ele estudou durante anos um bloco de basalto negro, conhecido como Pedra de Roseta, no qual estava gravado um texto em três escritas diferentes (em grego, em demótico e em hieróglifos). Ao comparar os hieróglifos com as palavras gregas, Champollion acabou por decifrar a escrita do antigo Egito. A partir de então, ampliaram-se enormemente o interesse e o conhecimento da civilização egípcia antiga.

11



A Pedra de Roseta, De Fort St Julien, el-Rashid (Roseta), Egipto. Período Ptolomaico, 196 a.C.

Unificação política

As aldeias (nomos) eram unidades autônomas e soberanas, governadas por reis. Com o crescimento da população, houve a multiplicação dos nomos e o aumento das relações entre eles. Durante séculos, alguns nomos ampliaram seu domínio, o que resultou na formação de dois grandes reinos: o do Alto Egito (ao longo do vale) e o do Baixo Egito (na região do delta do Nilo). Por volta do ano 3200 a.C., um soberano do Alto Egito, Menés, unificou os dois reinos.

A história política do Egito antigo pode ser dividida em três grandes fases:

a) Antigo Império (3200-2200 a.C.), com capital em Mênfis. Foi a época da construção das grandes pirâmides. Na periodização criada pelos historiadores, essa fase termina com as revoltas da nobreza e a quebra da unidade política.

b) Médio Império (2000-1750 a.C.). Fase iniciada com o restabelecimento da autoridade do faraó e com capital em Tebas. Essa fase termina em decorrência da conquista do Egito pelos hicsos, povo semita de origem asiática. Estes utilizavam carros de guerra puxados por cavalos, animais desconhecidos dos egípcios. Os hicsos dominaram o Egito por quase 200 anos, do que se aproveitaram os hebreus, outro povo semita, para nele se estabelecer, em decorrência da necessidade de alimentos.

c) Novo Império (1580-1085 a.C.). Começa com a expulsão dos hicsos e com o restabelecimento da soberania egípcia. Nessa fase, os faraós mais poderosos (Tutmés III e Ramsés II) lançaram-se à expansão territorial e à conquista de outros povos. No século XI, revoltas da classe sacerdotal e da nobreza puseram fim à unidade política.

Em 662 a.C., o Egito foi conquistado pelos assírios, povo semita que vivia na Mesopotâmia. Seguiram-se a conquista persa, a grega e a romana – esta a partir de 30 a.C.

Economia, política e sociedade

Como resultado de sua grande produção agrícola, o Egito era considerado o celeiro da região mediterrânea. Os egípcios cultivavam trigo, cevada, algodão, lentilha, legumes, frutas e papiro, com o qual faziam uma espécie de papel de boa qualidade. Também se destacava a criação de bois, carneiros, cabras, porcos e aves, como gansos e patos. No setor artesanal, deve ser destacada a produção de barcos, cerâmica, tecidos, objetos de vidro, couro, bronze e ouro.

Durante as fases imperiais, a administração era fortemente centralizada. O faraó, soberano máximo, considerado um deus vivo, tinha um poder político praticamente ilimitado. Ele era o chefe militar, o juiz e o legislador, considerado o responsável pelas cheias anuais do rio Nilo e pelo sucesso da produção.

O faraó e sua família constituíam a parte mais elevada da pirâmide social. Logo abaixo, vinha a camada sacerdotal, numerosa devido à existência de muitos templos e à intensa religiosidade.



12 Monumental estátua do rei egípcio Ramsés II, Egipto, 2003

Ao lado dos sacerdotes situava-se a nobreza, que participava da administração civil e militar e era formada pelos antigos chefes dos nomos. Ao longo do tempo, diversos cargos, inclusive os religiosos, tornaram-se hereditários. A elite social gozava de inúmeros privilégios, como a isenção de pagamento de impostos e o recebimento de tributos.

Os funcionários reais, bastante numerosos, eram responsáveis pelo controle das plantações e dos rebanhos, e pelas construções. Entre eles se destacavam os escribas. Por saber ler e escrever, eles registravam o volume da produção e calculavam a cobrança de tributos. Importante: um dos primeiros usos da escrita foi na contabilidade e na administração.

A base da pirâmide social era composta por artesãos e camponeses, que constituíam a grande maioria da população e viviam em estado de servidão. Os escravos, geralmente oriundos de guerras, tornaram-se mais numerosos a partir do final do Médio Império.

Além de garantir a produção de alimentos, os camponeses eram recrutados, no período das enchentes, para trabalhar nas grandes construções (pirâmides, templos e palácios).

Religião e cultura

Os egípcios acreditavam que a vida tinha continuidade depois da morte e que o espírito (*ba*) voltaria para ressuscitar o morto. Portanto, como era preciso preservar os corpos dos mortos, construíram túmulos e desenvolveram processos de mumificação. Politeístas, cultuavam um enorme número de deuses. Adoravam os astros, como o Sol e a Lua, e também atribuíam caráter divino a diversos animais (cães, gatos, escaravelhos, crocodilos, touros e vacas). Nas cerimônias fúnebres, era lido o *Livro dos mortos*, com relatos sobre a vida do defunto. O processo de mumificação variava segundo a riqueza das pessoas.

13

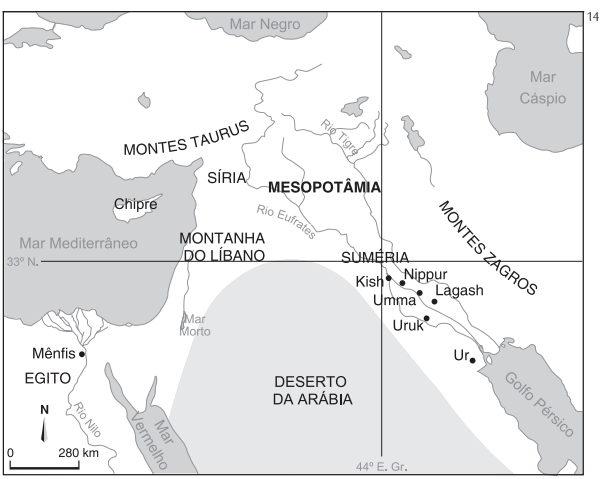


Pirâmides de Gizé sob as nuvens à tarde

Com a decifração dos hieróglifos, os historiadores tomaram conhecimento do notável saber egípcio em diversas áreas: na medicina, descrições anatômicas, práticas cirúrgicas, produção de remédios; na astronomia, calendários, estações climáticas, constelações; na matemática, as diversas operações (soma, subtração, multiplicação e divisão), o cálculo de área do triângulo, o quadrado e o retângulo; na arquitetura, a utilização de plantas em construções.

Os povos da Mesopotâmia

A área localizada entre os rios Tigre e Eufrates era conhecida na Antiguidade por Mesopotâmia (em grego antigo, "terra entre rios"). Corresponde ao atual Iraque. Como é uma região aberta (ao contrário do Egito), de transição entre o Oriente Médio e o planalto do Irã, ela atraiu diversos povos e foi ocupada (em geral, de modo violento) por eles, o que justifica a expressão "povos da Mesopotâmia". Entre estes, destacaram-se os sumérios, babilônios, assírios e caldeus.



Mapa da Mesopotâmia

À semelhança do Nilo, anualmente os rios Tigre e Eufrates transbordavam (em decorrência do derretimento do gelo em suas cabeceiras) e fertilizavam as margens. Para alargar a área fertilizada, também eram construídos canais, barragens e diques.

Os sumérios foram provavelmente o primeiro povo a utilizar a escrita, feita em placas de argila úmida (depois secas pelo calor solar). Para escrever, utilizavam uma cunha, daí a expressão "escrita cuneiforme". O estudo dessas placas é a principal fonte de conhecimento da história dessa região na Antiguidade.

Acredita-se que ocorreu na Mesopotâmia a construção das primeiras cidades-estado, protegidas por muralhas de barro. Durante o domínio dos sumérios, não houve unificação política da Mesopotâmia. Cada cidade-estado era politicamente autônoma, dominando a região a seu redor. As principais eram Ur, Uruk, Lagash e Nipur.

Com a fundação e a expansão da cidade-estado da Babilônia, houve a conquista e a unificação política da Mesopotâmia, especialmente durante o reinado de Sargão I (cerca de 2330 a.C.). Um dos reis do domínio babilônico foi Hamurabi, famoso por determinar a elaboração de um dos primeiros códigos de leis da História, conhecido como *Código de Hamurabi*. Gravado em pedra, ficava exposto no pátio do templo para ser consultado pela população. Composto de 282 artigos, legislava sobre diversas questões (divórcio, indenização, serviços médicos). Parte dos artigos deu origem a expressões como "lei do talião" e "olho por olho, dente por dente". Ou seja, aplicava-se ao réu castigo semelhante ao dano causado à vítima, ou obrigava-o à indenização. Observe alguns exemplos:

> Art. 196: Se uma pessoa destruir o olho de outra, terá seu olho destruído.
>
> Art. 198: Se uma pessoa destruir o olho ou o osso de alguém que pertença a uma camada social inferior, pagará 500 gramas de prata.

Entre os séculos XIII a.C. e VII a.C., utilizando armas de ferro e carros de combate puxados por cavalos, os assírios conquistaram toda a Mesopotâmia e territórios vizinhos. Eram temidos devido às pilhagens e à violência aplicadas aos povos conquistados, como o corte de orelha e o vazamento dos olhos. Os prisioneiros de guerra eram transformados em escravos. Essa crueldade provocou o ódio dos outros povos. Em 612 a.C., quando ocorreu a queda do Império Assírio, grande parte da população assíria foi massacrada pelos caldeus.

O principal rei do Império Caldeu (também chamado II Império Babilônico) foi Nabucodonosor. Governou de 604 a 562 a.C. e promoveu a construção dos famosos Jardins Suspensos da Babilônia, uma das sete maravilhas do mundo antigo. Eram terraços ajardinados feitos em planos elevados. Nabucodonosor teria mandado construir a Torre de Babel. Promoveu conquistas militares, com destaque para a tomada de Jerusalém, em 586 a.C. Muitos hebreus foram levados para a Babilônia

como escravos, episódio conhecido na história judaica como Cativeiro da Babilônia.

Porém, esse império teve duração curta. Em 539 a.C., os persas anexaram a Mesopotâmia ao seu império.

Realizações culturais

Os sumérios se destacaram na matemática: divisão e multiplicação, cálculo de raízes quadrada e cúbica; criaram o sistema sexagesimal, aplicado na divisão de hora, minutos e segundo; divisão do círculo em 360 graus; na astronomia, previram eclipses. Transformaram a astronomia em astrologia. E, para observar os astros, construíram enormes templos, chamados zigurates. Seu calendário era bem semelhante ao atual: o ano dividido em doze meses; a semana, em sete dias; e o dia, em dois períodos de doze horas.

Os povos da Mesopotâmia eram politeístas, e os deuses geralmente ligados a elementos da natureza. Os templos, construídos em terrenos elevados, serviam também para a realização de sacrifícios, com o objetivo de garantir boas colheitas e diminuir os desastres naturais.

Durante o governo do rei assírio Assurbanipal, havia em seu palácio, na cidade de Nínive, uma imensa biblioteca, com milhares de placas de argila.

15



Jardins Suspensos da Babilônia – gravura do século XVI do artista holandês Martin Heemskerck

Hebreus

A *Bíblia* é, tradicionalmente, a principal fonte para a história desse povo. Mais recentemente, pesquisas arqueológicas têm contribuído muito para o conhecimento do passado hebraico.

Sabe-se que os hebreus (mais tarde conhecidos como judeus) são um povo pertencente ao grupo semita. Por volta de 2000 a.C., Abraão, seu patriarca, vivia na cidade-estado de Ur, na Mesopotâmia. Após realizar um pacto com Jeová (ou Javé), cujo símbolo é o ritual da circuncisão, conforme o livro bíblico do Gênesis, do Antigo Testamento, Abraão migrou para Canaã, uma estreita faixa de terra entre o mar Mediterrâneo e o rio Jordão. Lá, os hebreus dedicaram-se à agricultura e principalmente à criação de animais (pastoreio).

A região, localizada na rota de comunicações entre o Egito e a Mesopotâmia, era sistematicamente disputada por diversos povos. Assim, era palco de constantes guerras.

Três séculos depois (1750 a.C.), atormentados pela fome em decorrência de uma grande seca, os hebreus migraram para o Egito, então dominado pelos hicsos. Após a expulsão dos hicsos, os hebreus foram submetidos ao regime de escravidão.

Cinco séculos depois, liderados por Moisés, os hebreus começaram a reagir a essa situação de opressão. Fugiram do Egito com a intenção de voltar a Canaã, episódio bíblico conhecido como Êxodo. Durante 40 anos teriam perambulado pelo deserto da Arábia. De acordo com os relatos bíblicos, durante esse deslocamento, Moisés recebeu de Jeová (ou Javé), no monte Sinai, duas Tábuas contendo os 10 Mandamentos (ou Decálogo), que foram guardadas na Arca da Aliança.

Quando alcançaram Canaã, encontraram-na ocupada por diversos povos, entre eles os cananeus e os filisteus. A aliança das diversas tribos hebraicas, sob o comando de juízes (chefes militares como Gildeão e Samuel), para a reconquista de Canaã, culminou na fundação do reino de Israel.

Saul, primeiro rei dos hebreus (1010 a.C.), foi sucedido por Davi (1006 a.C.), que estabeleceu a capital em Jerusalém. O sucessor de Davi foi Salomão, cujo governo marcou o apogeu da monarquia hebraica. É dessa época a construção do Templo de Jerusalém, elemento de unidade dos judeus.

O sucessor de Salomão foi seu filho Roboão, que enfrentou uma grande revolta interna, que resultou na divisão dos hebreus em dois reinos: o do norte, Israel, formado por dez tribos, com capital na Samária; e, ao sul, o de Judá, com duas tribos, tendo Jerusalém como capital.



Representação do Templo de Salomão, em Jerusalém

Em 722 a.C. os assírios conquistaram o reino de Israel. Já o reino de Judá sobreviveu até 586 a.C., quando foi invadido e dominado pelos babilônios, que, após a conquista de Jerusalém e a destruição do templo de Salomão, escravizaram e deportaram milhares de hebreus (Cativeiro da Babilônia). Eles permaneceram prisioneiros até 539 a.C., quando os persas conquistaram a Babilônia e permitiram o regresso dos hebreus para sua terra, à época parte integrante do Império Persa. O templo foi então reconstruído. No século IV a.C., a região foi invadida e conquistada por um exército greco-macedônio, sob o comando de Alexandre. Iniciava-se, então, a forte influência grega na região. Três séculos depois, a região foi incorporada ao domínio romano.

Em 70 a.C. ocorreu uma grande revolta judaica, esmagada duramente pelas legiões romanas, comandadas pelo general Tito. Jerusalém e o templo foram novamente destruídos. Em 135, uma nova revolta foi duramente combatida pelos romanos, sob o imperador Adriano, que denominou a região da Palestina, a partir do nome de um dos povos que lá vivia em tempos bíblicos, os filisteus, que não tinham origem semita.

Os hebreus foram expulsos de sua terra. Iniciava-se, então, a Diáspora, isto é, a dispersão dos judeus pelo Oriente Médio, norte da África e Europa, mas a sua religião e as perseguições sofridas os mantiveram unidos e identificáveis durante séculos. A Diáspora teve fim com a fundação do Estado de Israel, em 1948.

Religião dos hebreus

Os hebreus foram, historicamente, o primeiro povo monoteísta (crença em um só deus). E acreditam que este seu deus (Jeová ou Javé)

seria o criador de todas as coisas. Para eles, os ensinamentos divinos estão no Antigo Testamento da *Bíblia*, livro considerado sagrado. Os judeus (sucessores dos hebreus) seguem apenas o Antigo Testamento, e não o Novo Testamento ou o Evangelho (que relata principalmente a vida de Jesus).

Fenícios

Semitas, habitavam a região que atualmente corresponde ao Líbano, na costa oriental do mar Mediterrâneo. Inicialmente cultivavam videiras, oliveiras e cereais e criavam ovelhas. Mas, como as terras férteis eram escassas, passaram a se dedicar ao artesanato, à pesca e ao comércio, atividades que estimularam o desenvolvimento de suas cidades (como Biblos, Sidon e Tiro). Se as condições geográficas empurraram esse povo à aventura marítima, a existência abundante do cedro em suas florestas contribuiu para a construção de navios.

17



Navio fenício esculpido em um sarcófago. Século II d.C.

Os fenícios mantiveram relações comerciais com o Egito, fundaram entrepostos comerciais no norte da África, na península Ibérica e em diversas ilhas do Mediterrâneo ocidental, além de melhorar e diversificar a qualidade

das mercadorias que produziam e comercializavam: pentes e adornos de marfim; vidros coloridos; esculturas de cobre e ouro; armas de ferro; vasos de cerâmica; joias; tecidos de linho e algodão, tingidos com uma tinta avermelhada escura (múrice), uma resina obtida de moluscos marítimos. Dotados de remos e velas, os navios fenícios eram bastante rápidos.

Por outro lado, os fenícios nunca alcançaram a centralização política. A Fenícia era um conjunto de cidades-estado governadas por reis, autônomas, soberanas e rivais entre si.

A grande contribuição fenícia para a história foi a criação de uma escrita fonética (símbolos que representam sons). Essa forma de escrever deu origem ao alfabeto grego e ao romano.

Persas

A partir do terceiro milênio a.C., dois povos indo-europeus começaram a se estabelecer no planalto do atual Irã, na região entre o mar Cáspio e o Golfo Pérsico. O nordeste, montanhoso, foi ocupado pelos medos; o sul, litorâneo, pelos persas. Se inicialmente a hegemonia era dos medos, posteriormente ela passou para os persas.

No século VI a.C., sob a liderança de Ciro, os persas se libertaram da hegemonia dos medos, conquistaram toda a região do Irã e estenderam seu domínio sobre a Mesopotâmia e a Ásia Menor (atual Turquia asiática). Em seguida, Cambises, filho e sucessor de Ciro, realizou a conquista do Egito. No reinado de Dario I (522-486 a.C.), o Império Persa chegou a seu limite máximo, estendendo-se desde o Egito até a região do atual Paquistão. Dario se destacou como um eficiente administrador. Dividiu o império em vinte províncias, chamadas satrapias. Os administradores, os sátrapas, eram indicados pelo imperador, e suas principais funções eram a cobrança de tributos e a manutenção da ordem. Para fiscalizá-los, Dario criou um sistema secreto de informações. Os fiscais, pessoas de confiança do imperador, eram seus "olhos e ouvidos". Outras importantes medidas foram a construção de estradas interligando as principais cidades imperiais, a criação de um rápido correio a cavalo e a introdução do dárico, uma moeda metálica contendo ouro.

A religião dos persas não possuía templos nem cultos. Como os demais povos da Antiguidade, eles eram politeístas. Mas, no século VI a.C., um reformador religioso, Zaratrusta (para os gregos, Zoroastro), criou uma religião dualista, com duas entidades, que representavam o Bem (Ahura Mazda, criador e guia de todo o universo) e o Mal (Ariman). Para ganhar a vida eterna, as pessoas deveriam reprimir os maus comportamentos. Para os persas, no fim do mundo haveria a ressurreição dos mortos e, no Juízo

Final, Ahura Mazda triunfaria. O mazdeísmo persa influenciou o judaísmo e o cristianismo.

No século V a.C. começou o declínio do império persa, em decorrência das guerras contra as cidades gregas.

18



Vista da cidade Persépolis, cidade cuja construção se iniciou sob Dario

Teste seu saber

1. **Assinale a alternativa errada.**
   A civilização egípcia tornou-se bem mais conhecida a partir:
   a) da unificação política realizada por Menés.
   b) da conquista realizada pelos gregos e romanos.
   c) da decifração dos hieróglifos feita pelo cientista francês Champollion.
   d) das pesquisas arqueológicas.

2. **Não tinham relação com a produção agrícola egípcia antiga:**
   a) enchentes.
   b) diques.
   c) canais de irrigação.
   d) chuvas.

3. **Sobre a civilização egípcia antiga, não é válido dizer que:**
   a) destacava-se pela sua originalidade.
   b) a decifração da escrita hieroglífica originou a Egiptologia.
   c) a Pedra de Roseta apresentava apenas inscrições hieroglíficas.
   d) as grandes pirâmides foram construídas durante o Antigo Império.

4. **Assinale a proposição errada sobre o Egito Antigo:**
   a) A religião era politeísta e muitos deuses tinham a forma de animais.
   b) As pirâmides simbolizavam o grande poder dos faraós.
   c) A invasão dos hicsos pôs fim ao Médio Império, mas introduziu o cavalo no país.
   d) Os escribas eram chefes militares.

5. **Embora houvesse uma grande semelhança nas condições geográficas do Egito Antigo e da Mesopotâmia, havia uma grande diferença:**
   a) As enchentes do Tigre e Eufrates eram causadas por fortes chuvas nas cabeceiras.
   b) A Mesopotâmia se localizava numa região desértica.
   c) Para ampliar a produção agrícola, os povos da Mesopotâmia construíram canais de irrigação.
   d) A fertilidade das margens favorecia a atividade agrícola na Mesopotâmia.

6. **Sobre a religião dos povos da Mesopotâmia, qual é a afirmativa incorreta?**
   a) Por acreditarem na imortalidade, mumificavam os corpos dos mortos.
   b) Eram politeístas.
   c) Os deuses tinham forma de animais.
   d) Os zigurates eram templos e observatórios astronômicos.

7. **Qual característica política da Mesopotâmia está correta?**
   a) Caracterizou-se pela hegemonia de cidades-estado.
   b) Hamurábi se notabilizou pelas suas conquistas.
   c) O governo de Sargão está associado à construção dos Jardins Suspensos da Babilônia, uma das sete maravilhas do mundo antigo.
   d) O imperador Nabucodonosor libertou os judeus do Cativeiro da Babilônia.

Civilizações	Localização	Base econômica	Administração	Religião
I	Nordeste da África	Agricultura	Monarquia	Politeísmo
II	Atual Líbano	Comércio	Cidades-Estado	Politeísmo
III	Planalto do Irã	Agricultura e Comércio	Império dividido	Zoroastrismo
IV	Oriente Médio	Pastoril e agrária	Patriarcas, juízes e reis	Monoteísmo

8. **No quadro anterior, os algarismos I, II, III e IV correspondem às principais civilizações da Antiguidade Oriental.**
   Qual alternativa identifica corretamente as civilizações indicadas, respectivamente, por I, II, III e IV?
   a) Fenícia, Hebraica, Egípcia e Persa.
   b) Egípcia, Fenícia, Persa e Hebraica.
   c) Persa, Fenícia, Hebraica e Egípcia.
   d) Egípcia, Persa, Fenícia e Hebraica.
   e) Hebraica, Egípcia, Fenícia e Persa.

9. Numere a coluna 1 de acordo com a coluna 2:
COLUNA 1:
(1) Local em que viveu o patriarca bíblico Abraão.
(2) Cultivavam trigo, cevada, algodão, lentilha, legumes, frutas e papiro, com o qual faziam uma espécie de papel.
(3) Os deuses Ahura Nazda e Ariman representavam o bem e o mal.
(4) Amplo e variado comércio (vidros coloridos, joias, tecidos).
COLUNA 2
( ) Suméria, sul da Mesopotâmia.
( ) Civilização fenícia.
( ) Civilização persa.
( ) Civilização egípcia.
A sequência correta é:
a) 1; 4; 3; 2. b) 4; 3; 2; 1. c) 1; 4; 3; 2. d) 2; 4; 1; 3.

10. Durante o reinado de Ciro I (559-529 a.C.), os persas construíram um vasto império e governaram diferentes povos, adotando uma política que respeitava as diferenças culturais e religiosas. Sob a administração de Dario I, o Império teria alcançado seu apogeu. Qual medida do imperador Dario I não se relaciona com sua administração:
a) Divisão do império em satrapias.
b) Criação do dárico, uma moeda metálica.
c) Construção de estradas.
d) Promulgação de uma constituição que assegurava liberdade religiosa aos povos dominados.

11. Ao estudarmos os povos antigos, aprendemos sobre sua cultura, das suas organizações sociais e políticas e sua atividade econômica. Assinale a proposição não verdadeira.
a) Os fenícios se destacaram pela atividade comercial e pela criação do alfabeto.
b) Os hebreus construíram uma forte identidade cultural através da sua religião monoteísta.
c) Sob a liderança política de Moisés, os hebreus se libertaram da dominação egípcia.
d) Os fenícios se caracterizavam pelo seu intenso comércio e pelo monoteísmo.

Descomplicando a História

Sobre as condições geográficas que influenciaram a história do Egito Antigo, não é correto afirmar:

a) A fertilidade das margens do rio Nilo não garantia por si só o abastecimento da população.
b) A abundância de chuvas possibilitava grandes colheitas.
c) A maior parte da população egípcia habitava o vale do Nilo.
d) Heródoto, historiador grego da Antiguidade, exaltou os desertos que cercavam o vale e o delta do rio Nilo.

Comentário:

De nada adiantaria a fertilidade das margens do Nilo, sistematicamente renovada pelas enchentes que depositavam nelas o rico fertilizante, se não fosse o trabalho organizado, metódico e constante dos esforçados camponeses egípcios. **Alternativa correta**: a.

4 História antiga: antiguidade ocidental

Grécia antiga

A Grécia se localiza na península balcânica, no sudeste do continente europeu. Além da região continental, conta com centenas de ilhas localizadas no mar Egeu. Possui território montanhoso que, na Antiguidade, isolava as diversas regiões. Seu solo pobre era um obstáculo à boa produção agrícola. Por outro lado, seu litoral muito recortado apresentava bons portos, o que facilitava as navegações e o comércio.



Localização da Grécia

Dois mil anos antes de nossa era, a península e as ilhas foram ocupadas, em migrações sucessivas, por quatro povos indo-europeus: primeiro os aqueus, depois os jônios e eólios e finalmente os dórios, estes extremamente violentos. Esses quatro povos, embora tivessem a mesma origem, eram rivais entre si. Apenas a língua e a religião eram comuns.

A história da Grécia antiga pode ser dividida em quatro períodos, como veremos a seguir.

Período homérico (séculos XII-VIII a.C.)

Essa fase é conhecida tradicionalmente pelas obras atribuídas ao poeta Homero, a *Ilíada* e a *Odisseia*. Predominavam a vida em comunidade (chamada *genos*) e a propriedade coletiva da terra. Assim, não havia praticamente diferenças sociais. A administração era exercida por um rei (*basileu*) e por um conselho de idosos. Porém, como o crescimento da população não era acompanhado pelo crescimento da produção agrícola (terras pouco férteis), começou a haver insatisfação e lutas entre os membros da comunidade. Os mais fortes acabaram por dividir a terra, que era coletiva. Surgiram assim dois grupos: os que tinham propriedade e os que não tinham. Estes, para sobreviver, tiveram de trabalhar para os proprietários, ou dedicar-se a outras atividades econômicas (comércio e artesanato), ou ainda emigrar.

Período arcaico (séculos VIII-VI a.C.)

Época de expansão das cidades-estado, chamadas na Grécia de *polis*. Devido às rivalidades e guerras entre elas, a polis era protegida por muralhas e, na parte central, geralmente mais elevada (*acrópole*), havia uma fortaleza. As principais cidades eram Atenas, Esparta, Corinto e Tebas. Algumas, como Atenas, uma cidade jônica, fundaram colônias em diversas regiões do litoral mediterrâneo, o que ocasionou a expansão do comércio e das navegações.

O governo da polis era, em geral, exercido pela aristocracia (grandes proprietários de terras, chamados em Atenas de *eupátridas*). Mas as transformações sociais em Atenas, decorrentes da expansão do comércio e da produção artesanal, provocaram intensas lutas políticas. Os que enriqueciam no comércio pretendiam participar do governo; e os pobres atenienses (*thetas*) queriam abolir a escravidão decorrente do não pagamento de empréstimos.

Para solucionar a crise, surgiram nesse período os legisladores. O primeiro foi Drácon, que codificou a legislação costumeira e manteve os privilégios da aristocracia. Anos depois, Sólon fez uma ampla reforma: embora aristocrata, aboliu a escravidão por dívidas, dividiu a sociedade em diversas classes com base na riqueza e não mais na origem, favorecendo assim os comerciantes. A participação do cidadão nos diversos órgãos governamentais era proporcional à riqueza. Finalmente, Clístenes estendeu direitos políticos a todos os cidadãos. Era a democracia (governo do povo). Para defendê-la, criou o ostracismo: pessoas acusadas de colocá-la

em risco eram, por decisão da Assembleia Geral, banidas por um período de dez anos. Com Péricles, a democracia ateniense alcançou seu apogeu. Porém, dela estavam excluídos os estrangeiros (*metecos*), os escravos e as mulheres. Era, assim, uma democracia direta (todos os cidadãos participavam das decisões governamentais), mas elitista, pois os que tinham direitos correspondiam a 10% da população.

20



A Acrópole de Atenas

Esparta, a grande rival de Atenas, teve uma história totalmente diferente. Localizada na península do Peloponeso, ao sul da Grécia, possuía terras férteis. Os dórios conquistaram essa região e nela fundaram Esparta. A população nativa, que não se opôs à conquista, pôde viver na periferia, manter suas propriedades rurais (embora terras menos férteis), mas sem direitos políticos. Eram chamados periecos. Já os que se opuseram foram escravizados. Toda a terra fértil pertencia ao Estado espartano, que a dividiu em duas partes: a terra cívica, cuja produção pertencia ao Estado; e a terra de usufruto dos cidadãos espartanos (dórios), dividida em lotes. Todo o trabalho agrícola era uma obrigação dos escravos (os hilotas). Para manter os hilotas na escravidão, os dórios tinham uma rígida preparação militar. Qualquer criança que nascesse com defeito físico era sacrificada (prática da eugenia). O governo era exercido por dois reis (diarquia), um Conselho de Anciãos (a Gerúsia, composta de 28 cidadãos, que elaborava normas), cinco fiscais (éforos) eleitos anualmente e encarregados da aplicação das

normas, e pela Assembleia dos Cidadãos (Apela), da qual participavam todos os cidadãos maiores de 30 anos.

Período clássico (séculos V-IV a.C.)

Essa fase marca o apogeu do mundo grego, em especial de Atenas, seja na atividade comercial, seja na produção cultural. Mas também foi a época de duas grandes guerras:

1) Guerras entre gregos e persas (490-448 a.C.): decorrentes do choque de dois imperialismos, o ateniense (comercial) e o persa (territorial). O numeroso exército persa invadiu a Grécia, mas foi derrotado pelos atenienses na batalha de Maratona; posteriormente, uma esquadra ateniense derrotou a persa na batalha de Salamina; finalmente, os gregos unidos expulsaram os persas do litoral asiático do mar Egeu. Um tratado, assinado em 448 a.C., afastou a ameaça persa e marcou o início da hegemonia ateniense sobre o mundo grego.

21



Guerra do Peloponeso – gravura de cobre, de Matthaus Merian

2) Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.): entre Atenas e Esparta, cada qual com seus aliados. Além da rivalidade entre elas, houve outro fator: a fundação da Confederação de Delos, durante a guerra contra os persas. Para combater com sucesso os persas, foi criada essa con-

federação, que recebia recursos (dinheiro) das cidades-estado para construir e manter uma poderosa armada, sob o comando de Atenas. Terminada a guerra, Atenas exigiu que a contribuição fosse mantida. Além disso, foi acusada de usar os recursos para seu embelezamento. Derrotada nas batalhas pelo exército espartano e atingida por uma violenta epidemia, Atenas se rendeu. Os espartanos a ocuparam e restabeleceram o domínio da aristocracia. Mas a hegemonia espartana teve breve duração. Poucos anos depois, os espartanos foram derrotados pelo exército de Tebas.

Período helenístico (séculos III-II a.C.)

Esse período iniciou-se quando as tropas da Macedônia (reino localizado ao norte da Grécia), sob o comando de Filipe II, derrotaram uma coligação de cidades gregas, no ano de 338 a.C. Alexandre, seu filho e sucessor, liderou um exército greco-macedônico na conquista do Império Persa. Como resultado, surgiu o maior império até então conhecido. E nele ocorreu uma intensa atividade comercial. Por outro lado, nas principais cidades (como Alexandria, no Egito) ocorreu a fusão da cultura grega (ou helênica) com a cultura oriental. A essa fusão se dá o nome de cultura helenística.

Religião, teatro, medicina e arte no mundo grego antigo

Os gregos eram politeístas e seus deuses tinham forma humana (antropomórficos). Acreditavam que os deuses, que habitavam o monte Olimpo, deveriam receber preces, honras e sacrifícios para que as colheitas e as guerras fossem favoráveis. A religião se baseava num conjunto de mitos e lendas, relacionados com a criação do mundo, os fenômenos naturais e a luta dos homens contra a natureza. Os mitos eram transmitidos oralmente, de geração a geração.

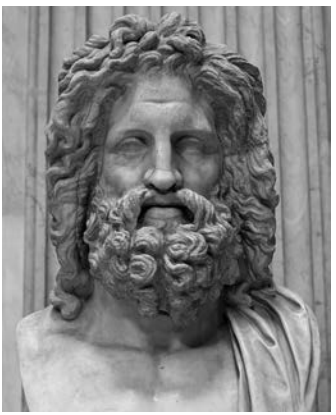
Os deuses eram seres imortais, mas tinham sentimentos humanos (amor, ódio, inveja, ciúme, desejos sexuais etc.). Assim, a mitologia grega, um modo de explicar o mundo, era repleta de tragédias e comédias. Por outro lado, os heróis (semideuses) realizavam atos magníficos, ao usar a força, a coragem e a astúcia.

Havia o culto público, dedicado ao deus (ou deusa) protetor de uma cidade, e o culto familiar, no qual se reverenciava o antepassado mais longínquo e que era conduzido pelo chefe da família.

No século VI a.C., as explicações mitológicas começaram a ser substituídas pela Filosofia, uma maneira racional de explicar o mundo natural. O primeiro filósofo foi Tales de Mileto (624-558 a.C.), que considerava a água como a origem de todas as coisas. Embora outros discordassem

sobre a origem do mundo (o fogo? o ar?), um fato é inegável: a partir de Tales procurou-se explicar racionalmente o mundo natural e os atos humanos.

22



Busto de Zeus, em Otricoli. O chamado *Zeus de Otricoli*. Mármore, cópia romana baseada em um original grego do século 4

23



Afrodite e Adônis. Cerâmica grega antiga, 410 a.C.

No século XIX, o filósofo alemão F. Nietzsche afirmou: "Só os gregos nos deram os sábios". Entre eles destacaram-se Sócrates, Platão e Aristóteles, todos pertencentes ao período clássico.

O teatro também nasceu na Grécia, provavelmente no século VI a.C., durante as festas dedicadas ao deus Dioniso. Os autores abordavam temas religiosos e mitológicos, mas posteriormente escreveram tragédias e comédias. Um deles foi Sófocles, autor das tragédias *Édipo Rei, Antígona e Electra.*

A medicina grega evoluiu consideravelmente no século V a.C., graças às orientações de Hipócrates. Dizia que era fundamental colher informações que levassem a deduções. Atribuía importância fundamental à descrição correta dos sintomas para identificar a doença e obter a cura do paciente.

As artes no período clássico simbolizavam os ideais de ordem, equilíbrio e harmonia. O exemplo mais notável é o Partenon, templo edificado em Atenas no século V a.C. Em seu interior estava a estátua da deusa Atena, protetora da cidade, obra do escultor Fídias.

Roma Antiga

Roma foi fundada no Lácio, na região centro-ocidental da península itálica, que é banhada pelo mares Mediterrâneo, Adriático, Tirreno e Jônio. Embora o relevo da península seja, em geral, montanhoso, ela apresenta vales férteis, que favoreciam a agricultura e o pastoreio.

Segundo a lenda, Roma foi fundada pelos gêmeos Rômulo e Remo, em 753 a.C. Mas as pesquisas arqueológicas revelam que o local onde está Roma já era povoado há muitos séculos. Como os gregos, os romanos, um povo latino, pertenciam ao grupo indo-europeu.

A história de Roma Antiga é dividida em três períodos, como veremos a seguir.



Mapa da península itálica, com Roma

Período da realeza ou monárquico (753-509 a.C.)

A tradição se refere à existência de sete reis, mas os historiadores acreditam que esse número foi maior. A tradição informa ainda que os quatro primeiros reis eram latinos; os três últimos, etruscos. Na monarquia romana, o poder político era monopólio dos patrícios (que se diziam descendentes dos fundadores de Roma). Todos os cargos eram por eles ocupados. Sua importância decorria do fato de serem grandes proprietários rurais. O poder

executivo era exercido por um rei e o legislativo, pelo Senado, formado pelos patrícios mais importantes, os *pater familiae*.

Outro grupo social, bem mais numeroso, eram os plebeus. De origem obscura, estabeleceram-se em Roma em busca de proteção. Os escravos, então, eram pouco numerosos. Em geral, os plebeus que não saldavam suas dívidas junto aos patrícios eram reduzidos à escravidão.

No século VI a.C., Roma foi dominada pelos etruscos, um dos povos mais importantes na península Itálica de então. Nesse período, Roma passou de vila a cidade, como resultado do crescimento urbano--comercial. Para garantir seu domínio, o último rei etrusco, Tarquínio, o Soberbo, aproximou-se da plebe. Promoveu a construção de diversas obras públicas. Temendo perder seus privilégios, os patrícios desencadearam um golpe de Estado que levou à derrubada da monarquia e a sua substituição pela forma republicana de governo. Tiveram o apoio da plebe, prometendo-lhes direitos.

Período republicano (509-27 a.C.)

Dois magistrados, denominados cônsules, eleitos anualmente, passaram a exercer o poder executivo. O Senado e os patrícios se tornaram mais poderosos. Porém, os plebeus, que eram a maioria entre os militares que defendiam Roma, tinham consciência de sua importância. Em 493 a.C., após uma greve, obtiveram o direito de escolher um tribuno, que poderia vetar medidas do governo contrárias a seus interesses. Até meados do século V a.C., as leis, aplicadas pelos patrícios, não eram escritas. Assim, eram interpretadas por eles de acordo com seus interesses.

Os plebeus exigiram a codificação das leis. Em 450 a.C., elas foram gravadas em 12 tábuas de bronze e colocadas na praça pública (*Forum*). Mas, como mantiveram os costumes, os plebeus lutaram para conseguir direitos. Essa luta durou mais de 100 anos. As principais conquistas da plebe foram:

a) Lei Canuleia – Permissão para casamentos mistos (na prática, apenas os plebeus enriquecidos se casavam com patrícias);
b) Lei Licínia – Abolição da escravidão por dívidas;
c) Plebiscito – Toda lei elaborada pelo Senado deveria passar por uma consulta da plebe (plebiscito).

Depois de mais de 100 anos de lutas políticas, os plebeus conseguiram ter acesso aos cargos da magistratura e ocupar os altos cargos sacerdotais. Como os plebeus ricos se uniram aos patrícios, o termo "plebe" passou a ser usado para identificar os pobres.

A expansão territorial

Durante o período republicano, Roma ampliou seus domínios territoriais. Inicialmente, conquistou o Lácio, depois a península Itálica e, por fim, todos os territórios em torno do Mediterrâneo. As guerras mais importantes foram contra Cartago, cidade de origem fenícia, localizada no litoral da África do Norte. Era um importante centro comercial, possuindo feitorias na península Ibérica e nas diversas ilhas do Mediterrâneo ocidental. Dotada de poderosa marinha de guerra, ameaçava conquistar a Itália. As guerras entre Roma e Cartago, chamadas pelos romanos de Guerras Púnicas (264-146 a.C.), foram um choque de duas potências. Após três fases, esse conflito terminou com a vitória romana. Cartago foi literalmente destruída e os romanos se tornaram "donos" do Mediterrâneo ocidental.

Essa guerra, e as demais que se seguiram, trouxeram riquezas para Roma na forma de territórios e tributos, mas também grandes problemas. Os principais: o enorme crescimento no número de escravos e o empobrecimento da plebe. Lutando por Roma, camponeses plebeus não podiam cuidar de suas pequenas propriedades. Sem produção, solicitavam empréstimos aos ricos, dando como garantia sua propriedade (hipoteca). Não tendo como pagar suas dívidas, perdiam a propriedade e migravam para os centros urbanos (principalmente para Roma). A continuidade das conquistas agravava a situação da plebe. E os poucos pequenos proprietários não tinham como suportar a concorrência dos latifundiários (que exploravam mão de obra escrava) e das mercadorias (trigo, principalmente) vindas das regiões conquistadas para abastecer Roma.

Curiosamente, dois patrícios, Tibério e Caio Graco, eleitos tribunos da plebe em 133 a.C. e 123 a.C., defenderam propostas de reforma agrária: distribuição de terras do Estado (*ager publicus*) aos plebeus e limitação da extensão das propriedades rurais. Mas acabaram mortos devido à reação dos patrícios. O governo optou pela política do "pão e circo" (distribuição de trigo e diversão para a plebe romana).

O número de escravos era enorme. E não foram poucas suas revoltas. A principal ocorreu em 73 a.C., por Spartacus, o gladiador, e durou dois anos, mas foi esmagada impiedosamente. Cerca de seis mil foram crucificados e colocados ao longo da via Ápia, uma estrada que dava acesso a Roma.

Os conflitos sociais, as revoltas nas províncias, o fortalecimento do exército e a ambição dos comandantes foram alguns dos fatores que levaram à crise da república. O Senado não tinha mais condições de governar um território que se tornara imenso. Eram necessários governantes mais poderosos. Inicialmente, o poder foi disputado por dois generais: Sila, do partido aristocrático, e Mário, do partido popular (na verdade, dos novos

homens ricos). A alternância de ambos no poder desencadeava imensas perseguições. Os assassinatos eram frequentes.

Em meados do século I a.C., o Senado, sob pressão, aprovou a criação de um triunvirato. Três generais governariam o império: Júlio César ficou com a Gália (atual França), Pompeu com a península da Itália e Crasso com o Oriente. As demais regiões continuavam sob administração do Senado. Crasso morreu em combate no Oriente. Então, Pompeu e César lutaram entre si. As legiões fiéis a César avançaram sobre Roma, enquanto Pompeu se refugiava no Egito, onde foi executado por ordem de Ptolomeu, irmão de Cleópatra. O Senado, enfraquecido politicamente e amedrontado, nomeou César ditador por dez anos. Por suspeitar que César pretendesse se tornar imperador, um grupo de senadores o assassinou em 15 de março de 44 a.C.

Foi criado, então, o segundo triunvirato, do qual faziam parte Marco Antônio (ficou com o Oriente), Otávio (com o Ocidente) e Lépido (com a África). Pouco depois, Lépido se afastou da política. Foi inevitável a disputa entre os dois outros governantes. Em 31 a.C., na Batalha de Ácio, as forças de Otávio derrotaram as de Marco Antônio, que havia se casado com a rainha egípcia Cleópatra. O casal optou pelo suicídio.

Quatro anos depois, senhor absoluto de Roma, Otávio se tornava *Princips Senatus*, isto é, o primeiro do Senado. Recebeu também a denominação de *Augustus* (divino) e de *Imperator* (imperador, ou seja, comandante de todas as forças militares). Na prática, estava estabelecido o regime imperial, embora diversas instituições republicanas fossem mantidas.

25



Ruínas do Coliseu, construção romana antiga de entretenimento

Período imperial (27 a.C. – 476 d.C.)

Otávio Augusto governou até sua morte (14 d.C.). Depois dela, o oitavo mês do calendário romano passou a ser chamado "agosto". Após tantos anos de guerra, a paz estava estabelecida no império (*Pax Romana*), ainda que por meio da força. No Mediterrâneo, a armada romana liquidou a pirataria. As vias (estradas) foram consertadas, outras construídas. Dessa maneira, como as mercadorias podiam ser transportadas com segurança, o comércio se expandiu e o abastecimento de Roma foi regularizado. O aumento da arrecadação de impostos e taxas permitiu que a administração de Augusto embelezasse e urbanizasse a capital imperial com templos, teatros, anfiteatros, fontes, estátuas, vias etc. Estimulou e coordenou essa transformação um grande amigo e ministro do imperador, Mecenas. Ainda hoje, aplica-se a palavra "mecenas" às pessoas que apoiam a obra intelectual.

Nesse período, nasceu em Belém, na então província romana da Judeia, aquele que viria a ser conhecido como Jesus Cristo.

O sucessor do imperador foi Tibério Cláudio, seu filho adotivo. Ambos pertenciam à família Júlio-Cláudia, que governou até 68; depois, assumiram o poder imperial, sucessivamente, a família dos Flávios (69-96), a dos Antoninos (96-192) e a dos Severos (192-235). Aconteceu então a "anarquia militar", quando 26 imperadores governaram até 284.

Os historiadores costumam dividir o Império Romano em dois períodos.

1) Alto Império Romano (séculos I e II) – O apogeu do império, embora inicialmente houvesse muita luta pelo poder. Destacaram-se:

   Tibério (14-37) – Considerado bom administrador. Em seu governo ocorreu a crucificação de Jesus, em Jerusalém. Foi assassinado.

   Calígula (37-41) – Muito popular no início do governo. Mas foi assinado pela guarda palaciana, em decorrência de distúrbios mentais.

   
   Calígula

   Cláudio (41-54) – Escreveu várias obras. Fez matar sua mulher Messalina, acusada de imoralidade; casou-se com Agripina, que mandou envenená-lo para pôr no trono seu filho Nero.

   Nero (54-68) – Tinha apenas 17 anos quando se tornou imperador. Culto, gostava de artes. Temendo ser assassinado, alterou seu comportamento. Mandou matar a mãe, as esposas e o meio-irmão. Culpou os cristãos pelo incêndio de Roma, em 64, o que provocou a primeira perseguição aos seguidores da religião. A seu mando, um escravo o matou.

Vespasiano (69-79) – Deu início a um longo período de paz, com grandes obras e prosperidade no império (estradas, Coliseu etc.). Seu filho Tito sufocou duramente a rebelião dos judeus na Palestina.

27



Marco Aurélio

Trajano (98-117) – Nasceu na península Ibérica. Bom administrador, combateu a corrupção e a sonegação. Empreendeu campanhas militares, ampliando e fortalecendo o domínio romano, que atingiu então sua maior expansão.

Marco Aurélio (161-180) – Filósofo, de vida simples, preocupava-se com a justiça e com as tradicionais virtudes romanas. Em seu governo, os germanos começaram a pressionar as fronteiras na região do Danúbio.

Saiba

Origem, evolução e triunfo do cristianismo

Diversos profetas judeus prognosticavam o nascimento do Messias (em grego antigo, Cristo), que viria libertar e unificar seu povo. Muitos consideraram que Jesus era o Messias, hipótese nunca aceita pelos judeus. Nascido em Belém, Jesus teria morado a maior parte de sua vida em Nazaré, na Galileia. Com cerca de 30 anos iniciou suas pregações, afirmando ser o Messias, filho de Deus. Reuniu um grupo (os 12 apóstolos) para difundir suas concepções, uma das quais seria a existência do reino dos céus. Proclamava novos valores morais, como o amor ao próximo, independentemente de condições sociais, e o desapego a bens materiais. Prometia aos retos (bons) uma recompensa na vida após a morte, pois a alma seria imortal. Suas ideias, consideradas subversivas pelas autoridades romanas, provocaram a hostilidade dos sacerdotes hebreus do sinédrio de Jerusalém. Preso, foi julgado e condenado à morte.

Os apóstolos difundiram os ensinamentos de Jesus. Com as pregações de Paulo, o cristianismo se separou do judaísmo. A vida e os sermões de Jesus foram relatados pelos evangelistas (Marcos, Mateus, João e Lucas) e formam o Novo Testamento (o Evangelho, ou Boa Nova). Surgiram, assim, as primeiras comunidades cristãs, especialmente na Grécia.

Essas comunidades sofreram forte oposição e perseguições das autoridades romanas, pois se recusavam a prestar culto ao imperador, considerado divino (culto imperial). Porém, a morte dos mártires não deteve a expansão da nova religião.

2) Baixo Império Romano (séculos III e IV) – Época de crise, que levou à divisão do império e ao desaparecimento do Império Romano Ocidental (395).

O declínio do Império Romano

A partir do século III, não houve novas conquistas territoriais. Assim, passou a haver falta de mão de obra escrava e a economia romana, em especial a agricultura, entrou em declínio. Voltava a crise de abastecimento das cidades, e com ela as agitações e a insegurança. Por falta de mão de obra escrava na agricultura, parte da população urbana transferiu-se para o campo (ruralização). O comércio diminuiu e a economia, cada vez mais rural, tornou-se de subsistência.

Por outro lado, para tentar atender a demanda de mercadorias, o governo importava-as de regiões fora do domínio romano. Como o comércio era deficitário, Roma usava riquezas (metais preciosos) que havia acumulado durante as conquistas. Uma das consequências foi a emissão de moeda sem lastro. A inflação atormentava a vida dos romanos.

A queda na arrecadação de impostos não permitia ao governo manter um exército numeroso e aparelhado. A pressão dos germanos nas fronteiras agravava a situação. Alguns imperadores procuraram adotar soluções para diminuir a crise. Entre eles:

- Diocleciano (284-305) – Dividiu o império em duas partes; a oriental, sob sua administração; a ocidental, sob o governo do general Maxêncio. Cada qual tinha um auxiliar direto. Assim, havia quatro governantes (dois imperadores e dois césares). Era a tetrarquia (governo de quatro pessoas). Diocleciano tomou medidas severas para combater a alta dos preços e determinou que as pessoas não mais poderiam trocar de atividade econômica.
- Constantino (312-327) – Restabeleceu a unidade imperial ao abolir a tetrarquia. Mandou construir a nova capital imperial, Constantinopla, onde havia uma aldeia grega chamada Bizâncio. Pelo edito de Milão, de 313, estabeleceu a liberdade religiosa, o que favoreceu principalmente os cristãos.
- Teodósio (379-395) – Determinou que, após sua morte, o Império Romano fosse dividido em duas partes: a ocidental, com capital em Milão, e a oriental, com capital em Constantinopla.

O fim do império

Atingido por crises cada vez mais graves, o Império Romano se enfraquecia militarmente. Já no século III, grupos de germanos (chamados genericamente "bárbaros" pelos romanos) tinham invadido algumas áreas do império. Após saqueá-las, voltaram para seu território. Mais tarde, para

diminuir a pressão, imperadores permitiram que grupos germanos se estabelecessem dentro do império, como aliados federados.

Mas no século V ocorreram as grandes invasões. A causa principal foi o deslocamento dos hunos, notáveis cavaleiros asiáticos, famosos pela ferocidade. Seu chefe era Átila, cognominado "o flagelo de Deus". Os visigodos, temerosos, romperam as fronteiras do império, em busca de refúgio. Após saquear Roma, estabeleceram-se na península Ibérica. Outros povos também invadiram o que restava do Império Romano do Ocidente: ostrogodos, vândalos, burgúndios, suevos, alamanos, hérulos, francos, anglos e saxões.

O último imperador do Ocidente foi Rômulo Augústulo, deposto por Odoacro, chefe dos hérulos, no ano de 476, episódio que marcou o fim da Antiguidade e o início da Idade Média. O Império Romano do Oriente ainda durou cerca de mil anos. No ano de 1453, os turcos otomanos dominaram a cidade de Constantinopla e puseram fim ao Império Romano do Oriente, mais conhecido, então, como Império Bizantino.

Aspectos da civilização romana

28



Estátua da deusa Ceres carregando uma fruta

Há muita semelhança entre a religião dos gregos e a dos romanos. Pastores e agricultores inicialmente, ambos prestavam culto e adoravam as forças da natureza. Havia o culto familiar (privado) e o público. Ofertavam alimentos e sacrificavam animais para as divindades para obter proteção. Mas, certamente, os romanos eram mais supersticiosos. Procuravam saber o futuro pela análise do voo dos pássaros e das forças da natureza. Os *augures*, após observar os sinais da natureza, adivinhavam e interpretavam a vontade dos deuses. Declaravam os dias fastos (bons) e nefastos (ruins), que orientavam os pontífices na elaboração do calendário. Com a conquista de outros povos, em especial o egípcio, os romanos assimilaram diversos deuses.

No campo das artes, se os gregos se preocupavam com a estética (beleza), os romanos eram extrema-

mente práticos (funcionalidade). Construíram aquedutos, cloacas (esgotos), estádios, termas, teatros, anfiteatros, muralhas etc.

Foram duas as principais contribuições romanas à história ocidental:

a) o Direito – A evolução e a codificação das leis levaram à igualdade dos cidadãos perante a legislação, a separação entre Direito Público (baseado nos costumes e nas leis tradicionais) e Direito Privado (relações familiares), e as normas que regulavam a propriedade particular. É a raiz do Direito e da legislação adotados atualmente pela grande maioria dos países.

b) a língua – o latim, língua falada pelos romanos antigos, misturou-se com os idiomas dos diversos povos conquistados, originando as línguas neo-latinas. As principais são o português, o espanhol, o francês, o italiano e o romeno. Expressões em latim são largamente aplicadas no campo do Direito e de diversas ciências (como a Biologia). Até mesmo as línguas germânicas, como o alemão e o inglês, possuem um grande número de vocábulos de origem latina.

A Idade Média inicia-se em 476, com a queda do Império Romano Ocidental, e finda em 1453, quando Constantinopla foi conquistada pelos turcos. Os historiadores a dividem em duas grandes partes: Alta Idade Média (séculos V ao XI) e Baixa Idade Média (séculos XII ao XV). Na Alta Idade Média, destacam-se três importantes civilizações: a bizantina, a islamita e a Europa feudal.

Teste seu saber

1. **Assinale a alternativa que corresponde aos períodos da história da Grécia, na Antiguidade:**
   a) Arcaico, Homérico, Helenístico e Clássico.
   b) Homérico, Clássico, Arcaico e Helenístico.
   c) Arcaico, Homérico, Clássico e Helenístico.
   d) Homérico, Arcaico, Clássico e Helenístico.

2. **Atenas foi o berço da democracia. Porém, nem todos os habitantes da polis ateniense, no século V a.C., tinham direitos políticos. Destes grupos, qual era o único que os possuía?**
   a) Escravos.
   b) Mulheres atenienses.
   c) Estrangeiros.
   d) Camponeses livres.

3. **O povo grego na Antiguidade resultou da invasão de quatro povos indo-europeus: jônios, aqueus, eólios e dórios. Rivais entre si, tinham alguns elementos em comum. Quais eram eles?**
   a) Forma de governo e economia baseadas no comércio.
   b) Religião e língua.
   c) Cidades-Estado e jogos olímpicos.
   d) Guerra contra os persas e comércio marítimo.

4. **Relacione os nomes dos governantes atenienses com suas obras.**
   I) Drácon
   II) Sólon
   III) Pisístrato
   IV) Clístenes
   ( ) Pai da democracia ateniense
   ( ) Legislação severa
   ( ) Tirano
   ( ) Abolição da escravidão por dívida
   a) I, III, II, IV
   b) IV, I, III, II
   c) IV, II, I, III
   d) III, I, II, IV

5. Relacione os períodos históricos da Grécia Antiga (coluna A) a suas respectivas características (coluna B).

Coluna A

1. Período Homérico
2. Período Arcaico
3. Período Clássico
4. Período Helenístico

Coluna B

( ) Expansão da cidade-estado e fundação de colônias.
( ) Guerras greco-pérsicas e hegemonia de Atenas.
( ) Conquista do Império Persa por um exército greco-macedônio.
( ) Vida comunitária (genos) e propriedade coletiva da terra.

A numeração correta na coluna B, de cima para baixo, é

a) 2 – 3 – 4 – 1
b) 1 – 4 – 2 – 3
c) 2 – 1 – 3 – 4
d) 3 – 1 – 2 – 4

6. O processo de colonização grega, que ocorreu a partir do século VIII a.C., explica-se
   a) pelo objetivo econômico das cidades gregas de dominar o mar Mediterrâneo.
   b) pelo interesse em buscar mercados consumidores para os produtos manufaturados gregos.
   c) pela procura de matérias-primas para as indústrias gregas.
   d) pela carência de terras cultiváveis nas cidades-estado gregas.

7. Qual proposição está errada?
   a) Em Atenas, eupátridas eram os grandes proprietários rurais e metécos, os estrangeiros.
   b) Acrópole era o conjunto de muralhas que protegiam a polis.
   c) Ostracismo era o banimento aplicado pela Assembleia Geral ateniense.
   d) A democracia ateniense era direta e elitista.

8. Qual proposição está correta?
   a) Para enfrentar a invasão do exército persa, as cidades gregas se uniram na Confederação de Delos.

b) Após derrotar Atenas na Guerra do Peloponeso, os espartanos restabeleceram a democracia na cidade derrotada.
c) Um dos motivos da derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso foi a epidemia que dizimou seus habitantes.
d) A hegemonia de Esparta sobre a Grécia foi duradoura.

9. **Qual a razão da criação da Confederação de Delos?**
a) A rivalidade entre Atenas e Esparta.
b) A criação da Confederação do Peloponeso, liderada por Esparta.
c) A intenção de Atenas de unificar politicamente toda a Grécia.
d) A ameaça persa sobre as cidades-estado gregas.

10. **A civilização grega se distinguiu pelos seus deuses e mitos, mas também por um pensamento filosófico que expressava sua preocupação com a verdade e a ética. Inúmeros filósofos se destacaram. Assinale a proposição errada.**
a) Os heróis eram semideuses que realizavam atos magníficos, ao usar a força, a coragem e a astúcia.
b) Havia o culto público (da polis) e o particular (da família).
c) No período clássico, a arte grega se caracterizava pelo decorativismo e monumentabilidade.
d) O teatro se originou de festas religiosas.

11. **Leia o texto abaixo do poeta romano Virgílio (70 a.C. – 19 a.C.), extraído de sua obra Eneida.**
"Sob os teus olhos, Eneas dirigirá rude guerra, aniquilará tribos ferozes; dará aos seus guerreiros muralhas e leis. Depois dele, seu filho Ascânio (que se chamará também Júlio) deixará Lavínio para estabelecer o seu trono no rochedo de Alba, que ele cercará de sólidas muralhas. A sacerdotisa, de família real, cara a Marte, terá dois filhos gêmeos".
O texto se refere à:
a) luta entre patrícios e plebeus.
b) guerra entre Roma e Cartago.
c) guerra dos romanos contra as tribos germânicas.
d) fundação de Roma.

12. **Assinale com um X a alternativa correta da sequência da evolução política de Roma:**

a) República – Monarquia – Império
b) Monarquia – Império – República
c) Monarquia – República – Império
d) Império – Monarquia – República

13. **Fato ocorrido durante o período monárquico romano:**
a) expansão romana no Mar Mediterrâneo.
b) domínio pelos romanos da região do Lácio.
c) fortalecimento da classe dos patrícios.
d) disputa do poder por comandantes de exércitos.

14. **Faça a correspondência de acordo com a sociedade romana no período monárquico.**
( ) Eram camponeses, pequenos proprietários, trabalhadores e comerciantes.
( ) Classe constituída de grandes proprietários de terra, detinham os privilégios políticos e exerciam as altas funções públicas.
( ) Utilizados em diversas atividades, eram considerados mercadoria e, portanto, podiam ser negociados.
a) Escravos
b) Plebeus
c) Patrícios

15. **Qual o órgão político mais importante do período republicano?**
a) Pretura (poder judiciário).
b) Senado (poder legislativo).
c) Consulado (poder executivo).
d) Exército (poder militar).

Descomplicando a História

Indique as consequências econômicas da expansão romana:

a) mudança de costumes, disputa do poder e organização de um governo forte.
b) desenvolvimento do sistema de comunicação, transformação da República em Principado e desenvolvimento do Direito.
c) decadência da pequena propriedade e ampliação das fontes de renda do Estado.
d) desenvolvimento do gosto pelas festas, enriquecimento da classe patrícia e predomínio dos latifúndios.

Comentário:

Com o fim das conquistas romanas, ocorreram, entre muitas outras, duas importantes consequências: diminuição da oferta de mão de obra escrava (o que provocou uma queda da produção no território sob domínio romano e a diminuição na arrecadação de impostos) e o fim do "botim de guerra", uma das principais fontes de receita do governo imperial. **Alternativa correta**: c.

5 Idade Média

Alta Idade Média

Império Bizantino

Mais rico e poderoso do que o Império Romano Ocidental, o Oriental durou cerca de mil anos. Com o decorrer dos séculos, tornou-se conhecido como Império Bizantino, e nele a língua grega se tornou dominante. Sua capital, Constantinopla, destacava-se pelo ativo comércio, pois se localizava numa das principais rotas comerciais entre a Ásia e a Europa. Também se tornou um importante centro artesanal, com destaque para a produção de tecidos de seda. Em decorrência dessa capacidade econômica, o governo imperial arrecadava uma soma considerável de tributos, capaz de sustentar uma corte parasitária, realizar grandes obras arquitetônicas (inclusive muralhas para a defesa da capital) e manter uma poderosa marinha de guerra. Tropas mercenárias eram a base de um exército forte. Isso explica a longa duração do Império Bizantino.

No seu apogeu (século VI), faziam parte desse império a península balcânica, a Ásia Menor, a maior parte do Oriente Médio, o Egito e diversas ilhas do Mar Mediterrâneo.

O imperador mais importante foi Justiniano (527-565). Em decorrência de diversas guerras, conquistou territórios do antigo Império Romano do Ocidente (Itália, litoral da península Ibérica, norte da África), o que lhe permitiu controlar a navegação em todo o Mediterrâneo. Determinou a compilação da legislação romana (conhecida como Código de Justiniano), que era a lei básica do Império Bizantino.

No século VII, iniciou-se o declínio do Império Bizantino, quer por lutas internas, quer pelos ataques de outros povos (em especial, persas e árabes, estes recentemente convertidos ao islamismo). A perda de importantes territórios enfraquecia o império.

Os principais problemas internos tinham, geralmente, caráter religioso. Exemplo: o surgimento de uma heresia conhecida como "monofisismo", cujos adeptos afirmavam que Cristo tinha apenas natureza divina. Essa concepção se chocava contra a tese aprovada no Concílio de Calcedônia (451), segundo a qual Cristo era dotado de dupla natureza, a divina e a humana. Houve severa perseguição aos hereges.



Mapa do Império Bizantino

Em 723, para diminuir o poder da Igreja, o governo bizantino declarou que o culto de imagens era idolatria e ordenou a destruição das estátuas religiosas (ícones). O episódio ficou conhecido como "movimento iconoclasta". Explorada pelos religiosos, a população acreditava que os ícones eram capazes de realizar milagres. Esse episódio seria um dos fatores do futuro rompimento entre Constantinopla e Roma.

Monges ortodoxos se destacaram, desde o século X, na evangelização dos povos que viviam ao norte da península balcânica e no leste europeu (em geral eslavos, como os russos). Paralelamente à conversão, os monges elaboraram um alfabeto, com base na escrita grega.

Até o século XI, a unidade cristã se manteve. Mas, a partir de então, muitas divergências levaram à ruptura. O papa desejava impor sua autoridade sobre toda a cristandade. Ocorre que, nos domínios bizantinos, para evitar conflitos religiosos, os imperadores submetiam o clero à sua autoridade.

Em 1054, ocorreu o chamado Cisma do Oriente, isto é, o rompimento da unidade da Igreja. Dividida a cristandade, o clero romano e o papa passaram a constituir a Igreja Católica Apostólica Romana, cuja língua oficial é o latim; o clero bizantino e seus patriarcas constituíram a Igreja ortodoxa, sendo o grego sua língua oficial. Cada qual se considerava a verdadeira igreja cristã.

A partir do século XIII, os turcos otomanos, que haviam se convertido ao islamismo, invadiram e conquistaram diversos territórios na Ásia Menor

e nos Bálcãs, pertencentes até então ao Império Bizantino. No começo do século XV, o outrora poderoso império estava reduzido à capital, Constantinopla. Em 1453, os turcos romperam suas muralhas. A conquista pôs fim ao Império Bizantino.

Além da obra monumental de compilação do Direito Romano e da evangelização dos eslavos, a civilização bizantina também se destacou na construção de igrejas, conventos e catedrais (como a de Santa Sofia, em Constantinopla) e nas artes aplicadas (ou decorativas), em especial os mosaicos.

30



Cerco de Constantinopla, por Jean Chartier, século XV

O mundo muçulmano

O profeta Mohamed, criador do islamismo (também conhecido como muçulmanismo), uma religião monoteísta, nasceu em 570, na cidade de Meca, na península da Arábia. Essa península, localizada entre a Ásia e a África, possui um extenso litoral. Nele, como as condições geográficas são menos duras, era possível a prática da agricultura (modo de vida sedentário). Já o interior é dominado por desertos extremamente áridos. Os poucos oásis e poços de água que ali existem eram disputados por diversas tribos árabes, quando do nascimento de Mohamed. A população do interior, conhecida

como beduína, dedicava-se ao pastoreio de cabras e camelos e tinha vida seminômade. As tribos se dividiam em clãs, um sistema de parentesco, cujos membros acreditavam possuir um ancestral comum.

31



Mapas da Península da Arábia e do Império Muçulmano

Em decorrência da posição geográfica da península, o comércio e a produção artesanal (tecidos, objetos de metal) eram duas atividades importantes e tradicionais entre os árabes, povo do grupo semita. Inúmeras caravanas cruzavam a Arábia.

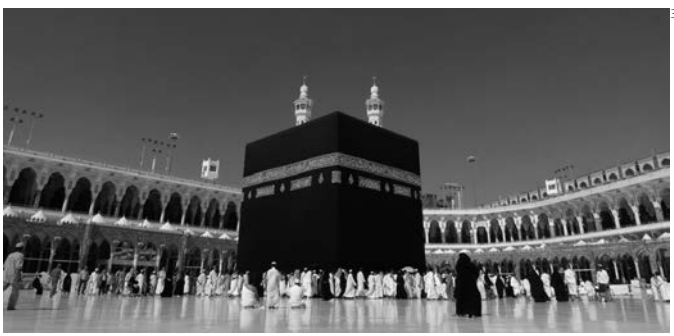
No centro de Meca, importante centro comercial, havia um templo (a Caaba) anualmente visitado pelos árabes, até então politeístas. No templo estavam guardados os símbolos e a representação dos deuses (cerca de 360) por eles cultuados. Também havia uma grande pedra, que se acreditava ter vindo do céu (provavelmente um meteorito).

Órfão de pai e mãe, criado por um tio caravaneiro, Mohamed era membro da tribo coraixita, guardiã da Caaba. Mas o clã a que ele pertencia, os hashemitas, era pobre. Em suas viagens comerciais, Mohamed conheceu comunidades cristãs e judaicas, dois grupos monoteístas. Aos 25, anos casou-se com Khadidja, viúva de um rico caravaneiro. Em 610, Mohamed

teria tido contato com o anjo Gabriel, que lhe disse ser ele, Mohamed, um enviado de Deus para trazer justiça entre os homens. Novas revelações se seguiram. Considerando-se sucessor de Abraão, Moisés e Jesus, ele começou a pregar, inicialmente a seus parentes mais próximos. Dizia que um dia o mundo acabaria e que Alá (Deus, para os muçulmanos) julgaria todos. Os que seguissem suas determinações usufruiriam as delícias do paraíso; os pecadores e infiéis iriam para o inferno.

Seus familiares e amigos mais próximos foram os primeiros a se converter à nova religião. Mas o temor de que o islamismo extinguisse o politeísmo, levando a cidade a perder sua importância religiosa, fez que o grupo dominante perseguisse Mohamed e seus discípulos. Eles buscaram refúgio em Iatreb, cidade rival de Meca. Essa fuga (em árabe, *hégira*) marca o início do calendário muçulmano e corresponde ao ano 622 do calendário cristão. Convertida a população de Iatreb, ela passou a se chamar Medina, a Cidade do Profeta. Em 630, os seguidores de Mohamed derrotaram os coraixitas e dominaram Meca. Todos os ídolos foram destruídos, mas a Caaba foi conservada como símbolo da união dos muçulmanos. Nos dois anos seguintes, ocorreu uma rápida conversão das diversas tribos árabes.

32



Caaba, Meca, Arábia Saudita

Os seguidores das crenças e padrões éticos do islamismo são chamados muçulmanos, que significa "aqueles que se submetem a Alá", e maometanos. Os princípios islamitas encontram-se em seu livro sagrado, o *Corão*, base da doutrina. São cinco as obrigações fundamentais:

1) Só há um único deus, Alá, e Mohamed é seu profeta.
2) Peregrinação a Meca, ao menos uma vez na vida, se possível.

3) Doação de esmolas.
4) Cinco orações diárias, voltado o crente a Meca.
5) Jejum, durante o dia, no mês do Ramadã.

Após a morte de Mohamed, em 632, teve início a expansão muçulmana além da península Árabe. A "guerra santa" foi o fator fundamental dessa rápida expansão, pois acreditava-se que aqueles que dela participassem ganhariam o paraíso. Em menos de um século os muçulmanos conquistaram um vasto território, que se estendia do ocidente da Índia até a península Ibérica. A capital, inicialmente Meca, foi transferida para Damasco (dinastia Omíada) e posteriormente para Bagdá (dinastia Abássida). O governante máximo tinha o título de califa, o "sucessor do Profeta". Não raro, era assassinado em lutas violentas pelo poder.

Em geral, os muçulmanos trataram os povos conquistados com tolerância, respeitando seus costumes e suas crenças. Porém, os não muçulmanos estavam obrigados ao pagamento de um tributo extra.

O Império Islâmico manteve-se unido por quase duzentos anos. Essa união só foi possível em função da religião e da língua árabe, na qual foi escrito o *Corão* (ou *Alcorão*).

O império começou a declinar em decorrência da luta pelo poder e da grande extensão territorial. Surgiram califados independentes no Egito (com um descendente de Fátima, única herdeira do profeta) e na península Ibérica (califado de Córdoba). No século XI, acelerou-se a Reconquista (processo de expulsão dos árabes da península Ibérica), movida pelos cristãos.

A civilização islâmica

Em comparação com a Europa da Alta Idade Média, a civilização islâmica teve um enorme destaque. Grandes avanços no setor da medicina (escolas, hospitais, diagnósticos, cirurgias, medicamentos, farmácias, higiene), da física (ótica), da matemática (algarismos, operações, conceito do zero, trigonometria, álgebra, equações, incógnitas), da química (álcool), da geografia (descrições, cartografia), da filosofia (assimilaram e difundiram o pensamento grego antigo). Não menos importante foram suas contribuições econômicas: técnicas agrícolas, difusão de novas culturas (café, cana-de-açúcar, cítricos etc.). Na literatura, poesia e contos, como *As mil e uma noites*. Na arte, assimilação, invenção e difusão de técnicas arquitetônicas (especialmente arcos de sustentação) e elementos decorativos (arabescos). Os melhores exemplos são mesquitas (templo islamita), palácios (como o Alhambra, em Granada, na Espanha) e fortalezas. Finalmente, a importância da língua árabe na Idade Média, seja como língua internacional nas transações comerciais, seja na influência em

outras línguas, como a portuguesa (especialmente palavras começadas em "al": algarismo, álgebra, alcunha, álcool, alazão, alcachofra, alcatra, alface etc.).


33

Pátio de Mesquita, Alhambra

A Europa feudal

Em decorrência das invasões "bárbaras", diversos reinos surgiram na Europa Ocidental, entre eles o dos visigodos, na península Ibérica, o dos ostrogodos, na Itália, o dos anglo-saxões, nas ilhas britânicas, o dos alamanos, na Germânia, e o dos francos, na antiga Gália romana, onde atualmente se localiza a França. Pertenciam ao grupo étnico germânico e tinham um modo de vida bastante simples. Dedicavam-se principalmente ao pastoreio e à agricultura.

Fabricavam panelas, vasos e potes de cerâmica, bem como diversos utensílios de osso, couro e madeira. Sua metalurgia se destinava à fabricação de capacetes, escudos e armas. Eventualmente havia uma atividade comercial, mas à base de troca (escambo). Não conheciam moedas. E, muitas vezes, satisfaziam suas necessidades por meio de saques.

As comunidades germânicas eram formadas por cabanas cobertas com peles de animais ou por casas de madeira, com cobertura de palha. A

unidade familiar, bastante forte, tinha os laços de parentesco entre famílias estreitados por meio do casamento.

A sociedade germânica era bastante simples e igualitária, pois a terra no entorno de suas aldeias era propriedade coletiva. Os guerreiros mais fortes normalmente exerciam o poder político e escolhiam, entre eles, o chefe (*Dux*). Não havia um Estado com estrutura permanente. Apenas em épocas de guerra surgia uma estruturação política mais definida (que os romanos chamavam *comitatus*). Não havia Direito escrito, e sim baseado nos costumes. Conflitos entre dois germanos eram resolvidos por meio do duelo e o resultado determinava quem tinha razão. Para obter a confissão de um suspeito, aplicava-se o ordálio, um tipo de prova judiciária. Aos deuses competia decidir se o réu era culpado ou inocente. Se, ao segurar um ferro em brasa, ele sentisse dor, seria considerado culpado; se suportasse, os deuses teriam-no protegido, por considerá-lo inocente.

34



Arte produzida pelos povos germâmicos

Os germanos eram politeístas, e as principais divindades identificavam-se com as forças da natureza. Os principais eram Odin (guerra), Thor (trovão), Mon (Lua), Sunna (Sol) e Freia (primavera e fertilidade). Alguns deles aparecem nos nomes dos dias da semana, em inglês. Os germanos acreditavam que, após a morte, a alma do guerreiro, recolhida pelas valquírias, divindades a cavalo, ia para a Valhala, o paraíso.

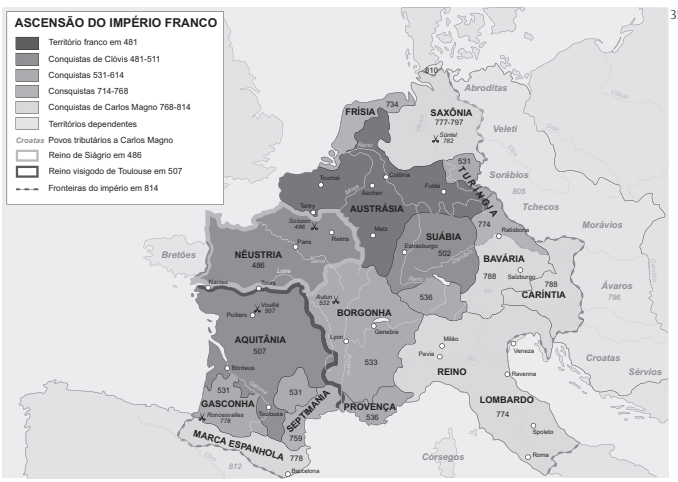
De todos os reinos germânicos, certamente o mais importante foi o dos francos. Além de sua duradoura organização política, das características mais específicas de seu sistema feudal, de sua conversão ao cristianismo, o reino franco deu origem a duas das principais nações europeias: a França e a Alemanha.

O reino franco

Durante a Alta Idade Média, o reino franco foi governado por duas importantes dinastias: a merovíngia e a carolíngia. Clóvis (481-511), descendente de Meroveu, fundador da dinastia merovíngia, foi o organizador do

reino. Sua conversão ao cristianismo garantiu-lhe o apoio da Igreja católica, na época a única instituição realmente organizada na Europa Ocidental. Com a ajuda do clero, seu poderoso exército derrotou os burgúndios e os visigodos, garantindo o domínio de toda a Gália. Em contrapartida, Clóvis concedeu à Igreja terras e isenções de impostos. Seus sucessores, com exceção de Dagoberto, foram reis sem autoridade. Tornaram-se conhecidos como "reis indolentes", pois quem administrava de fato o reino era o "prefeito do palácio", uma espécie de primeiro-ministro. Um deles, Carlos Martel, alcançou enorme prestígio ao derrotar os muçulmanos na batalha de Poitiers (732), cujo resultado impediu a expansão árabe no continente europeu.

Para contar com o apoio de um maior número de guerreiros bem-equipados, Martel distribuiu a eles imensas extensões de terra. A exploração agrícola permitiu ao guerreiro, além do sustento, condições para obter equipamento para os conflitos (armamentos, montaria); reunir sob seu comando um grupo de guerreiros, aos quais concedia parcelas de sua propriedade em troca de ajuda militar e fidelidade.



Mapa do Império Franco

O guerreiro que recebia um benefício, em geral uma propriedade rural (feudo), tornava-se vassalo de quem a concedera, que se tornava seu senhor. O vassalo estava obrigado a prestar serviço a seu senhor sempre

que necessário. Por seu lado, o vassalo também podia doar terras a outros guerreiros. Ao rei, senhor de todos os senhores, aplicava-se a expressão "suserano". Assim, formava-se uma longa hierarquia de senhores e vassalos.

Carlos Martel foi sucedido por seu filho, Pepino, o Breve, que exerceu sua função com todo o poder e prestígio herdados do pai. Poucos anos depois, com o apoio da Igreja, destronou Childerico III, o último soberano merovíngio, iniciando-se a dinastia carolíngia. Essa usurpação foi aceita pela Igreja, pois ela recebeu grandes extensões de terra, origem dos Estados Pontifícios (atualmente reduzidos ao Estado do Vaticano).

Em 768, Carlos Magno tornou-se o sucessor único de seu pai, Pepino, o Breve. Nas décadas seguintes, com um poderoso exército, conquistou vastos territórios, sempre com o apoio da Igreja católica, em troca de enormes benefícios. Por outro lado, o rei dos francos podia escolher em seus domínios os bispos e abades. No Natal de 800, na antiga basílica de São Pedro, o papa Leão III coroou Carlos Magno como imperador do Império Romano do Ocidente, sob o protesto do imperador bizantino, que se considerava o herdeiro legítimo do antigo Império Romano.

Para melhor administrar seu vasto território, Carlos Magno dividiu-o em condados e ducados, entregues aos nobres, mediante juramento de fidelidade ao soberano. Nas regiões fronteiriças criou as *marcas*, territórios governados pelos marqueses. Funcionários governamentais, denominados *missi dominici* (enviados do senhor), fiscalizavam o cumprimento das Capitulares, leis expedidas pelo imperador e que deveriam ser aplicadas pelos vassalos.

Houve, nessa época, um notável desenvolvimento nos domínios francos, conhecido como Renascimento Carolíngio. Escolas foram criadas nos mosteiros e nos palácios reais, onde antigos manuscritos greco-romanos eram copiados e estudados. Destacaram-se, então, o filósofo Alcuíno de York e o historiador Eginhard, autor da biografia de Carlos Magno.

O império criado por ele não foi duradouro. Seu filho e herdeiro, Luís, o Piedoso, era muito fraco politicamente. Após sua morte, o império foi dividido entre seus três filhos, conforme o costume franco: pelo Tratado de Verdum, Carlos, o Calvo, ficou com a parte ocidental (atual França); Luís, o Germânico, com a oriental (atual Alemanha); e Lotário, com uma faixa de terra entre esses dois reinos (desde a Holanda até o norte da Itália), além de receber o título de imperador. Após a morte de Lotário, essa região foi dividida entre seus irmãos.

Em 962, Oton I, rei germânico, foi sagrado imperador pelo papa João XII. Nascia o Sacro Império Romano-Germânico, que durou até 1806.

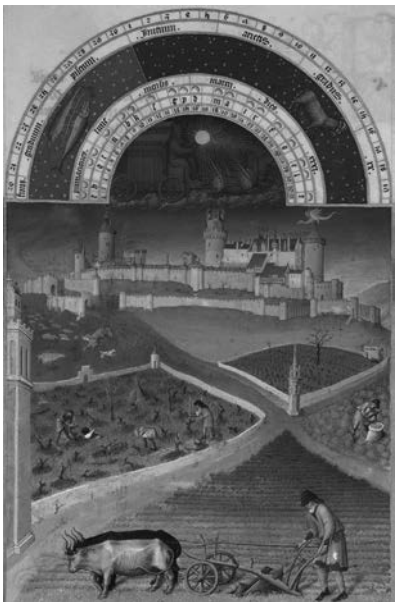
A economia e sociedade feudais

As características fundamentais da economia feudal eram: produção para subsistência, com predomínio das atividades rurais (agricultura e pecuária); comércio e uso de moedas praticamente inexistentes; má qualidade das estradas; poucos estoques, que sujeitavam a população à sorte de uma boa colheita.

Numa propriedade feudal havia a área agrícola (local de plantio), a reserva florestal e as diversas construções (castelo, casas dos trabalhadores, igreja, moinho, estábulo e outros equipamentos).

A sociedade era predominantemente rural. Havia dois grupos sociais que formavam a elite (classe dominante): os nobres (detentores de propriedades rurais) e o clero. Eram os privilegiados, isentos do pagamento de impostos.

36



Representação de um feudo

Uma frase sintetiza o sistema feudal: "Não existe senhor sem terra, nem terra sem senhor".

Os membros do alto clero, constituído por bispos e abades, eram escolhidos pelo monarca, entre as pessoas da nobreza, e encarregados de administrar o patrimônio da Igreja. O baixo clero (encarregado das múltiplas atividades religiosas) era formado por pessoas de origem simples.

A camada baixa da sociedade era formada pelos servos. Não podiam deixar a propriedade feudal e estavam obrigados a trabalhar em troca de proteção e do uso de lotes para seu sustento. Assim, cada grupo social tinha uma função específica: os servos trabalhavam para sustentar todos os membros da sociedade, o clero se encarregava das funções religiosas, administrativas

e culturais, como se verá a seguir, e a nobreza mantinha a ordem interna e externa (defesa).

A área agrícola era dividida em duas grandes partes: aquela na qual toda a produção pertencia ao senhor feudal (manso senhorial) e aquela em que parte da produção pertencia aos servos (manso servil).

O manso servil era dividido em lotes, distribuídos entre os servos. Para evitar o esgotamento do solo, a área agrícola era separada em duas partes: enquanto uma era utilizada para a lavoura (trigo, cevada etc.), a outra, usada no ano anterior, descansava. Era o sistema rotativo bienal. Na verdade, a área não aproveitada servia de pastagem para os animais, que a adubavam.

Todo o trabalho era dever dos servos. Sobre eles recaíam as seguintes obrigações:

a) corveia – Trabalho no manso senhorial, 3 a 4 dias por semana, em troca de proteção a ataques e invasões;

b) talha – Em geral, metade da produção do manso servil pertencia ao senhor feudal, como forma de pagamento pelo uso da terra (meiação);

c) banalidade – Taxa paga pelo uso de equipamentos pertencentes ao senhor feudal, como moinho e forno. Em geral, paga com o produto do trabalho;

d) mão-morta – Taxa paga pelo servo ao senhor feudal, para poder herdar os "direitos" de seu falecido pai, com o uso de lotes no manso servil;

e) dízimo – Pagamento à Igreja de um décimo de tudo que fosse produzido.

37



Camponeses semeiam e aram a terra com uso da charrua

No seu conjunto, a sociedade feudal era bastante estratificada. Como a posição de uma pessoa era determinada por sua origem (nascimento), praticamente não havia mobilidade. Era uma sociedade estamental, em que a posição das pessoas na sociedade era determinada pelo seu nascimento.

No feudalismo, o sistema político-administrativo era descentralizado. O senhor feudal era quem realmente governava, ainda que em nome do rei.

A importância e o papel da Igreja

A Igreja tinha uma importância e um papel fundamental no mundo feudal. Os senhores feudais, seja pela religiosidade, seja pelo desejo de alcançar o paraíso, costumavam doar terras à Igreja. Dessa maneira, ela se tornou a maior proprietária de terras da Europa ocidental, fato que explica o interesse de muitos nobres (geralmente o segundo filho das famílias) de se tornarem membros do alto clero, ainda que sem vocação religiosa.

Além da assistência religiosa, a Igreja exercia diversas outras funções:

a) Civis – Registros civis, assistência aos órfãos, viúvas e doentes;

b) Jurídicas – Concessão do direito de asilo; tribunais que envolviam pessoas leigas e religiosas; estabelecimento de tréguas nas guerras feudais (Trégua de Deus); proteção aos camponeses, comerciantes, mulheres e crianças durante as guerras (Paz de Deus);

c) Culturais – Escolas nos mosteiros; preservação da cultura clássica em suas bibliotecas; cópias de livros (os copistas trabalhavam com pergaminho); estímulo à produção artística (arquitetura, pintura, escultura, iluminuras, vitrais, mosaicos etc.).

38



Papa São Gregório I

39



Papa João XI

Três grandes teólogos cristãos elaboraram a doutrina da Igreja católica, que tanta influência exerceu sobre toda a Europa medieval.

a) Santo Agostinho (352-430), autor da obra *A cidade de Deus*, que abordava o problema da salvação eterna por meio da graça de Deus.
b) São Bento da Núrsia (480-547), iniciador da vida monástica no Ocidente cristão; grande responsável pela expansão do cristianismo, a qual teve continuidade com outras ordens monásticas, como a dos franciscanos e a dos dominicanos.
c) São Tomás de Aquino (1225-1274), autor da *Suma teológica*, na qual ressalta a importância da fé para a salvação eterna.

Era a Igreja que justificava ser o mundo como ele era. Tudo era "vontade de Deus": destino, felicidade, tragédias, servidão. Assim, o servo deveria aceitar pacificamente sua dura realidade. A Igreja católica era, portanto, uma poderosa instituição política, econômica, social e cultural.

Baixa Idade Média

Com o fim das grandes invasões e a diminuição das guerras feudais (em decorrência da ação da Igreja católica), o sistema feudal começou, aos poucos, a se modificar. A produção agrícola cresceu, com a passagem do sistema rotativo bienal para o trienal. A área agrícola foi então dividida em três partes: duas para a lavoura, uma para descanso. Foi possível a introdução do sistema rotativo trienal devido à melhoria dos instrumentos agrícolas, como o arado com ponta de metal (charrua). Florestas foram derrubadas e transformadas em áreas agrícolas. Assim, mais bem-alimentada, a população aumentou, a vida urbana renasceu e o comércio se expandiu. Com o apoio dos comerciantes, os reis passaram, progressivamente, a concentrar a administração e a justiça, diminuindo assim a autoridade e a autonomia dos senhores feudais.

Com o aumento da produtividade agrícola, parte da mão de obra servil se tornou excedente. Alguns senhores feudais permitiram a saída desse excedente, que se estabeleceu em torno dos castelos ou em pequenas cidades, nas encruzilhadas de estradas, ou próximo a portos (fluviais e marítimos). Nesses pequenos aglomerados urbanos (denominados burgos), os novos moradores se dedicaram ao comércio e ao artesanato. Com o tempo, esse grupo social passou a ser conhecido como burguesia. Era o renascimento urbano. Muitas cidades cresceram, ainda que desordenadamente. Na verdade, elas eram ainda uma extensão da vida rural, pois havia inclusive criação de animais, e as condições sanitárias eram precárias.



Muralhas da cidade medieval de Carcassonne, em Languedoc-Roussillon, França

Com a expansão do comércio (primeiramente local, depois regional e, finalmente, internacional), intensificou-se o uso de moedas como instrumento de compra e venda. A economia de subsistência (feudal) se transformava numa economia de mercado. Acelerou essas transformações um amplo movimento militar-religioso conhecido como Cruzadas.

As Cruzadas

As Cruzadas foram um movimento do cristianismo ocidental em direção ao Oriente Médio, mais especificamente à Terra Santa (Jerusalém, Belém, Nazaré). Com a conquista de Jerusalém pelos turcos, em 1071, a peregrinação cristã à cidade foi praticamente impedida. Os turcos, recém-convertidos ao islamismo, hostilizavam os peregrinos cristãos.

Além da religiosidade forte na época, havia outros motivos para a realização das Cruzadas:

a) interesse da nobreza nos saques, que possibilitariam aos nobres endividados o pagamento de suas dívidas, e na conquista de terras (para os filhos sem direito à herança);

b) interesse da burguesia comercial, em especial das cidades italianas de Veneza, Gênova e Pisa, que desejava ampliar seus negócios nas ricas praças do Mediterrâneo oriental;

c) desejo da Igreja católica de expandir o cristianismo; à época, já havia ocorrido o cisma oriental;

d) deslocamento para o Oriente dos "indesejáveis europeus": pobres, doentes e velhos.

Em 1095, num discurso num concílio em Clermont-Ferrand (França), o papa Urbano II apelou dramaticamente para que se libertasse Jerusalém do domínio dos "ímpios turcos". Descreveu as delícias da região ("terras férteis, climas doces"), que caberiam aos cristãos após a expulsão dos turcos. Houve um verdadeiro delírio, que envolveu todas as camadas sociais, desde a alta nobreza até o camponês mais humilde.

Muito depressa se formou uma expedição, espontaneamente e sem nenhuma organização. Liderada por um fanático eremita, Pedro, foi a primeira de muitas outras expedições populares. Milhares de pessoas (entre elas, indivíduos com problemas físicos) dirigiram-se para o Oriente. Após cruzar o Império Bizantino, adentraram a Ásia Menor, onde foram derrotadas pelos muçulmanos.

41



Captura de Jerusalém durante a Primeira Cruzada, 1099, de um manuscrito medieval

Nesse mesmo ano, foi organizada a primeira das oito Cruzadas oficiais, todas chefiadas pela nobreza. Os soldados, usando cruzes bordadas nos uniformes, enfrentaram as longas distâncias a pé ou a cavalo. O destino: Jerusalém.

Em 1098, a cidade foi conquistada. Milhares de muçulmanos acabaram massacrados. Como resultado do triunfo inicial dos católicos, foram fundados quatro Estados cristãos na região. Porém, anos depois, Jerusalém foi reconquistada pelos muçulmanos, fato que provocou a formação de novas Cruzadas oficiais.

Na quarta Cruzada, por pressão de Veneza, interessada em ampliar seu poder comercial, houve a conquista de Constantinopla, que era uma cidade cristã.

No ano de 1270, ocorreu a última Cruzada oficial, mas sem sucesso. Embora esses movimentos fracassassem militarmente, suas consequências foram importantes:

a) Veneza e Gênova passaram a dominar o comércio no Mediterrâneo;
b) criaram-se novos hábitos de consumo na Europa, que passou a comprar produtos orientais de luxo (como tecidos de seda), açúcar de cana, arroz, frutas, perfumes, algodão, remédios, tapetes, porcelanas etc.;
c) introduziram-se novas culturas e técnicas agrícolas, como a irrigação;
d) houve maior contato com a cultura oriental e com a cultura greco-romana, preservada pelos muçulmanos.

Na Europa Ocidental, rotas terrestres foram abertas ou melhoradas, interligando a Itália com a região de Flandres (na atual Bélgica). Paralelamente, rotas foram abertas entre o oeste e o leste europeu. Feiras anuais ganharam importância, em especial as da região de Champanha (na atual França), especializada no comércio de tecidos.

Necessitados de dinheiro, em decorrência dos novos hábitos de consumo, senhores feudais trocaram as obrigações servis tradicionais (como a talha) por pagamento em dinheiro – que o camponês obtinha com a venda de seu excedente agrícola.

A vida urbana

Apesar de todas as dificuldades, as cidades proporcionavam a seus habitantes um sentimento de liberdade. Na França, na Alemanha e na Itália, muitas haviam alcançado a emancipação, libertando-se do domínio do senhor feudal por meio de lutas ou pagamento. Eram chamados "burgos livres". O servo que nelas vivesse um ano e um dia se tornava livre.

Para se defender dos senhores feudais e dos concorrentes, os profissionais urbanos se organizaram em associações. Os artesãos, nas corporações de ofício; os comerciantes, nas guildas (ou ligas).

Das corporações de ofício eram membros, obrigatoriamente, todos os artesãos de um determinado ofício (exemplo: corporação dos sapateiros). A corporação tinha o privilégio de monopolizar a produção, mas era obri-

gada a atender a demanda do mercado, zelar pela qualidade do produto e manter seu preço. Era formada pelo mestre de ofício (dono da oficina, dos instrumentos de trabalho, da matéria-prima e da produção); pelos oficiais (ou companheiros), ajudantes do mestre, assalariados; pelos aprendizes e, eventualmente, pelos jornaleiros, trabalhadores contratados para uma jornada de trabalho (diaristas). As corporações tendiam a se transformar em entidades familiares.

As guildas, ou ligas, reuniam os comerciantes. A mais famosa era a Liga Hanseática, no norte da Europa, formada por cerca de 150 cidades (entre as quais as alemãs Lübeck, Bremen, Hamburgo, além de Bruges, Londres, Novgorod). Controlava o comércio nos mares Báltico e do Norte. Seus navios eram armados para afastar a concorrência e combater a pirataria. Declinou com o desenvolvimento das grandes navegações.

Assim, a economia europeia ocidental deixou de ser basicamente agrícola. As atividades comerciais e manufatureiras se expandiram, beneficiando principalmente a burguesia (camada social em ascensão), que se aliou aos soberanos na unificação política dos reinos; as cidades se multiplicaram, emanciparam-se do domínio senhorial e conquistaram privilégios; a nobreza já não tinha a importância de outrora; os reis aumentaram seu poder, com a criação de exércitos nacionais, a centralização da justiça e da administração, além da emissão de uma única moeda para seu reino.

Na Baixa Idade Média, começaram a se formar os Estados nacionais (ou Estados modernos). A autoridade real passou a abranger todo o território, com o apoio do conjunto da população, que se sentia mais segura. Portugal foi pioneiro nesse processo, seguido da Inglaterra, França, Espanha e Suíça. Já Alemanha e Itália somente alcançaram sua unificação política no século XIX.

A Igreja católica, com as transformações socioeconômicas, perdia boa parte de seu poder. Com a fundação de universidades, já não mais detinha o monopólio do conhecimento. Passou a sofrer interferência do poder político, e, enquanto o alto clero carecia de vocação religiosa, o baixo clero era dominado pela ignorância. Para manter alta a arrecadação, a Igreja passou a vender indulgências (perdão dos pecados, cometidos e a cometer) e a cobrar novos impostos ("tostão" de São Pedro). Para manter controle sobre a população e evitar "desvios comportamentais", tornou-se mais intolerante. Criou os Tribunais do Santo Ofício, mais conhecidos como Tribunais da Inquisição, julgava e condenava pessoas acusadas de heresia, bruxaria, feitiçaria, homossexualismo e judaísmo. Utilizava a delação anônima e a tortura para obter confissões. Os primeiros tribunais inquisitoriais foram instalados em 1229.



Tribunal de inquisição. Galileo Galilei (1564-1642) diante de membros do Santo Ofício, no Vaticano, em 1633

Diversas heresias surgiram nessa época:

a) a dos valdenses (na França), que pregavam o abandono de todos os bens materiais, opunham-se à pena de morte, à simonia (compra ou venda de bens espirituais), à veneração dos santos;

b) a dos albigenses (ou cátaros), também na França; pregavam a abstinência sexual; como consideravam a vida terrena passageira, admitiam o suicídio; foram esmagados por uma Cruzada.

As grandes crises do século XIV

Em paralelo às transformações já descritas, a Europa Ocidental foi atingida por grandes crises.

a) Fome: decorrente de um longo período de secas, que provocou a quebra da produção agrícola (1345-1347).

b) Peste Negra: doença epidêmica, transmitida por vírus. O vírus estava localizado nas pulgas, cujo hábitat eram os ratos urbanos, bastante numerosos em decorrência das más condições de higiene nos burgos. Com a queda na produção de alimentos, muitos ratos pereciam, e as pulgas se alojavam nos seres humanos. Na França, na Alemanha, na Inglaterra e nos Países Baixos a peste matou mais de um terço da população, entre 1347 e 1350. Em Florença, cerca de 100 mil pessoas faleceram. Em Paris,

800 pessoas morriam diariamente. Muitos senhores feudais, para manter alta sua renda, sobrecarregaram os servos de serviços e taxas, fato gerador de muitas revoltas (chamadas *jacqueries*, na França). Os camponeses invadiam e queimavam castelos. Os senhores feudais contra-atacaram com a violência de seus exércitos.

c) Guerra dos 100 anos (1327-1453): entre França e Inglaterra, por questões dinásticas (os reis ingleses se consideravam herdeiros legítimos do trono francês) e interesses econômicos (ambos os países disputavam o domínio da região de Flandres, importante centro de produção de tecidos de lã).

d) Crise na Igreja católica: o rei francês Filipe, o Belo, exigia que a Igreja se submetesse a sua autoridade. O papa Bonifácio VIII resistiu. Filipe impôs um novo papa e, em 1309, transferiu a sede da Igreja para Avignon (França). Havia, portanto, dois papas. A situação se agravou em 1378, com a existência de três papas. Os católicos ficaram desorientados.

e) O avanço dos turcos muçulmanos: a tomada de Constantinopla, em 1453, uma das mais importantes cidades cristãs, colocou em risco de desaparecimento a cristandade europeia.

43



A praga de Ashdod, ou peste negra, 1630-31 (óleo sobre tela), Poussin, Nicolas (1594-1665)

Teste seu saber

1. **Sobre a Idade Média, qual frase está errada?**
   a) Ela durou cerca de mil anos.
   b) Ela se inicia no século V, quando ocorreu a queda do Império Romano Ocidental.
   c) Na área mediterrânea, destacaram-se as civilizações bizantina, turca-otomana e europeia feudal.
   d) No século XV, os turcos conquistaram Constantinopla, episódio que pôs fim ao Império Bizantino.

2. **Sobre o Império Bizantino, está correta a proposição:**
   a) Uma das razões de sua grande duração era o seu isolamento geográfico.
   b) Sua economia se baseava nas atividades agropecuárias.
   c) Sua corte imperial se notabilizou pela sua participação nas atividades econômicas.
   d) Constantinopla era uma das principais cidades mediterrâneas em decorrência do seu comércio marítimo e diversificada produção artesanal.

3. **Sobre o mais importante imperador bizantino, Justiniano (527-565), qual informação não está correta?**
   a) Houve guerras contra árabes islamitas e hereges.
   b) Justiniano determinou a compilação da legislação romana, que se tornou conhecida como "Código Justiniano".
   c) O imperador incorporou ao se domínio diversas áreas que pertenciam ao extinto Império Romano Ocidental.
   d) Seu governo manteve sob seu domínio a navegação no Mediterrâneo.

4. **A forma de governo no Império Bizantino pode ser definida como:**
   a) Democrática.
   b) Republicana.
   c) Feudal.
   d) Monárquica.



Museu do Louvre, Paris, Franca

Madona e Filho, Berlinghiero, século XII

5. **Observe a imagem acima. Trata-se de um ícone, pintura sobre madeira, uma das manifestações características da Civilização Bizantina. Com base no texto e nos seus conhecimentos, qual frase não está correta?**
   a) O movimento iconoclasta se referia à destruição de esculturas, não de pinturas.
   b) A arte bizantina era predominantemente religiosa.
   c) Na pintura não há preocupação com profundidade nem simetria.
   d) Observa-se forte influência do período clássico grego.

6. **O chamado Cisma do Oriente, ocorrido em 1054, teve como causa:**
   a) O monofisismo, uma heresia que negava a dupla natureza de Cristo.
   b) O desejo papal de impor sua autoridade sobre todos os cristãos, inclusive sobre os que viviam no Império Bizantino.
   c) A ação evangelizadora realizada por monges bizantinos em áreas de domínio da Igreja católica romana.
   d) A tradução para o grego de textos latinos.

7. **Sobre os beduínos na Arábia pré-maometana, qual proposição não está correta?**
   a) Dedicavam-se ao pastoreio.
   b) Tinham um modo de vida seminômade.
   c) Suas diversas tribos disputavam os oásis e os poços de água.
   d) Seus clãs se dividiam em tribos, ligadas por um antepassado comum.

8. **Não caracteriza o islamismo:**
   a) Monoteísmo.
   b) Peregrinação a Meca e doação de esmolas.
   c) Orações diárias.
   d) Jejum durante todo o mês do Ramadã.

9. **Não foi fator da expansão muçulmana:**
   a) o enfraquecimento do Império Bizantino.
   b) a adesão de povos à religião muçulmana.
   c) as lutas pelo poder entre os principais chefes muçulmanos.
   d) a "guerra santa".

10. **Qual a importância da hégira?**
    a) Marca o início da era muçulmana.
    b) Significa a conquista de Meca pelos partidários de Mohamed.
    c) Fuga de Mohamed e seus discípulos para Meca.
    d) Conversão dos cristãos de Tatreb.

11. **Sobre Mohamed, não é correto dizer:**
    a) Nasceu em Meca, época em que a Arábia era politeísta e sua população dividida em tribos e clãs.
    b) Teve contato com comunidades cristãs e judaicas em suas viagens comerciais.
    c) Rejeitou todos os profetas judeus e cristãos.
    d) Preservou a Caaba como símbolo de união dos muçulmanos.

12. **Assinale F (Falso) ou V (Verdadeiro) para as seguintes proposições:**
    a) A palavra "califa" significa o sucessor do "profeta". ( )
    b) O declínio do mundo muçulmano foi causado pela grande extensão do Império e pelas lutas sucessórias. ( )
    c) O califado de Córdoba era subordinado a Bagdá. ( )
    d) O *Corão* contém os ensinamentos de Maomé. ( )
    e) Os muçulmanos produziram avanços notáveis na matemática, mas não se destacaram nas edificações. ( )
    f) Não há influência árabe na formação da língua portuguesa. ( )
    g) No campo da filosofia, os árabes assimilaram e difundiram as ideias dos grandes pensadores gregos. ( )
    h) Originários de uma região árida, os árabes não desenvolveram técnicas agrícolas. ( )

13. **Relacione a coluna da direita com a da esquerda.**

(a) Visigodos	(1) Ilhas Britânicas
(b) Alamanos	(2) França
(c) Francos	(3) Germânia
(d) Ostrogodos	(4) Itália
(e) Anglo-saxões	(5) Península Ibérica

14. **Foram fatores do crescimento da população europeia a partir do século XI, exceto:**
    a) Maior oferta de alimentos.
    b) Invasão de povos bárbaros.
    c) Melhor distribuição de alimentos
    d) Ação pacificadora da Igreja católica.

15. **A produção agrícola se expandiu no começo da Baixa Idade Média. Não explica esse crescimento:**
    a) Derrubada de florestas e alargamento da área plantada.
    b) Introdução do sistema rotativo trienal.
    c) Surgimento da charrua, uma espécie de arado.
    d) Introdução de novas espécies de vegetais, como o trigo.

16. **São fatos relacionados ao renascimento urbano, exceto:**
    a) Desaparecimento de uma economia com base no uso da moeda.
    b) Deslocamento do excedente da mão de obra rural.
    c) Crescimento da produção artesanal.
    d) Renascimento do comércio.

17. **"Que Deus te dê coragem e ousadia,**
    Força, vigor e grande bravura
    E grande vitória sobre os Infiéis."
    A frase do historiador francês Georges Duby se refere ao século XII e reproduz a fala de um rei na sagração de um cavaleiro. Ela se refere:
    a) ao caráter religioso predominante nas relações de servidão, que uniam os nobres medievais.
    b) ao reconhecimento do supremo poder de Deus.
    c) às ações militares contra os muçulmanos.
    d) ao juramento que todos os nobres deviam fazer diante do rei e do Papa.

18. **As Cruzadas, um movimento militar europeu ocidental em direção ao Oriente, tiveram como fatores, exceto:**
    a) Dificuldades impostas pelos turcos muçulmanos às peregrinações cristãs à Terra Santa.
    b) Interesse do papa em romper relações religiosas com o Império Bizantino.
    c) Nobres sem direito à herança desejosos de obter um patrimônio no Oriente.
    d) Interesse comercial das cidades marítimas italianas.

Descomplicando a História

As Cruzadas, um movimento militar europeu ocidental em direção ao Oriente, tiveram como fatores, exceto:

a) Dificuldades impostas pelos turcos muçulmanos às peregrinações cristãs à Terra Santa.
b) Interesse do papa em romper relações religiosas com o Império Bizantino. Nobres sem direito à herança desejosos de obter um patrimônio no Oriente.
c) Interesse comercial das cidades marítimas italianas.

Comentário:

As Cruzadas foram um amplo movimento militar-religioso, desencadeado a partir do discurso do papa Urbano II, pronunciado em 1095. Um dos objetivos da Igreja católica era reunificar a cristandade, dividida desde o Cisma do Oriente, ocorrido em 1054, ano em que houve o rompimento de relações religiosas com o Império Bizantino.
Alternativa correta: b.

6 Idade Moderna: expansão marítima

Introdução

Nos últimos séculos da Idade Média, a Europa Ocidental conheceu mudanças importantes. A tradicional ordem feudal desmoronava diante do avanço do comércio, da ascensão da burguesia e da crescente circulação da moeda como instrumento de compra e venda. O capitalismo começava a se firmar como estrutura econômica dominante. Paralelamente, os Estados modernos, caracterizados pela centralização administrativa, consolidavam-se, e os reis concentravam em suas mãos o poder político. Monarquias nacionais, absolutismo, expansão marítima, montagem de impérios coloniais, revolução comercial, transformações culturais são processos históricos fundamentais para a compreensão do significado da Idade Moderna, elo de ligação ente o mundo medieval e o contemporâneo.

Expansão marítima europeia

Em decorrência da expansão do comércio europeu com o Oriente Médio, era crescente o interesse, na Europa Ocidental, pelas mercadorias vindas das Índias (artigos de luxo, como seda e perfumes, porcelanas, especiarias etc.). Eram mercadorias caras para o consumidor europeu, em decorrência da longa distância dos mercados produtores e do enorme número de comerciantes intermediários, especialmente árabes.

As especiarias (cravo, canela, noz moscada etc.), além de suas aplicações medicinais (elaboração de remédios), ajudavam a conservar os alimentos, em especial a carne.

Porém, em decorrência da tomada de Constantinopla pelos turcos, o comércio dessas mercadorias se tornou mais difícil, e os preços subiram ainda mais.

Expansão marítima de Portugal

Em 711, os árabes iniciaram a conquista da península Ibérica. Apenas o norte ficou fora da dominação muçulmana. Nessa região, surgiram alguns reinos cristãos independentes (Leão, Navarra, Castela e Aragão). Movidos pela "luta contra o infiel", iniciaram a Reconquista, ou seja, o processo de

expulsão dos mouros (nome dado aos árabes que viviam no norte da África e na península Ibérica). Com a paulatina libertação de territórios, esses reinos alargaram seus domínios. O que mais destacou na Reconquista foi Castela, embrião da futura Espanha.

Participaram da Reconquista diversos nobres franceses, cujo desejo era tornar-se proprietários feudais. Em 1094, Henrique de Borgonha recebeu o Condado Portucalense e se tornou vassalo do rei de Castela. Mas, em 1139, seu filho e herdeiro, Afonso Henrique, proclamou a independência do condado, transformado em reino. Na luta contra as forças de Castela, Portugal foi vencedor. Durante um século, os reis da dinastia de Borgonha lutaram com sucesso contra os mouros. O território português se expandiu em direção ao sul, até a região de Algarve.

Portugal foi o primeiro Estado moderno europeu (isto é, que adotou a centralização administrativa). Espremido entre os reinos de Leão e Castela, a oriente, e o oceano Atlântico, a ocidente, o país se voltou para o mar em busca de alimentos (pesca de bacalhau, sardinha etc.) e atividades mercantis. Portugal era intermediário entre o comércio mediterrâneo e o norte da Europa. É essa a origem da burguesia portuguesa, camada social mercantil. Ela enriqueceu e investiu na construção de navios, ampliando sua capitalização. Seu objetivo político: influenciar a política econômica do Estado.

Em 1383, ocorreu uma crise na sucessão do falecido rei D. Fernando. Sua filha e herdeira, D. Beatriz, era casada com o soberano de Castela. Assim, Portugal corria o risco de ser, de fato, governado pelos castelhanos. A burguesia preferiu aclamar D. João, membro da Ordem de Avis, como novo rei. Eclodiu uma revolução, com participação do povo. A vitória coube ao grupo que apoiava D. João, que se tornou o primeiro soberano da dinastia de Avis.

Apoiado pela burguesia, e a ela ligada, a nova dinastia estimulou a expansão marítima, que resultou nos grandes descobrimentos portugueses.

Etapas da expansão marítima de Portugal

A primeira conquista foi a cidade comercial de Ceuta, em 1415, localizada no norte ocidental da África. Para ela convergiam ouro, marfim e escravos, trazidos do interior do continente africano. Um filho do rei, D. Henrique, comandou a enorme expedição (cerca de 200 navios e 90 mil soldados). Porém, após a tomada da cidade pelos portugueses, as caravanas passaram a transportar as mercadorias para outras praças comerciais. A solução seria alcançar as regiões produtoras das mercadorias. Para isso,

os portugueses teriam de enfrentar o "Mar Tenebroso", como era então chamado o oceano Atlântico.

Dois anos depois, D. Henrique criava em Sagres um importante centro de construção naval. Nele trabalhavam diversos técnicos genoveses e venezianos, além de árabes, conhecedores da arte de navegar, do uso de instrumentos de orientação etc. Tradicionalmente, os historiadores denominam esse local "Escola de Sagres". As interpretações modernas consideram que tal escola, como centro de estudos, é um mito da história portuguesa. Graças aos conhecimentos marítimos, aos instrumentos de orientação (bússola, astrolábio), ao desenvolvimento da cartografia e à ousadia dos navegantes portugueses, as descobertas se sucederam: os arquipélagos de Madeira, Açores e Cabo Verde; ultrapassagem do cabo Bojador (1434); a costa da Guiné, do Marfim e do Ouro.

Após a morte de D. Henrique (1460), houve uma interrupção no processo de expansão marítima. Anos depois, ela seria retomada no reinado de D. João II, quando os portugueses se aproximaram do sul do continente africano, com o objetivo de atingir as Índias. É o chamado "ciclo oriental": navegar no sentido oriental. Coube ao navegador Bartolomeu Dias, em 1488-1489, alcançar o cabo da Boa Esperança, no sul do continente africano, e adentrar o oceano Índico. Estava descoberto o caminho para as Índias. Em 1498, iniciava-se a viagem de Vasco da Gama em direção ao grande centro produtor de especiarias. No ano seguinte, sua armada aportou em Calicute, estabelecendo relações diretas com o mercado asiático.

D. Manuel I, rei de Portugal, satisfeito com o sucesso da viagem às Índias de Vasco da Gama, determinou a preparação de uma nova expedição. Dessa vez, a frota era bem maior: composta de 13 navios, mais de 900 homens e mantimentos suficientes para cerca de 18 meses. O responsável pelo comando da frota era Pedro Álvares Cabral, e sua viagem tinha dois objetivos: o primeiro, e o mais importante para Portugal, a fundação de feitorias no litoral das Índias e o domínio do comércio de especiarias pela nova rota descoberta por Vasco da Gama; e, em segundo lugar (tema de grande discussão entre os historiadores: a chegada de Cabral foi fortuita ou premeditada?), tomar posse oficial do território brasileiro, localizado a ocidente do Atlântico Sul. Assim, Portugal pretendia controlar as navegações nessa ampla área, pois já dominava a navegação na parte oriental (litoral da África) desse oceano. É necessário lembrar também que os portugueses haviam assegurado desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas (detalhado mais adiante), em 1494, com os espanhóis, a posse de todas as terras a até 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde.

A frota zarpou de Lisboa em 9 de março de 1500. Por volta do dia 14 do mesmo mês já se encontrava nas ilhas Canárias e, no dia 22, em Cabo Verde.

No final da tarde do dia 22 de abril, avistava-se "terra chã, com grandes arvoredos", conforme relatou o escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha. Ao "monte mui alto e redondo" deu-se o nome de Pascoal, porque era a semana da Páscoa. No dia seguinte, um grupo de marujos desembarcou e teve um encontro amistoso com os nativos. No domingo de Páscoa, foi erguida uma cruz e celebrada a primeira missa, pelo frei Henrique de Coimbra. Em 1º de maio, acreditando ser a terra uma ilha, foi dado a ela o nome de Ilha de Vera Cruz. Dias depois, o nome foi mudado para Terra de Santa Cruz.

Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada, descreveu a terra descoberta ao Rei de Portugal: "Nela até agora não pudemos saber se haja ouro nem prata (...), porém a terra em si é de muitos bons ares (...); as águas são muitas, infindas; e em tal maneira é graciosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, pelo bem das águas que tem; porém o melhor fruto que nela se pode fazer me parece ser salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que em ela Vossa alteza deve lançar. (...)"


44

Quadro retratando a chegada dos portugueses

Dias após a chegada, Cabral recebeu em seu navio alguns índios. Os nativos reconheceram de imediato o ouro e a prata nos objetos (colares e anéis) que os portugueses traziam consigo. Indício da existência desses metais na nova terra.

O encontro entre portugueses e índios foi muito bem-documentado por Pero Vaz de Caminha, em sua famosa carta, considerada a "certidão de nascimento" de nossa história. O choque cultural foi evidente. Os indígenas não reconheciam os animais que traziam os descobridores (galinha,

carneiro etc.), à exceção de um papagaio que o capitão trazia consigo. Os portugueses ofereceram aos índios comidas e vinho, mas estes rejeitaram. O fascínio era mútuo. Os portugueses, surpreendidos pelos metais preciosos, e os índios, por objetos de pequeno valor para os europeus, como espelhos e bugigangas diversas.

No dia 2 de maio, após tomar posse oficial da terra em nome do rei lusitano, a esquadra partiu para o Oriente. Ficaram no novo território dois degredados e dois grumetes que desertaram, provavelmente atraídos pela beleza da natureza e das mulheres indígenas. Um navio, sob o comando de Gaspar de Lemos, navegou rumo a Portugal, levando a carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, um relatório da viagem, da descoberta, e uma descrição da Terra de Santa Cruz e seus habitantes.

Em setembro de 1500, a esquadra, bastante reduzida, aportava em Calicute. Ainda assim, os poucos navios que voltaram a Portugal estavam carregados de especiarias, proporcionando grande lucro. Nas décadas seguintes, diversas viagens resultaram no contato com diversos países (China, Japão), na fundação de feitorias em pontos estratégicos, na ampliação do comércio português no Oriente. Lisboa se tornou a mais importante cidade comercial na Europa. Mas toda essa riqueza ampliou a cobiça de outros países europeus.

Expansão marítima espanhola

A luta pela expulsão dos árabes da península Ibérica (Reconquista) atrasou a unificação política da Espanha e, consequentemente, o desenvolvimento de sua capacidade de realizar grandes navegações, como Portugal já fazia. Em 1469, Fernão, rei de Aragão, e Isabel, rainha de Castela, casaram-se, unificando dois dos principais reinos ibéricos. Essa união ampliou a capacidade militar dos ibéricos para expulsar os mouros da península, fato que aconteceu em abril de 1492, com a conquista de Granada. Unificada a Espanha, seu governo pôde ampliar seus investimentos nas navegações. Os chamados "reis católicos" contrataram os serviços do navegador genovês Cristóvão Colombo, que sugeria alcançar as Índias navegando no sentido ocidental. Como muitos outros europeus, ele acreditava na esfericidade da Terra.

Sua frota, formada por apenas três navios (*Santa Maria*, *Pinta* e *Nina*) zarpou do porto de Palos em 3 de agosto de 1492. Dois meses depois, tendo enfrentado motins da tripulação, no dia 12 de outubro de 1492, chegou à ilha de Guanaani (nas Bahamas), que ele denominou San Salvador. Depois alcançou outras ilhas (como as atuais Cuba e República Dominicana). Acreditando ter chegado às Índias, o genovês chamou de "índios" os habitantes desses territórios.

De volta à Espanha, a armada levou produtos da fauna e da flora do território e alguns nativos. Colombo realizou mais três viagens, mas nunca conseguiu encontrar as famosas especiarias orientais. Caiu em desgraça perante o governo espanhol, perdeu todos os privilégios e títulos. Morreu em 1506, praticamente esquecido, mas não pobre.

O navegador e banqueiro florentino Américo Vespúcio foi o primeiro europeu a acreditar que os territórios alcançados por Colombo formavam um novo continente – que, curiosamente, iria se revelar um obstáculo para a viagem ao Oriente, navegando no sentido ocidental. Esse continente recebeu o nome de Vespúcio: América.

Outros feitos marítimos espanhóis

1500 – Vicente Pinzón e Diogo de Lepe percorreram o litoral norte do Brasil no início de 1500 (portanto, antes de Cabral). Mas não tomaram posse, pois era área de posse portuguesa.

1513 – Vasco Nunes de Balboa, ao tentar descobrir um caminho para as Índias, desembarcou no litoral do Panamá, cruzou a pé o istmo e avistou o oceano posteriormente denominado Pacífico. Teria sido o primeiro europeu a avistá-lo.

1519 – Fernão de Magalhães, um navegador português, a serviço da Espanha, iniciou a primeira viagem de circum-navegação da Terra. Navegou rumo ao sul do novo continente, percorreu o litoral brasileiro e argentino, descobriu uma passagem, depois denominada Estreito de Magalhães, e adentrou o oceano que batizou de Pacífico. Prosseguindo, alcançou um arquipélago (depois denominado Filipinas), onde faleceu na luta contra os nativos. Sua viagem foi concluída, em 1521, por Sebastião Del Cano. Dos 265 tripulantes iniciais, apenas 18 chegaram à Espanha. A viagem comprovou a esfericidade da Terra, mas foi economicamente danosa.

Tratado de Tordesilhas

Para garantir seu domínio sobre o novo território e afastar as pretensões de Portugal, os reis católicos solicitaram ao papa Alexandre VI o reconhecimento de seu direito sobre a posse das terras. Em 1493, o papa elaborou uma bula, denominada *Inter Coetera*, que estabelecia uma linha divisória imaginária (meridiano) localizada a 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, dividindo as terras descobertas e a descobrir apenas entre Espanha e Portugal. O território localizado a oeste dessa linha pertenceria à Espanha; a leste, a Portugal.

Portugal, sentindo-se prejudicado, não concordou com a divisão. Os portugueses sabiam que não havia terras na área a eles destinada. Solici-

taram uma revisão, que resultou no Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494. Pelo novo acordo, o meridiano passaria a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas ou a descobrir, localizadas a oeste dessa linha, seriam da Espanha. A leste, de Portugal.

Explorações marítimas da Inglaterra, da França e da Holanda

Esses países, por diversos motivos, lançaram-se às grandes navegações décadas depois de Portugal. Em busca do Oriente e de conquistas territoriais, seus navegadores exploraram o Atlântico Norte.

Os navegadores italianos João e Sebastião Caboto exploraram o atual litoral norte-americano, a serviço da Inglaterra. Walter Raleigh explorou a costa da região denominada posteriormente Nova Inglaterra, onde fundou a colônia de Virgínia. Jacques Cartier iniciou a ocupação francesa do litoral do atual Canadá (futura província de Quebec). A Holanda tinha interesse na exploração do litoral ao norte do continente. Contratou o navegador inglês Henry Hudson, que adentrou a Baía que posteriormente recebeu seu nome.

Mercantilismo e sistema colonial

Durante a Idade Moderna, o pensamento econômico dominante determinava que a riqueza de um país correspondesse à quantidade de metais preciosos (ouro e prata) que ele possuísse. Esse princípio chamava-se "metalismo". Quanto mais rico um país, mais poderoso o seu soberano. Assim, a política econômica da monarquia absolutista visava concentrar, o máximo possível, riquezas metálicas. Os meios variavam, mas certamente beneficiavam o soberano e a burguesia, especialmente a comercial. De modo geral, princípios mercantilistas foram aplicados entre os séculos XV e XVIII.

Os principais deles eram:

a) Balança comercial favorável – O valor das exportações deveria ser superior ao das importações. Como os pagamentos eram feitos em moedas de ouro ou prata, haveria uma entrada de metais preciosos superior à saída.
b) Protecionismo alfandegário – Criação de tarifas alfandegárias para encarecer os produtos estrangeiros, o que desestimularia sua compra. Por outro lado, haveria um aumento na produção dessas mercadorias no próprio país. Essa medida tinha por objetivo maior manter uma balança comercial favorável.

c) Incentivo à natalidade – Visava ampliar a oferta de mão de obra para as atividades econômicas, para os quadros do exército e da marinha. Mão de obra superior às necessidades provoca desvalorização dos salários.

d) Intervencionismo governamental – O Estado intervinha na economia, fosse para proteger a produção interna (proibição de importação de mercadorias produzidas no próprio país), fosse para estimular as exportações (isenção de impostos). Na França de Luís XIV, o ministro das finanças, Colbert, criou diversas manufaturas reais. Elas se caracterizavam por produzir artigos de luxo ("colbertismo"), como tecidos de seda, tapeçaria ("estilo gobelin"), cristais, perfumes etc.

e) Monopólios internos – Para evitar a concorrência interna, que poderia gerar desgaste e atritos, o Estado dava a uma determinada pessoa o direito exclusivo de produzir determinada mercadoria.

f) Pirataria – Praticada principalmente pela Inglaterra, durante o reinado da rainha Elizabeth I. A grande vítima foram os navios espanhóis, que transportavam enormes riquezas das colônias para as metrópoles. Na verdade, há uma distinção entre pirata e corsário. O primeiro fazia saque em proveito próprio; o segundo era autorizado pelo governo, ficando com parte do saque. Alguns, como Francis Drake, tinham o título de almirante.

Para o sucesso da política mercantilista, era fundamental que o país tivesse um império colonial. Ele deveria produzir alimentos e matéria-prima para atender às necessidades da metrópole. E, caso as colônias tivessem metais preciosos, deviam explorá-los e exportá-los em benefício da metrópole. Além disso, as colônias eram submetidas ao monopólio comercial imposto pela metrópole e só podiam ter relações comerciais com a metrópole e com outras colônias da metrópole. Assim, como os preços eram controlados pela metrópole, esta era a grande beneficiária nessas relações comerciais. Finalmente, os colonos eram obrigados a pagar tributos à metrópole.

Portanto, mercantilismo e sistema colonial tinham por finalidade beneficiar a metrópole, os reis absolutistas e a burguesia metropolitana, detentora dos monopólios.

Os principais impérios coloniais eram:

a) Império colonial espanhol – Maior parte do continente americano, ilhas no Atlântico (Canárias), feitorias na Ásia (Filipinas) e na África (Marrocos).

b) Império colonial português – Boa parte da América do Sul (atual Brasil), feitorias na África (atuais Angola, Guiné, Moçambique), ilhas

no Atlântico (Madeira, Açores, Cabo Verde), feitorias na Ásia (Goa, na Índia).

c) Império colonial francês – Província de Quebec (atual Canadá), região do vale do Mississipi (atual Estados Unidos), ilhas nas Antilhas (atuais Haiti, Martinica, Guadalupe), feitorias na Ásia.

d) Império colonial inglês – Parte da costa leste do atual Estados Unidos (as "13 colônias inglesas da América do Norte"), atual Guiana inglesa, parte do atual Canadá, ilhas nas Antilhas (atuais Jamaica, Barbados), feitorias na Ásia.

e) Império colonial holandês – Ilhas nas Antilhas (atual Curaçao), Guiana holandesa (hoje, Suriname), feitorias na Indonésia.

É importante saber que entre 1580 e 1640, por questões dinásticas, Portugal e seu império colonial pertenceram à Espanha; que os holandeses dominaram temporariamente o Nordeste brasileiro; e que os franceses dominaram temporariamente a Baía da Guanabara e a atual capital do Maranhão, São Luís, por eles fundada.

Espanhóis conquistam a América

Nos anos que se seguiram à chegada de Colombo, o maior objetivo dos espanhóis foi descobrir uma passagem que lhes permitisse alcançar as Índias. Porém, havia outro grande objetivo: encontrar metais preciosos na nova terra. Nas primeiras décadas do século XVI, os espanhóis exploraram as ilhas do Caribe. Em contato com os nativos, souberam da existência de um rico império a ocidente. Liderado por Hernán Cortês, um pequeno exército partiu de Cuba, em 1519, e desembarcou na costa atlântica do México, onde os conquistadores fundaram o povoado de Vera Cruz, que serviu de base para o ataque ao Império Asteca. Com armas de fogo (canhões e mosquetões), cavalos e o auxílio de tribos inimigas dos astecas, os invasores conquistaram a capital do império, Tenochtitlán.

Pouco mais de uma década depois, o aventureiro Francisco Pizarro conquistava o Império Inca, que dominava boa parte da região dos Andes. A conquista foi facilitada em decorrência de uma luta entre dois irmãos que se consideravam herdeiros do trono inca, Atahualpa e Huáscar.

Os *adelantados*, denominação dos conquistadores espanhóis, inicialmente governaram os territórios conquistados. Porém, na segunda metade do século XVI, o governo metropolitano dividiu seus domínios em vice-reinados.

No fim do período colonial, eram quatro os vice-reinados:

a) Nova Espanha, que compreendia o atual México, a América Central e parte do atual oeste norte-americano;

b) Peru, do qual faziam parte os atuais Peru e Bolívia e o norte do atual Chile;

c) Nova Granada, que abrangia os atuais Equador, Colômbia e Venezuela;

d) Rio da Prata, que, criado no século XVIII, administrava grande parte do atual Chile e os atuais Argentina, Paraguai e Uruguai.

Havia também quatro capitanias gerais, com funções militares: Cuba, Guatemala, Venezuela e Chile.

A administração dos vice-reis e dos capitães-gerais era fiscalizada pelo Real Supremo Conselho das Índias. Já o monopólio comercial, concedido à burguesia mercantil, era controlado pela Casa de Contratação.

Os mais altos cargos administrativos eram privilégio dos espanhóis de nascimento, conhecidos como *chapetones*. Constituíam a elite da sociedade colonial. Os filhos de espanhóis e seus descendentes eram chamados *criollos*. Os mais ricos formavam a aristocracia colonial. Os mestiços, filhos de espanhóis com nativas, estavam numa posição inferior, somente acima dos nativos aculturados. Mas ambos eram geralmente submetidos ao regime de servidão, trabalhando na lavoura e na mineração. Em algumas regiões, como nas ilhas do Caribe, a base da pirâmide social era constituída por escravos africanos e seus descendentes.

Os espanhóis empregavam dois tipos de instituições administrativas:

a) *encomienda* – Um espanhol recebia a administração de uma comunidade indígena, explorando sua mão de obra nas minas ou na lavoura. O *encomendero* estava obrigado a promover a catequização dos nativos e a pagar um tributo ao governo;

b) *mita*, instituição originalmente inca – Consistia no recrutamento dos indígenas para o trabalho obrigatório nas minas, nas pedreiras ou na edificação de obras públicas, como palácios, templos, pontes, estradas e terraços públicos.

Colonização inglesa na América do Norte

Espanhóis e portugueses, seguindo os princípios mercantilistas, estabeleceram na América colônias de exploração. Já as colônias inglesas apresentavam um caráter mais diversificado. Havia colônias de exploração nas Antilhas (como Jamaica e Barbados), e também eram de exploração as que ficavam ao sul do litoral atlântico da América do Norte: Geórgia,

Carolina do Norte, Carolina do Sul, Virgínia e Maryland. Em decorrência do clima subtropical dessa região, sua exploração agrícola era dominada pelo sistema *plantation*: latifúndio monocultor, com exploração de mão de obra escrava negra e produção para exportação (tabaco, algodão). A sociedade era basicamente dividida em dois grupos opostos: senhores de terra e escravos negros.

Escravos negros começaram a ser trazidos da África a partir de 1619. Muitos ingleses pobres emigravam para a América e suas viagens eram pagas pelos fazendeiros. Trabalhavam em média sete anos em troca de comida, até quitar sua dívida. Depois, dirigiam-se para oeste, à procura de terras.

A América do Norte inglesa, na fase colonial, já apresentava, portanto, classes abastadas (proprietários), classe média formada por comerciantes e pequenos agricultores e uma multidão de camponeses livres, pobres, mas com perspectivas e desejo de ter suas plantações. Também possuía experiência de governo próprio: nas colônias, o governador era designado pelo rei inglês, mas o Conselho (ou Assembleia) era formado por cidadãos eleitos entre os mais destacados membros da sociedade local. Nessa ordem social, desenvolveu-se um sentimento de amor à nova "pátria", que lhes era tão favorável.

Havia ainda as "colônias de povoamento", localizadas no norte e no centro desse litoral. Sua ocupação foi bem diferente das demais áreas de colonização europeia na América. Em sua maioria, os colonos, que deixaram a Inglaterra, tinham sofrido perseguições religiosas ou políticas. Muitos haviam perdido suas pequenas propriedades em decorrência do cerco feito pelos grandes proprietários (processo chamado "cercamento"; em inglês, *enclosure*). A colonização foi espontânea, ou decorrente do interesse de companhias de comércio. Na América, esses colonos criaram governos praticamente autônomos, voltados ao seu próprio benefício (*self-government*). As atividades econômicas, voltadas para o mercado interno, eram diversificadas. Predominava o sistema de pequena propriedade rural, e a escravidão era quase inexistente.

Teste seu saber

1. **Selecione entre as opções abaixo aquela cujos elementos caracterizam a "Expansão Marítima e a Revolução Comercial Europeia":**
   a) restrição ao lucro e aos juros; difusão da cultura europeia; declínio do comércio no Mediterrâneo.
   b) expansão da produção, distribuição e troca; desenvolvimento do sistema de crédito; mudança do eixo econômico-comercial do Mediterrâneo para o Atlântico.
   c) desenvolvimento do capitalismo industrial; decadência do comércio italiano; fortalecimento do poder real.
   d) decadência do comércio português; desaparecimento da escravidão; intervenção das monarquias nacionais na economia.

2. **Assinale com um X as afirmativas corretas.**
   a) A burguesia era a camada social que se dedicava ao comércio marítimo. ( )
   b) Os europeus, no começo da Idade Moderna, estavam interessados em adquirir, principalmente, produtos de luxo e especiarias. ( )
   c) O comércio mediterrâneo era controlado exclusivamente pelos árabes, desde o século VIII, quando conquistaram a península Ibérica. ( )
   d) A Espanha foi o primeiro país europeu a lançar-se à expansão marítima e comercial. ( )
   e) Vários instrumentos, como a bússola e o astrolábio, facilitaram a navegação oceânica. ( )

3. **Sobre a formação de Portugal, indique a proposição incorreta:**
   a) Reconquista foi o processo de libertação da península Ibérica do domínio muçulmano.
   b) Da Reconquista, participaram nobres franceses, desejosos de se tornarem proprietários de terra.
   c) Na Reconquista, destacou-se o Condado Portucalense, depois transformado em reino.
   d) Durante o governo da dinastia de Borgonha, Portugal se expandiu territorialmente em direção ao sul.

4. **Escreva nos parênteses C para as afirmativas corretas e E para as erradas:**
   a) A viagem de Bartolomeu Dias, ao comprovar a ligação entre os oceanos Atlântico e Índico, mostrou que o plano português para atingir as Índias era correto. ( )
   b) Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para as Índias e estabeleceu uma colônia portuguesa no Oriente. ( )
   c) Cabral tomou posse das terras brasileiras em nome do governo português antes de atingir as Índias e estabelecer nessa região um efetivo comércio para o seu país. ( )
   d) Colombo planejava atingir as Índias viajando em direção ao Ocidente, o que permitiu à Espanha monopolizar o comércio das especiarias. ( )

5. **Sobre o início da expansão marítima portuguesa, é incorreto afirmar:**
   a) Portugal foi beneficiado pela rota marítimo-comercial que ligava as cidades italianas com o norte da Europa.
   b) A solução para Portugal se expandir territorialmente era conquistar terras fora da Europa Continental.
   c) A expansão marítima portuguesa decorreu de uma aliança entre a dinastia de Avis e a burguesia comercial.
   d) A Revolução de Avis (1383-1385) permitiu a Portugal o domínio sobre o reino de Castela.

6. **Na primeira metade do século XV, a navegação portuguesa não atingiu:**
   a) Costa da Guiné.
   b) Costa do Ouro.
   c) Cabo da Boa Esperança.
   d) Arquipélagos da Madeira, Cabo Verde e Açores.

7. **A Escola de Sagres era:**
   a) uma escola propriamente dita.
   b) uma reunião de cartógrafos, cosmógrafos, marinheiros e viajantes.
   c) uma instituição de caráter religioso que visava à expansão da fé.
   d) uma organização derivada da cavalaria.

8. Observe o mapa abaixo. Ele se refere à expansão marítima europeia. O traço contínuo indica a viagem de:



a) Pedro Álvares Cabral.
b) Vasco da Gama.
c) Bartolomeu Dias.
d) Gil Eanes.

9. A expedição de Pedro Álvares Cabral tinha como objetivo principal:
a) Impedir militarmente o avanço dos muçulmanos.
b) Expandir a religião cristã nas Índias.
c) Encontrar metais preciosos no litoral brasileiro.
d) Dominar o comércio das especiarias, com a fundação de feitorias nas Índias.

10. Leia atentamente as proposições abaixo. Depois, responda como se pede:
I) Com a descoberta do caminho para as Índias, contornando a África, Portugal passou a dominar o comércio de especiarias.
II) Enquanto os portugueses exploravam a costa africana e descobriam o caminho para as Índias, os espanhóis, na audaciosa viagem de Colombo, tinham por objetivo atingir o Oriente navegando pelo Atlântico.
III) O plano de Cristóvão Colombo para atingir as Índias consistia em chegar a oeste viajando no sentido leste.
IV) Entre 1497 e 1498, Vasco da Gama realizou a epopeia marítima portuguesa, aportando nas Índias.
Estão corretas:

a) I, II e IV.
b) I, III e IV

c) I, II e IV.
d) Todas estão corretas.

11. **O navegante genovês Cristóvão Colombo realizou quatro viagens à América a serviço da Espanha. Sobre a primeira viagem, assinale a proposição errada.**
    a) Na primeira viagem, ao pensar ter alcançado as Índias, denominou os habitantes do território de índios.
    b) Por não ter encontrado metais preciosos ao chegar à América, a tripulação da Santa Maria se amotinou.
    c) Ao voltar para a Espanha, Colombo levou alguns nativos e diversas espécies da flora americana.
    d) Os reis católicos teriam ficado decepcionados, pois de volta à Espanha, Colombo informou não ter encontrado as ricas especiarias.

Descomplicando a História

Sobre os resultados da expedição de Cabral, é correto escrever que:

a) assegurava temporariamente o controle da nova rota para as Índias.
b) confirmava a existência de terras a leste do oceano Atlântico.
c) a fundação de uma feitoria no litoral brasileiro permitiu os primeiros contatos com os indígenas
d) foi um fracasso, econômica e politicamente.

Comentário:

Garantida, pela vigência do Tratado de Tordesilhas (de 1494), a posse de terras localizadas a oeste do Atlântico Sul (até o limite de 370 léguas da linha imaginária) era preciso oficializá-la. Esse foi o principal objetivo de ter a esquadra cabralina aportado no litoral baiano. Dessa maneira, assegurava o controle da rota para as Índias pelo Atlântico Sul. **Alternativa correta**: a.

7 Idade Moderna: Renascimento

O Renascimento cultural europeu

As transformações que a Europa Ocidental conheceu na Baixa Idade Média provocaram o aparecimento de um novo modo de pensar, seja na área econômica (como a contabilidade comercial), seja na área cultural. Novas descobertas e novos inventos multiplicavam-se. Além disso, a ampliação dos contatos com as civilizações bizantina e muçulmana, que haviam conservado o conhecimento clássico greco-romano, abriu aos europeus ocidentais uma nova visão de mundo, conhecida como Renascimento. Pessoas da elite (reis, nobres, papas e burgueses), agindo como mecenas, apoiavam a obra criativa de intelectuais, o que dava aos mecenas prestígio social nos diversos setores do conhecimento (ciências, artes, literatura e filosofia).

O próprio termo "renascimento" foi cunhado por seus contemporâneos. Eles repudiavam o conhecimento medieval, pois acreditavam que a arte e a literatura haviam morrido nessa época. Caracterizaram o período entre a Antiguidade e aquele no qual viviam como Idade Média. Pejorativamente, chamaram-na de "Idade das Trevas" (os historiadores atuais evitam usar esse termo), e, ao buscar inspiração na cultura greco-romana, afirmavam que o conhecimento humano havia renascido com eles. Valorizaram o antropocentrismo (o ser humano como centro de todas as coisas), opondo-o ao teocentrismo medieval (as atenções voltadas a Deus). Embora religiosos, elegeram o homem como o núcleo de suas preocupações e indagações. Filosoficamente, eram humanistas. Na astronomia, rejeitaram o geocentrismo (a Terra como centro do universo), optando pelo heliocentrismo (o Sol como centro do universo).

A valorização do ser humano, agora foco de todas as indagações e preocupações, recebeu o nome de "humanismo". Em parte, essa


45

David, escultura de Michelangelo

opção se deveu aos sábios bizantinos que, ao se refugiar na Itália, fugindo do avanço turco, trouxeram consigo o conhecimento e as obras da antiga cultura clássica. Pode-se dizer que o humanismo foi o suporte filosófico do Renascimento.

O aperfeiçoamento da imprensa, por Johannes Gutenberg, foi fundamental para a difusão do Renascimento. Em 1438, ele introduziu, no processo de impressão, tipos móveis de metal. Em decorrência desse avanço técnico, houve um enorme aumento na publicação de livros. Basta uma informação para compreender essa revolução nas comunicações: estima-se que, na primeira metade do século XV, havia na Europa cerca de 100 mil livros. Na primeira metade do século XVI, a quantidade subiu para 10 milhões.

A Itália, pioneira nas transformações econômicas, também foi pioneira no Renascimento. Desde o século XIV (conhecido, em italiano, como *Trecento*), as novas formas de pensar ali se manifestavam, especialmente na cidade de Florença. No século XV (*Quatrocento*), o Renascimento italiano alcançou seu apogeu (Florença, Milão, Roma). No século seguinte (*Cinquecento*), além das belíssimas obras em Roma e Veneza, o Renascimento brilhou em diversos outros países europeus, com intensidades diferentes.

46



Catedral de Florença

Em síntese, essas eram as principais características do Renascimento:

a) fonte de inspiração na cultura clássica greco-romana, mas com adaptações aos valores e influências da época;
b) glorificação do homem (Shakespeare escreveu: "Que magnífica obra de arte é o homem!");
c) notável desenvolvimento literário, artístico, filosófico e científico;
d) busca do homem ideal, o que tivesse o mais amplo conhecimento (Leonardo da Vinci seria o melhor exemplo);
e) desenvolvimento do espírito crítico e da ideia da experimentação para comprovar hipóteses, fundamentais para o progresso das ciências;
f) racionalismo, antropocentrismo e otimismo.

O Renascimento literário

Uma das características das primeiras obras dessa fase foi o fato de serem escritas na "língua nacional" (antes, elas eram escritas em latim). Os pioneiros italianos foram Dante (autor da *Divina comédia*, obra máxima da literatura italiana), Petrarca e Boccaccio, cuja obra, *Decameron*, satirizava os milagres e fantasmas e ridicularizava o clero. Outro escritor importante foi Maquiavel, que escreveu *O príncipe*, obra na qual estabelece as normas para um soberano permanecer no poder. Foi a primeira obra moderna de teoria política.

47



Don Quixote de La Mancha e Sancho Panza, 1863

Fora da Itália, destacaram-se o holandês Erasmo de Roterdã, que criticou a sociedade de seu tempo em *Elogio da loucura*; o francês François Rebelais, autor de *Gargântua* e *Pantagruel*; os ingleses Thomas Morus, autor de *Utopia* (cujo enredo se passava num país imaginário, onde a felicidade era permanente), e William Shakespeare, considerado o maior dramaturgo de todos os tempos, autor de dezenas

de peças teatrais (*Romeu e Julieta*, *Hamlet*, *A megera domada*, *Otelo*); o espanhol Miguel de Cervantes, cuja obra máxima, *Dom Quixote*, uma sátira do feudalismo, dos costumes e da cavalaria medieval foi eleita a mais importante de todos os tempos; e, em Portugal, Luís de Camões, autor de *Os lusíadas*, obra máxima da literatura portuguesa, e Gil Vicente, fundador do teatro nacional (*Auto da barca do inferno, Farsa de Inês Pereira*).

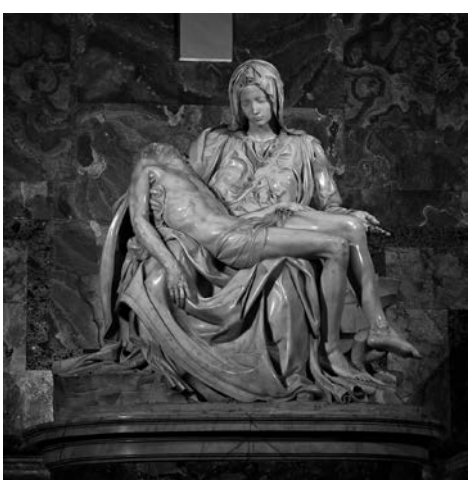
O Renascimento artístico

O precursor foi o pintor florentino Giotto. Embora a temática de suas obras fosse religiosa, o artista valorizava a natureza, explorava as perspectivas e as características físicas dos personagens. Sua pintura mais famosa chama-se *São Francisco pregando aos pássaros*.

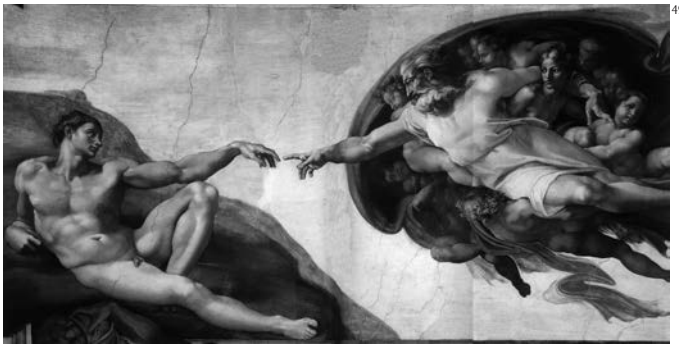
O mais notável renascentista foi Leonardo da Vinci (pintor, escultor, arquiteto, engenheiro mecânico e hidráulico, físico, anatomista etc.). Seu famoso e polêmico quadro, *Gioconda*, (também conhecido como *Monalisa*), foi confirmado como sendo o retrato da esposa do rico comerciante Francesco Del Giocondo. Outras obras: *Virgem dos Rochedos*, *Última ceia*.

O pintor, escultor e arquiteto Michelangelo é considerado o maior artista do Renascimento. Suas principais obras foram encomendadas por Lourenço de Médici, príncipe de Florença, e pelo papa Júlio II, ambos grandes mecenas. São elas as esculturas: *O túmulo dos Médicis*, *Moisés*, *David*, *Pietà*. Suas principais pinturas decoram a Capela Sistina, no Vaticano: no teto, passagens do Velho Testamento (*Criação de Adão*, *Criação de Eva*, *Expulsão do Paraíso*, *Arca de Noé*); na parede atrás do altar, *Juízo Final*. É também o autor da cúpula da Basílica de São Pedro.

48



Pietà, de Michelangelo, na Basílica de São Pedro, no Vaticano


49

A Criação de Adão, Michelangelo Buonarroti, 1511, afresco, 280 × 570 cm, teto da Capela Sistina (Roma)

Outros artistas importantes: os italianos Botticelli, Rafael, Ticiano, Tintoretto, Donatello; os alemães Alberto Dürer e Hans Holbein, o Velho, e Hans Holbein, o Moço; o flamengo Van Eyck.

O Renascimento científico

Durante toda a Idade Média prevaleceu a concepção do matemático grego Ptolomeu (83-163 d.C.), baseada no modelo cosmológico de Aristóteles: a Terra seria imóvel e ficaria no centro do universo (geocentrismo). A teoria aristotélico-ptolomaica foi largamente utilizada pela Igreja católica, que também se considerava o centro do universo. No século XVI, o astrônomo polonês Nicolau Copérnico formulou a teoria do heliocentrismo, segundo a qual a Terra girava em torno do Sol. Tendo falecido, foi julgado postumamente por um Tribunal da Inquisição. Condenado, seu livro foi colocado na relação das obras proibidas pela Igreja católica. Sua ideia foi apoiada pelo filósofo Giordano Bruno (morto na fogueira por ordem da Inquisição) e comprovada por Galileu Galilei, astrônomo italiano. Galileu, para escapar da pena de morte, preferiu negá-la durante o julgamento. Foi condenado a viver numa casa de campo, na periferia de Florença, onde faleceu em 1642. É um dos pais da física clássica.

Declínio do Renascimento

A partir da metade do século XVI, o Renascimento cultural entrou em crise. Vários foram os fatores, entre eles a perda da supremacia econômica da Itália e a Reforma Católica (mais forte no sul da Europa), a qual procurou mostrar a precariedade dos valores terrenos.

Teste seu saber

1. **Há três afirmativas abaixo e cada uma delas pode estar certa ou errada. Leia-as com atenção e responda de acordo com a tabela abaixo:**
   I) A concepção heliocêntrica, elaborada pelo astrônomo polonês Copérnico, predominou na Europa Medieval devido ao apoio da Igreja católica.
   II) A concepção de Copérnico sobre o funcionamento do sistema solar foi comprovada pelo astrônomo italiano Galileu Galilei.
   III) As concepções dos astrônomos renascentistas sobre o funcionamento do sistema solar foram negadas e combatidas pela Igreja católica.
   a) se apenas a afirmativa I é correta.
   b) se apenas as afirmativas I e II são corretas.
   c) se apenas as afirmativas I e III são corretas.
   d) se apenas as afirmativas II e III são corretas.

2. **William Shakespeare, dramaturgo renascentista inglês, escreveu: "Que obra de arte é o homem: tão nobre no raciocínio, tão vário na capacidade; em forma o movimento, tão preciso e admirável; na ação é como um anjo; no entendimento é como um Deus; a beleza do mundo, o exemplo dos animais."Quais características renascentistas estão expressas nesse texto?**
   a) Antropomorfismo e humanismo.
   b) Geocentrismo e teocentrismo.
   c) Individualismo e racionalismo.
   e) Racionalismo e geocentrismo.

3. **Houve um notável desenvolvimento da produção literária durante o Renascimento. Indique a alternativa em que obra e autor estão corretos:**
   a) *O Príncipe* - Shakespeare.
   b) *Dom Quixote* - Miguel de Cervantes.
   c) *Os Lusíadas* - Erasmo de Roterdã.
   d) *Hamlet* - Dante Alighieri.

4. **Quais características da pintura renascentista estão corretas nas alternativas a seguir?**
   a) a perspectiva geométrica e as características físicas dos personagens.
   b) as vidas de santos e o afresco.
   c) o mosaico e as iluminuras.
   d) as alegorias mitológicas e o mosaico.

5. **No contexto do Renascimento, é correto afirmar que o Humanismo:**
   I) Apoiava-se em concepções nascidas na Antiguidade Clássica.
   II) Teve em Erasmo de Roterdã um de seus principais expoentes.
   III) Inspirou uma verdadeira revolução cultural, iniciada na Itália.
   IV) Contribuiu para o desenvolvimento dos estudos científicos.
   Estão corretas:
   a) I, II e IV.
   b) I, III e IV.
   c) II, III e IV.
   d) Todas.

6. **O *Juízo final*, pintado no teto da Capela Sistina, e a *Divina comédia* são obras, respectivamente, de autoria de:**
   a) Rafael e Camões.
   b) Botticelli e Cervantes.
   c) Michelangelo e Dante Alighieri.
   d) Leonardo da Vinci e Shakespeare.

7. **Sobre o Renascimento, é correto afirmar:**
   a) pode ser visto como uma revolução religiosa, em decorrência das transformações que ocorreram na transição entre o feudalismo e o capitalismo comercial.
   b) Florença, Roma e Constantinopla foram os principais centros de difusão do Renascimento.
   c) o Renascimento valorizava o mecenato e fortalecia o sentimento nacionalista.
   d) o Renascimento foi um movimento artístico, literário e científico defensor do humanismo, baseado no antropocentrismo e no espírito crítico em oposição ao teocentrismo.

8. **Uma importante ideia de Galileu, no século XVII, teve forte oposição da Igreja católica. Identifique-a.**
   a) O princípio de que a Terra era o centro do universo (geocentrismo).
   b) O conhecimento da verdade científica se apoia nos experimentos.
   c) O conhecimento deve se apoiar nos textos religiosos.
   d) O princípio de que a matéria atrai a matéria (teoria da gravidade).

9. **"A península Itálica foi o berço do Renascimento". Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que não justifica essa afirmação.**
   a) A centralização política italiana favoreceu o apoio que os imperadores, agindo como mecenas, deram aos artistas.
   b) Diversos papas agiram como mecenas e apoiaram a produção artística.
   c) Diversas cidades italianas haviam enriquecido em decorrência do comércio com o Oriente mediterrâneo.
   d) Existir na península ltálica diversas obras (arquitetura e escultura) da Roma antiga.

10. **Relacione as obras renascentistas (coluna II) com os seus autores (coluna I).**

COLUNA I	COLUNA II
1 – Dante	( ) *Gargântua* e *Pantagruel*
2 – Rabelais	( ) *Os lusíadas*
3 – Thomas Morus	( ) *Utopia*
4 – Camões	( ) *A Divina comédia*

A correspondência numérica correta é:
   a) 4 - 3 - 2 - 1
   b) 2 - 4 - 3 - 1
   c) 1 - 2 - 3 - 4
   d) 2 - 1 - 3 - 4

11. **São características do Renascimento, exceto:**
   a) estudo das obras clássicas.
   b) glorificação do homem.
   c) desenvolvimento artístico.
   d) intensificação do uso do latim.

Descomplicando a História

Nesta questão são feitas três afirmativas, cada uma delas pode estar certa ou errada. Leia-as com atenção e responda de acordo com a tabela abaixo:

I) O surgimento da Renascença, na Itália, deve-se, entre outros motivos, à sua unificação política e à paz existente entre as regiões que a compunham.

II) O *Decameron*, obra de Boccaccio, satirizava os milagres e fantasmas e ridicularizava o clero.

III) A *Virgem das rochas* e a *Última Ceia* são pinturas de Leonardo da Vinci.

a) se apenas a afirmativa I é correta.
b) se apenas as afirmativas I e II são corretas.
c) se apenas as afirmativas I e III são corretas.
d) se apenas as afirmativas II e III são corretas.

Comentário:

Um dos motivos do pioneirismo e da notável produção renascentista italiana foi a rivalidade entre os diversos Estados. A península Itálica estava, então, dividida em diversos Estados (ducados, cidades-estado, Estado Pontifício etc.) frequentemente em guerra entre si.

Alternativa correta: d.

8 Idade Moderna: Reforma

Reforma protestante e Reforma católica

Até o início do século XVI, todos os países da Europa Ocidental estavam submetidos ao domínio religioso da Igreja católica. Mas diversos fatores quebraram essa unidade. Entre eles:

a) os abusos da Igreja católica, como a cobrança obrigatória de impostos (o dízimo, por exemplo), a venda de cargos eclesiásticos e indulgências, empobrecendo ainda mais as camadas baixas e diminuindo a concentração de riqueza do país (em oposição ao princípio mercantilista). Protestos de diversos setores sociais eram cada vez mais frequentes;

b) oposição da Igreja à cobrança de juros sobre empréstimos e grandes lucros sobre a venda de mercadorias ("princípio do preço justo"), contrariando os interesses da burguesia (financeira, comercial e manufatureira);

c) crescente desprestígio do clero (o baixo clero, devido ao pouco preparo intelectual e religioso; o alto clero, sem vocação religiosa e mais voltado ao aproveitamento das riquezas da Igreja);

50



Uma pergunta para um Mintmaker, Breu, Joerg, o Velho

d) aumento do nacionalismo nos países europeus, pois a Igreja (instituição universal) opunha-se à consolidação da unidade nacional e ao fortalecimento do poder real (absolutismo);

e) interesse de nobres pelos imóveis rurais pertencentes à Igreja, especialmente os secundogênitos (segundo filho);

f) modernização da imprensa, quebrando o monopólio da Igreja sobre a produção de livros.

Iniciativas reformistas

Na Baixa Idade Média, houve diversos movimentos que contrariavam os interesses e colocavam em risco o domínio papal. Considerados heréticos, contra eles a Igreja utilizou os tribunais da Inquisição e até as Cruzadas. Os que ousavam seguir um caminho ou ter um pensamento em desacordo com o estabelecido pela Igreja eram considerados pecadores influenciados pelo demônio. A intolerância religiosa era forte no clero católico medieval, o que explica a brutal perseguição contra todos aqueles que questionavam o pensamento oficial.

Mas é importante salientar que a fé e o sentimento religioso eram muito fortes na época. O que as pessoas queriam era uma Igreja mais próxima delas.

Houve, entre outros, dois importantes movimentos que visavam modificar a postura da Igreja católica:

- John Wyclif (1330-1384): padre e professor universitário, criticava a interferência papal nos assuntos políticos da Inglaterra. Foi forçado a retratar-se.
- Jan Huss (1369-1415): tcheco, sacerdote e professor da Universidade de Praga, escreveu diversas obras; afirmava que os ensinamentos de Jesus encontravam-se no Novo Testamento e não nos sacramentos da Igreja. Acusado de anticlerical, foi preso e queimado vivo.

Desencadeamento do movimento reformista

O movimento reformista começou na Alemanha, liderado por Martinho Lutero (1483-1546), um monge agostiniano. Professor universitário, esteve em Roma. Na capital do catolicismo, conheceu o despreparo intelectual e decepcionou-se com ele, a falta de vocação religiosa e a ambição material do alto clero romano (Cúria Romana). Nessa mesma época (1517), o papa Leão X, aproveitando a fraqueza política da Alemanha (um reino dividido em mais de mil pequenos Estados) e o forte sentimento religioso da população, escolheu-a para a venda de indulgências. O dinheiro arrecadado seria utilizado na construção e na decoração de um nova basílica de São

Pedro, em Roma. Lutero, inicialmente, condenou essa venda, afirmando que o dinheiro de reino estava sendo sugado para manter um clero sem vocação e parasitário. Em seguida, escreveu as "95 teses", condenando não só a venda de indulgência como também diversos pontos da doutrina oficial. As teses foram fixadas na porta da Catedral de Wittenberg, para conhecimento da população.



Martinho Lutero – 1529, pintura de Lucas Cranach

Em 1520, o papa escreveu uma bula, na qual declarava heréticas as teses de Lutero. Caso ele não se retratasse publicamente, seria excomungado. Lutero, protegido por diversos nobres importantes, queimou a bula papal e continuou com os ataques à cúpula da Igreja católica. Sua excomunhão foi inevitável. Pressionado pelo papa, o imperador Carlos V, do Sacro Império Romano Germânico, determinou a queima dos livros de Lutero, que respondeu com a tradução da *Bíblia* para o alemão. Assim, muito mais pessoas poderiam lê-la e compará-la com a posição oficial e a realidade da Igreja católica.

Influenciado pelo pensamento de Santo Agostinho, Lutero defendia a crença na palavra de Deus para a salvação; a fé era o principal meio para o cristão alcançar o reino do céu. Não aceitava o papel de intermediária que a Igreja católica exercia entre Deus e os homens; defendia a livre interpretação da *Bíblia* por todos os cristãos; não aceitava o culto aos santos, às imagens; condenou o celibato do clero. Conservou apenas dois sacramentos: o batismo e a eucaristia (comunhão). E defendia a presença espiritual de Jesus Cristo no ato litúrgico (missa), que deveria ser bastante simplificado.

Em 1529, na Dieta (Assembleia) de Spira, Carlos V determinou que os luteranos voltassem ao catolicismo. Os reformistas protestaram, origem do termo "protestante". No ano seguinte, a guerra religiosa enlutou a Alemanha. Nobres católicos lutaram contra nobres protestantes. As atrocidades se multiplicaram.

Em 1555, o imperador convocou uma nova dieta, que aprovou a chamada "Paz de Augsburgo". Concedeu liberdade religiosa aos nobres. A população de seus domínios, porém, deveria obrigatoriamente seguir a religião dos proprietários. Essa divisão religiosa retardou a unificação política da Alemanha, só alcançada no século XIX.



Leitura da Confissão de Augsburg, (Dieta de Augsburgo), em 25 de junho de 1530, no Reichstag, 1530 (gravura)

Durante as guerras religiosas houve também diversas revoltas populares. A mais importante foi a dos anabatistas. Chefiados por Thomas Münzer, os camponeses anabatistas recusavam o batismo e opunham-se às obrigações feudais. Contraditoriamente, Lutero se colocou ao lado da nobreza, afirmando que "não há nada mais daninho que um homem revoltado". As revoltas populares foram duramente esmagadas. Estima-se em 100 mil os camponeses mortos.

Expansão da Reforma na Europa

O pensamento reformista luterano se expandiu e triunfou em diversos reinos europeus. Foi uma luta contra o poder e a riqueza da Igreja católica, o desejo de uma simplificação do culto religioso e da questão da salvação humana.

A Reforma na Suíça: o calvinismo

Nesse país, a Reforma triunfou em decorrência das ideias e da ação de João Calvino, um reformador de origem francesa. Perseguido em seu país, ele se estabeleceu em Genebra, na Suíça. Em 1535, publicou seu principal trabalho, *Instituições da religião cristã*, um verdadeiro catecismo

protestante. Formulou o princípio da predestinação (ao nascer, uma pessoa já estaria predestinada à salvação ou à condenação eterna); o sucesso econômico e social era sinal da graça divina; o insucesso, da condenação; a riqueza material obtida com o trabalho era religiosamente aceita. Em decorrência dessas ideias, havia uma tendência de a burguesia aderir ao calvinismo. Afinal, as ideias de Calvino justificavam moralmente a riqueza e a prosperidade.

O calvinismo negava a consubstanciação (presença de Cristo) e a transubstanciação (mudança da substância do pão e do vinho para o corpo e o sangue de Cristo) na eucaristia. Proibiu o culto das imagens e da Virgem Maria e negou a autoridade papal.


53

Igreja calvinista em Uriu (felor), aldeia, Bistrita-Nasaud County, Romênia

Calvino também impôs rigidez comportamental: proibição de músicas, bailes, teatro e outras formas de divertimento. Mas, assim como o catolicismo, punia com a morte na fogueira pessoas condenadas por heresia, adultério e prática de feitiçaria.

A Reforma na Inglaterra: o anglicanismo

Casado com a princesa espanhola Catarina de Aragão, com quem tinha uma filha, o rei Henrique VIII se preocupava com a questão sucessória. Temia a volta da guerra civil (como a Guerra das Duas Rosas, 1455-1485, que tanto debilitara o reino). Como Ana Bolena, sua amante, estava grávida, o rei, na esperança de ser pai de uma criança do sexo masculino, requereu ao papa Clemente VII a anulação de seu casamento com Catarina. Assim, ele poderia se casar com Ana Bolena e ter um filho legítimo.

Pressionado pela Espanha, o papa negou a anulação. Porém, com o apoio geral da burguesia e da nobreza inglesas, em 1535, Henrique VIII rompeu com a Igreja católica e autonomeou-se seu chefe na Inglaterra. O papa reagiu e excomungou o rei. No ano seguinte, o parlamento inglês aprovou os Estatutos da Supremacia, que determinavam o poder do Estado e do rei sobre a Igreja católica, a qual passou a ser chamada de Igreja anglicana, uma verdadeira Igreja nacional. Sua estrutura permaneceu a mesma. As propriedades da Igreja católica na Inglaterra foram confiscadas,

e o envio dos dízimos a Roma, proibido. Parte do ex-patrimônio da Igreja católica foi vendida à nobreza e à burguesia.

O luteranismo expandiu-se por Suécia, Dinamarca e Noruega; o calvinismo, por Holanda, Inglaterra (onde eram chamados puritanos), Escócia (presbiterianos) e França (huguenotes). Os reformistas aboliram o latim nas missas, substituindo-o pela língua local; adotaram apenas dois sacramentos (batismo e eucaristia); acabaram com o celibato clerical; promoveram maior participação dos fiéis nos cultos e instituíram o divórcio.

A Reforma católica

Também conhecido como Contrarreforma, o movimento começou oficialmente em 1545, com a abertura dos trabalhos no Concílio de Trento. Em 1534, havia sido fundada a Companhia de Jesus, por Inácio de Loyola, um ex-militar espanhol. Essa ordem religiosa organizava-se de acordo com um modelo militar: rígidas disciplina e hierarquia. Os jesuítas se denominavam soldados de Cristo.

Reunido até 1563, o Concílio determinou:

a) a aprovação do Índice de Livros Proibidos, criado em 1543. Os livros nele inseridos não poderiam ser lidos pelos católicos;

b) a oficialização da Ordem dos Jesuítas;

c) a rejeição do protestantismo;

d) a manutenção do celibato clerical, dos sete sacramentos, a obrigatoriedade do uso do latim, o fim das indulgências e o fortalecimento dos Tribunais de Inquisição;

54



O Concílio de Trento, 1588-89, Cati, Pasquale (1550-1620)

e) a fundação de seminários, para melhor preparação dos futuros sacerdotes;

f) a confirmação dos princípios "O homem se salva pela fé e pelas boas obras" e "A Igreja católica é fundamental para a salvação".

55



Tribunal da Inquisição (óleo sobre tela, 46 x 73cm), de Francisco José de Goya y Lucientes, (1746-1828)

A Igreja católica conseguiu evitar a expansão do protestantismo, sobretudo no sul da Europa e, ao mesmo tempo, realizou um amplo trabalho de evangelização fora do continente europeu, em especial na América, nas áreas sob domínio da Espanha e de Portugal. O Barroco é considerado por muitos autores a arte da Contra-Reforma. As imagens barrocas tiveram grande importância na propagação das ideias da Igreja. Um exemplo, no Brasil, são as obras de Aleijadinho.

Teste seu saber

1. **Escreva nos parênteses C para as afirmativas corretas e E para as erradas:**
   a) Lutero posicionou-se contra a venda das indulgências na Alemanha. ( )
   b) Após a publicação das 95 teses, Lutero foi excomungado pelo papa, mas queimou a bula da excomunhão em praça pública. ( )
   c) Para Lutero, a salvação era predestinada por Deus e, assim, não dependia das ações do homem. ( )
   d) Lutero defendia a livre interpretação da Bíblia. ( )

2. **A Reforma na Alemanha foi bastante facilitada:**
   a) pelas revoltas camponesas.
   b) pela falta de sentimento religioso.
   c) pelo aparecimento de uma figura como Lutero.
   d) pelo divisionismo político e pelos interesses das diversas camadas sociais.

3. **Coloque em ordem cronológica os seguintes acontecimentos:**
   I) Paz de Augsburgo.
   II) Convocação do Concílio de Trento.
   III) Noventa e Cinco Proposições de Lutero contra as Indulgências.
   IV) Fundação da Companhia de Jesus.
   a) II, I, III, IV.
   b) III, IV, II, I.
   c) III, I, II, IV.
   d) IV, I, II, III.

4. **A Reforma triunfou na Suíça em decorrência da ação de:**
   a) Zwinglio.
   b) Lutero.
   c) Calvino.
   d) Jan Huss.

5. **A Igreja Reformada da Inglaterra, fundada por Henrique VIII, é chamada:**
   a) Puritana.
   b) Calvinista.
   c) Presbiteriana
   d) Anglicana.

6. **A França, país católico, conheceu uma expansão significativa do calvinismo no reinado de Henrique II. Que denominação receberam os calvinistas franceses?**
   a) Presbiterianos.
   b) Puritanos.
   c) Batistas.
   d) Huguenotes.

7. **A Reforma na Inglaterra foi implantada em decorrência:**
   a) das pressões populares anticatólicas.
   b) das ambições da nobreza reformista.
   c) dos interesses políticos e financeiros de Henrique VIII.
   d) da imposição da maioria do próprio clero católico inglês.

8. **Entre as características comuns às religiões protestantes, surgidas no século XVI com a Reforma, destacam-se:**
   a) rejeição da autoridade papal e liturgia na língua local.
   b) liturgia em latim e supremacia papal.
   c) livre-arbítrio e manutenção da supremacia pontifical.
   d) liturgia na língua local e livre-arbítrio.

9. **A reafirmação da doutrina da Igreja ocorreu no concílio ecumênico convocado pelo Papa Paulo III, em 1545, e realizado na cidade de:**
   a) Florença.
   b) Roma.
   c) Constança.
   d) Trento.

Descomplicando a História

Assinale com um X a afirmativa correta.

a) A Reforma foi um movimento exclusivamente religioso.
b) A Reforma foi um movimento de caráter religioso, mas com conotações políticas e econômicas.
c) A Reforma foi um movimento exclusivamente político, pois os reis e imperadores queriam se livrar da autoridade do papa.
d) A Reforma foi iniciada nas principais cidades italianas, desejosas de se libertarem da opressão da Igreja católica.

Comentário:

O movimento reformista, iniciado na Alemanha, além dos motivos religiosos, teve também os de natureza política e de natureza econômica. Como motivação política, destaca-se o desejo dos reis, príncipes e nobres de ampliar seus poderes (como ocorreu na Inglaterra de Henrique VIII e na Alemanha, onde os grandes nobres se aproveitaram da fraqueza do imperador romano-germânico). Como causa econômica, além do desejo de se apoderar do patrimônio da Igreja Católica, foi também fator a incompatibilidade da teoria da usura, defendida por ela e o desejo de enriquecimento da burguesia comercial. **Alternativa correta**: b.

9 Idade Moderna: absolutismo monárquico

O Absolutismo monárquico na Europa Moderna

Nos últimos séculos da Idade Média, teve início na Europa Ocidental um processo de centralização político-administrativa que resultou na formação dos Estados modernos, cujo regime político era o absolutismo. Caracterizava-se o absolutismo pela concentração do poder nas mãos do soberano, que corporificava o próprio Estado. Ficou famosa a frase atribuída a Luís XIV, máximo exemplo do absolutismo francês: "O Estado sou eu".

Vários fatores contribuíram, em países como França, Inglaterra, Espanha e Portugal, para a formação do absolutismo: revolução comercial-urbana, ascensão da burguesia (que apoiava a formação de um Estado com justiça unificada, sem barreiras alfandegárias internas e dotado de uma moeda única), enfraquecimento político da nobreza (mais voltada à vida palaciana), enfraquecimento da Igreja católica, criação de faculdades de Direito (o Direito romano justificava a existência da necessidade e da importância de um Estado forte para garantir a ordem interna e a externa).

A monarquia moderna se assentava em três suportes: exército real (permanente e submetido à autoridade do rei), justiça real (tribunais apenas do rei) e moeda real (somente eram cunhadas moedas a mando do rei). O exército real passou a ser permanente; somente o rei podia mandar cunhar moedas e nomear os juízes para os tribunais. Dotado de poder absoluto, o monarca governava por meio de decretos e, em geral, não convocava o Parlamento. Além disso, tornou-se pensamento geral ser o rei o representante político de Deus, devendo assim ser obedecido e amado, pois ele promoveria a prosperidade da nação e a felicidade do seu povo.

Para justificar a importância e a necessidade do absolutismo, diversos filósofos escreveram obras importantes. Entre eles:

a) Nicolau Maquiavel (1469-1527). Renascentista italiano, desejava um Estado isento de influências religiosas; para ele, um soberano, para se manter no poder e bem governar, não deveria se prender a princípios morais (ação política amoral). Obra principal: *O príncipe*.

b) Jacques Bossuet (1627-1704). Bispo e teólogo francês, confessor de Luís XIV; afirmava que o poder do rei é concedido por Deus (Teoria do Direito Divino). Assim, como governante por vontade de Deus, a autoridade real é sagrada e ilimitada. Principal obra: *Política segundo as próprias palavras das Escrituras*.

c) Thomas Hobbes (1588-1679). Filósofo inglês, dizia que os seres humanos primitivos lutavam entre si para sobreviver. Como solução para esse estado de coisas, Hobbes sugeriu a formação da sociedade civil e do Estado. O governante teria poderes para estabelecer e manter a ordem. Como, para o filósofo, a tendência natural dos homens é o uso da violência para se impor ("O homem é o lobo do próprio homem"), seria necessário um governo forte e autoritário para evitar conflitos. Para Hobbes, o Estado deveria ser como Leviatã, o monstro bíblico que, com seus tentáculos, impunha a ordem. Sua principal obra: *Leviatã*.

O absolutismo na França

As lutas religiosas (entre católicos e protestantes) que ocorreram na segunda metade do século XVI interromperam o processo de centralização política francesa. Na Noite de São Bartolomeu (24 de agosto de 1572), ocorreu o episódio mais brutal. Nobres protestantes (huguenotes) foram a Paris para o casamento de Margarida de Valois (católica, irmã do rei) com Henrique de Navarra (protestante). O casamento, negociado pela rainha-mãe, Catarina de Médicis, poria fim às lutas. Era um ardil. Pressionado pela mãe, o rei Carlos IX ordenou a matança. Milhares de huguenotes foram mortos em Paris. Nos dias seguintes, a matança se generalizou em toda a França. Estima-se entre 70 a 100 mil os huguenotes mortos.

Carlos IX morreu em 1574, sem deixar herdeiros diretos. Seu irmão, Henrique III, foi então coroado rei. Aliou-se a Henrique de Navarra, seu cunhado, para enfrentar Henrique de Guise, o mais importante chefe político católico. Foi o início da Guerra dos Três Henriques. Tendo o rei e o chefe católico sido assassinados, coube ao protestante Henrique de Navarra assumir o trono, com o título de Henrique IV. Sabendo da hostilidade dos católicos, converteu-se ao catolicismo e fundou uma nova dinastia, a dos Bourbons. Proferiu uma frase famosa: "Paris bem vale uma missa". Fortalecido no poder, anos depois, em 1598, proclamou o Edito de Nantes, concedendo liberdade religiosa aos protestantes. Muito embora a França conhecesse, então, um período de paz e prosperidade, em 1610 o rei foi assassinado por Ravaillac, um fanático católico.

56



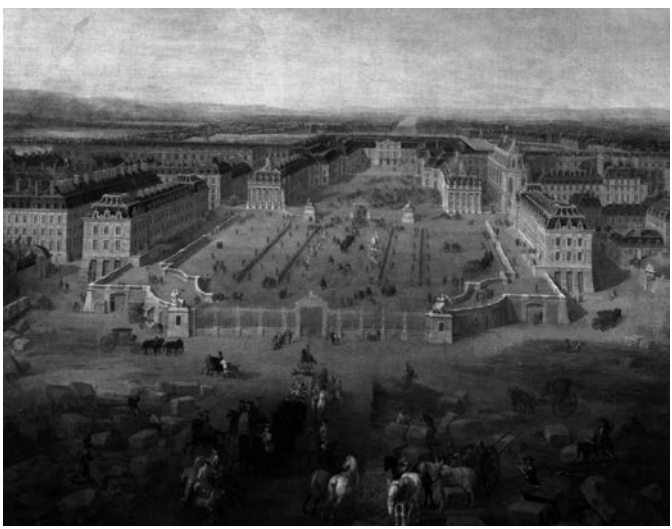
Dia do Massacre de São Bartolomeu, 24 de agosto de 1572 (óleo sobre tela), Dubois, Francois (1529-1584)

Luís XIII, o herdeiro, tinha apenas nove anos. Sua mãe, Maria de Médicis, segunda esposa de Henrique IV, assumiu a regência. Quase quinze anos depois, ela nomeou o cardeal Richelieu como primeiro--ministro. Internamente, ele procurou diminuir o poder da nobreza e dos protestantes, por se oporem ao absolutismo real. Externamente, aliou a França católica a países protestantes para combater a hegemonia dos Habsburgos, principal dinastia europeia, que governava a Espanha e o Império Austríaco. Richelieu pretendia eliminar o "anel dos Habsburgos", que envolvia a França, e torná-la o mais importante país europeu. Na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), aliou-se a países protestantes (Inglaterra, Suécia, Países Baixos e Estados alemães) contra os católicos austríacos e espanhóis. Vitoriosa, a França começava a sua hegemonia e a dos Bourbons.

Richelieu morreu em 1642, e o rei Luís XIII, no ano seguinte. O trono coube a seu filho, o futuro Luís XIV, mas ele tinha apenas cinco anos. Assumiu a regência a rainha mãe, Ana d'Áustria, que nomeou o cardeal Mazzarino como primeiro-ministro, o qual manteve a política de Richelieu.

Coroado em 1654, somente em 1651, com a morte do cardeal, Luís XIV assumiu de fato o poder. Seu reinado marca o apogeu do absolutismo na França. Colocou os principais nobres na sua dependência, levando-os a viver na corte. Tudo girava em torno do rei, cognominado "Rei Sol". Para poder arcar com os altos gastos, os nobres dependiam de pensões concedidas por Luís XIV. Colbert foi nomeado ministro das finanças. Mercantilista, promoveu a expansão do comércio externo, das manufaturas (especialmente as de luxo) e a colonização (criação de novas colônias e fundação de companhias de comércio privilegiadas). Para manter o orçamento superavitário, melhorou o sistema de arrecadação de impostos. Porém, os gastos com a corte, com a construção e a manutenção do palácio de Versalhes e com as guerras externas provocaram déficits crônicos. Ao falecer, em 1715, Luís XIV deixava uma França arruinada economicamente e com enormes déficits orçamentários.

57



Pierre-Denis Martin, Palácio de Versalhes, em 1722

Seu bisneto e sucessor, Luís XV, não foi diferente: mais guerras (Sucessão da Áustria e dos Sete Anos). Também não foi diferente o governo de seu neto e sucessor, Luís XVI, em cujo reinado ocorreu a Revolução Francesa de 1789.

O absolutismo na Inglaterra

Em 1485, terminava a Guerra das Duas Rosas, um conflito que opôs as duas principais famílias nobres da Inglaterra, York e Lancaster. Henrique VII, da família Lancaster, casara-se com Isabel de York, e, ao assumir o trono com o título de Henrique VII, deu início à dinastia Tudor, que implantou e consolidou o absolutismo no país. A nobreza estava enfraquecida por dois grandes conflitos (Guerra dos Cem Anos e pela própria Guerra das Duas Rosas). Havia no país um desejo geral de um governo forte, para estabelecer a paz e a ordem interna. Seu filho e sucessor, Henrique VIII (1509-1547), ampliou a autoridade real ao submeter a Igreja na Inglaterra ao seu poder real. Seguiu-se um período de conflitos nos governos de seus sucessores Eduardo VI (de fato, nunca governou por ser menor de idade) e Maria I, filha de Catarina de Aragão e católica fanática. Apelidada de "Maria, a Sanguinária" *(Bloody Mary*, em inglês), ela procurou restabelecer à força o catolicismo na Inglaterra.


58

Retrato de Henrique VIII

Durante o reinado de Elizabeth I (1557-1603), filha de Ana Bolena, o absolutismo monárquico chegou ao auge. A rainha era hábil politicamente: embora absolutista, convocava o Parlamento, que, submisso, aprovava todas as suas medidas. Era um "absolutismo disfarçado". Em seu governo, a Inglaterra ampliou consideravelmente sua capacidade naval e as exportações, em decorrência dos estímulos à manufatura têxtil, criou companhias privilegiadas de comércio e iniciou o processo de colonização da Nova Inglaterra (localizada na região nordeste dos atuais Estados Unidos), com a fundação da Virgínia. Os cofres do Estado ficaram ainda mais abarrotados em decorrência do ataque de corsários a navios espanhóis, que transportavam riquezas da América para a Espanha.

Ao falecer (1603), a chamada "rainha virgem" não deixou herdeiros diretos. Assumiu o trono seu parente próximo, Jaime VI da Escócia, da dinastia Stuart. Como Jaime I da Inglaterra (1603-1625), procurou fortalecer seu poder, lançou novos impostos sem autorização do Parlamento e tentou

reforçar o anglicanismo, de cuja Igreja era chefe, perseguindo católicos e puritanos. Como resultado, houve uma insatisfação generalizada em relação ao seu governo. Muitos ingleses buscaram refúgio na América. Seu filho, Carlos I, manteve-se na mesma linha política. Como resultado, Escócia e Irlanda revoltaram-se por causa dos altos impostos cobrados. Para restabelecer sua autoridade, Carlos I teve de convocar o Parlamento, pois necessitava de dinheiro. Desde a assinatura da Magna Carta (1215), havia um princípio legal: somente o Parlamento podia aprovar a criação de novos impostos. Rejeitado o pedido do rei, este dissolveu o Parlamento. Iniciou-se, em 1642, a guerra civil, opondo, de um lado, o exército real, formado pela alta nobreza e a cúpula da Igreja anglicana e, de outro, o exército parlamentar, apoiado pelos pequenos proprietários rurais (*gentry*), camponeses e burgueses, em geral, puritanos. O exército parlamentar era comandado por Oliver Cromwell, e seus soldados eram conhecidos como cabeças-redondas, devido ao corte redondo do cabelo, típico dos puritanos. O exército parlamentar venceu a guerra, Carlos I foi preso, julgado e condenado à morte pelo Parlamento. Decapitado o rei, Cromwell assumiu o poder e implantou a República.

59



Retrato de Oliver Cromwell

Antiabsolutista, Cromwell governou com toda a autoridade. Com apoio do exército, eliminou a oposição, sufocou rebeliões na Escócia e na Irlanda, fechou o Parlamento. Como um autêntico ditador, adotou o título de "Lorde Protetor" da Inglaterra. Assinou vários Atos de Navegação. O de 1651 determinava que as mercadorias levadas à Inglaterra só podiam ser transportadas em navios ingleses ou em navios dos próprios países produtores das mercadorias. Objetivo: prejudicar a Holanda (Países Baixos), cuja marinha intermediava o transporte de, entre outros produtos, açúcar de Portugal para a Inglaterra. A Holanda declarou guerra à Inglaterra, mas foi derrotada. A partir de então, a hegemonia naval passou à Inglaterra.

Cromwell morreu em 1658 e foi sucedido pelo filho Ricardo, muito fraco politicamente, que foi afastado pelo exército. Para evitar uma guerra civil pela disputa do poder, um novo Parlamento restaurou a monarquia, mas o futuro rei deveria se submeter aos parlamentares.

A restauração monárquica (1660)

Carlos II, filho de Carlos I e herdeiro, estava exilado na França de Luís XIV. Voltou para a Inglaterra, assumiu o trono e jurou submeter-se ao Parlamento. Mas, com o apoio do absolutista "Rei Sol", procurou ampliar seu poder, inclusive restabelecer o catolicismo na Inglaterra. O Parlamento reagiu e aprovou duas leis extremamente importantes: o *habeas corpus*, que garantia ao indivíduo proteção contra prisões arbitrárias, e a proibição aos católicos de assumir altos cargos no governo inglês. Carlos II faleceu em 1685 e foi sucedido por seu irmão Jaime II, católico declarado e casado em segundas núpcias com uma princesa católica francesa. De seu primeiro casamento, tivera duas filhas, Mary e Anna, ambas protestantes. O nascimento de um filho (seria o primeiro na linha de sucessão) do segundo casamento gerou uma inevitável crise. O novo rei não renunciou a sua religião. O Parlamento então convocou o genro do rei, Guilherme, Príncipe de Orange (da realeza holandesa). Guilherme desembarcou na Inglaterra com 14 mil soldados. O exército real, enviado para combatê-lo, acabou por aderir a Guilherme, forçando o monarca a se refugiar novamente na França. Essa guerra sem combate é conhecida como Revolução Gloriosa.

60



Palácio de Westminster, Parlamento Inglês em Londres, o Big Ben

O Parlamento coroou Guilherme rei da Inglaterra, sob regime parlamentar. Ou seja, o Parlamento passou a governar o país e os domínios

ingleses. O chefe de governo (primeiro-ministro) é o líder do partido mais votado, e o soberano é o chefe de Estado. Justifica-se a expressão: "O rei reina, mas não governa".

Os novos soberanos juraram a Declaração dos Direitos que proibia o monarca de convocar exércitos, criar ou aumentar impostos sem autorização do Parlamento, que garantia a liberdade individual e o direito à propriedade privada. Ocorreu então uma solução de compromisso: a nobreza dominava a Câmara Alta (Casa dos Lordes) e a burguesia, a Câmara Baixa (Câmara dos Comuns). Uma lei só entrava em vigor após ser aprovada por ambas as câmaras. A Inglaterra conheceu, a partir de então, um notável crescimento econômico que a levaria a se industrializar meio século depois. Até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), deteve a hegemonia mundial.

A partir deste ponto entraremos na História do Brasil, inserido no estudo da Idade Moderna.

Teste seu saber

1. **Diversos filósofos teorizaram sobre a monarquia absolutista. Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira.**

a) Nicolau Maquiavel	( ) O Estado existe para evitar conflitos.
b) Thomas Hobbes	( ) Os reis possuíam o direito divino de governar.
c) Jean Bodin	( ) A ação do governante não deve ser limitada por princípios morais.
d) Jacques Bossuet	( ) Governante por vontade de Deus, a autoridade real é sagrada e ilimitada.

2. **São fatores que influenciaram na formação dos Estados absolutistas na Europa da Idade Moderna:**
   a) Revolução Comercial e fortalecimento da nobreza.
   b) Ascensão da burguesia e persistência da economia feudal.
   c) Enfraquecimento político da nobreza e ascensão da burguesia.
   d) Fortalecimento da Igreja católica e cursos de Direito Romano.

3. **Escreva nos parênteses C para as afirmativas corretas e E para as erradas:**
   ( ) Na Noite de São Bartolomeu milhares de huguenotes foram massacrados por católicos.
   ( ) No governo de Henrique IV foi assinado o Edito de Nantes, que concedeu liberdade religiosa e igualdade política aos huguenotes.
   ( ) Durante o governo de Luís XIII, a nobreza se impôs.
   ( ) O cardeal Richelieu, ministro de Luís XIII, pretendia fazer da França a nação mais poderosa no continente europeu, por isso envolveu-a na Guerra dos Trinta Anos.
   ( ) Luís XIV revogou o Edito de Nantes.
   ( ) O ministro de Luís XIV, Colbert, aplicou planos econômicos que levaram a economia francesa à bancarrota.
   ( ) O auge do absolutismo francês ocorreu com Luís XVI que, através da política econômica mercantilista, desenvolveu a manufatura.

4. **Pelo Edito de Nantes, em 1598, Henrique IV da França**
   a) instituiu a cobrança de impostos territoriais somente para os protestantes franceses.
   b) estabeleceu a igualdade política entre huguenotes e católicos.

c) diminuiu o poder dos católicos franceses, assegurando a supremacia política aos huguenotes.
d) concentrou todo o poder nas suas mãos, implantando o absolutismo na França.

5. **O texto transcrito abaixo é um relato do ministro cardeal de Richelieu sobre a situação na França em 1624:**
"Quando V.M. resolveu-se a dar-me, ao mesmo tempo, a entrada nos seus Conselhos e grande parte de sua confiança para a direção de seus negócios, posso dizer que em verdade os huguenotes partilhavam o Estado consigo. Que os Grandes conduziam-se como se não fossem seus súditos, e os mais poderosos governadores de províncias como se fossem soberanos nos seus cargos".
Pela análise do texto, podemos concluir que:
a) os calvinistas constituíam um Estado dentro do Estado.
b) a autoridade dos governadores era respeitada para a manutenção da ordem.
c) a autoridade do Rei era realmente respeitada por todas as camadas sociais.
d) os "Grandes" seriam os burgueses mais ricos.

6. **Arruinar os protestantes, submeter os grandes senhores, consolidar a Monarquia Absoluta e impor a hegemonia francesa na Europa foram os principais objetivos do Ministro de Luís XIII:**
a) Cardeal Mazarino.
b) Sully.
c) Colbert.
d) Cardeal Richelieu.

7. **O Ministro de Luís XIV que se destacou pelo tipo de política econômica que desenvolveu foi:**
a) Vauban.
b) Mazarino.
c) Colbert.
d) Richelieu.

8. **A Guerra das Duas Rosas teve importância decisiva no fortalecimento da monarquia absolutista na Inglaterra sob a dinastia dos Tudors porque:**
a) houve a abolição da Magna Carta.
b) conduziu ao poder a burguesia mercantil.

c) reduziu a importância da nobreza feudal.
d) acabou com a hegemonia francesa, que provinha da Guerra dos Cem Anos.

9. **Um dos instrumentos utilizados por Henrique VIII para fortalecer o poder real foi:**
   a) a liberdade de expressão e culto.
   b) o estabelecimento do Anglicanismo.
   c) o apoio da Igreja contra o Parlamento.
   d) o envolvimento nas guerras europeias, contra a França e a Holanda.

10. **Acerca do Absolutismo na Inglaterra, não é possível afirmar que:**
    a) Foi consequência da Revolução Gloriosa, que eliminou milhares de nobres e facilitou a consolidação da monarquia centralizada.
    b) Fortaleceu-se com a criação da Igreja Anglicana.
    c) Foi iniciado por Henrique VIII, da dinastia Tudor, e consolidado no longo reinado de sua filha Elizabeth I.
    d) A política mercantilista intervencionista foi fundamental para a sua solidificação.

11. **São fatos relacionados ao governo da rainha Elizabeth I, exceto:**
    a) "Absolutismo disfarçado": embora a rainha convocasse eventualmente o Parlamento, este estava submetido à vontade da soberana.
    b) Expansão econômica: crescimento da manufatura têxtil, da marinha e do comércio externo.
    c) Fundação da Virgínia: primeira colônia inglesa na América do Norte.
    d) Acumulação de metais preciosos: em decorrência do amplo comércio com a Espanha.

12. **Os conflitos ocorridos na Inglaterra durante o governo da dinastia Stuart são devidos à:**
    a) institucionalização do absolutismo.
    b) instauração da democracia.
    c) promulgação do "Ato de Navegação".
    d) liberdade religiosa.

Descomplicando a História

Sobre as características gerais do absolutismo monárquico, assinale a que não corresponde:

a) O soberano corporificava o próprio Estado.
b) Exército real, justiça real e moeda real.
c) Parlamento dotado do direito de elaborar leis.
d) Centralização da administração.

Comentário:

A convocação do Parlamento na Inglaterra, ou seu equivalente na França, a Assembleia dos Estados Gerais, era prerrogativa real. Para manter sob seu controle o poder de legislar, os reis não convocam o Parlamento. Na França, o apogeu do absolutismo coincide com o longo período em que o Parlamento não foi convocado (de 1614 a 1789). **Alternativa correta**: c.

10 Idade Moderna: Brasil colônia no século XVI

Brasil colônia no século XVI

Explicações preliminares

A expressão "descobrimento do Brasil" refere-se à chegada, no ano de 1500, dos navios comandados por Pedro Álvares Cabral ao território que hoje é conhecido como Brasil, e sua posse pelo reino de Portugal. Mais corretamente, tratou-se da descoberta oficial do Brasil, pois foi tornada pública. Afinal, antes de 1500, alguns navegantes portugueses e espanhóis percorreram parte da atual costa brasileira. O navio do espanhol Vicente Pinzón navegou pelo litoral norte, mas, pelo Tratado de Tordesilhas, a região pertencia a Portugal. E a viagem de exploração feita em 1498 pelo navegador português Duarte Pacheco Pereira não foi tornada pública, pois fazia parte da política de sigilo do governo lusitano: nada revelar antes de ter condições de assegurar pleno domínio da região.

A História do Brasil é tradicionalmente dividida em três grandes períodos, cada qual subdividido em fases.

1) Período colonial (1500-1808), subdividido em:

a) fase litorânea (século XVI), com ocupação basicamente do litoral;

b) fase de penetração (século XVII), caracterizada pela interiorização da colonização, por meio das bandeiras, do gado, das missões religiosas e da mineração;

c) fase de consolidação do domínio territorial (século XVIII), em que tratados territoriais com a Espanha asseguraram a Portugal o domínio legal sobre o interior da colônia, dando ao Brasil praticamente sua atual configuração geográfica.

2) Período imperial (1808-1889), subdividido em:

a) fase de emancipação (1808-1831), quando o Brasil se liberta efetivamente do domínio econômico e político dos portugueses;

b) fase regencial (1831-1840), com governo de regências, em decorrência da menoridade do herdeiro;

c) fase do II Império (1840-1889), que vai da ascensão de D. Pedro II ao trono até a proclamação da República.

3) Período republicano (a partir de 1889), subdividido em:

a) fase da República Velha (1889-1930), com o domínio das oligarquias;

b) fase da República Nova (a partir de 1930), na qual ocorrem as grandes transformações socioeconômicas em nosso país.

O período pré-colonial (1500-1530)

Assim denominado porque, nas três primeiras décadas do século XVI, os portugueses se limitaram a explorar e policiar o litoral, bem como construir diversas feitorias para o armazenamento dos produtos da terra, que depois eram enviados a Portugal. Não houve então um efetivo processo de colonização.

No ano de 1501, uma expedição comandada por Gaspar de Lemos, que participara da frota de Cabral e levara a carta de Caminha a Portugal, foi enviada ao território recém-descoberto. Américo Vespúcio fazia parte dela. Essa nova expedição constatou a existência de uma árvore denominada pau-brasil, de madeira vermelha e nobre, já conhecida dos europeus. Ainda em 1501, no dia primeiro de novembro, foi descoberta e batizada a baía de Todos os Santos, na Bahia. Era hábito denominar os acidentes geográficos pelo nome religioso do dia. Em 1503, houve uma nova expedição de reconhecimento e guarda-costas, dessa vez comandada por Gonçalo Coelho. Dela provavelmente fazia parte Fernando de Noronha, comerciante cristão-novo, futuro explorador de pau-brasil. Foi construída no Rio de Janeiro (pensava-se que a baía de Guanabara era a foz de um grande rio) uma feitoria para armazenamento e abastecimento dos navios quando de sua volta a Portugal. Nas feitorias, o pau-brasil era armazenado, bem como animais e outros produtos brasileiros.

Em 1516, D. João III, novo rei de Portugal, enviou Cristóvão Jacques ao Brasil com a finalidade de tomar conta do litoral brasileiro, pois a notícia de que nele havia a preciosa madeira avermelhada atraía principalmente franceses, que vinham contrabandeá-la. Em 1526, Cristóvão retornou ao Brasil para reforçar a feitoria de Itamaracá, no atual estado de Pernambuco. Essas expedições ficaram conhecidas como expedições de exploração e policiamento, tendo em vista a presença de navios de outros países europeus no litoral brasileiro.

Nas três primeiras décadas do século XVI, os portugueses exploraram o pau-brasil, abundante na Mata Atlântica, desde o Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro, e mantiveram relações constantes e amistosas com os nativos do litoral. Da árvore se obtinha uma tinta avermelhada, corante de

tecidos. O pau-brasil já era conhecido na Europa desde o século XI, trazido pelos árabes da Índia. Aos indígenas cabia localizar a árvore, derrubá-la, cortá-la e transportar as toras para as feitorias. Trabalhavam de maneira não forçada, em troca de objetos por eles apreciados, objetos reluzentes e resistentes, até então desconhecidos (espelhos, machados, tesouras, facas etc.). Os livros de história, numa perspectiva europeia, utilizam as expressões "bugigangas e quinquilharias". Mas nessa relação de troca, na forma de escambo (mercadoria por mercadoria), ambas as partes recebiam o que desejavam e apreciavam.

61



Derrubada do Pau-Brasil, primórdios do período colonial, no século XVI

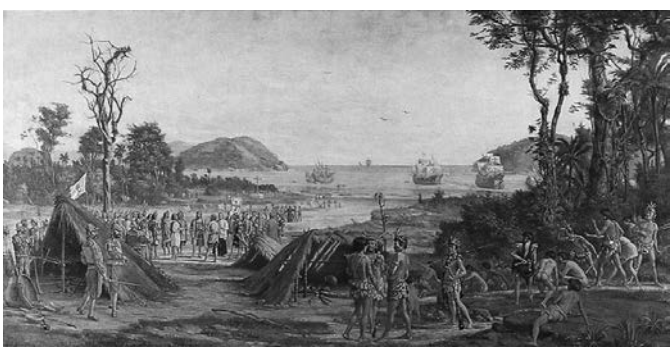
Como a madeira não era tão lucrativa quanto o comércio com o Oriente, o governo português preferiu arrendar sua exploração a particulares. O primeiro arrendatário foi Fernão de Noronha, em 1502. No contrato de arrendamento estava incluído o arquipélago que leva o seu nome. Entre suas obrigações, estavam o policiamento do litoral e o pagamento do quinto

ao governo (20% ou a quinta parte do valor da madeira). Com validade de três anos, a concessão foi prorrogada por três vezes. Posteriormente, o governo optou pela livre exploração pelos cristãos portugueses, em troca do pagamento do quinto.

Esse extrativismo não promoveu a colonização do território. Quando não mais havia árvores numa região, a feitoria era simplesmente abandonada.

Início da colonização

O controle dos portugueses sobre o comércio oriental não foi duradouro. Atraídos pela possibilidade de grandes lucros, outros países europeus (Holanda, Inglaterra e França) passaram a disputar o rico comércio oriental. Enfraquecido pelas enormes perdas de navios e tripulantes nas primeiras viagens, Portugal não suportou a concorrência. Começou a perder as principais praças comerciais orientais. Além disso, o governo e a elite de Portugal gastaram boa parte da riqueza obtida em atividades não lucrativas (construção e decoração de palácios e igrejas, doações à Igreja católica, pensões etc.). O reino voltou então suas atenções para a exploração do Brasil, como compensação.


62

Fundação de São Vicente, 1900, de Benedito Calixto, óleo sobre tela

Em 1530, foi enviada para cá a primeira expedição colonizadora, comandada por Martim Afonso e Sousa: cinco navios com mais de 400 pessoas. Seus objetivos eram percorrer a costa, expulsar os franceses, que exploravam ilegalmente a madeira, e estabelecer núcleos de colonização. A expedição capturou navios franceses carregados de pau-brasil; manteve

contato com alguns náufragos portugueses que habitavam o litoral (Diogo Álvares Correia, o Caramuru, na Bahia; João Ramalho, no atual estado de São Paulo); navegou até a região do Rio da Prata; e enviou duas expedições ao interior para localizar metais preciosos.

Em 1532, o comandante fundava a primeira vila no Brasil, com o nome de São Vicente, no litoral do atual estado de São Paulo. Ali, dividiu a terra em lotes (sesmarias) e os distribuiu entre os colonos, obrigando-os a cultivá-los. A escolha recaiu sobre a cana-de-açúcar, da qual se obtinha um subproduto, o açúcar, extremamente valioso e rentável na época. Em São Vicente, foi erguido o primeiro engenho, o de São Jorge dos Erasmos.

Nos anos seguintes, a cana passou a ser plantada em vários outros locais do litoral brasileiro.

Em 1533, Martim Afonso de Souza retornou a Portugal.

As capitanias hereditárias

As capitanias hereditárias foram o primeiro sistema administrativo aplicado no Brasil português. Esse sistema tinha dado bons resultados nas ilhas do Atlântico (Madeira, Cabo Verde e Açores). Ao adotá-lo no Brasil, D. João III, cognominado "o Colonizador", tinha por objetivo a efetiva ocupação portuguesa do novo território. Em 1534, a área de posse de Portugal foi dividida em quinze grandes lotes, doados a doze fidalgos, denominados donatários. Eram pessoas da baixa nobreza que tinham prestado bons serviços ao rei. Os lotes se estendiam até o meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.

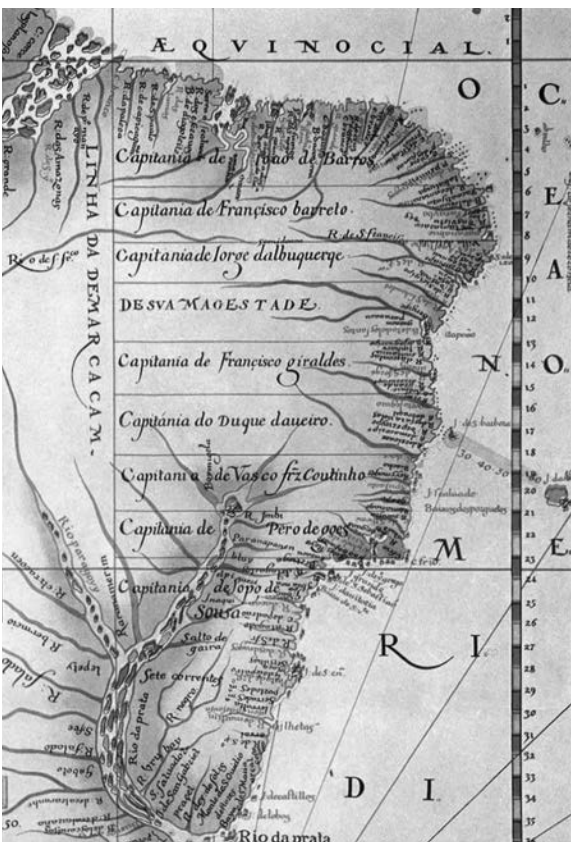
O sistema de capitanias hereditárias era regulamentado por dois documentos básicos:

a) Carta de Doação – o rei dava ao capitão donatário o uso e a administração perpétua e hereditária da capitania. Ele não era dono da terra (não podia vendê-la), mas seu usuário.

b) Foral – especificava os direitos e deveres dos donatários, como distribuir sesmarias, cobrar impostos, fundar vilas, tirar proveito econômico da capitania, defendê-la de ataques internos (índios) e externos, pagar o quinto ao governo português, promover a catequese etc.

No seu conjunto, o sistema no Brasil fracassou pelos seguintes motivos: lotes muito extensos; ataques dos indígenas; desinteresse de vários donatários (alguns nem vieram ao Brasil); falta de capital etc. As únicas bem-sucedidas foram a de São Vicente e a de Pernambuco (pertencente a Duarte Coelho). O fator básico do sucesso: a plantação de cana-de-açúcar.

Com o fracasso do sistema de capitanias hereditárias, e preocupado com a ocupação e a segurança do território colonial, o governo português resolveu montar um sistema administrativo centralizado e mais forte. Foi criado, então, em 1548, o governo-geral, embora as capitanias hereditárias continuassem a existir. Em 1759, as últimas capitanias hereditárias foram extintas. Passaram a capitanias reais por ordem do Marquês de Pombal.



63

Mapa das capitanias hereditárias

O governo geral

O segundo sistema administrativo foi o governo-geral, criado pelo Regimento de 1548, também conhecido por Regimento de Tomé de Souza, primeiro governador nomeado pelo rei D. João III. Ele desembarcou na Baía de Todos os Santos, em janeiro de 1549, acompanhado de muitos colonos, soldados, degredados, artesãos e dos primeiros jesuítas a vir ao Brasil, chefiados por Manuel da Nóbrega. Acredita-se que também tenham vindo escravos. A capitania da Bahia foi transformada em capitania real e nela foi fundada a cidade de Salvador, para ser sede do governo-geral. As condições eram favoráveis: bom porto, bom clima, solo fértil e ótima posição geográfica (entre a região norte e a região sul).

O Regimento estabelecia as obrigações e os direitos do governador: cuidar da administração colonial; auxiliar donatários; promover entradas para o interior na busca de metais preciosos e exploração territorial; apoiar os jesuítas na sua obra de catequese dos indígenas; distribuir sesmarias a colonos, obrigando-os a explorá-las.

Além do governador geral, havia outros três cargos importantes: o ouvidor-mor, responsável pela justiça; o provedor-mor, responsável pelo recolhimento dos impostos; e o capitão-mor, responsável pela guarda da costa. Era comum o governador-geral acumular as funções do capitão-mor.

À semelhança de Portugal, foi permitida a instalação de câmaras municipais nas cidades e vilas que teriam autonomia administrativa. As câmaras podiam legislar sobre impostos, pesos e medidas, oficializar as construções, julgar e impor penas, tabelar os preços de mercadorias, permitir e organizar expedições para combater indígenas rebeldes etc. Os vereadores que as compunham eram denominados "homens-bons". Ricos proprietários rurais, administravam cidades e vilas e somente eles podiam ser membros da câmara. Formavam a aristocracia rural brasileira.

Os principais objetivos de Tomé de Sousa eram defender o território, auxiliar os donatários no aproveitamento das terras e organizar a ordem política e jurídica. Houve grande estímulo à produção açucareira por meio da distribuição de terras, fornecimento de gado, construção de engenhos, abertura de estradas e construção de um estaleiro no porto de Salvador. Religioso, como em geral os demais portugueses, Souza fez construir igrejas e criou o primeiro bispado no Brasil. O primeiro bispo foi Pero Fernandes Sardinha, que combateu os índios que não se submetiam ao domínio português, especialmente os antropófagos. As capitanias hereditárias bem-sucedidas continuaram a existir. Aquelas que haviam fracassado, ou que contavam com pouco ou nenhum interesse dos proprietários, foram incorporadas ao domínio real.

O segundo governo-geral foi o de Duarte da Costa (1553-1557). Ao contrário do primeiro, sua administração foi sofrível: revoltas dos indígenas, invasão francesa no Rio de Janeiro, problemas de seu filho com o bispo. Ao viajar para Portugal para informar o rei sobre os problemas na colônia, o navio em que estava o prelado afundou. Sardinha e outros cem tripulantes conseguiram se salvar alcançando a praia. Mas foram presos e devorados pelos índios caetés.

Em 1555, aproximadamente 130 franceses, em sua maioria protestantes, fundaram, na Baía de Guanabara, a França Antártica. Construíram uma fortaleza na ilha de Villegaignon e resistiam ao ataque dos portugueses. Os índios se dividiram entre franceses e portugueses.

Em 1554, foi fundado no planalto de Piratininga o Colégio de São Paulo, pelos padres Anchieta e Nóbrega. Era praticamente o único povoamento colonial não localizado no litoral até então. Esse colégio deu origem à cidade de São Paulo.

64



Fundação de São Paulo, 1913, de Antônio Parreiras (1860-1937). Óleo sobre tela, 179 x 279,5 cm

O terceiro governador foi Mem de Sá (1558 a 1572). Sua administração foi bem-sucedida na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, graças à bravura do seu sobrinho, Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, em 1565. Mem de Sá estimulou a catequização dos índios

e a aprendizagem dos ofícios de carpinteiro, marceneiro e pedreiro, o que ajudou os colonos portugueses na tarefa de colonização.

Em seu governo, a produção do açúcar brasileiro superou a da ilha da Madeira. Sua exportação abastecia Lisboa e o excedente era enviado para cidades importantes, como Amsterdã, Roterdã e Antuérpia.

Mem de Sá deveria ter sido substituído logo após a expulsão dos franceses. Mas o navio em que viajava seu substituto foi atacado pelos franceses, e ele nunca chegou ao Brasil. Mem de Sá permaneceu à frente do governo até sua morte, em 1572.

Para melhor administrar a colônia, o rei português dividiu o Brasil em dois grandes governos: o do Norte (capital em Salvador) e o do Sul (com sede no Rio de Janeiro).

Em 1578, D. Sebastião, rei de Portugal, morreu combatendo os mouros no norte da África. Não deixou herdeiros diretos. Assim, assumiu o trono seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, que faleceu dois anos depois. O sucessor mais próximo era o rei da Espanha, Felipe II, descendente de D. Manuel, o Venturoso. Ao se tornar rei de Portugal, o novo rei deu início à União Ibérica. Espanha e seu império, e Portugal com suas colônias, tinham o mesmo rei. Essa união durou de 1580 a 1640, e é também conhecida como "domínio espanhol". Uma das consequências foram as invasões e os ataques sofridos pelo Brasil por parte de países inimigos da Espanha.

O Brasil do açúcar

Na segunda metade do século XVI, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de açúcar de cana. O crescimento da produção e exportação se deveu, entre muitos fatores, à fertilidade do solo (tipo massapé, uma terra escura), muito comum no litoral da Bahia e Pernambuco; aos empréstimos holandeses para a montagem de engenhos; à relativa proximidade de Portugal.

A cana era plantada principalmente em grandes propriedades (latifúndio). Para obter uma boa produção, a maior parte da fazenda destinava-se à cultura canavieira (monocultura), e a mão de obra predominante era a escrava negra. A maior parte da produção se destinava à exportação. O sucesso da cultura do açúcar influiu na fundação de vilas e cidades, principalmente no litoral nordestino.

Moída a cana, o líquido era fervido em grandes tachos para ser transformado em açúcar ou melado. Algumas atividades técnicas eram exercidas por assalariados, como o "mestre-purgador" e o feitor, uma espécie de gerente-geral (organizador da mão de obra e encarregado da disciplina). Índios também foram escravizados no começo da lavoura canavieira e quando havia falta de escravos de origem africana.

Uma área nos latifúndios era destinada à agricultura de subsistência para a alimentação dos que nela viviam. Principais produtos: mandioca, milho, feijão, arroz, frutas, legumes e hortaliças. Outra área era destinada à criação de gado para meio de transporte (montaria e carro de boi) e para mover as moendas.

Três eram as construções básicas numa fazenda canavieira: as moradias (casa-grande e senzala), o engenho (com a moenda e a casa de purgar, onde o caldo de cana era fervido) e a capela.



65

Paisagem com plantação (O Engenho), óleo sobre madeira, por Frans Post (1668)

A sociedade colonial era predominantemente rural. Havia três camadas básicas:

a) elite, composta dos grandes proprietários (senhores de engenho) e dos membros da Igreja;

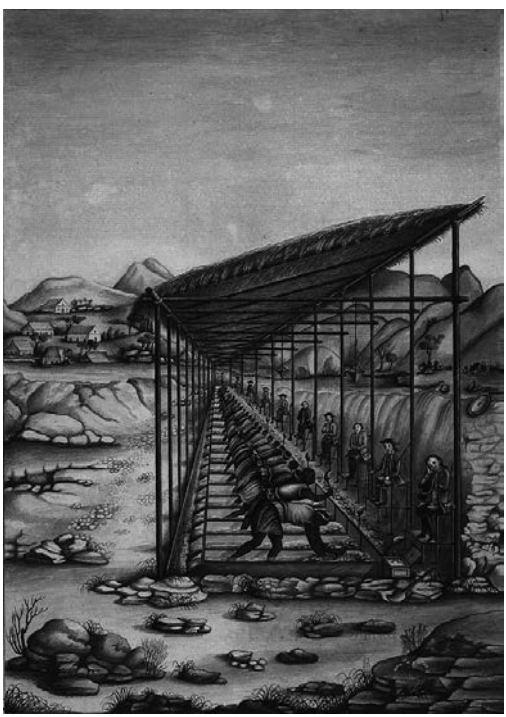
b) os trabalhadores livres assalariados e os pequenos proprietários de terra (que cultivavam cana, usavam o engenho de um senhor e pagavam com parte da produção de açúcar);

c) a camada inferior, composta por brancos miseráveis, índios aculturados e negros (escravos e libertos, chamados forros).

A família do senhor de engenho era numerosa e tipicamente patriarcal (domínio absoluto do chefe). A herança cabia ao primogênito (o mais velho). As filhas do patriarca eram educadas para a vida doméstica, para o casamento precoce ou, então, para a vida religiosa.

Os escravos, sem quaisquer direitos, viviam nas senzalas dos homens e das mulheres. Eram obrigados a falar português e a assimilar a religião católica para facilitar sua dominação. Ainda assim, não só a sua resistência ao regime de escravidão foi muito forte, como também exerceram grande influência na alimentação, na religião, na música e nos nossos costumes contemporâneos. Foram certamente os responsáveis pela riqueza produzida no Brasil colônia, como demonstra o que escreveu, na época, o jesuíta Antonil: "Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente".

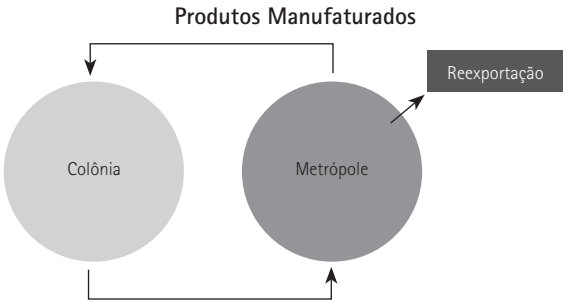
66



Obra *Escravos no trabalho sob olhares das autoridades de supervisão*. Carlos Julião, A Idade de Ouro do Brasil, 1695-1750

O Pacto Colonial

Principal produto de exportação, a maior parte do açúcar aqui produzido era enviado para Lisboa. Retirada a parte para consumo em Portugal, seguia para Amsterdã, onde era refinado e distribuído para as principais praças europeias. De acordo com o pacto colonial, o Brasil só podia ter relações comerciais com a metrópole e outras colônias portuguesas (Angola, Moçambique etc.). Os navios, que vinham buscar o açúcar, traziam os manufaturados de que os colonos necessitavam. Portugal geralmente comprava esses manufaturados de outros países, portanto agia como intermediário comercial.



O Brasil de outras lavouras

Além da lavoura canavieira e da lavoura de subsistência, outras culturas também foram importantes.

O tabaco (ou fumo) era cultivado principalmente na região da Bahia. O melhor tabaco se destinava ao mercado europeu. Já o tabaco levado para a África era utilizado, como escambo (troca), na obtenção de escravos. Quando havia mais necessidade de mão de obra para a lavoura canavieira, a produção e a exportação de tabaco para a África cresciam.

O algodão, nativo na América, era plantado na região semiárida do Nordeste. Como matéria-prima, era muito utilizada para a fabricação de panos grosseiros, que serviam para vestir os escravos.

Teste seu saber

1. **Sobre os períodos e fases da história do Brasil, quais alternativas estão corretas:**
   a) O período colonial é o mais longo de nossa história e o mais importante da nossa formação territorial. ( )
   b) Boa parte do atual território brasileiro corresponde a áreas que pertenciam legalmente à Espanha. ( )
   c) Ao longo do século XVI, houve um avanço da colonização portuguesa sobre terras espanholas. ( )
   d) No Período Imperial, ocorreram a emancipação política e a constituição do Estado brasileiro. ( )
   e) O reinado de D. Pedro II durou mais de meio século. ( )
   f) No período da República Velha, o Brasil conheceu suas mais aceleradas transformações. ( )

2. **Por "descoberta do Brasil" se entende:**
   a) a chegada da esquadra de Cabral ao Brasil.
   b) a oficialização da posse do território, pertencente a Portugal desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas.
   c) a manutenção da "política de sigilo" do governo português sobre as suas descobertas territoriais.
   d) a necessidade de ocupar o território tendo em vista a ameaça espanhola, em decorrência da expedição do espanhol Pinzón.

3. **Com o objetivo de combater os contrabandistas de pau-brasil, D. João III enviou ao nosso país as esquadras de guarda-costas que, em 1516 e 1526, foram comandadas por:**
   a) Cristóvão Jacques.
   b) Américo Vespúcio.
   c) Gonçalo Coelho.
   d) Fernando de Noronha.

4. **Durante a fase pré-colonial, a ocupação portuguesa, a atividade econômica básica e a mão de obra nela empregada ficaram caracterizadas, respectivamente**
   a) pelas feitorias, exploração do pau-brasil e a mão de obra indígena sob forma de escambo.

b) pelas sesmarias, cultivo da cana-de-açúcar e pelo índio sob regime de escravidão.
c) pelas feitorias, pela exploração do pau-brasil e pela mão de obra escrava.
d) pelas feitorias, pelo cultivo da cana-de-açúcar e pelo indígena pacificado.

5. **A decadência da exploração do pau-brasil é explicada sobretudo:**
a) pela forma predatória da atividade, não se interessando os exploradores pelo reflorestamento.
b) pelo aumento do custo do transporte, relacionado à decadência da frota lusa.
c) pelo surgimento de novas atividades mais lucrativas, como a lavoura açucareira.
d) pelo encarecimento do escambo.

6. **Fato que assinala o início efetivo do povoamento do Brasil pelos portugueses:**
a) expedição de Cristóvão Jaques.
b) expedição de Martim Afonso de Sousa.
c) criação de Capitanias Hereditárias.
d) instalação do Governo-Geral.

7. **Coloque em ordem cronológica:**
a) Chegada da expedição de Martim Afonso de Sousa.
b) Criação do Governo-Geral.
c) Fundação de São Vicente.
d) Criação das capitanias hereditárias.

8. **Em 1534 o governo português criou o sistema das Capitanias Hereditárias porque:**
a) a Coroa Portuguesa não possuía suficientes recursos materiais para proteger e colonizar a costa do Brasil, ameaçada pela presença de navios franceses.
b) os indígenas, aliados aos franceses atacavam e destruíam as feitorias.
c) o governo português não se sentia ameaçado por outros países europeus.
d) era um meio mais eficiente para se localizar ouro na nova colônia.

9. **Entre os direitos que os forais asseguravam aos Donatários podemos incluir:**
   a) cunhar moedas.
   b) distribuir sesmarias a colonos.
   c) o monopólio do comércio de especiarias.
   d) o monopólio do comércio do pau-brasil.

10. **Na administração colonial do século XVI, o Ouvidor-Geral e o Provedor-Mor eram responsáveis, respectivamente, pela:**
   a) Defesa e Justiça.
   b) Justiça e Fazenda.
   c) Religião e Fazenda.
   e) Defesa e Fazenda.

11. **Chefiados por Nicolau Durand de Villegaignon, os franceses invadiram a baía de Guanabara e fundaram uma colônia, a França Antártica.**
   a) Nela havia apenas católicos.
   b) Nela havia apenas protestantes.
   c) Embora houvesse católicos e protestantes, estes eram maioria.
   d) Embora houvesse protestantes e católicos, estes eram maioria.

12. **Qual foi a principal razão da criação do Governo-Geral, em 1548?**
   a) O sucesso do regime de Capitanias.
   b) A descentralização administrativa.
   c) O esforço de centralização administrativa.
   d) A abolição do regime de Capitanias.

13. **Indique a alternativa errada sobre os governos-gerais.**
   a) Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil na expedição de Tomé de Souza.
   b) O documento que instituiu o sistema de Governo-Geral era o Regimento de 1548.
   c) A cidade do Rio de Janeiro foi fundada no governo de Mem de Sá.
   d) "Homens bons" eram os catequizadores que promoviam a conversão dos nativos.

14. **A afirmação de Antonil de que "os escravos são as mãos e os pés do Senhor de Engenho" significa que:**
    a) a produção do açúcar estava totalmente a cargo dos escravos.
    b) os escravos eram indispensáveis ao funcionamento dos engenhos.
    c) os escravos eram usados na locomoção dos senhores.
    d) não havia instrumentos mecânicos nos engenhos.

Descomplicando a História

A presença de corsários franceses no litoral brasileiro, durante o início do século XVI, constitui séria ameaça ao domínio português na colônia. Os interesses franceses prendiam-se à exploração e comércio:
a) do açúcar.
b) do pau-brasil.
c) das drogas do sertão.
d) do ouro.

Comentário:
Nas três primeiras décadas, a exploração do pau-brasil foi realmente a única atividade que atraía os interesses comerciais de portugueses e franceses, estes agindo de forma ilegal, segundo o governo luso. A produção de açúcar foi iniciada após 1530; a exploração das drogas do sertão se efetivou no século XVII; e a extração do ouro, no século XVIII. **Alternativa correta**: b.

11 Brasil colônia no século XVII

Interiorização da colonização portuguesa

Nesse século, o processo de colonização, que praticamente se limitara à faixa litorânea, interiorizou-se, ocupando vastas áreas do atual território brasileiro. Foram vários os fatores dessa penetração. Vamos conhecê-los.

Criação de gado

As primeiras cabeças de gado, trazidas pela expedição de Martim Afonso de Sousa (1534), chegaram ao Brasil junto com a cana-de-açúcar. Além das finalidades já informadas, o couro do animal era muito utilizado na fabricação de calçados, roupas, camas etc. Porém, em decorrência do alargamento da área de cultivo de cana e demais culturas, e da multiplicação dos animais, o espaço nas fazendas para pastagem ficou reduzido. A saída foi deslocar a criação para o interior, por isso ela passou a ter um caráter extensivo. No início do século XVIII, o governo português proibiu a criação do gado nas terras próximas ao litoral.

Isso facilitou o avanço, na região nordestina, sobre a rede hidrográfica. Os animais e seus criadores utilizaram as margens dos rios. A mão de obra era a indígena e a mestiça (mamelucos, produto da miscigenação entre branco e índio). O pagamento ao vaqueiro era em espécie: para quatro cabeças nascidas (e que sobrevivessem), uma pertencia a ele. Finalmente, não era necessário muito capital para iniciar a atividade de criação, ao contrário do que acontecia com uma fazenda canavieira.

A região sul do Brasil foi incorporada ao domínio português em decorrência da criação de gado. Partindo da capitania de São Vicente, o gado avançou em direção ao sul e ocupou o pampa gaúcho. Cidades atuais, como Vacaria, devem sua origem à pecuária bovina.

Bandeiras

Durante a União Ibérica (1580-1640), a colonização portuguesa no América do Sul expandiu-se, penetrando inclusive em territórios pertencen-

tes, por direito, à Espanha. Expedições, chamadas entradas e bandeiras, exploraram essas áreas.

As entradas eram expedições oficiais, financiadas com dinheiro público e visavam mais à exploração territorial. Já as bandeiras eram montadas por particulares. Seus integrantes, os bandeirantes, tinham como objetivos principais o apresamento dos nativos e a descoberta de metais preciosos.

O bandeirantismo foi um movimento tipicamente paulista, pois foi de São Paulo, em especial, que essas expedições partiram. E foram os paulistas os maiores responsáveis pela conquista do interior do Brasil e da extensão dos limites de fronteira para além do limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.

O apresamento indígena ocorria sempre que havia menor oferta de escravos negros para a lavoura canavieira. Entre os bandeirantes que se dedicaram ao apresamento indígena, destacaram-se Raposo Tavares e Manuel Preto. Atacaram os aldeamentos sob administração dos jesuítas, onde os nativos estavam sendo catequizados. Os ataques eram devastadores: milhares eram aprisionados; outros tantos, mortos. As principais vítimas, entre as missões, foram Guaíra (oeste do atual estado do Paraná), Tape (MS) e Itatim (norte do RS).

Com a crise na produção e na exportação do açúcar, o governo português incentivou o bandeirismo de cata do ouro (ou prospecção). O descobridor das minas teria direito preferencial na escolha de um lote e o perdão de eventual crime cometido. Desse "ciclo do ouro", destacaram-se os bandeirantes Fernão Dias Paes Leme, Borba Gato, Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva.

Outro tipo de bandeirismo foi o de contrato. A administração colonial, e até mesmo as câmaras municipais, contratavam pessoas para combater os escravos revoltosos. Nas áreas de exploração de mão de obra negra escrava eram comuns revoltas e fugas dos cativos. Em outras, havia forte resistência indígena à colonização. O local onde os negros fugitivos se agrupavam e formavam aldeias era chamado de "quilombo". O mais famoso foi o de Palmares.

Palmares começou a se formar no final do século XVI, na região da Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, não distante da grande lavoura canavieira de Pernambuco. Foi durante a invasão e o domínio holandês da capitania pernambucana que o quilombo se expandiu. Aproveitando o caos causado pelas lutas entre colonos e holandeses, milhares de escravos buscaram refúgio e liberdade em Palmares. O número de quilombolas pode ter sido superior a 30 mil. Além dos fugitivos, viviam na área índios e colonos pobres.

O quilombo era uma reunião de diversas aldeias, sendo a dos Macacos a mais numerosa e importante. Nessas aldeias se reproduzia o modo de vida africano: terra comunitária, subsistência na lavoura, caça, pesca e coleta. Em cada aldeia havia um chefe, e todos eles, reunidos em assembleia, escolhiam o Grande Senhor. Um dos mais famosos foi Ganga Zumba.

A existência de Palmares incomodava os grandes proprietários, pois era um estímulo constante a novas fugas. Os holandeses fracassaram em destruí-lo, o que ocorreu apenas em 1695. A tarefa coube a Domingos Jorge Velho, experiente no combate a índios rebeldes. Contratado pela administração colonial, Domingos chefiou cerca de nove mil homens, dotados de artilharia. Primeiro, destruiu a lavoura que abastecia as aldeias. Depois, atacou as aldeias. Os sobreviventes se refugiaram na aldeia principal, mas foram chacinados. Zumbi, o último chefe, escapou, mas, em 20 de novembro, foi morto. Morreu o homem, mas não o ideal de liberdade. Por isso, atualmente, o dia do aniversário de sua morte é oficialmente o Dia da Consciência Negra.

O bandeirismo tem uma enorme importância na história do Brasil: ampliou a área de domínio territorial português bem além do meridiano de Tordesilhas; ao longo de suas trilhas, foram criados diversos povoados, em sua maioria, formados por mestiços; o bandeirismo de prospecção descobriu as tão aguardadas riquezas minerais, o que originou a fase da grande mineração (ouro e diamantes); possibilitou o conhecimento do interior da colônia, seja geográfico, seja em relação as suas riquezas naturais. O lado negativo: as centenas de milhares de indígenas e negros que ele vitimou.

Missões religiosas

Em decorrência da quebra da unidade religiosa na Europa Ocidental, com o surgimento do protestantismo, e das decisões do Concílio de Trento, a Igreja católica fez um extraordinário esforço para obter, fora do Velho Continente, o que nele havia perdido. Lançou-se a uma notável obra catequética no continente americano, nas regiões sob domínio luso-espanhol.

Algumas ordens religiosas se destacaram na tarefa de catequização dos indígenas e de preservação dos valores católicos entre os colonos: a dos franciscanos, a dos dominicanos e, em especial, a dos jesuítas.

Nas vilas e cidades houve a fundação de escolas. Nas regiões mais distantes do processo de colonização, estabeleceu-se a administração dos aldeamentos (ou missões). As ordens religiosas foram bastante ativas na região sul e na Amazônia.

Em 1637, após a construção do forte de Belém do Pará, na foz do Amazonas (fundamental para o controle da navegação), o explorador Pedro Teixeira, à frente de uma expedição oficial, penetrou e subiu o enorme rio até quase suas nascentes. Posteriormente, a pé, alcançou Quito (atual capital do Equador). De volta aos domínios portugueses, fez um relato sobre a enorme potencialidade do vale amazônico no que diz respeito às chamadas "drogas do sertão": produtos vegetais para a produção de remédios e para a culinária. Produtos como guaraná e castanha-do-pará tinham alto valor comercial. Iniciava-se a conquista portuguesa do vale amazônico.

Controlando os índios que viviam nos aldeamentos e faziam a coleta, os religiosos obtinham grandes lucros com a venda das drogas no mercado europeu. Além disso, elas estavam isentas do pagamento de tributos. Não poucos historiadores afirmam que o poder das ordens religiosas era tão grande que elas chegaram a constituir um "Estado dentro de um Estado".

Ataques e invasões estrangeiras

A invasão francesa

A prosperidade da colônia, a possibilidade de existência de riquezas minerais, a União Ibérica (1580-1640) e a não aceitação da divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas foram os principais motivos dos ataques de navios franceses ao litoral brasileiro. Nas primeiras décadas após o descobrimento, exploravam ilegalmente pau-brasil. O governo português protestava, sem sucesso. Um rei da França, Francisco I, ironizou a divisão das terras: "Quero ver o testamento de Adão". Em 1555, ocuparam a Baía de Guanabara e fundaram a França Antártica. Em 1612, invadiram o norte da colônia. Na Baía de São Marcos, construíram uma fortaleza, à qual deram o nome de São Luís, em homenagem ao rei Luís XIII, hoje capital do estado do Maranhão. Denominaram seu domínio de França Equinocial. Três anos depois, tropas sob o comando de Jerônimo de Albuquerque expulsaram os franceses, ocuparam o forte, mas o nome da cidade foi mantido.

No início do século XVIII, em 1710 e 1711, por duas vezes, corsários franceses atacaram e saquearam a cidade do Rio de Janeiro. Da segunda vez, exigiram enorme resgate para abandoná-la e foram atendidos.

Também corsários ingleses fizeram suas incursões: os portos de Santos (1587) e Natal (1591) foram saqueados. Em 1595, a vítima foi Olinda. Todo o açúcar armazenado no cais foi levado.

As invasões holandesas

As invasões holandesas foram as mais importantes e duradouras. Até 1580, os comerciantes portugueses compravam o açúcar dos colonos no Brasil e vendiam para os burgueses de Amsterdã. Após ser refinado naquela cidade, o produto era distribuído nas principais praças europeias. Importante lembrar que os holandeses financiaram, em grande parte, a montagem dos primeiros engenhos no Brasil.

Em 1580, início da União Ibérica, a Espanha estava em guerra contra os Países Baixos (Holanda). O rei Filipe II proibiu a continuação desse comércio para enfraquecer o inimigo. Os holandeses reagiram ao criar a Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa mercantil com capital dividido em ações. Seu objetivo: organizar uma frota de guerra, atacar e conquistar as regiões açucareiras no nordeste brasileiro, controlar a produção e exportação do açúcar e obter grandes lucros. Foram duas as invasões:

a) Salvador (Bahia), em maio de 1624. Atacada de surpresa, a capital da colônia foi facilmente conquistada. Boa parte da população da cidade se refugiou na periferia. Mas os holandeses, por não conseguir ampliar sua conquista, ficaram sitiados em Salvador. Quase um ano depois, a mais poderosa esquadra espanhola a navegar o Atlântico Sul (52 navios, com 12 mil homens) libertava Salvador;

b) Olinda (Pernambuco), em 1630. Os holandeses, mais bem-preparados, atacaram a capital da capitania e a conquistaram. Depois alargaram seu domínio sobre boa parte do litoral nordestino, denominado, então, Brasil Holandês. Durante as lutas, parte dos engenhos foi destruída e milhares de escravos buscaram refúgio em Palmares.

Para reativar a produção e pacificar a região, em 1637, a Companhia das Índias Ocidentais enviou ao Brasil Holandês o príncipe João Maurício de Nassau, uma pessoa de elevados conhecimentos e enorme capacidade administrativa. O novo governante autorizou empréstimos aos senhores de engenhos para a reconstrução dos engenhos e a compra de escravos. Para atender a demanda de mão de obra, os holandeses atacaram Angola, na África, e passaram a controlar o fornecimento de escravos. Nos anos seguintes, Nassau determinou a realização de importantes obras em Recife, tornada capital do domínio holandês. Concedeu liberdade de culto, o que favoreceu especialmente os judeus estabelecidos na região.

Porém, a partir de 1642, começaram a ocorrer os primeiros atritos entre Nassau e os diretores da Companhia das Índias Ocidentais, que exigia lucros, inclusive para custear a guerra contra a Espanha. O episódio culminou com a volta de Nassau para os Países Baixos. Os novos governantes passaram

a cobrar altos juros dos senhores de engenho, bem como o pagamento dos empréstimos.

Iniciou-se, então, a insurreição pernambucana, que resultou na expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro. A Companhia das Índias Ocidentais deslocou seu interesse para as Antilhas, onde montou um centro de produção de açúcar. A distribuição dessa mercadoria na Europa continuava em suas mãos. A produção açucareira brasileira não conseguiu suportar a concorrência e entrou em declínio. Foi sua primeira grande crise e outra estaria para acontecer (concorrência da mineração).

Os primeiros movimentos nativistas

O sistema colonial, o Pacto Colonial, os privilégios dos portugueses no Brasil, a exagerada tributação eram alguns dos fatores que provocavam antagonismos e atritos entre os colonos e a administração portuguesa. Tradicionais livros de história qualificam alguns desses movimentos como "nativistas" (de amor à terra). Na verdade, foram mais atitudes de defesa de seus interesses. Dois episódios ocorreram no século XVII:

a) Aclamação de Amador Bueno (1641). Ocorreu em São Paulo, principal centro do bandeirismo de apresamento. Com o fim da União Ibérica, os paulistas temiam enfrentar dificuldades em apresar índios nas áreas localizadas a oeste do meridiano de Tordesilhas. Um grupo de pessoas iniciou um movimento para criar um reino independente em São Paulo. Aclamaram como seu rei o rico fazendeiro Amador Bueno da Ribeira. Temeroso de uma represália do governo português, ele recusou a "oferta" e jurou fidelidade ao novo rei português;

b) Revolta de Beckman (1684). Ocorreu no Maranhão, liderada pelos irmãos Manuel e Tomás Beckman, senhores de engenho. A capitania era pobre. Como os fazendeiros não dispunham de capital para adquirir escravos africanos, a solução era o apresamento de nativos, o que gerava atritos com os jesuítas estabelecidos na região. Para dinamizar a economia da capitania e resolver os atritos, o governo português havia criado a Companhia de Comércio do Maranhão, uma empresa mercantilista, dotada de privilégios (como monopólio comercial na região) e deveres (compra de produtos de exportação, como o açúcar; fornecimento de trigo, azeite, bacalhau, vinho, escravos, instrumentos agrícolas, mão de obra escrava negra). Porém, a companhia não agia corretamente. Pagava pouco pelos produtos de exportação e cobrava caro pelas mercadorias fornecidas; oferecia mercadorias estragadas (como bacalhau) e insuficientes (escravos). Eclodiu então uma rebelião, com os Beckman à frente. Os rebeldes destruíram a sede da companhia, expulsaram os jesuítas e depuseram o governador da capitania. Tomás

foi enviado a Portugal para explicar os motivos da revolta e foi preso. O governo português mandou uma frota a São Luís, que restabeleceu o governo da capitania e confiscou todas as propriedades dos irmãos. Manuel foi preso, julgado e condenado à morte. Vários outros envolvidos foram condenados à prisão.

67



Amador Bueno é aclamado "Rei do Brasil", em 1641. Óleo de Oscar Pereira da Silva

A partir de agora deixaremos a História do Brasil para entrar num tema muito importante da História geral, que também teria implicações por aqui, como se verá a seguir.

Teste seu saber

1. **A pecuária, introduzida no Brasil no século XVI, apresentou as seguintes características, exceto:**
   a) o gado atendia às necessidades básicas dos engenhos, sendo por isso a principal atividade subsidiária da lavoura açucareira.
   b) o gado ocupou principalmente as terras áridas do Nordeste.
   c) a pecuária utilizou, em geral, mão de obra escrava, indígena ou mameluca.
   d) a área pecuarista no Sul foi criada com o objetivo de ocupar a região do pampa gaúcho e permitir sua incorporação ao domínio lusitano.

2. **A mais importante consequência do ciclo do gado no Período Colonial foi:**
   a) a conquista do litoral brasileiro.
   b) a penetração e ocupação do interior brasileiro.
   c) a descoberta de ouro em Minas Gerais.
   d) o desenvolvimento da economia do Sudeste.

3. **Qual o ciclo que não está incluído no movimento de Entradas e Bandeiras:**
   a) Ciclo do apresamento.
   b) Ciclo da cata do ouro.
   c) Ciclo do sertanismo de contrato.
   d) Ciclo do pau-brasil.

4. **As expedições de Bartolomeu Bueno da Silva e Borba Gato estão ligadas:**
   a) ao bandeirismo de apresamento.
   b) ao bandeirismo de prospecção.
   c) ao bandeirismo de contrato.
   d) ao movimento das entradas.

5. **Motivou a penetração das bandeiras a oeste da linha de Tordesilhas:**
   a) União Ibérica (1580-1640).
   b) Invasões francesas.
   c) Invasões holandesas.
   d) Declínio da lavoura canavieira.

6. **Os textos abaixo referem-se a atividades desenvolvidas no Brasil Colonial. Relacione-os com os ciclos do bandeirismo.**
   I) Descoberta das primeiras grandes áreas auríferas, na última década do século XVII e surgimento de povoados no atual estado de Minas Gerais.
   II) Guerra contra índios rebeldes e contra os habitantes do quilombo de Palmares.
   III) Ataques a missões de jesuítas localizadas nos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul e captura dos nativos.
   ( ) bandeirismo de contrato.
   ( ) bandeirismo de apresamento.
   ( ) bandeirismo de prospecção.

7. **Os quilombos eram aldeamentos de negros fugidos das fazendas. Neles, os quilombolas viviam em liberdade e reproduziam o modo de vida de suas aldeias na África. O quilombo desafiava o governo colonial e a estrutura da sociedade colonial. O maior de todos, Palmares, por mais de meio século sobreviveu aos ataques. Sua destruição deve-se:**
   a) aos ataques dos invasores holandeses.
   b) à utilização do bandeirismo de contrato, que utilizou artilharia e destruiu seus meios de subsistência.
   c) ao crescimento populacional, que trouxe problemas par a subsistência do grupo.
   d) à inferioridade numérica dos quilombolas em relação à expedição de Domingos Jorge Velho.

8. **O vocábulo quilombo liga-se:**
   a) ao relacionamento entre brancos e negros escravos no início da colonização portuguesa.
   b) aos aldeamentos de negros sob administração de jesuítas.
   c) às lutas dos negros e sua resistência à sua exploração como escravo.
   d) à existência de aldeamentos na região de Palmares, na região sudeste.

9. **Objetivo que levou à organização da expedição de Pedro Teixeira que explorou o rio Amazonas:**
   a) Verificação da potencialidade econômica do Vale Amazônico.
   b) Fundação da França Equinocial, no atual estado do Maranhão.
   c) Fim da União Ibérica.

d) Domínio holandês na capitania de Pernambuco.

10. Sobre a presença de franceses no Brasil durante o Período Colonial, não é correto afirmar:

a) A monarquia francesa não aceitava a divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas.
b) Na metade do século XVII, estabeleceram-se na Baía de Guanabara, onde fundaram a França Antártica.
c) No litoral do atual estado do Maranhão, fundaram a fortaleza de São Luís.
d) Corsários franceses saquearam a cidade do Rio de Janeiro.

11. Entre as causas das chamadas "invasões holandesas", destaca-se:

a) a guerra entre a Holanda e a Espanha.
b) o interesse holandês na exploração do pau-brasil.
c) o desejo dos holandeses de fundar uma colônia protestante no Brasil.
d) a descoberta de ouro no Brasil.

12. No século XVII, o Brasil sofreu duas invasões holandesas, a primeira na Bahia, em 1624-1625, e a segunda em Pernambuco, entre 1630 e 1654. O principal objetivo dessas invasões era:

a) estabelecer uma colônia para os calvinistas que fugiam do Tribunal da Inquisição.
b) controlar o comércio de açúcar, perdido desde o início da União Ibérica.
c) dominar o Nordeste brasileiro para controlar o tráfico de escravos.
d) usar o Brasil como base para o ataque às áreas de mineração na América espanhola.

13. Em 1637 chegava a Recife o Conde de Nassau. Foi escolhido pela Companhia das Índias Ocidentais para ser governador do "Brasil Holandês" porque:

a) durante sua infância Nassau tinha vivido em Pernambuco.
b) era um homem muito culto e experiente em administração e assuntos militares.
c) era proprietário de muitas ações da Companhia.
d) tinha fama de ser muito cruel com os inimigos.

14. A crise da lavoura açucareira no Brasil em meados do século XVII foi causada:

a) pela descoberta de metais preciosos na região sudeste.
b) pela concorrência do açúcar de beterraba.
c) pela implantação pelos holandeses de uma área concorrente nas Antilhas.
d) pela destruição dos engenhos pernambucanos pelos holandeses, durante a guerra de libertação.
d) expulsar os padres jesuítas, pois eles impediam a escravização dos índios.

Descomplicando a História

Sobre a ação dos jesuítas no Brasil, na época colonial, é incorreto afirmar que:

a) foram os que mais se destacaram na catequese dos nativos.
b) foram um instrumento da Reforma Católica para compensar na América o que a Igreja havia perdido no Velho Continente.
c) as áreas sob seu domínio eram praticamente independentes da autoridade portuguesa.
d) sua obra catequética visava facilitar a captura dos indígenas pelos bandeirantes.

Comentário:

Ao contrario do que é afirmado na alternativa b, ainda que a catequese possa ter influenciado o bandeirismo apresador, os jesuítas sempre se opuseram à escravização do nativo. **Alternativa correta**: d.

12 O Século XVIII e a crise do Antigo Regime

O Iluminismo

Durante o século XVIII, um conjunto de ideias deu origem a um importante movimento intelectual denominado Iluminismo, ou Esclarecimento, que visava a esclarecer o homem, propondo o culto da razão e a valorização das ciências. Pregava essencialmente diversas liberdades, como a do pensamento, a política e a econômica. Essas ideias marcariam o nascimento de uma nova era na história do mundo.

Iniciada no século XVII, essa revolução intelectual teve como precursores:

a) o filósofo e matemático francês René Descartes (1596-1650), que afirmava ser a razão o único meio de levar ao conhecimento verdadeiro dos fatos. Elaborou a famosa frase: "Penso, logo existo". Sua principal obra foi o *Discurso do método*;

b) o filósofo inglês John Locke (1632-1704), para quem "O governo existe para garantir os direitos e a segurança das pessoas, e os seus poderes não podem ultrapassar os limites estabelecidos por aqueles que o escolheram". Adepto da monarquia parlamentar;

c) o físico e matemático inglês Isaac Newton (1642-1727), que afirmou serem os fenômenos da natureza "regidos por leis universais, que governam e explicam esses fenômenos". Pai da física moderna, elaborou os princípios da lei da gravidade a partir do estudo dos corpos celestes.

O movimento logo se espalhou, alcançando seu apogeu na França, no século XIX. Pode-se dizer que o conjunto dessas ideias provocou uma verdadeira revolução no pensamento político e científico.

O Iluminismo combateu o Antigo Regime, regime que dominou a Europa Continental, em especial a França, antes da Revolução de 1789. As características do Antigo Regime eram: monarquia absolutista, mercantilismo e sociedade estamental (a posição de uma pessoa na sociedade era determinada pelo seu nascimento). A lei não era igual para todos, e ainda persistia a intolerância religiosa. A Inglaterra, uma monarquia parlamentar desde 1689, era uma exceção, junto com os Países Baixos e a Suíça.

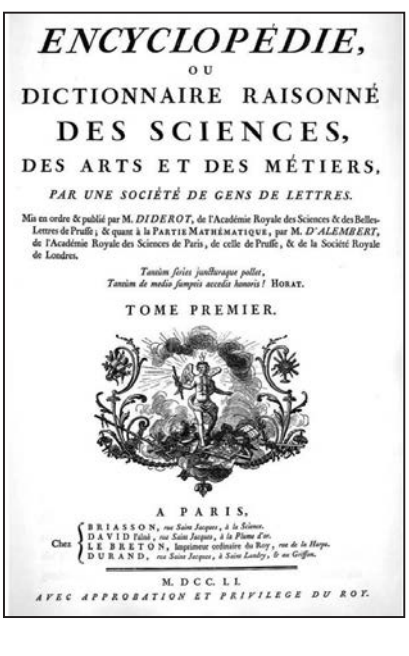
Na França, um grupo de intelectuais, ao ampliar o pensamento de Locke, estabeleceu novas ideias que contribuiriam para o desencadeamento da Revolução Francesa e a queda do Antigo Regime. Os principais foram:

a) Montesquieu (1689-1755). Para evitar o abuso do poder dos governantes, ele propôs a "divisão dos poderes" em executivo, legislativo e judiciário, cada qual com atribuições próprias, independentes e harmônicos entre si. Obras principais: *O espírito das leis* e *Cartas persas*.

b) Voltaire (1694-1778). Pregava a liberdade de pensamento e de religião e a igualdade perante a lei, que ele considerava direitos naturais do homem. Obras principais: *Cândido* e *Cartas inglesas*.

c) Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Suíço de língua francesa, afirmava que o que deve prevalecer numa sociedade é a vontade da maioria e não os interesses de cada indivíduo. Afirmava que todo poder deve ter origem no povo e ser exercido em seu nome. Portanto, propunha o governo do povo (democracia). Obras principais: *Do contrato social* e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*.

68


ENCYCLOPÉDIE,
OU
DICTIONNAIRE RAISONNÉ
DES SCIENCES,
DES ARTS ET DES MÉTIERS,
PAR UNE SOCIÉTÉ DE GENS DE LETTRES.
Mis en ordre & publié par M. DIDEROT, de l'Académie Royale des Sciences & des Belles-Lettres de Prusse; & quant à la PARTIE MATHÉMATIQUE, par M. D'ALEMBERT, de l'Académie Royale des Sciences de Paris, de celle de Prusse, & de la Société Royale de Londres.
Tantùm series juncturaque pollet,
Tantùm de medio sumptis accedit honoris! HORAT.
TOME PREMIER.
A PARIS,
Chez BRIASSON, rue Saint Jacques, à la Science.
DAVID l'aîné, rue Saint Jacques, à la Plume d'or.
LE BRETON, Imprimeur ordinaire du Roy, rue de la Harpe.
DURAND, rue Saint Jacques, à Saint Landry, & rue Gracon.
M. DCC. LI.
AVEC APPROBATION ET PRIVILEGE DU ROY.

Frontispício da primeira edição da obra, publicada na França, em 1751

O conjunto dessas ideias era divulgado por meio de livros, panfletos, peças teatrais e musicais, apesar da severa censura governamental. Mas foi certamente a *Enciclopédia* a maior divulgadora das novas ideias. Por iniciativa e direção do filósofo francês Diderot (1713-1784), ela surgiu em 1751, e era uma síntese de todo o conhecimento filosófico, científico, técnico e artístico da época. Eram 22 volumes de texto e 13 de

ilustrações. Colaboraram os mais importantes intelectuais da época. Sua produção e divulgação foram proibidas na França de então.

No campo da economia, as novas ideias deram origem ao liberalismo econômico, que se opunha ao mercantilismo. Propunham os liberais a não intervenção do Estado na economia, total liberdade econômica, o fim das barreiras alfandegárias, dos monopólios e do excesso de tributação e até mesmo a libertação das colônias. Caberia ao governo apenas as funções de manter a ordem, evitar injustiças, promover a saúde e a educação. O mais importante dos economistas foi o britânico Adam Smith (1727-1781), para quem o trabalho (organizado e especializado) é a verdadeira fonte da riqueza das nações.

É importante ainda saber que esse conjunto de pensamento correspondia, no século XVIII, aos interesses da burguesia.

O despotismo esclarecido

Vários soberanos absolutistas, em contato com as ideias iluministas, decidiram aplicar medidas reformistas em seu reino. Alguns o fizeram para melhorar as condições da população; outros, por temor de uma revolta generalizada, mas não abriram mão de seu poder político. Os soberanos reformistas se tornaram conhecidos como "déspotas esclarecidos". Os que mais se destacaram foram:

a) Frederico II, da Prússia (1740-1786). Amigo de Voltaire, reformou a administração pública, ampliou a educação com a construção de escolas, aboliu a tortura nos interrogatórios e deu liberdade religiosa. Em seu governo, a Prússia se tornou um importante centro artístico (músicos barrocos, como Bach e Handel), científico e filosófico;

b) José II, da Áustria (1765-1790). Reduziu o poder da Igreja católica, aboliu a servidão e extinguiu as obrigações feudais. O importante compositor musical Mozart apresentava-se em seu magnífico palácio real (Schönbrunn, na periferia de Viena).

c) Catarina II, da Rússia (1762-1796). Princesa alemã, casou-se com o czar Pedro III, deposto talvez por instigação de sua esposa e assassinado na prisão. Catarina foi coroada czarina. Educada sob influência do Iluminismo francês, manteve correspondência com Voltaire. Criou muitas escolas, hospitais e asilos. Mas, para ter o apoio dos nobres, permitiu a ampliação da servidão dos camponeses. Continuou a política expansionista territorial de Pedro, o Grande.

d) Carlos III, da Espanha (1759-1788). Na verdade, os verdadeiros reformadores e estimuladores das transformações econômicas e educacionais em seu país foram seus ministros Aranda e Floridablanca.

69 
70 
71 

(69) Carlos III, 1761 (70) Catarina II, 1780; (71) Frederico II da Prussia, o Grande Príncipe, 1739, de Antoine Pesne

Revolução Industrial na Inglaterra

Ao longo da história da humanidade, descobertas e invenções foram lentamente promovendo o progresso material. Porém, a partir da metade do século XVIII, teve início uma rápida transformação nas técnicas e nos instrumentos de trabalho, que teve sequência nos séculos seguintes. Essa transformação, rápida e profunda, provocou uma ruptura com o passado, o que justifica a expressão Revolução Industrial.

Ela se caracteriza pela produção baseada na máquina, em substituição à produção com base na ferramenta. E as máquinas passaram a ser movidas por novas fontes energéticas (vapor, derivados de petróleo, eletricidade). Essa revolução no modo de produzir provocou também enormes transformações sociais, políticas e culturais.

A Inglaterra foi o país pioneiro na industrialização. Diversos foram os motivos, como veremos a seguir:

a) Acumulação de capitais. De todos os países europeus, a Inglaterra foi o que melhor soube aplicar os princípios mercantilistas. Manteve, em geral, uma balança comercial favorável, exportando manufaturados, especialmente tecidos. Boa parte do lucro obtido pelos manufatureiros e exportadores era aplicado no aumento da capacidade produtiva e não em gastos supérfluos (como faziam Espanha e Portugal).

b) Montagem de um eficiente sistema bancário. As taxas de juros sobre os empréstimos obtidos por empresários era menor em relação à Europa Continental.

c) Mentalidade protestante, que valorizava o trabalho e considerava o lucro moralmente aceitável.

d) Aplicação dos princípios do liberalismo econômico. A concorrência econômica forçava produtores e comerciantes a oferecer produtos mais baratos e de melhor qualidade.

e) Domínio do comércio marítimo, em decorrência dos Atos de Navegação, situação que se manteve até o começo do século XX.

f) Grandes reservas, em seu território, de carvão mineral, minério de ferro e abundância de energia hidráulica.

g) Grande disponibilidade de mão de obra, decorrente do crescimento da população e do deslocamento de pessoas do campo para a cidade (êxodo decorrente do cercamento das propriedades rurais).

h) Grande disponibilidade de matéria-prima, como ferro e lã (produção interna) e algodão (produção nas áreas coloniais).

i) Dinamismo e eficiência da bolsa de valores de Londres. Havia maior segurança na compra de ações e sua rentabilidade era alta. Assim, as empresas tinham facilidade de se capitalizar (obter dinheiro).

j) Capacidade inventiva, especialmente nos setores de energia (máquina a vapor, aperfeiçoada por James Watt, em 1769); fiação (máquinas que passaram a fiar diversos fios simultaneamente) e tecelagem (o uso da energia a vapor permitia aumentar enormemente a produção).

Nas décadas seguintes, a Revolução Industrial se expandiu para outros países da Europa Continental, como França, Bélgica, Alemanha, Itália e Rússia. Na segunda metade do século XIX, industrializaram-se os Estados Unidos e o Japão.

Fases da industrialização

Tradicionalmente, divide-se a industrialização em duas fases.

a) Primeira Revolução Industrial (1750-1850), associada ao uso da energia a vapor, aplicada nas máquinas de fiar e tecer; grande importância do carvão mineral e minério de ferro; revolução nos transportes (locomotivas e navios a vapor); invenção do telégrafo elétrico, da refrigeração artificial, da fotografia.

b) Segunda Revolução Industrial (1850 a 1900), associada à simplificação na produção de aço; ao aperfeiçoamento do dínamo; à exploração de petróleo e uso de seus derivados; à invenção do motor a combustão interna; à aceleração da Revolução Científica (física, química e biologia); ao surgimento de veículos movidos a óleo (automóvel, caminhões, locomotivas, navios e, mais tarde, do avião); à invenção do telefone, telégrafo sem fio, luz elétrica, máquina de escrever; à massificação da produção.

72



Um motor a vapor de Watt, alimentado principalmente com carvão, impulsionou a Revolução Industrial no Reino Unido e no mundo

Consequências da industrialização

Econômicas

a) Substituição do modo de fabricação artesanal e da oficina pelo modo de produção industrial e pela indústria.
b) Fabricação em série, diminuição dos custos e do preço final do produto.
c) Especialização nas etapas de fabricação do produto.
d) Surgimento de grandes unidades de produção (fábricas).
e) Desenvolvimento do sistema de crédito.

Populacionais e sociais

a) Crescimento acelerado da população mundial, em decorrência do avanço das pesquisas científicas (como o surgimento de vacinas, o avanço nas cirurgias, a queda na mortalidade infantil), maior produção de alimentos etc.

b) Crescimento do trabalho assalariado, mais adequado ao trabalho fabril.

c) Formação de uma nova e numerosa classe social: o operariado (trabalhadores fabris).

d) Fundação de sindicatos para a defesa de interesses e direitos dos trabalhadores; surgimento da legislação trabalhista.

e) Aceleração do crescimento das cidades; surgimento de metrópoles industriais.

Políticas

a) Domínio político da burguesia.

b) Na Europa, preferência pelo sistema parlamentar liberal.

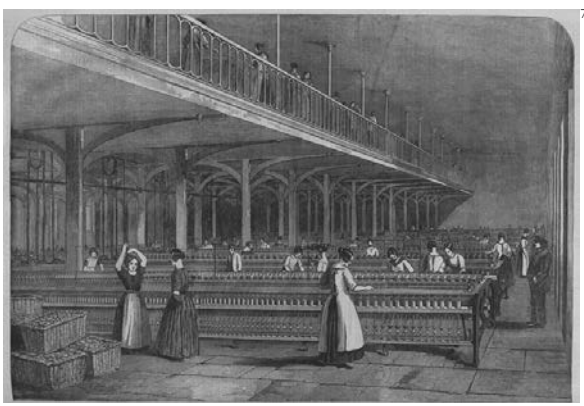
Culturais

a) Valorização da educação como meio para a elevação do nível de vida da população.

b) Mudanças no modo de vida em decorrência do trabalho nas indústrias e do uso da iluminação elétrica.

O lado desumano da industrialização

a) Desemprego: embora houvesse aumento na oferta de emprego, o crescimento populacional era maior. Assim, a maior oferta de mão de obra em relação à procura desvalorizava os salários.



73

A sala de duplicação, Dean Mills, 1851, litografia

b) Brutal jornada de trabalho: era comum operários trabalharem entre 14 e 16 horas diárias, seis dias por semana. Não havia férias, aposentadoria, pensão, auxílio-doença etc.

c) Incorporação de mulheres e crianças no trabalho fabril, com salários diminutos.

d) Más condições de higiene nos locais de trabalho e elevado número de acidentes no trabalho.

Se o temor da dispensa inicialmente desestimulou os operários a recorrerem à greve, aos poucos, unidos em associações (sindicatos), eles foram alcançando seus direitos. Na Inglaterra, o Parlamento, pressionado pela ameaça de uma revolta generalizada, começou a aprovar as primeiras leis trabalhistas e a legalização dos sindicatos.

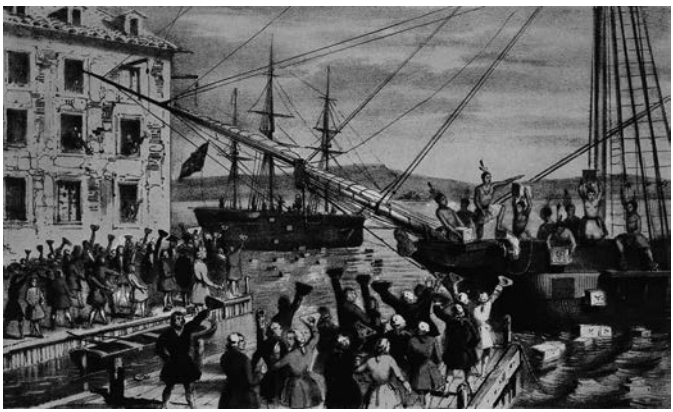
Independência dos Estados Unidos (1776)

As colônias localizadas na região norte dos atuais Estados Unidos, chamada "Nova Inglaterra", não produziam mercadorias que interessassem à metrópole. Não possuíam metais preciosos e seu clima era semelhante ao da Inglaterra. Por não estarem submetidas ao controle mercantilista da metrópole, elas contavam com relativa liberdade econômica. Seus colonos dedicavam-se à pesca, ao comércio de peles, a uma agricultura diversificada em pequenas propriedades e a uma importante produção manufatureira para abastecimento interno. Importante destacar a fabricação do rum, que abastecia diversas ilhas localizadas no mar do Caribe, pertencentes à Espanha. Comerciantes da Nova Inglaterra compravam o melado produzido nas Antilhas, em ilhas pertencentes à Espanha. O melado era a matéria-prima do rum, usado na África para obter mão de obra escrava, pelo escambo, quer para as ilhas espanholas, quer para as colônias inglesas do Sul. Esse comércio triangular era ilegal, mas as autoridades governamentais faziam vistas grossas. Fato importante é que o grande lucro desse comércio ficava com comerciantes e manufatureiros da Nova Inglaterra, e não com a metrópole.

A caminho da independência

Embora vitorioso na Guerra dos Sete Anos (1756 -1763), conflito que envolveu diversos países europeus, o governo inglês ficou bastante endividado. Para pagar suas dívidas de guerra, decidiu não só aumentar os impostos já existentes como também criar outros, pagos pelos colonos. Instituiu a Lei do Selo, uma taxa sobre a venda de jornais e emissão de documentos oficiais. Os colonos consideravam esses impostos ilegais, pois não tinham representantes no Parlamento, e a lei inglesa estabelecia que

"nenhum imposto poderia ser cobrado se não houvesse o consentimento da população, ainda que por meio dos seus representantes". Em 1770, o Parlamento inglês aprovou a Lei do Chá, que concedia o monopólio da venda desse produto à Companhia das Índias Orientais. Monopolizado o comércio do chá, o preço subiu. Os colonos ficaram indignados. No porto de Boston (o mais importante, então), colonos, disfarçados de índios, jogaram ao mar toda a carga de chá. Esse episódio ficou conhecido como a Festa do Chá de Boston. Os administradores ingleses reagiram com dureza: o porto foi ocupado pela guarda real e só seria liberado após o pagamento de indenização à companhia.


74

A Festa do Chá de Boston, 1846, Currier, N. e Ives, J.M.

Os colonos se recusavam a comprar produtos ingleses e, por meio de panfletos, divulgavam as ideias dos filósofos iluministas, de liberdade e igualdade. Com base no pensamento do filósofo inglês John Locke, propunham a substituição do "governo tirânico" da metrópole por outro que respeitasse os cidadãos.

Em 1774, delegados das colônias se reuniram em Filadélfia, capital da Pensilvânia, no Primeiro Congresso Continental, e aprovaram uma petição ao Parlamento para revogar as chamadas "Leis Intoleráveis". Negado seu pedido, eles se reuniram novamente em 1775 (Segundo Congresso Continental), quando aprovaram a Declaração de Direitos, que proclamava como direitos naturais da pessoa o direito à liberdade, à igualdade e à felicidade. Em 4 de julho de 1776, a Declaração de Independência, elaborada por Thomas Jefferson, foi aprovada.

Iniciava-se a Guerra de Independência, com vitórias iniciais dos ingleses. Mas quando George Washington, um rico fazendeiro da Virgínia, organizou as tropas rebeldes, a sorte da guerra começou a mudar. Após a primeira vitória na Batalha de Saratoga (1778), a França, para se vingar da derrota na Guerra dos Sete Anos, resolveu apoiar os rebeldes. Enviou um forte exército, sob o comando do general Lafaiete. As derrotas inglesas se sucederam, forçando a Inglaterra a assinar, em 1783, o Tratado de Paris. A independência das Treze Colônias foi aceita.

Em 1787, uma Constituição foi aprovada pelos delegados dos 13 estados e entrou em vigor dois anos depois. A nova nação, denominada Estados Unidos da América, adotou o sistema republicano federativo de governo. Por ele, os cargos são eletivos e temporários, os estados devem respeitar a constituição federal, mas possuem autonomia para legislar. George Washington foi eleito o primeiro presidente.

A independência dos Estados Unidos da América do Norte serviu de inspiração a movimentos de libertação nos domínios espanhóis e portugueses na América.

Teste seu saber

1. **O Iluminismo foi uma profunda transformação no campo do pensamento europeu no século XVIII. Dessa corrente de pensamento, destacava-se o Liberalismo que:**
   a) defendia o Absolutismo, mas defendia também os direitos do homem.
   b) apoiava o Mercantilismo, cuja essência era a intervenção do Estado na economia.
   c) apoiava o Antigo Regime, como um meio de se garantir a ordem social.
   d) sustentava ser a Razão o único meio para se conhecer a realidade.

2. **Proposta formulada por Montesquieu, em sua obra "O espírito das leis":**
   a) separação dos poderes em executivo, legislativo e judiciário.
   b) sufrágio universal.
   c) parlamentarismo.
   d) regime presidencialista.

3. **Voltaire e Rousseau foram dois dos mais notáveis filósofos iluministas. Escreveram, respectivamente:**
   a) *Emílio* e *Cartas provinciais*.
   b) *Memórias* e *Tartufo*.
   c) *Cândido* e *Do contrato social*.
   d) *O espírito das leis* e *Contrato social*.

4. **"O governo existe pela necessidade de garantir os direitos e a segurança dos homens, mas seus poderes não podem ultrapassar os limites estabelecidos por aqueles que o escolheram."**
   Essas são, em síntese, as ideias fundamentais de:
   a) Descartes.
   b) John Locke.
   c) Voltaire.
   d) Rousseau.

5. **Os iluministas criticaram muitos dos valores, crenças e costumes até então aceitos, propondo em seu lugar novas ideias e novas práticas. Indique com um "X" as colocações corretas.**
   I) A tolerância política e religiosa baseada na Razão. ( )
   II) A democracia representativa. ( )

III) A abolição da autoridade absoluta dos príncipes e a adoção dos princípios liberais na economia. ( )

IV) A importância da religião como o principal meio para se conhecer a realidade. ( )

V) As leis da natureza só podem ser conhecidas através da interpretação dos textos religiosos. ( )

VI) As leis da natureza são regidas por leis universais. ( )

6. **Sobre a Enciclopédia, é correta a proposição:**
   a) Era uma obra de natureza religiosa.
   b) Foi escrita por iniciativa e direção do filósofo francês Diderot.
   c) Sua produção teve o apoio da monarquia francesa.
   d) Foi proibida na Inglaterra em decorrência do seu conteúdo.

7. **Características comuns dos países onde governantes agiram como déspotas esclarecidos:**
   a) domínio aristocrático e estruturas econômicas arcaicas.
   b) influência do clero católico e domínio da burguesia.
   c) persistência do sistema feudal e práticas econômicas liberais.
   d) ascensão burguesa e persistência da escravidão.

8. **Relacione as colunas**

a) Catarina II.	( ) Espanha
b) Marquês de Pombal.	( ) Prússia
c) Frederico II.	( ) Áustria
d) Carlos III.	( ) Portugal
e) José II.	( ) Rússia

9. **Assinale com um X a proposição considerada correta.**
   A "Revolução Comercial" favoreceu o desenvolvimento da "Revolução Industrial" porque:
   a) implantou um sistema de liberdade nas atividades econômicas.
   b) causou o barateamento geral dos produtos de consumo obrigatório.
   c) ampliou os mercados e acumulou capitais disponíveis.
   d) deu à burguesia a direção da vida política do Estado.

10. **Fatores que justificam o pioneirismo da Inglaterra na industrialização, exceto:**
    a) disponibilidade de capitais para aplicação na indústria.
    b) existência de reservas de carvão e de força hidráulica.
    c) controle acentuado das atividades econômicas pelo governo.
    d) posse de uma poderosa frota mercante.

11. **Escreva nos parênteses C para as afirmativas corretas e E para as erradas:**
    a) ( ) Nas fábricas existiam as mesmas condições de trabalho que nas oficinas medievais.
    b) ( ) Nas fábricas, os operários realizavam um trabalho dirigido e em conjunto.
    c) ( ) A oficina artesanal foi arruinada pela presença das fábricas, porque seus métodos de trabalho já não eram compatíveis com a produção em larga escala.
    d) ( ) Na Segunda Revolução Industrial, a energia a vapor ainda era predominante.

12. **Sobre as condições favoráveis para o desencadeamento da Revolução Industrial na Inglaterra, indique a que se relaciona mais diretamente com a questão da liberação da mão de obra.**
    a) o desenvolvimento cientifico e técnico que exigia maior número de trabalhadores.
    b) a intensa imigração irlandesa e escocesa que veio suprir os quadros ingleses carentes de operários.
    c) o cercamento das propriedades rurais, forçando o deslocamento de pessoas do campo para a cidade.
    d) a desagregação das corporações de ofícios.

13. **A Revolução Industrial decorreu de uma transformação nas técnicas e nos instrumentos de trabalho. Qual alternativa justifica essa colocação?**
    a) Substituição do servo pelo assalariado.
    b) Substituição do escravo pelo homem livre.
    c) Produção baseada na máquina, em substituição à ferramenta.
    d) Aperfeiçoamento do sistema artesanal.

14. **Até a metade do século XVIII, as reservas de energia estavam sujeitas às variações do clima, especialmente das chuvas. Mas, a partir de então, criou-se uma técnica que forneceria energia de forma constante, para ser aproveitada quando necessário. Qual foi essa invenção?**
    a) a máquina a vapor.
    b) o tear mecânico.
    c) o motor de combustão.
    d) o dínamo.

15. **Foram diversos os resultados populacionais e sociais provocados pela Revolução Industrial. Indique a proposição que não corresponde a essa afirmação.**
    a) Rápido crescimento populacional em decorrência da maior oferta de alimentos e avanços no setor da medicina.
    b) Constituição de uma numerosa classe de assalariados que tinha na venda de seu trabalho a única fonte de subsistência.
    c) Constituição de uma burguesia industrial, preocupada com as condições sociais do operariado.
    d) Surgimento de metrópoles industriais.

16. **Um dos principais fatores que levaram à independência dos Estados Unidos foi:**
    a) o desencadeamento da industrialização na Nova Inglaterra, o que prejudicava os interesses comerciais ingleses.
    b) o bloqueio britânico às exportações das colônias do Sul.
    c) a proibição imposta pelo governo inglês ao funcionamento dos triângulos comerciais.
    d) o lançamento de tributos por parte da Inglaterra, sem a aprovação da população norte-americana.

17. **Relacione a coluna superior com a inferior:**
    a) Lei do Chá.
    b) Primeiro Congresso Continental de Filadélfia.
    c) Declaração dos Direitos do Homem.
    d) Lei do Selo.
    e) Tratado de Versalhes.
    ( ) reconhecimento da independência dos Estados Unidos pelos ingleses.

( ) pedido dos colonos para a revogação das Leis Intoleráveis.
( ) direito à liberdade, à igualdade e à felicidade.
( ) taxa aprovada pelo Parlamento inglês sobre a venda de jornais e emissão de documentos oficiais.
( ) concessão de monopólio comercial à Companhia das Índias Orientais.

Descomplicando a História

O Despotismo Esclarecido influenciou a ação de alguns chefes de Estado europeus na segunda metade do século XVIII. Assim, eles procuraram contribuir para a melhoria de seus reinos. Porém:

a) evitaram entrar em contato com os filósofos enciclopedistas e suas obras.
b) deixaram de reformar os processos de justiça.
c) negaram aos súditos qualquer participação no governo.
d) aumentaram a autoridade dos sacerdotes e permitiram ampla ação do Tribunal de Inquisição.

Comentário:

Exatamente o que caracteriza o despotismo esclarecido é uma ampla reforma, visando ao fortalecimento político e econômico de seus reinos, mas com os déspotas mantendo total controle sobre a área política. Não convocação de eleições, nem do parlamento. **Alternativa correta**: c.

13 Brasil colônia no Século XVIII

O século do ouro

Influenciado pelo mercantilismo, pelas descobertas e a exploração de metais preciosos nas áreas coloniais espanholas (ouro no México; prata no Peru), o governo português enviava expedições exploradoras ao interior de seus domínios. Houve algumas descobertas no século XVI, mas a quantidade era pequena e em pouco tempo se esgotava. A perda do mercado europeu para o açúcar antilhano fez com que Portugal incentivasse ainda mais a exploração do interior da colônia. Aos bandeirantes, conhecedores dos caminhos e trilhas do sertão, eram feitas promessas. Quem encontrasse riquezas metálicas, além de receber títulos e honrarias, teria o direito de escolher o primeiro lote de terras (chamado *data*) para explorar esse valioso metal. Uma data seria da Coroa e as demais seriam sorteadas entre os colonos, de acordo com o número de escravos que tivessem.

Em 1693, o bandeirante Antônio Rodrigues Arzão descobriu ricas minas de ouro no atual estado de Minas Gerais. Nos anos seguintes, houve novas descobertas nessa região, em Goiás e em Mato Grosso. Essa fase de sucessos culminou, em 1723, com a descoberta oficial de diamantes na região do Tijuco, onde hoje se localiza Diamantina (MG). Assim que as descobertas eram divulgadas, um enorme número de pessoas acorria para a região, vindas de todas as capitanias e até mesmo de Portugal. Caminhos eram abertos, e vilas começaram a surgir.

Era a "febre do ouro", que dominou a vida colonial na primeira metade do século XVIII, e que provocou a segunda grande crise na lavoura canavieira, pois milhares de pessoas abandonaram essa região, com seus bens e escravos, para tentar a sorte nas Gerais.

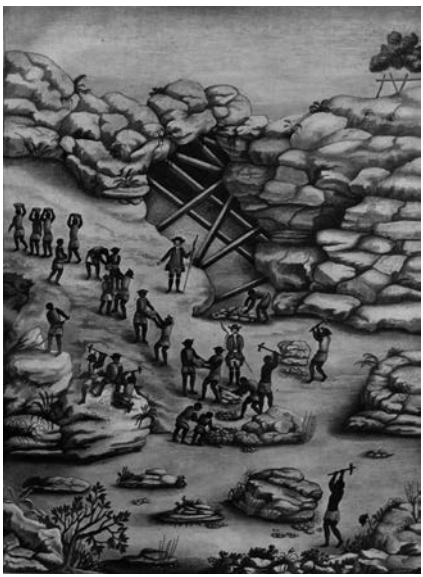
Descobertos o ouro, e depois os diamantes, o governo português organizava sua extração. Pela legislação portuguesa, as riquezas naturais da colônia pertenciam ao rei. Datas eram distribuídas, obrigando os exploradores ao pagamento de tributos. O mais usual era o quinto, que correspondia a 20% do ouro e do diamante extraídos.

Na extração do ouro e do diamante eram utilizadas técnicas rudimentares, como o desbarrancamento de morros pelo deslocamento do curso dos rios. O resultado era a destruição do meio ambiente. A partir da década de 1760, a extração em Minas Gerais começou a declinar.

Uma das primeiras consequências das descobertas foi o rápido crescimento da população colonial, decorrência da vinda de milhares de portugueses, do deslocamento de pessoas do Nordeste canavieiro (baianos e pernambucanos) e do aumento do tráfico negreiro. No século XVIII, a população da colônia cresceu dez vezes, com forte concentração no sudeste da colônia, em especial em Minas Gerais (principal região de extração) e Rio de Janeiro (por seu porto entravam mercadorias europeias e escravos africanos para abastecer as Gerais). Para melhor fiscalizar e recolher os tributos, em 1763 a capital da colônia foi transferida de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro. Novas capitanias foram criadas (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), e a capitania de São Vicente teve seu nome mudado para capitania de São Paulo.

Nos primeiros anos da exploração, a obsessão pelo ouro era tão grande que os exploradores se esqueceram de produzir alimentos. Muitos, com os "bolsos cheios do metal preciso", morreram de fome. Aos poucos, o abastecimento foi organizado. Novos caminhos foram abertos, ligando o porto do Rio de Janeiro e as vilas litorâneas de São Paulo às Gerais. Também do sul vinham bovinos para abastecer a população de Minas, bem como mulas para uso como meio de transporte. A principal vila de comércio desses animais era Sorocaba, na capitania de São Paulo.

75



Os garimpeiros, obcecados em sua tarefa, compravam instrumentos, alimentos e outros bens de consumo dos comerciantes, em sua maioria portugueses. Assim, a maior parte do ouro passava dos garimpeiros para os comerciantes, pois os preços eram bem altos. Esse foi um dos motivos dos atritos entre esses dois grupos.

Extração de diamantes, 1770 – Carlos Julião, século XVII

Vilas e cidades, com funções administrativas e de abastecimento, multiplicaram-se. Assim, nas áreas de exploração de ouro e diamante, a população era predominantemente urbana, ao contrário do Nordeste canavieiro. A sociedade em Minas era menos fechada e com maior mobilidade. Fortunas podiam ser feitas, e perdidas, do dia para a noite, e a possibilidade de um escravo obter sua liberdade era maior. Para estimulá-lo no trabalho de extração e obter maior renda, proprietários de escravos prometiam sua alforria (libertação) caso sua produção fosse maior do que o normal. O escravo liberto era chamado "forro".

Nas cidades e vilas viviam diversos grupos sociais livres: mineradores, comerciantes, artesãos, funcionários administrativos (civis e militares), clérigos, artistas, jogadores profissionais (de cartas e dados), meretrizes. O número de escravos era bem numeroso. Em decorrência de suas habilidades manuais, muitos escravos eram utilizados na produção artística (em especial, a escultura) barroca. O estado de Minas Gerais apresenta atualmente um enorme acervo dessa produção.

Mas qual foi o destino do ouro explorado?

Parte menor ficou no Brasil, na decoração de igrejas e na feitura de joias. A parte maior foi para Portugal, em forma de tributo e para pagamento das importações. Com a elevação do padrão de vida, famílias em Minas Gerais tinham suas casas decoradas com produtos importados. Até mesmo roupas, talheres e instrumentos musicais eram importados. Em Portugal, à semelhança de Minas, o ouro era utilizado na decoração de igrejas, casas e palácios (reais e da nobreza) e no pagamento de mercadorias vindas da Inglaterra e da França, principalmente.

A grande beneficiada foi a Inglaterra, em decorrência de seu comércio superavitário com Portugal.

Em 1703, portanto antes da descoberta das grandes reservas de ouro, fora assinado um importante tratado comercial entre Portugal e Inglaterra, chamado Tratado de Methuen (sobrenome do embaixador inglês junto ao governo português). Importante relembrar a má situação econômica de Portugal (perda do comércio europeu do açúcar para os holandeses) e a expansão da economia inglesa.

Pelo tratado, o excedente de vinho português seria vendido para a Inglaterra, e Portugal compraria tecidos daquele país. Como, no seu conjunto, os tecidos (produto de consumo obrigatório) valiam mais do que os vinhos (produto supérfluo e de consumo limitado), a balança comercial entre esses dois países era favorável à Inglaterra. A diferença era paga com o ouro brasileiro. Parte desse ouro, investido nas atividades econômicas, ajudou a Inglaterra a passar do sistema de transformação manufatureiro para o industrial.

Movimentos "nativistas" do século XVIII

Guerra dos Emboabas (1707-1709)

Os paulistas, descobridores das minas de ouro, reivindicavam para si o direito exclusivo de sua exploração, conforme prometera a administração portuguesa. Mas milhares de novos exploradores chegavam à região. Os paulistas os apelidaram de "emboabas", palavra indígena que significa "ave de pernas cobertas de penas" – alusão aos portugueses, que usavam botas de cano alto, enquanto os paulistas, geralmente mestiços mamelucos, usavam sandálias ou simplesmente andavam descalços. O número de emboabas aumentava continuamente, colocando em risco os interesses dos paulistas. Além disso, os paulistas se sentiam explorados pelos comerciantes portugueses, que tinham à frente Manuel Nunes Viana, criador de gado na Bahia. Qualquer motivo era suficiente para "acender o estopim", que de fato ocorreu. O principal combate ocorreu no campo da Traição, assim denominado posteriormente. Inferiorizados, os paulistas se renderam sob a promessa de serem poupados, mas foram mortos traiçoeiramente. A guerra terminou em 1709. Derrotados, os paulistas abandonaram a região e foram para oeste, onde encontraram ouro nos atuais estados de Goiás e Mato Grosso. Nesse mesmo ano, o governo criava a capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Dois anos depois, a vila de São Paulo era elevada à categoria de cidade e, em 1720, Minas Gerais era separada da capitania de São Paulo.



76

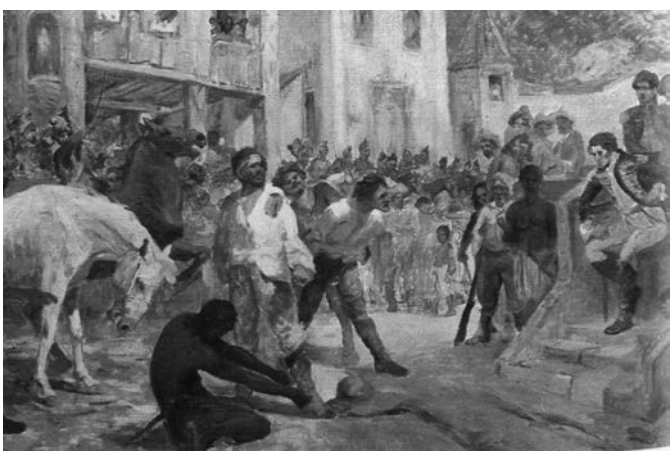
Pintura representando a Guerra dos Emboabas, autor desconhecido, século XVIII

Guerra dos Mascates (1710-1711)

Em 1710, em Pernambuco, os comerciantes de Recife, em sua maioria portugueses, entraram em choque com os senhores de engenho, que viviam em Olinda, sede da capitania de Pernambuco. Os aristocratas olindenses chamavam pejorativamente os comerciantes recifenses de "mascates". Em decorrência da crise do açúcar, os senhores de engenho faziam empréstimos dos abastados comerciantes de Recife, e não saldavam seus compromissos. O tribunal de justiça, que poderia forçar o pagamento dos empréstimos, ficava em Olinda e estava sob a influência dos grandes proprietários de terra. Portanto, não havia como os recifenses fazerem valer os seus direitos. Em 1710, o rei D. João VI elevou Recife à categoria de vila, e por isso a cidade pôde ter seu próprio tribunal de justiça. Sentindo-se ameaçados, os olindenses foram à luta. Atacaram Recife e destruíram o pelourinho, símbolo da autonomia municipal. O chefe olindense Bernardo Vieira de Melo propôs à câmara municipal transformar Olinda numa república autônoma, semelhante a Veneza, na Itália, mas sua proposta foi recusada. Após muita luta, o rei resolveu intervir. Nomeou um novo governador, que restabeleceu a ordem. Diversos olindenses foram presos e tiveram seus bens confiscados, mas, em 1714, anistiou a todos. Olinda permaneceu como capital, mas Recife ganhou autonomia jurídica.

Revolta de Felipe dos Santos (1720)

77



Felipe dos Santos, Revolta de Vila Rica, 1720

Também ficou conhecida como Revolta de Vila Rica (hoje, Ouro Preto), uma das mais importantes cidades da capitania de Minas Gerais. O governador da capitania, Conde de Assumar, anunciou a breve instalação de casas de fundição. O objetivo era evitar o contrabando e forçar os garimpeiros a recolher o quinto. Todo o ouro extraído deveria ser fundido e transformado em barra. Durante esse processo, a parte da Coroa seria recolhida obrigatoriamente. Para forçar o recolhimento do quinto, seria proibida a circulação de ouro em pó. Estourou uma revolta, liderada pelo tropeiro Felipe dos Santos. Exigiam os revoltosos a não instalação das casas de fundição. Carecendo de tropas, o governador recuou, afirmando que não haveria a instalação. Posteriormente, convocadas mais tropas de outras regiões, o governador assumiu o controle de Vila Rica, determinou a prisão dos líderes e seu julgamento sumário. Felipe dos Santos foi executado no garrote e esquartejado.

Movimentos emancipacionistas

Foram movimentos que, além de se colocarem contra os abusos da administração colonial portuguesa, também visavam à independência da capitania onde eles ocorreram. Dois foram os movimentos emancipacionistas mais importantes, como veremos a seguir.

Conjuração Mineira (1789)

Também ficou conhecida como Inconfidência Mineira. A partir de 1760, houve uma queda na produção do ouro na capitania de Minas Gerais, em virtude do esgotamento das minas e da falta de melhor conhecimento tecnológico para explorar ouro de profundidade. Mas para o governo havia intenso contrabando do metal precioso. Para manter alta a arrecadação do ouro, ele decidiu ampliar a fiscalização, combater duramente os contrabandistas e impor um novo imposto, a derrama: uma cobrança forçada de imposto sempre que a arrecadação não atingisse 100 arrobas (1.500 quilos) ao ano. Em 1788, quando o visconde de Barbacena anunciou o lançamento da derrama, o total de impostos atrasados chegava a quase 6 mil quilos.

Os fiscais, acompanhados de soldados, confiscariam bens dos colonos, que seriam posteriormente leiloados, e o montante obtido iria para o tesouro real. Além disso, o governo de D. Maria I, rainha de Portugal, proibiu a fabricação de tecidos na colônia para forçar a compra de tecidos vindos da metrópole (Alvará de 1785). Somente seria permitida a fabricação de tecidos rústicos, usados para a confecção de roupas para os escravos.

Prejudicado por essas novas medidas, um grupo de pessoas da elite de Vila Rica (proprietários rurais, intelectuais, clérigos e militares) fizeram algumas reuniões e nelas discutiram os meios para acabar com o domínio português na capitania de Minas Gerais. Influenciados pelas ideias iluministas, discutiram também a futura forma de governo (optaram pela república federativa, como a dos Estados Unidos, recentemente independentes); a futura capital, a ser instalada em São João del Rey; a bandeira do novo Estado (uma bandeira branca com um triângulo no centro, cercado pela expressão em latim *Libertas quae sera tamen*, que significa "liberdade ainda que tardia"); fundação de universidade em Vila Rica; criação de manufaturas (tecidos, ferro e pólvora); concessão de pensão às famílias pobres e numerosas para estimular o crescimento da população; formação de milícias para defender o novo Estado; perdão das dívidas e prisão do governador, visconde de Barbacena.

Os principais conspiradores eram os advogados e poetas Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, o filósofo José Álvares Maciel, o padre José Rolim e os militares Gomes Freire de Andrade (tenente-coronel) e Joaquim José da Silva Xavier (alferes). Sobre os escravos, as opiniões eram divergentes: alguns a favor da libertação, outros, contra (justamente aqueles que possuíam escravos). Decidiu-se que seriam libertados apenas os que tinham nascido na capitania. Note-se que havia, entre os conspiradores, os idealistas e os que defendiam seus próprios interesses.

Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o único de origem humilde, era um idealista. Órfão, aprendeu com seu padrinho o ofício de extrair dentes, origem de seu apelido. Foi tropeiro, boticário e minerador. Em 1775, com quase trinta anos, entrou para a 6ª Companhia de Dragões, encarregado de fiscalizar o transporte de ouro de Minas para o porto do Rio de Janeiro. Por não ser português de nascimento, não podia passar de alferes a oficial.

O início da revolta foi marcado para o dia da cobrança da derrama. Porém a conspiração foi denunciada por Joaquim José dos Reis e mais duas pessoas, todos devedores da Coroa. Os principais líderes foram presos em Vila Rica. Tiradentes foi preso na cidade do Rio de Janeiro, para onde tinha ido buscar apoio ao movimento.

Julgados no Rio, todos negaram o plano. Após alguns interrogatórios, Tiradentes admitiu sua participação, afirmando inclusive ser o líder. A sentença foi lida em 18 de abril 1792. Doze dos inconfidentes foram condenados à morte. Porém, no dia seguinte, foi lido um decreto de D. Maria I: todos, à exceção de Tiradentes, tiveram a pena alterada para prisão ou degredo, perpétuo ou temporário, na África.

Em 21 de abril de 1792, Tiradentes morria na forca. Seu corpo foi esquartejado e as partes penduradas ao longo do caminho do Rio de Janeiro para Vila Rica. O objetivo: desestimular qualquer nova tentativa de revolta.

Conjuração Baiana (1798)

Também ficou conhecida como Revolta dos Alfaiates. A capitania da Bahia enfrentava profunda crise no final do século XVIII. A lavoura canavieira se recuperara apenas parcialmente da crise provocada pela mineração, e a transferência da capital colonial para o Rio de Janeiro, em 1763, agravara ainda mais a situação. A insatisfação dominava todas as camadas urbanas. A elite se sentia prejudicada pelo pagamento de impostos a Portugal, que descapitalizavam a capitania. Os homens livres da camada baixa criticavam um sistema que impedia sua ascensão social, enquanto os escravos desejavam a libertação. Havia dois grupos que conspiravam contra o sistema dominante.

Um deles, o da elite, influenciado pela independência dos Estados Unidos e pelas ideias liberais, desejava a libertação política e a liberdade comercial, com o fim do monopólio comercial. Em geral, pertenciam à maçonaria e reuniam-se na sociedade secreta dos Cavaleiros da Luz, fundada em Salvador em 1797. Dela participavam Cipriano Barata e José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu).

O outro grupo era constituído por escravos, ex-escravos (negros forros), muitos deles artesãos (alguns eram alfaiates). Influenciados pela fase mais radical da Revolução Francesa, a do Terror, pretendiam o fim da escravidão e dos privilégios, criticavam a desigualdade social e sonhavam com a implantação da república e da democracia racial. Por meio de manifestos e panfletos, divulgavam seus objetivos e alertavam para a possibilidade de um levante geral.

Mais uma vez houve delação e a prisão de alguns suspeitos. Sem planejamento, alguns rebeldes começaram a luta, porém foram rapidamente reprimidos. Houve 34 prisões, entre elas a de 22 mulatos e 10 escravos. Quatro dos envolvidos foram enforcados e seus corpos esquartejados. Eram eles Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos e João de Deus. Porém, nenhum membro da camada alta foi preso. Comparando as duas conjurações, a mineira e a baiana, fica evidente ser esta de base popular e muito mais radical.

Curiosamente, dez anos depois, sob influência de José da Silva Lisboa, o rei D. João, então em Salvador, decretava a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

Teste seu saber

1. **Sobre os antecedentes do ciclo da mineração, não é correta a proposição:**
   a) O Brasil ainda liderava a produção mundial de açúcar.
   b) Persistia a mentalidade mercantilista que valorizava a acumulação de metais preciosos.
   c) O governo português, sob influência das ideias mercantilistas, prometia recompensas a quem encontrasse ouro na colônia.
   d) Aos bandeirantes, conhecedores das trilhas do sertão, eram prometidos benefícios e privilégios.

2. **Não considerando o ouro de lavagem, cuja exploração remonta ao início da colonização, a descoberta dos primeiros grandes veios auríferos ocorreu em 1693, no atual estado de Minas Gerais. Ela foi feita por:**
   a) Borba Gato.
   b) Bartolomeu Bueno da Silva.
   c) Fernão Dias Pais.
   d) Antonio Rodrigues Arzão.

3. **A mineração no Brasil, no século XVIII, foi responsável pela efetiva ocupação das seguintes Capitanias:**
   a) São Paulo, Minas Gerais e Goiás.
   b) Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.
   c) Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.
   d) Mato Grosso, São Paulo e Rio de Janeiro.

4. **Em decorrência da mineração, no século XVIII, o eixo econômico e político brasileiro deslocou-se da Bahia para o Rio de Janeiro porque desenvolveu-se a exploração do ouro e dos diamantes na capitania de Minas Gerais.**
   a) a afirmação é certa e a explicação também é certa.
   b) a afirmação é certa, mas a explicação é errada.
   c) a afirmação é errada, mas a explicação é certa.
   d) a afirmação e a explicação são erradas.

5. **O Tratado de Methuen, assinado em 1703 entre Portugal e Inglaterra, estabelecia:**
   a) Livre entrada de tecidos e outros manufaturados ingleses em Portugal.
   b) Empréstimos ingleses para o pagamento da dívida externa de Portugal.
   c) Prioridade para a entrada de vinhos portugueses na Inglaterra.
   d) Livre aplicação de capitais ingleses no Brasil.

6. **Ao entrar em vigor o Tratado de Methuen, assinado em 1703, o ouro extraído no Brasil beneficiou principalmente:**
   a) Portugal.
   b) Inglaterra.
   c) Holanda.
   d) Espanha

7. **Nas regiões de exploração de ouro, havia possibilidade para os escravos tornarem-se livres. O documento que lhes dava a liberdade era a:**
   a) carta de alforria.
   b) carta de libertação.
   c) carta de direitos.
   d) carta de liberdade.

8. **Em consequência da exploração aurífera no Brasil, surgiram transformações na vida da Colônia. Qual afirmação não é correta?**
   a) Surgiu um estilo característico nas artes: o Barroco mineiro.
   b) Na mineradora foi utilizada exclusivamente mão de obra escrava, negra e indígena.
   c) A fiscalização da Metrópole, para a cobrança dos impostos, foi ampliada.
   d) Formou-se nas regiões de mineração um mercado numeroso, diversificado e dinâmico.

9. **A luta pela posse das minas de ouro entre paulistas e forasteiros tornou-se conhecida pelo nome de:**
   a) Guerra dos Mascates.
   b) Revolta de Felipe dos Santos.
   c) Guerra do ouro e diamantes.
   d) Guerra dos Emboabas.

10. **A guerra entre paulistas e forasteiros (emboabas) teve como causa principal:**
    a) Cobrança do quinto.
    b) Posse das datas.
    c) Instalação de casas de fundição.
    d) Domínio de portugueses no abastecimento da região aurífera.

11. **Sobre a Guerra dos Emboabas, ocorrida no atual estado de Minas Gerais, qual é a única alternativa correta?**
    a) Os paulistas desejavam obter o direito de cobrança do quinto.
    b) Derrotados, os paulistas voltaram à sua cidade para se dedicarem à criação de gado.
    c) O número de paulistas diminuía proporcionalmente na região, pois era contínua a chegada de emboabas.
    d) Emboaba era um apelido aplicado pelos paulistas apenas aos portugueses.

12. **Guerra dos Emboabas e Guerra dos Mascates foram movimentos nativistas coloniais ocorridos, respectivamente, em:**
    a) Minas e Pernambuco.
    b) Minas e Pará.
    c) Maranhão e Pernambuco.
    d) Pernambuco e Minas.

13. **A Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates (no Recife) e a Revolta de Felipe dos Santos (em Vila Rica), no século XVIII, tinham uma característica em comum. Indique-a:**
    a) Foram rebeliões contra o domínio colonial português.
    b) Tinham por objetivo a independência do Brasil.
    c) Visavam fazer com que o governo português abandonasse sua política econômica mercantilista.
    d) Os rebeldes reivindicavam algumas medidas, mas não a separação política de Portugal.

14. **Sobre a Guerra dos Mascates, é correto afirmar que:**
    a) ela ocorreu numa época em que o Brasil já não era mais o maior produtor de açúcar do mundo.

b) ela visava à eliminação dos últimos vestígios da dominação holandesa em Pernambuco.
c) ela opôs os comerciantes recifenses contra a aristocracia portuguesa de Olinda.
d) os recifenses desejavam a autonomia político-jurídica de sua vila em relação a Olinda.

15. A Revolta de Felipe dos Santos, ocorrida em Vila Rica (hoje Ouro Preto), teve como causa imediata:
a) a influência dos jesuítas na capitania de Minas Gerais, impedindo a escravização dos indígenas.
b) a derrota dos paulistas na Guerra dos Emboabas.
c) o anúncio da instalação das Casas de Fundição.
d) a criação da Capitania de São Paulo e Minas Gerais.

16. Diferença fundamental entre os movimentos nativistas e os movimentos emancipacionistas:
a) A nativista visava à independência da capitania; a emancipacionista, à do Brasil.
b) A nativista visava à independência do Brasil, a emancipacionista, a da capitania.
c) A nativista apresentava meramente algumas reivindicações; a emancipacionista, a libertação dos escravos.
d) A nativista apresentava meramente algumas reivindicações; a emancipacionista, a independência da capitania.

17. Entre os impostos a serem pagos obrigatoriamente pelos exploradores do ouro ao governo português, havia o que correspondia a 20% do ouro extraído. Qual seu nome?
a) capitação. b) quinto. c) finta. d) derrama.

18. Com o declínio da extração de ouro e a consequente queda na arrecadação de impostos, o governo português decidiu aplicar a derrama. O que era ela?
a) taxa sobre a circulação de mercadorias.
b) taxa sobre a herança.
c) cobrança do quinto atrasado.
d) imposto sobre a extração de diamantes.

19. **A situação na capitania de Minas Gerais quando ocorreu a Conjuração Mineira era de:**
    a) queda na arrecadação devido ao esgotamento de veios auríferos e ao contrabando.
    b) auge da extração de ouro e diamantes, que enriquecia ainda mais a elite da capitania.
    c) declínio da mineração, endurecimento da administração metropolitana e influência das ideias iluministas.
    d) revoltas dos escravos e das camadas populares.

Descomplicando a História

Qual alternativa não é consequência da mineração aurífera no Brasil, no século XVIII?

a) a submissão do Brasil ao domínio econômico da Inglaterra.
b) a formação de novas capitanias.
c) a transformação de Minas Gerais em um grande centro cultural.
d) a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro.

Comentário:

Como colônia de Portugal, o Brasil estava totalmente submetido ao domínio de sua Metrópole. Na verdade, era Portugal que, há tempos, estava submetido ao domínio econômico-financeiro da Inglaterra, submissão que se ampliou com a aplicação do Tratado de Methuen. **Alternativa correta**: a.

14 Idade Contemporânea

A Era das Revoluções. A Era dos Impérios.

A Idade Contemporânea se inicia com a Revolução Francesa, em 1789, e se estende até os nossos dias. Embora seja o período mais curto de periodização da história, ele se caracteriza pela aceleração das transformações decorrentes da Revolução Industrial. E essa aceleração nos dá a sensação de que o transcorrer do tempo é cada vez mais rápido.

O historiador britânico Eric Hobsbawm chama de "Era da Revolução", em sua obra, o período que se estende de 1789 a 1848. O período subsequente, de 1848 até 1875, é chamado por ele de "Era do Capital". O período de 1875 até 1914 é denominado "Era dos Impérios". O período posterior a 1914, até nossos dias, é chamado de "Era dos Extremos". Neste capítulo, trataremos sobretudo do tema das revoluções e dos impérios.

A Revolução Francesa de 1789

Se na Inglaterra as ideias liberais-democráticas foram gradualmente aplicadas, na França um amplo movimento revolucionário jogou por terra o Antigo Regime.

A França era uma monarquia absolutista. Para concentrar o poder, os reis não convocavam os Estados Gerais (Assembleia do Reino) desde 1614. Durante o reinado de Luís XIV (1643-1715), a alta nobreza, para poder manter o elevado padrão de vida no palácio real, ficou na dependência do soberano. Em troca de favores, privilégios e pensões, perdeu seu poder político. Por outro lado, os magistrados, encarregados de fiscalizar a aplicação das leis, eram meros executores das ordens reais.

Se as instituições funcionavam relativamente bem no governo do "rei-sol", o mesmo não aconteceu no reinado de seus sucessores. Luís XV estava mais interessado nas festas e em suas amantes. A derrota da França na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) significou a perda de boa parte de seu império colonial. Luís XVI agravou a situação financeira do governo com o envio de um exército para auxiliar os colonos ingleses na sua luta contra a metrópole. Não fez uma reforma administrativa. Havia excesso de órgãos

públicos e número elevado de funcionários. Como as despesas públicas superavam a receita, o rei, em vez de cortar os gastos do governo, optava por fazer empréstimos junto à alta burguesia financeira. O endividamento público era crescente.

A administração ineficiente provocava descontentamento geral, e a permanência de privilégios da nobreza e do clero, duramente criticada pelos iluministas, gerava a ideia da necessidade de uma ampla reforma. Por outro lado, a política econômica mercantilista, com os monopólios, e a intervenção do Estado nas atividades econômicas passavam a ser um obstáculo ao crescimento econômico do país. A burguesia, que houvera se expandido sob a aplicação de medidas mercantilistas, já se considerava capaz de conduzir os negócios do país sem a intervenção do Estado.

78



Retrato de Luís XVI, 1788, óleo sobre tela

A partir de 1785, a França sofreu diversas crises agrícolas, em decorrência de variações climáticas (excesso de chuva num ano, seca em outro). A insuficiente produção de alimentos (trigo) obrigou o governo a importar, agravando o déficit da balança comercial. E a falta de matéria-prima afetava a produção manufatureira e as atividades comerciais. Os preços subiam e a fome atingia duramente as classes populares. Diversos ministros da área econômica tentaram, inutilmente, convencer os privilegiados a pagar impostos. Em 1787, o governo convocou uma Assembleia de Notáveis, composta de altos representantes do clero, da nobreza e da burguesia e propôs um imposto territorial. A nobreza não concordou.

Aconselhado pelo seu ministro das Finanças, Necker, Luís XVI convocou a Assembleia dos Estados Gerais. Era o início do fim do absolutismo. Em maio de 1789, no palácio real de Versalhes, os representantes das três ordens (clero, nobreza e terceiro estado) se reuniram. Pertencia ao terceiro estado a grande maioria da população (98%). Era formado pela plebe urbana, pelos

burgueses e pelos camponeses (cerca de quatro milhões, ainda submetidos ao regime de servidão). Embora o número dos representantes do terceiro estado (578) fosse praticamente o mesmo das duas ordens privilegiadas (561), o sistema tradicional de votação determinava que cada ordem votasse os projetos separadamente. E a cada ordem correspondia apenas um voto. Assim, o terceiro estado sempre perdia para o primeiro e o segundo estados (clero e nobreza, respectivamente) por dois votos a um. Se a votação fosse por cabeça (cada deputado, um voto), a vitória seria do terceiro estado, cujos representantes não só eram maioria, como também contavam com a dissidência das outras ordens (90 da nobreza e mais de 100 no clero).

Os membros do terceiro estado solicitaram uma alteração no sistema de votação. Não atendidos, rebelaram-se. Abandonaram Versalhes, foram

79



Abertura dos Estados Gerais, em Versalhes, 5/5/1789, Frances Helman, Isidore Stanislas (1743-1809)

80



Jacques-Louis David, *O Juramento do court de ténis*, 1795, pena e tinta marrom, 66 x 101 cm

para Paris, reuniram-se no Salão do Jogo da Pela (uma recreação muito popular na época), declararam-se em Assembleia Nacional e juraram permanecer unidos até que a França tivesse uma Constituição. Enfraquecido e necessitando do apoio financeiro da burguesia, o rei Luís XVI capitulou. No dia 9 de julho, determinou que os representantes do clero e da nobreza se unissem aos do terceiro estado. Nascia a Assembleia Nacional Constituinte.

No dia 14 de julho, devido a informações de que o rei determinara o deslocamento de tropas para Paris a fim de reprimir as manifestações populares, a população atacou e tomou a Bastilha, uma prisão e arsenal, símbolo máximo do poder absolutista real.

Na zona rural, os camponeses atacavam os castelos para destruir os documentos que os obrigavam à servidão. Era o Grande Medo. Iniciava-se a emigração de nobres e membros do alto clero, principalmente para o Império Austríaco.

Na noite de 4 para 5 de agosto, a Assembleia aboliu todos os direitos feudais, mas conservou o direito à propriedade. Em setembro, aprovava a

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Assegurava ao cidadão o direito à liberdade, à igualdade perante a lei, à propriedade e à resistência à tirania. No ano seguinte (1790), aprovava a Constituição Civil do Clero. As propriedades da Igreja católica foram confiscadas e os membros do clero tornaram-se funcionários do Estado. Surgia uma Igreja católica nacional francesa. Os padres que não juraram a Constituição foram chamados de refratários e considerados inimigos da revolução. Temendo punição, muitos preferiram abandonar a França.

Em 1791, promulgada a Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte se dissolveu. Encerrava-se então a fase da Assembleia Nacional Constituinte, a primeira das diversas que o processo revolucionário conheceu. Seguem-se as demais.

1) Fase da Assembleia Legislativa (1791-1792)

   A França se tornava uma monarquia constitucional, com divisão dos poderes de acordo com as ideias de Montesquieu: o Poder Executivo era exercido pelo rei e pelos ministros por ele nomeados; o Poder Legislativo, representado por uma Assembleia Nacional, cujos membros eram eleitos para um período de dois anos, por meio de voto censitário (era preciso ter uma renda mínima anual para poder votar, o que afastava a grande maioria dos franceses do direito de voto; a burguesia, alcançado o poder, procurava monopolizá-lo, desrespeitando a própria Declaração que seus representantes aprovaram: a igualdade perante a lei). O Poder Judiciário era constituído por juízes, também eleitos por voto censitário. A insatisfação popular crescia. Temendo por sua vida e a de seus familiares, disfarçado de camponês, o rei e sua família fugiram em direção aos Países Baixos (sob domínio austríaco), mas foi detido próximo à fronteira. Foi mandado de volta a Paris e praticamente isolado em seu palácio. Pretendia recuperar a sua autoridade, tanto quanto a alta burguesia pretendia expandir a revolução moderada para outros países. O rei e o ministério burguês declararam guerra à Áustria, principal país absolutista. O rei contava com a derrota da França e o restabelecimento de seu poder. Importante lembrar que sua esposa, Maria Antonieta, era filha do imperador austríaco. A Áustria se aliou à Prússia, outro país absolutista. Um forte exército iniciou a invasão da França. Em desespero, a Assembleia Legislativa lançou um apelo: "A pátria em perigo!" Milhares de franceses (camada média e baixa) formaram dezenas de batalhões. Hinos militares foram compostos (um deles, a "Marselhesa", tornou-se o hino nacional). E o ataque austríaco foi detido em Valmy. Em 21 de setembro de 1792, acusado de traição, Luís XVI foi deposto e preso, e a República foi instituída.



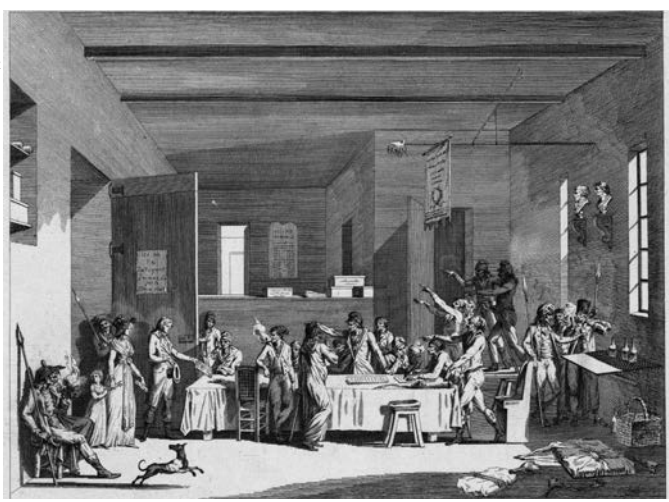
A Tomada das Tulherias, em 10/8/1792, pintura de Jean Duplessis-Bertaux

2) Fase da Convenção Republicana (1792-1795)

Em sua primeira parte, foi dominada pela alta burguesia, cujos principais defensores eram os deputados do departamento da Gironda. Também chamada Convenção Girondina, ela criou o calendário revolucionário: o ano I da revolução começava em setembro de 1792, pelo calendário cristão; os meses foram identificados por nomes ligados à natureza (Floreal, flores; Frutidor, frutas). Temendo uma radicalização da revolução, a burguesia tentou evitar o julgamento do rei, mas não conseguiu. Tentou evitar sua condenação e fracassou. Tentou evitar sua execução, mas, no dia 21 de janeiro de 1793, Luís XVI foi executado na Praça da Revolução. Diversos países reagiram à morte do rei, formaram uma coligação e atacaram a França. O poder na Convenção passou para os jacobinos, grupo político chefiado por Robespierre, Danton e Marat, influenciados pelas ideias de Rousseau (democracia e sociedade igualitária); os jacobinos eram, em geral, pequenos burgueses e contavam com o apoio da plebe parisiense, chamados *sans-culottes* (literalmente, "sem-calções", traje usado pela camada alta; a plebe usava calças compridas). A Convenção Jacobina (também chamada Convenção da Montanha, porque os jacobinos sentavam no alto do plenário da Convenção) instituiu o

voto universal e implantou o Terror. Utilizou o Comitê de Salvação Pública, Comitê de Salvação Nacional, os Tribunais Revolucionários, os Representantes em Missão para impor sua autoridade. Tabelou preços e salários, confiscou alimentos. Centenas de milhares de contrarrevolucionários foram presos; milhares foram executados na guilhotina, principalmente após a morte do líder dos *sans-culottes*, Marat, assassinado por uma jovem girondina, Charlotte Corday. No campo, uma revolta camponesa, instigada por padres refratários, foi esmagada, e o governo montanhês conseguiu evitar a invasão da França por tropas da coligação. Mas a luta pelo poder colocou frente a frente Robespierre (mais radical) e Danton (moderado). Acusado de corrupção, Danton foi guilhotinado. O enfraquecimento dos jacobinos possibilitou a reação dos representantes da alta burguesia. Acusado de abuso de autoridade, tendo perdido o apoio dos *sans-culottes*, Robespierre foi preso, sumariamente julgado e guilhotinado em 27 de julho de 1794. Pelo calendário revolucionário, criado pela Convenção, era o mês do Termidor (calor). Começava a Convenção Termidoriana, que representava a volta da alta burguesia ao poder. Todas as medidas revolucionárias jacobinas foram desfeitas (reação termidoriana). Uma nova Constituição foi aprovada e entrou em vigor em 1795, instituindo o Diretório.

82



Interior de um Comitê Revolucionário em 1792-93, Fragonard, Alexandre Evariste



O general Bonaparte no Conselho dos Quinhentos, no golpe de 18 de Brumário, 1840, de François Bouchot, óleo sobre tela, 401 × 421 cm

3) Fase do Diretório (1795-1799)

O poder executivo era exercido por cinco diretores; o Legislativo dividia-se em duas casas (bicameral): Conselho dos Anciãos (Senado) e Conselho dos Quinhentos (Câmara dos Deputados), todos eleitos por voto censitário. Para diminuir a pressão militar da coligação sobre a França, o Diretório preparou uma ampla campanha. Três exércitos atacariam os austríacos (pelo norte, centro e sul). O jovem general Napoleão Bonaparte foi nomeado comandante do exército do sul, que atacaria os austríacos na Itália. Bonaparte não só bateu os austríacos como também planejou e executou a Campanha do Egito, para conquistar uma das rotas dominadas pelos ingleses em seu comércio com o Oriente. Enquanto isso, a burguesia, temendo uma volta da radicalização revolucionária, optou por um governo forte e estável e preparou um golpe de Estado. Napoleão, chamado de volta à França,

foi nomeado comandante das tropas sediadas em Paris. No dia 9 de novembro (18 Brumário pelo calendário revolucionário), derrubou o Diretório e instituiu o Consulado, do qual nomeou-se primeiro cônsul. Encerrava-se a Revolução Francesa, com a consolidação da burguesia no poder.

A Revolução Francesa influenciou os movimentos liberais nos reinos absolutistas europeus e as lutas pela independência nas colônias europeias na América.

Período Napoleônico (1799-1815)

As vitórias militares deram grande prestígio e popularidade a Napoleão. Através de plebiscitos, ele consolidou o seu poder. Em 1802, tornou-se cônsul vitalício e, em 1804, imperador.

A principal obra de sua administração foi a reorganização do país, que atendeu os interesses da alta burguesia. As principais medidas foram:

a) divisão da França em departamentos, governados por pessoas nomeadas pelo imperador (centralização administrativa);

b) criação do Banco da França e do franco (moeda oficial, cujo lastro era o ouro saqueado dos territórios ocupados);

84



Coroação do Imperador Napoleão Bonaparte, Jacques-Louis David, 1805-07, óleo sobre tela

c) elaboração do Código Civil, que estabelecia a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, proibia os sindicatos e as greves dos operários; garantia a propriedade privada; confirmava a distribuição das terras da Igreja aos camponeses; subordinava a mulher ao marido.

d) melhorias urbanas e construção de estradas;

e) reorganização do sistema educacional: construção de escolas, ensino fundamental obrigatório e criação de liceus (curso superior);

f) restabelecimento das relações com a Igreja católica, mas a escolha de bispos era privilégio do imperador.

Porém, à semelhança dos reis absolutistas, Napoleão impôs forte censura à publicação de jornais e livros, e o conteúdo de determinadas disciplinas escolares valorizava o chefe de Estado e governo.

A França de Napoleão esteve envolvida num longo conflito com os principais países europeus, em especial com a Inglaterra (rivalidade econômica) e a Áustria (rivalidade política). Nas batalhas terrestres, a França era vitoriosa; nas marítimas, a Inglaterra. Para tentar resolver esse impasse, em 1806 Napoleão decretou o Bloqueio Continental: proibiu que as nações europeias tivessem relações comerciais com as ilhas britânicas. O objetivo era enfraquecer a rival economicamente e levá-la a solicitar a paz nas condições impostas pelo imperador. Mas o bloqueio fracassou. Os países ibéricos e a Rússia dependiam do comércio inglês. Para forçá-los a obedecer a suas ordens, Napoleão determinou a invasão da Espanha (e depois de Portugal) e da Rússia. A resistência na península Ibérica e o desastre na ocupação da Rússia (o frio atingiu duramente o exército francês) provocaram o enfraquecimento militar francês.

85



Napoleão abdicando, em Fontainebleau, Paul Delaroche, 1855, óleo sobre tela, 180,5 x 137,5 cm

A iminente invasão da França por tropas da sexta coligação forçou Napoleão a abdicar. Enquanto Luís XVIII, irmão de Luís XVI, tornava-se rei, um acordo permitiu que Napoleão se tornasse príncipe da pequena ilha de Elba, junto ao litoral italiano.

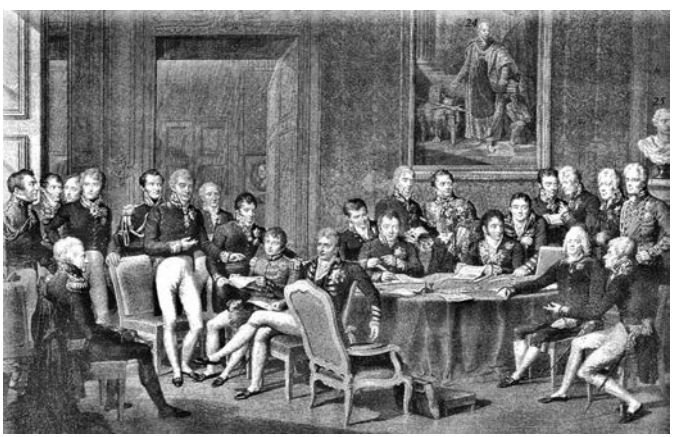
Com um Bourbon de volta ao trono, muitos nobres regressaram à França para

recuperar suas propriedades. A crise, a insegurança e a intranquilidade retornaram. Napoleão abandonou Elba e desembarcou no litoral mediterrâneo da França. Tropas mandadas pelo rei para deter Napoleão acabaram aderindo a ele. Enquanto Luís XVIII se refugiava na Bélgica, Napoleão assumia o poder. Iniciava-se a fase conhecida como Cem Dias. Liderada pela Inglaterra e pela Prússia, formou-se a sétima coligação contra a França. Na Batalha de Waterloo (Bélgica), travada em 18 de junho de 1815, Napoleão foi definitivamente derrotado. Prisioneiro dos ingleses, foi levado para a ilha de Santa Helena, perto da costa ocidental africana, onde faleceu em 1821.

Congresso de Viena (1814-1815)

Em novembro de 1814, representantes de quase todos os países europeus começaram a discutir o destino do continente após um longo período de guerras. Durante os Cem Dias, os trabalhos foram suspensos e retomados após a derrota final de Bonaparte. Dois foram os temas principais: as novas fronteiras e os direitos das antigas dinastias governantes.

86



Gravura do Congresso de Viena, 1814-15, Isabey, Jean-Baptiste (1767-1855)

Quatro grandes potências (Áustria, Inglaterra, Prússia e Rússia) dominaram os trabalhos. A habilidade de Talleyrand, embaixador da França Restaurada (os Bourbons de volta ao poder), fez prevalecer o princípio da legitimidade: as dinastias que governavam antes da Revolução Francesa

deveriam ter seus direitos restabelecidos. E para evitar que um país rompesse o equilíbrio tradicional nas relações entre as potências europeias, como ocorrera com a França Napoleônica, o mapa político da Europa e de outras partes do mundo foi refeito. As principais decisões foram:

a) a Inglaterra incorporou diversas ilhas e pontos estratégicos (como ilha de Malta, no Mediterrâneo, e a Cidade do Cabo, no sul da África) ampliando sua hegemonia naval;
b) a Rússia incorporou a Finlândia e a maior parte da Polônia;
c) a Prússia anexou territórios na região do rio Reno;
d) a Áustria consolidou sua presença no norte da Itália e obteve hegemonia sobre muitos pequenos Estados alemães;
e) a Holanda anexou a parte ocidental dos Países Baixos (futura Bélgica).

A Alemanha e a Itália permaneceram politicamente divididas em diversos Estados.

Santa Aliança

O czar da Rússia, Alexandre I, propôs a formação de uma aliança para manter a ordem interna na Europa, evitar revoltas populares democráticas e movimentos liberais, garantindo assim o poder dos privilegiados. Aderiram à Santa Aliança as principais potências europeias: além da Rússia, a Prússia, a Áustria e a França Restaurada. A Inglaterra, que havia aderido, logo abandonou a aliança, pois os interesses eram antagônicos.

A Santa Aliança interferiu em diversos países (Alemanha, Itália e Espanha), atingidos por revoltas populares. Tentou impedir os movimentos de independência que ocorriam nas colônias hispano-americanas, mas não foi bem-sucedida com relação a uma nova nação, os Estados Unidos. O presidente estadunidense, James Monroe, criou uma doutrina, sintetizada na frase: "A América para os americanos". Opunha-se à tentativa de recolonização europeia.

A partir de 1830, enfraquecida politicamente, a Santa Aliança perdeu sua força.

Independência das colônias espanholas na América

Como resultado das práticas mercantilistas aplicadas pela Espanha, a maior parte da riqueza colonial era transferida para a metrópole, o que provocava uma grande insatisfação nos *criollos*, que formavam a elite colonial.

Ao longo de todo o período colonial, o antagonismo entre colonos e autoridades espanholas, entre nativos e brancos, entre escravos negros e seus proprietários causou diversas revoltas. Mas o processo em direção à independência política só se manifestou quando a Espanha foi invadida e ocupada pelo exército napoleônico. Também contribuíram para a emancipação colonial as ideias liberais do iluminismo, a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

Liderou esse processo o interesse e a ação dos *criollos*, cujo objetivo básico era exercer o poder político.

Ao determinar a invasão da Espanha para fazer cumprir o Bloqueio Continental, Napoleão depôs o rei espanhol Carlos IV e substituiu-o por seu filho e herdeiro, Fernando VII, que também teve a mesma sorte. Prosseguindo em sua política familiar, o imperador francês colocou no trono espanhol seu irmão, José Napoleão. Era uma usurpação, fato que levou as diversas administrações coloniais espanholas a não aceitá-la. Foram formadas, nos vice-reinos e nas capitanias reais, juntas de governo, dominadas pelos *criollos*. Não menos importante foi o apoio da Inglaterra a esse movimento. Londres certamente ampliaria seu comércio com a independência política da América Espanhola.

A independência do México e da América Central

No México, em 1810, houve uma grande revolta popular. Camponeses (em geral, índios e mestiços) rebelaram-se para se livrar tanto da dominação espanhola como da exploração praticada pelos *criollos* (senhores de terra). Liderados pelo padre Hidalgo, desejavam o fim da servidão e a repartição das terras. Porém, apoiadas pelos aristocratas, as tropas espanholas se impuseram. Mas, em 1821, o *criollo* Agustín de Iturbide liderou uma revolta generalizada, que tornou o México independente. Iturbide proclamou-se imperador, mas dois anos depois foi deposto. Em 1824, um Congresso Constituinte proclamou o México uma república.

Diversos países centro-americanos, que tinham acompanhado a revolução mexicana, agruparam-se, em 1823, e formaram a República Unida da América Central. Quinze anos depois, ocorreu uma divisão política, que deu origem a diversos países independentes: Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador. Nessa mesma época, a parte oriental da ilha Hispaniola, descoberta por Colombo em sua primeira viagem à América, emancipava-se do domínio espanhol e se transformava na República Dominicana. Mas Cuba e Porto Rico permaneceram sob domínio espanhol até 1898, quando ocorreu uma guerra entre Espanha e Estados Unidos, por estes vencida.

Na parte ocidental da ilha Hispaniola se localiza o Haiti, colônia francesa desde 1697. No final do século XVIII, era a maior produtora de açúcar do mundo. O sistema de produção era o *plantation* (latifúndio, monocultura, mão de obra escrava negra e produção para exportação). Os escravos eram a grande maioria da população. Durante a fase jacobina da Revolução Francesa (1794), havia sido abolida a escravidão nas colônias. Em 1801, um ex-escravo, Toussaint L'Ouverture, chefiou uma rebelião, proclamou a independência do Haiti e nomeou-se governador vitalício. Tropas napoleônicas desembarcaram na ilha, prenderam L'Ouverture e levaram-no para a França, onde ele morreu. Mas, como resultado de uma rebelião geral da população haitiana, as tropas francesas foram expulsas definitivamente em 1803. O general Dessalines proclamou-se imperador, mas foi assassinado anos depois.

Como decorrência da usurpação do trono espanhol por Napoleão, o vice-rei espanhol na região do Prata foi afastado por uma Junta Governativa (1810), em Buenos Aires, que proclamou a independência em 1816. O Paraguai, que também fazia parte do Vice-Reino do Prata, proclamou sua independência em 1811. Em 1817, o general argentino José de San Martin cruzou a Cordilheira dos Andes com seu exército para combater as tropas espanholas. Aliado ao general chileno Bernardo O'Higgins, libertou o país em 1818, e o Peru em 1821.

No norte da América do Sul, entre 1819 e 1822, o general Simón Bolívar comandou as lutas pela libertação da Venezuela, da Colômbia e do Equador.

A Bolívia foi libertada, em 1825, por um exército comandado por Sucre, que seguia as orientações de Bolívar.

Mas os dois grandes libertadores entraram em desacordo em 1822. Bolívar sonhava com uma federação de Estados sul-americanos para evitar seu domínio econômico pelas grandes potências da época. Já San Martin apoiava a existência de Estados autônomos. O sonho de Bolívar foi rejeitado no Congresso do Panamá, em 1826, e a América do Sul independente ficou submetida ao domínio econômico das grandes potências, em especial, da Inglaterra.

Movimentos liberais na Europa e o socialismo

Durante a primeira metade do século XIX, diversos movimentos liberais e nacionalistas ocorreram na Europa, apesar da ação da Santa Aliança.

O Congresso de Viena fizera mudanças territoriais de acordo com os interesses das grandes potências, sem considerar a cultura e os ideais dos povos que os habitavam. Essa situação gerou frustrações e anseios, propiciando o desenvolvimento do nacionalismo, ou seja, o desejo de um

povo de governar a si mesmo e não ser submetido a outro país, estranho a seus costumes, língua, religião etc.

87



Luís XVIII (1755-1824), óleo sobre tela, Gérard, François Pascal Simon, Barão

Na França Restaurada, o rei da dinastia Bourbon, Luís XVIII, praticou uma política de conciliação entre o velho absolutismo e algumas conquistas da Revolução Francesa de 1789. Procurou limitar a ação dos ultrarrealistas (pessoas que queriam a volta do Antigo Regime) que praticavam o Terror Branco (ataques aos jacobinos, republicanos e bonapartistas) e até fuzilavam inimigos políticos. Uma nova Constituição foi outorgada, instituindo uma Assembleia Nacional e reintroduzindo o voto censitário, bem a gosto da burguesia.

Luís XVIII morreu em 1824 e foi sucedido por seu irmão, Carlos X, um absolutista. Este tomou uma série de medidas impopulares:

a) indenizou os nobres que haviam perdido seus bens durante o período revolucionário;
b) suspendeu a liberdade de imprensa;
c) dissolveu a Assembleia Nacional.

No final de julho de 1830, a população parisiense se revoltou e ergueu barricadas. A repressão do governo foi violenta: cerca de quatro mil mortos. No dia 2 de agosto, o rei abdicou e se refugiou na Inglaterra. Terminava o reinado do último Bourbon na França.

Restabelecida a Assembleia, dominada pelos burgueses, foi indicado rei Luís Filipe, duque de Orleans, apelidado "rei burguês". Ele praticou a política de não intervenção nos assuntos políticos de outros países e afirmou que os povos estariam livres para dispor de seus próprios destinos.

Mas, em 1848, um amplo movimento revolucionário ocorreu em diversos países da Europa Continental, especialmente na França. A causa principal foi uma chocante fome, decorrente da quebra da produção agrícola por causa das más condições climáticas. Faltava também matéria-prima, o que atingia as indústrias e o comércio em geral. Além disso, em sua

primeira fase, a industrialização havia ampliado enormemente a diferença social entre patrões e trabalhadores.

88



Pintura da Batalha em barricadas Soufflot na Rue Soufflot Street em 24 de junho de 1848, de Émile Jean Horace Vernet

89



Retrato de Napoleão III, 1852

Em vez de adotar medidas para debelar a crise, Luís Filipe decidiu radicalizar: proibiu reuniões públicas, censurou a imprensa. Nova revolta, com participação de socialistas, levantamento de barricadas e abdicação do rei. A Segunda República foi proclamada. As revoluções de 1848, na França e em diversos outros países europeus, foram consideradas a Primavera dos Povos por tratar-se de uma verdadeira evolução na mentalidade popular, que desejava mudanças.

Nas eleições para a escolha do presidente, na França, foi vencedor Luís Napoleão, sobrinho de Napoleão, que prometia restaurar a ordem. Com o apoio dos velhos bonapartistas, em

1851 ele dissolveu a Assembleia, dominada por conservadores, e governou de maneira ditatorial. Um plebiscito por ele convocado aprovou uma nova forma de governo: o império. Estava estabelecido o Segundo Império, e Luís Bonaparte tornava-se Napoleão III, permanecendo no poder até 1870.

Em decorrência das Revoluções de 1848, a Bélgica se separou da Holanda. Mas os poloneses fracassaram em sua tentativa de se libertar da Rússia.

Reação ao liberalismo: o socialismo

A exploração que vitimava os trabalhadores teve importantes consequências. De um lado, operários tomavam consciência de sua força, caso se unissem na defesa dos seus direitos. De outro, intelectuais, chocados com a pobreza da plebe urbana, começaram a desenvolver uma nova ideologia que favorecesse os trabalhadores: o socialismo. Propunham um sistema de trabalho menos desumano; melhor distribuição da riqueza, diminuição da jornada de trabalho, proteção do trabalho feminino, proibição de trabalho infantil.

Os socialistas se dividiram em três correntes:

a) os *reformistas*, que pretendiam reformar a sociedade sem uso da violência, mas por meio da compreensão e da fraternidade humanas. Foram pejorativamente denominados de "socialistas utópicos";
b) os *revolucionários*, também chamados científicos, que pregavam a revolução para destruir o Estado burguês e implantar o Estado dos trabalhadores;
c) os *anarquistas*, contrários a qualquer forma de Estado, poder ou governo, propunham a liberdade geral.

Na Inglaterra, duas correntes políticas se alternavam no poder: conservadores (*tories*), que representavam os interesses da aristocracia agrária, e os liberais (*whigs*), mais ligados à burguesia industrial. Portanto, ambos representavam a elite social, e o voto era censitário. Marginalizada politicamente, a classe proletária foi à luta por seus direitos. Foi um processo, em geral pacífico, conhecido como "movimento cartista". Enviaram uma petição (Carta do Povo) solicitando direitos políticos e sociais, e, aos poucos, o Parlamento fez reformas.

Teste seu saber

1. **Assinale verdadeiro (V) ou falso (F) para as seguintes colocações:**
   a) Na França, ao longo do século XVIII, havia uma burguesia fortalecida pelo crescimento econômico, que desejava o controle do Estado e criticava os privilégios da nobreza. ( )
   b) Os camponeses, mantidos na servidão, queriam libertar-se das obrigações feudais. ( )
   c) A derrota da França na Guerra dos Sete Anos provocou a perda de boa parte de seu império colonial e uma grave crise financeira. ( )
   d) Para sanar o déficit público, o governo de Luís XVI elevava o s tributos sobre os camponeses. ( )
   e) Para diminuir os gastos com a corte, Luís XV, antecessor de Luís XVI, cortou despesas e diminuiu o número de servidores palacianos. ( )
   f) Ao criticar os privilégios da nobreza e do clero e a política econômica mercantilista, as pessoas influenciadas pelo pensamento iluminista propunham uma ampla reforma na França. ( )

2. **Indique a alternativa que não corresponde à situação da França entre 1785 e 1789.**
   a) Queda na produção agrícola, desabastecimento das cidades e falta de matéria-prima.
   b) Alta nos preços das mercadorias e insatisfação camponesa.
   c) Resistência dos privilegiados a qualquer tentativa de reforma no sistema de tributação.
   d) Ministros da área econômica despreocupados com a situação financeira do Estado.

3. **O fim do Absolutismo na França começou:**
   a) com a convocação dos Estados Gerais.
   b) com a tomada da Bastilha.
   c) com a condenação à morte de Luís XVI.
   d) com a demissão de Necker, ministro de Luís XVI.

4. **Sobre a Assembleia dos Estados Gerais, convocada por Luís XVI, é correto afirmar:**
   a) A maioria dos representantes pertencia ao terceiro estado.
   b) Entre os representantes das ordens privilegiadas não havia divisão política.

c) Se houvesse uma mudança no sistema de votação, haveria reformas nas instituições.
d) Os representantes do terceiro estado conseguiram convencer os privilegiados a alterar o sistema de votação: de ordem para por cabeça.

5. Indique a sequência correta para os acontecimentos do ano de 1789:
( ) Assembleia Constituinte.
( ) Tomada da Bastilha.
( ) Fim dos privilégios feudais.
( ) Grande Medo.
( ) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
( ) Reunião dos Estado Gerais.

6. No final de agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, um documento inspirado no iluminismo. Qual alternativa não se ajusta aos princípios dessa corrente de pensamento?
a) Igualdade jurídica.
b) Unidade religiosa.
c) Liberalismo econômico.
d) Resistência ao despotismo.

7. Luís XVI perdeu seus poderes absolutos, o feudalismo foi abolido e os bens eclesiásticos nacionalizados:
a) com a Queda da Bastilha.
b) quando ele dissolveu a Assembleia dos Estados Gerais.
c) na fase da Assembleia Nacional Constituinte.
d) na fase da Convenção.

8. Ordene as fases da Revolução Francesa:
a) Diretório. ( )
b) Assembleia Nacional Constituinte. ( )
c) Assembleia Legislativa. ( )
d) Convenção. ( )

9. A ascensão da Montanha na Revolução Francesa deve-se, essencialmente, à pressão:
a) dos "sans-culottes".

b) dos representantes do baixo clero.
c) da alta burguesia.
d) dos camponeses.

10. Durante a Revolução Francesa, a fase da Convenção da Montanha corresponde:
a) ao governo constitucional de Luís XVI.
b) à radicalização resultante da pressão exercida sobre o governo pela população parisiense liderada pelos "sans-culottes".
c) a uma aliança entre girondinos e jacobinos para defender a França da invasão dos exércitos austro-prussianos.
d) à ditadura de Robespierre que implantou o Terror, com o apoio dos girondinos.

11. São características da fase do Diretório, exceto:
a) vitórias do exército francês na Itália.
b) o poder executivo exercido por cinco diretores.
c) a Campanha do Egito, comandada por Napoleão.
d) o crescente desprestígio do general Bonaparte.

12. A Revolução Francesa foi um acontecimento de enorme repercussão, pois influiu nas principais transformações políticas e sociais do século XIX. Qual assertiva é falsa?
a) Influência nos movimentos de independência das colônias espanholas na América.
b) Influência na difusão dos ideais republicanos na Europa e América.
c) Influência na instalação da monarquia parlamentar na Inglaterra.
d) Influência no movimento de independência no Brasil.

13. Assinale com um X as alternativas que se referem a realizações do Consulado.
a) Fundação do Banco da França e do franco. ( )
b) Derrota naval da Inglaterra. ( )
c) Centralização político-administrativa da França. ( )
d) Decretação do Bloqueio Continental. ( )
e) Elaboração do Código Civil que determinava a igualdade jurídica. ( )
f) Regulamentação do direito de greve dos trabalhadores. ( )
g) Liberdade de pensamento. ( )

14. **O Período Napoleônico pode ser considerado como:**
    a) a anulação de todas as conquistas da Revolução Francesa.
    b) a consolidação das conquistas da burguesia francesa.
    c) a vitória das forças antirrevolucionárias.
    d) a confirmação da superioridade econômica da França na Europa.

15. **Em relação ao Bloqueio Continental, assinale a proposição correta:**
    a) Decretado em 1806, visava à ruína econômica da Inglaterra.
    b) Impediu totalmente o comércio britânico com os países da Europa continental.
    c) Portugal a ele aderiu, pois pretendia se libertar do domínio econômico da Inglaterra.
    d) A Rússia aderiu porque temia a concorrência industrial britânica.

16. **O princípio que orientou os trabalhos no Congresso de Viena foi o de que as dinastias reinantes da Europa antes da ação napoleônica deveriam ser restauradas no poder e que cada país deveria readquirir essencialmente os territórios que possuía em 1789. Qual a denominação desse princípio?**
    a) Princípio das Nacionalidades.
    b) Princípio do equilíbrio dos países europeus.
    c) Princípio da Legitimidade.
    d) Princípio das Alianças.

17. **A Santa Aliança, instrumento político-militar da Reação Legitimista, teve o apoio:**
    a) dos países absolutistas europeus.
    b) dos Estados Pontifícios.
    c) do Império Turco-otomano.
    d) da Grã-Bretanha.

18. **Um dos principais objetivos da Santa Aliança na Europa era:**
    a) combater os regimes absolutistas do Antigo Regime.
    b) apoiar os movimentos republicanos na Europa.
    c) opor-se aos movimentos de independência na América espanhola e portuguesa.
    d) barrar o avanço da Turquia muçulmana.

19. **Escreva nos parênteses C para as afirmativas corretas e E para as erradas:**
    a) A economia na América espanhola caracterizou-se pelo escravismo colonial. ( )
    b) A metrópole controlava o comércio externo colonial. ( )
    c) A mão de obra utilizada na América colonial foi principalmente a indígena. ( )
    d) Os chapetones eram os brancos nascidos na Espanha que ocupavam altos cargos civis e eclesiásticos. ( )
    e) Os *criollos* eram os grandes proprietários de terras. ( )

20. **Escreva nos parênteses C para as afirmativas corretas e E para as erradas:**
    a) A filosofia iluminista não influenciou os movimentos de independência da América Espanhola. ( )
    b) A dominação napoleônica sobre a metrópole contribuiu para a independência das colônias espanholas. ( )
    c) Os *criollos*, elite colonial, lideraram o processo de independência da América Espanhola. ( )
    d) A independência dos Estados Unidos não teve influência no processo de emancipação da América Espanhola. ( )
    e) Alcançada a independência, os *criollos* assumiram os cargos administrativos. ( )

21. **Iniciou a independência mexicana:**
    a) General Bolívar.
    b) General San Martin.
    c) Padre Hidalgo.
    d) O *criollo* Hitúrbide.

Descomplicando a História

Na noite de 4 de agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte aboliu o regime feudal. O que levou a aristocracia a aceitar a perda de seus privilégios, mas conservar suas propriedades?

a) A radicalização dos representantes da alta burguesia.
b) A influência das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade.
c) O temor das consequências do Grande Medo nas áreas rurais.
d) O medo de agressão vinda dos representantes dos camponeses, maioria na Assembleia.

Comentário:

Com a Queda da Bastilha, a revolução parisiense se tornou, aos poucos, uma revolta nacional. Camponeses atacaram os castelos para destruir os contratos dos direitos e obrigações feudais. Assustados com o levante popular e tementes de sua segurança, os representantes da aristocracia abriram mão de seus privilégios, mas mantiveram os direitos de propriedade, com amplo apoio dos representantes da burguesia. **Alternativa correta**: c.

15 A consolidação das novas potências

Os Estados Unidos no século XIX

Ao longo do século XIX, os Estados Unidos viveram uma enorme expansão econômica, populacional e territorial, em decorrência do sistema econômico capitalista. Ampliação do mercado (fornecedor de matéria-prima e consumidor de produtos industrializados), obsessão pelo lucro, arrojo e criatividade empresariais, diminuição dos custos de produção (mão de obra abundante e avanço tecnológico), disponibilidade de fontes energéticas (carvão, petróleo), importante rede bancária foram os principais elementos que transformaram a jovem nação numa potência mundial. No começo do século XX, os Estados Unidos se tornaram a primeira potência econômica mundial. Maiores produtores e exportadores agropecuários, pioneiros na exploração de petróleo, tinham a maior rede ferroviária e um dos mais eficientes sistemas bancários.

De todos os países da América, os Estados Unidos foram os que mais receberam imigrantes europeus, o que permitiu a ocupação de novos territórios, incorporados pelo governo, e seu aproveitamento econômico. Entre 1830 e 1860, desembarcaram nos portos estadunidenses cerca de cinco milhões de imigrantes europeus. E, desde a independência, os Estados Unidos agregaram ao seu patrimônio imensas áreas:

a) região entre os Apalaches e a margem esquerda dos rios Mississipi-Missouri, cedida pela Inglaterra (Tratado de Versalhes, de 1783);
b) região da Louisiana, comprada da França, em 1803;
c) Flórida, comprada da Espanha, em 1819;
d) região de Óregon, cedida pela Inglaterra, em 1846;
e) Texas, anexado em 1845;
f) Califórnia e Novo México, cedidos pelo México, em 1848;
g) Alasca, comprado do Império Russo, em 1867;
h) Havaí, anexado em 1894.

No final do século XIX, a superfície dos Estados Unidos correspondia a 7.800.000 km^2.

Ex-colônia, os Estados Unidos transformaram-se numa nação imperialista. A Doutrina Monroe (1823), um instrumento contra a política recolonizadora da Santa Aliança, deixava clara essa tendência: "A América para os americanos".

Em 1848, a descoberta de ouro na Califórnia provocou uma intensa corrida em busca da fortuna ("febre do ouro"). Em 1862, o governo federal aprovou o *Homestead Act*, pelo qual era autorizada a distribuição de terras pertencentes à União, e, entre 1862 e 1869, foram construídas as famosas transcontinentais, ferrovias conectando a costa leste à costa oeste. Uma viagem, que antes durava seis meses em carroções, passou a durar duas semanas.

No meio-oeste, região de terras muito férteis, surgiram os *belts*, enormes faixas de plantação de milho, trigo e algodão. O milho era fundamental para complementar a alimentação de bovinos e suínos. Como resultado dessas condições favoráveis, os Estados Unidos se tornaram a maior potência agropecuária do mundo, o "celeiro do mundo". Além de satisfazer as necessidades internas, abasteciam a Europa e a Ásia.

Porém, a expansão territorial e econômica vitimou especialmente os índios e o México, derrotado na guerra de 1848.

Guerra de Secessão (1861-1865)

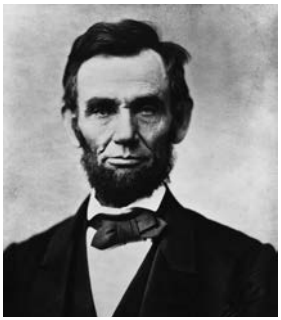
Também conhecida como Guerra Civil, foi uma importante luta entre os estados do norte e os do sul, fundamental na história dos Estados Unidos. Dois foram os motivos principais:

a) escravidão negra – O norte, em processo de industrialização, necessitava de mercados consumidores, e uma das alternativas seria libertar os escravos para que eles se transformassem em assalariados e pudessem comprar mercadorias industrializadas pelo norte;

b) tarifas alfandegárias – O sul era basicamente agrícola. Seu principal produto, o algodão, era exportado para a Inglaterra, da qual comprava produtos industrializados. Assim, o sul era contra tarifas alfandegárias sobre as importações (livre-cambismo). O norte queria alta taxação para encarecer os importados e forçar o mercado interno a adquirir sua produção.

A causa imediata da guerra foi a eleição para presidente, em 1860, de Abraham Lincoln, nortista, favorável à libertação dos escravos e à taxação alfandegária. Pouco antes de sua posse, no começo de 1861, sete estados do sul proclamaram sua secessão (separação) da União. Formaram um novo país, os Estados Confederados da América, cuja capital era Richmond, no estado da Virgínia.

90



Abraham Lincoln, décimo sexto Presidente dos Estados Unidos, em 1863

Pensava-se que a guerra duraria poucos meses, pois a superioridade do norte era clara: mais capital, maior população, em processo de industrialização, extensa e eficiente rede ferroviária etc. A marinha bloqueou os portos do sul, mas o exército sulista resistiu bravamente aos *yankees* (apelido dos nortistas). Em abril de 1865, o general sulista Lee se rendeu. Com a derrota, impôs-se ao sul a libertação dos escravos, decretada por Lincoln em 1863. Poucos dias depois, o presidente foi assassinado por um confederado.

Historiadores consideram a Guerra de Secessão a primeira guerra moderna, devido ao uso de ferrovias, à incorporação de grande número de soldados, aos novos armamentos e ao elevado número de mortes.

A unificação da Itália e da Alemanha

O Congresso de Viena (1815) havia decidido manter as regiões habitadas por italianos e por alemães divididas em diversos pequenos Estados. Mas, durante a primeira metade do século XIX, o nacionalismo cresceu nessas regiões, levando à unificação política da Itália e da Alemanha. São dois processos bastante semelhantes.

	Unificação da Itália	Unificação da Alemanha
Liderança	Reino do Piemonte	Prússia
Principal estrategista	Conde de Cavour	Otto von Bismarck
Classe interessada	Burguesia industrial	Burguesia industrial
Fator estimulante	Língua e costumes comuns	Língua e costumes comuns
Principais opositores	Áustria, Igreja católica	Áustria, França
Meios	Guerras	Guerras
Ideologia	Nacionalismo	Nacionalismo

Unificação da Itália

Um dos principais obstáculos era o Império Austro-Húngaro. Além de antiliberal e antinacionalista, dominava diretamente boa parte do norte da Itália (Milão, Veneza) e controlava politicamente os ducados de Toscana, Parma e Modena. Mas o sentimento antiaustríaco era muito forte entre os italianos nessas regiões, onde um grupo revolucionário secreto, liderado por Mazzini, fundou o movimento Jovem Itália. Outro obstáculo era a Igreja católica, que queria liderar a unificação.

Porém, como resultado do enfraquecimento político da Áustria, envolvida em conflitos internos (revoltas e revoluções) e externos (guerra contra a Prússia), em algumas décadas, sob orientação do conde de Cavour, o reino do Piemonte incorporou o norte da Itália, os diversos ducados e o reino de Nápoles, ao sul.

Nas lutas, destacava-se Giuseppe Garibaldi, que lutara no Brasil, na Revolução Farroupilha. Chamado "herói de dois mundos", é considerado o último herói romântico do século XIX.

Em 1870, as tropas francesas, que defendiam Roma e o papa, foram transferidas para a França para auxiliar na guerra contra a Prússia. No ano seguinte, os patriotas italianos ocuparam Roma, que foi proclamada a capital da nova nação, o reino da Itália, tendo à frente Vítor Emanuel.

O papa Pio IX protestou, fechou-se nas dependências do Vaticano e declarou-se prisioneiro do Estado italiano. É a origem da Questão Romana, resolvida somente em 1929, como resultado de um acordo entre Mussolini, ditador da Itália, e o papa Pio XI. Apenas alguns territórios localizados no sul da Áustria, mas habitados por italianos, estavam fora da soberania da Itália. Foi um fator de sua participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A Unificação da Alemanha

A região habitada pelos alemães estava dividida em 39 Estados, submetidos à influência austríaca, que presidia a Confederação Germânica. Mas, a partir de 1840, a Prússia, o mais importante Estado alemão, acelerou seu processo de modernização (industrialização concentrada na região do vale do Ruhr, rede ferroviária e forte exército).

Para estimular a unificação econômica, pressionou diversos pequenos Estados no sentido de adotar o *Zollverein* (União alfandegária). Integrados economicamente, a próxima etapa foi a unificação política. Em 1861, Otto von Bismarck, hábil político e luterano, foi nomeado chanceler (primeiro-ministro) pelo rei prussiano Guilherme I. Considerou que a unificação política só seria possível por meio de guerras. Fortaleceu ainda mais o exército,

cujo comandante era o general Moltke, notável estrategista. Foram três as guerras:

a) Guerra dos Ducados (1863), contra a Dinamarca, que administrava dois ducados habitados majoritariamente por alemães (Schleswig e Holstein). Bismarck solicitou o auxílio militar dos austríacos. A derrota dinamarquesa foi rápida. As tropas prussianas ocuparam os dois ducados e ali permaneceram por ordem do "chanceler de ferro", contrariando o acordo com os austríacos (que ficariam com Holstein). Todo esse episódio foi um pretexto de Bismarck para forçar a Áustria a uma guerra contra a Prússia.
b) Guerra das Seis Semanas (1866), contra a Áustria, derrotada na Batalha de Sadowa. A Confederação Germânica foi dissolvida. Em seu lugar, surgiu a Confederação Germânica do Norte, formada por 21 Estados e liderada pela Prússia. A Áustria perdeu Veneza para o reino do Piemonte.
c) Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), contra a França. Bismarck provocou um conflito diplomático com o governo francês, chefiado por Napoleão III. Sentindo-se insultado, o imperador francês declarou guerra à Prússia, exatamente o que Bismarck pretendia. Os Estados alemães do sul (especialmente a Baviera), católicos, uniram-se à protestante Prússia, contra a França católica. Os franceses foram rápida e humilhantemente batidos. Tropas prussianas fizeram prisioneiro até o imperador Napoleão III e ocuparam Paris. No dia 18 de janeiro de 1871, enquanto a capital francesa era palco de uma sangrenta revolta popular (a Comuna de Paris) contra o domínio da burguesia, Guilherme I, rei da Prússia, era coroado, no Palácio de Versalhes, imperador da Alemanha. Nascia o II Reich alemão.

Em poucos anos, a Alemanha se tornava um poderosíssimo país, econômica e militarmente.

O imperialismo no século XIX

O desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro, na segunda metade do século XIX, deu origem a novas necessidades:

a) expandir os mercados consumidores para absorver a crescente produção industrial;
b) ter acesso e dominar outras fontes fornecedoras de matérias-primas não existentes na Europa;
c) investir o abundante capital que havia se concentrado no Velho Continente, de preferência onde houvesse segurança e maiores lucros;

d) dominar áreas onde o excedente populacional europeu pudesse se estabelecer (emigração).

Esses foram os fatores principais que geraram o imperialismo das grandes potências, também conhecido como neocolonialismo. Mas esse novo imperialismo era diferente daquele que os principais países haviam praticado entre os séculos XV e XVIII, na Idade Moderna. Observe o quadro comparativo.

	Idade Moderna	Século XIX
Tipo de capitalismo	Comercial	Industrial e financeiro
Área conquistada	América	África e Ásia
Doutrina econômica	Mercantilismo	Liberalismo
Interesse maior	Metais preciosos	Mercados
Controle	Pacto Colonial (monopólios)	Relativa liberdade econômica
Principais países	Espanha e Portugal	Inglaterra e França
Formas de domínio	Direto	Direto e indireto
Justificação	Catequese	Processo civilizatório

A ideologia dos europeus considerava bárbaros os asiáticos e selvagens os africanos. Assim, atribuiu a si a tarefa de "civilizá-los". Mas, para que essa tarefa fosse realizada com sucesso, era preciso que a Europa dominasse asiáticos e africanos. Por outro lado, muitos europeus se consideravam racialmente superiores aos "amarelos e negros". Além de justificar seu domínio, os europeus se opunham às relações sexuais e casamentos entre europeus e "não europeus". Em determinados casos, chegou-se à proibição de tais contatos.

A partilha da África

A Inglaterra anexou aos seus domínios o Egito, o Sudão, a Nigéria e a África do Sul; a França, boa parte do norte da África (Marrocos, Argélia, Tunísia), duas imensas áreas que ela posteriormente denominou África Ocidental e África Equatorial, e a ilha de Madagascar, no litoral do oceano Índico; a Bélgica ocupou quase todo o vale do rio Congo; Portugal incorporou Angola, Moçambique, e a Espanha, uma parte do Marrocos e o território denominado Rio do Ouro.

A partilha da Ásia

A Inglaterra anexou aos seus domínios a Índia, o Ceilão (hoje, Sri Lanka), a Birmânia (Mianmar) e a Tailândia (Sião); a França, a maior parte da península da Indochina. Portugal controlava algumas cidades portuárias na Índia (Goa, Diu e Damão) e na China (Macau). A Holanda fez da Indonésia sua possessão, e as Filipinas permaneceram sob o domínio espanhol.

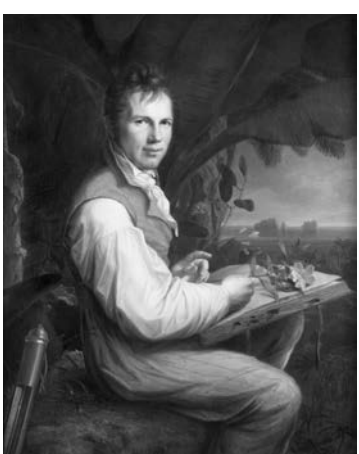
Além da partilha da África e da Ásia, a França mantinha (e mantém) posse sobre a Guiana Francesa na América. Nesse continente, a Inglaterra possuía a Guiana Inglesa (hoje, simplesmente Guiana, país independente) e a Holanda, a Guiana Holandesa (hoje, Suriname) e diversas ilhas no mar do Caribe. E eram colônias espanholas Cuba e Porto Rico.

Canadá, Austrália e Nova Zelândia tinham *status* de domínio britânico e ainda hoje pertencem à Commonwealth (Comunidade Britânica de Nações, que reconhece a rainha inglesa como seu chefe de Estado).

Fatos importantes do imperialismo europeu

Até a metade do século XIX, os europeus desconheciam o interior do continente africano. Exploradores europeus, financiados por sociedades científicas, foram responsáveis por torná-lo conhecido. O mais famoso deles, o britânico David Livingstone, cruzou o continente africano de leste a oeste. Essas explorações abriram caminho para a incorporação do interior africano.

91



Alexander von Humboldt, 1809, óleo sobre tela, Weitsch, Friedrich Georg

O canal de Suez, inaugurado em 1869, ligando o mar Vermelho ao Mediterrâneo, foi construído por uma companhia francesa, pertencente a Ferdinand Lesseps. Posteriormente, os ingleses compraram a maioria de suas ações e se tornaram seus proprietários.

Por decisão do Congresso de Viena (1815), a Cidade do Cabo, no extremo sul do continente africano e então domínio holandês, tornou-se possessão britânica. Os descendentes dos holandeses (chamados bôeres) deslocaram-se para o interior, onde fundaram as repúblicas de Transvaal e Orange, mas a descoberta de ouro e diamantes nessas repúblicas atraiu o interesse inglês. Por meio de uma guerra (Guerra dos Bôeres, 1899-1902), essa área foi anexada ao domínio britânico, sob a denominação de União Sul-Africana. A guerra envolveu europeus e seus descendentes.

Na Índia, os ingleses praticamente destruíram a produção artesanal de tecidos. Transformada em mera produtora e exportadora de matéria-prima, a Índia foi forçada a comprar tecidos ingleses.

Na China, os ingleses utilizaram o ópio para quebrar a resistência da elite. Produzido na Índia, esse narcótico era comercializado pela Companhia das Índias Orientais. Vencedores da Guerra do Ópio (1839-1844), os britânicos se apoderaram da cidade portuária de Hong Kong. Nos anos seguintes, houve a abertura dos demais portos chineses ao comércio internacional. Como resultado, a China foi dividida em áreas de influência da França, da Alemanha, da Rússia, dos Estados Unidos e até mesmo do Japão, um país asiático.

O Japão e a Revolução Meiji

Até a metade do século XIX, o Japão era um país fechado ao contato com o exterior. Apenas a cidade de Nagasaki podia receber anualmente dois navios comerciantes holandeses. Era um país feudal, controlado pelos nobres, que utilizavam os samurais para manter seu domínio. Em 1854, sob ameaça de bombardeio de uma esquadra norte-americana, comandada pelo almirante Perry, o Japão abriu seus portos ao comércio internacional.

Como essa capitulação provocou revoltas internas, em 1886 o novo imperador japonês Mutsuhito assumiu de fato o poder e iniciou uma verdadeira revolução, chamada Era Meiji: a capital foi transferida para Tóquio, uma Constituição implantou a monarquia parlamentar (semelhante à da Inglaterra), o sistema feudal foi abolido, universidades foram fundadas e um exército imperial, instituído. Para não cair sob domínio de uma potência imperialista, técnicos estrangeiros foram contratados e jovens japoneses enviados à Europa e aos Estados Unidos para estudar nas universidades. Eficientes redes ferroviárias e telegráficas foram construídas, os portos, aparelhados.

Em algumas décadas o Japão se tornava uma potência industrial, e tecidos japoneses (de algodão e seda) ganhavam o mercado internacional.

O país tornou-se uma potência industrial e imperialista. Em 1894, após vencer a China, anexou a ilha de Formosa (hoje, Taiwan). Entrou em guerra com a Rússia, incorporando a Coreia (1905). Pela primeira vez, em séculos, um país oriental vencia um ocidental.

Imperialismo dos Estados Unidos

Localizada, em sua origem, na região leste da América do Norte, a nova nação incorporou todos os territórios a oeste, até a costa do oceano Pacífico. Sua soberania se estendia de "costa a costa". As grandes vítimas foram o México e os indígenas. Os que não foram dizimados (o general estadunidense Custer disse: "Índio bom é índio morto") foram confinados em reservas, cujas terras eram de baixa fertilidade. Todo esse processo era justificado pela doutrina do Destino Manifesto: "Deus deu aos estadunidenses a tarefa de civilizar outros povos".

92



Construção do Canal do Panamá, o famoso Corte Culebra do Canal do Panamá, 1907

Posteriormente, os Estados Unidos estenderiam seus domínios além-mar (Havaí). As ex-colônias de Portugal e Espanha na América caíram sob domínio econômico direto das potências europeias, em especial da Inglaterra. Mas, na segunda metade do século XIX, os estadunidenses ampliaram seu interesse pela América Latina, rivalizando com os ingleses. A vitória dos estadunidenses na Guerra Hispano-Americana (1898) permitiu seu domínio sobre Porto Rico e Cuba. Poucos anos depois, no governo do presidente Theodor Roosevelt (1903-1908), foi estabelecida uma nova doutrina: o *big stick* (grande porrete).

Em síntese: os países cujos governantes não se submetessem aos interesses econômicos dos Estados Unidos corriam o risco de ser invadidos por fuzileiros navais estadunidenses. Diversos países da América Central foram as principais vítimas dessa política, bem como a Colômbia, a quem pertencia a região do Panamá. Mas os estadunidenses estimularam uma vitoriosa revolta separatista e foram os primeiros a reconhecer a nova nação. O novo governo panamenho, como "prova de gratidão", concedeu aos

Estados Unidos o direito de construir e explorar perpetuamente o canal do Panamá, ligação direta entre os oceanos Pacífico e Atlântico.

Imperialismo no século XIX - Conclusão

Alemanha e Itália, insatisfeitas com a partilha colonial, aproximaram-se diplomaticamente. A recusa da França e da Inglaterra em fazer uma nova divisão colonial deu origem a dois blocos antagônicos de países, o que levaria a Europa a conhecer uma grande guerra.

Aqui, retoma-se a história do Brasil, dentro do estudo da História Contemporânea.

Teste seu saber

1. **São fatores da notável expansão econômica dos Estados Unidos, ao longo do século XIX, exceto:**
   a) Abundância de matéria-prima.
   b) Eficiente rede bancária.
   c) Capacidade inventiva.
   d) Guerra contra a Espanha.

2. **A Marcha para o Oeste foi a expansão dos Estados Unidos com o objetivo de:**
   a) ampliar a produção agrícola do sul.
   b) empregar os operários do Norte e os imigrantes europeus.
   c) garantir mercado para os manufaturados do Sul.
   d) alcançar a costa do Pacífico, incorporando ricas regiões.

3. **As maiores vítimas da expansão territorial dos EUA foram:**
   a) Indígenas e espanhóis.
   b) Cubanos e portorriquenhos.
   c) Mexicanos e indígenas.
   d) Negros e indígenas.

4. **Que fator não explica a Guerra de Secessão nos Estados Unidos:**
   a) A questão da escravidão.
   b) A política alfandegária que beneficiava o sul.
   c) O apoio da Inglaterra aos estados do Sul.
   d) A eleição de Lincoln à presidência.

5. **Marque a alternativa com o único fator que não justifica a vitória do Norte na Guerra da Secessão nos Estados Unidos:**
   a) Protecionismo alfandegário.
   b) Industrialização.
   c) Melhor rede de transporte ferroviário.
   d) Maior população.

6. **Há semelhanças nos processos de unificação da Itália e da Alemanha. Qual delas é a mais evidente?**
   a) O interesse da burguesia industrial.
   b) A oposição do Vaticano.

c) O apoio da França.
d) O movimento republicano.

7. **Eventos importantes na reunificação da Itália foram, exceto:**
a) A liderança do reino do Piemonte e a atuação de Cavour.
b) A anexação do reino de Nápoles e a ação de Garibaldi.
c) A derrota da França na Guerra Franco-Prussiana.
d) A Questão Romana e a aliança do Papa Pio XI e Mussolini.

8. **Que Estado liderou o processo de unificação da Alemanha?**
a) Munique.
b) Holstein.
c) Prússia.
d) Schleswig.

9. **Foram fatores fundamentais do processo de unificação da Alemanha no século XIX, exceto:**
a) União alfandegária.
b) Rede ferroviária.
c) Nacionalismo.
d) Sentimento religioso.

10. **Para Otto Von Bismarck, a unificação política da Alemanha só se daria por meio de guerras. Qual proposição está correta?**
a) Na Guerra dos Ducados, a Prússia derrotou o Império Austríaco.
b) Em decorrência da Guerra das Seis Semanas, a Confederação Germânica foi dissolvida.
c) Como resultado da Guerra das Seis Semanas, a Áustria cedeu Veneza à Prússia.
d) Durante a Guerra Franco-Prussiana, os italianos conquistaram Paris.

11. **Dois foram os países europeus que mais se destacaram no imperialismo do século XIX sobre os territórios afro-asiáticos :**
a) Alemanha e Inglaterra.
b) Inglaterra e Portugal.
c) França e Inglaterra.
d) Holanda e França.

12. **O imperialismo europeu do século XIX teve diversas características que o diferenciavam do colonialismo europeu do século XVI. Assinale a alternativa que explica corretamente um dos fatores do imperialismo.**
    a) busca de metais preciosos, em decorrência da influência mercantilista.
    b) necessidade de mercados fornecedores de açúcar e fumo para abastecer a Europa.
    c) busca de mercados consumidores de produtos industrializados, fabricados na Europa.
    d) preocupação de conversão ao cristianismo de povos africanos e asiáticos.

13. **Assinale Certo (C) ou Errado (E) para as seguintes proposições:**
    a) O imperialismo europeu nas áreas afro-asiáticas atendia aos interesses das grandes potências industriais. ( )
    b) A expansão colonial do século XIX tem objetivos exclusivamente econômicos. ( )
    c) O imperialismo do século XIX causou a industrialização das áreas coloniais. ( )
    d) O imperialismo tinha por objetivo dominar outras fontes fornecedoras de matérias-primas não existentes na Europa. ( )
    e) O imperialismo se caracterizou por transferir grandes volumes de capitais das áreas coloniais para os países industrializados. ( )
    g) As áreas dominadas serviram para receber, em parte, o excedente da população europeia. ( )

14. **Em relação ao imperialismo europeu na África, no século XIX, faça a relação:**

a) Inglaterra.	( ) Vale do rio Congo.
b) França.	( ) Parte do Marrocos.
c) Portugal.	( ) Egito, África do Sul, Nigéria.
d) Bélgica.	( ) África Equatorial, África Ocidental.
e) Espanha.	( ) Moçambique, Angola.

15. **Pertenciam e ainda pertencem à Commonwealth os seguintes países:**
    a) Guiana Inglesa, Canadá e Austrália.
    b) Canadá, Nova Zelândia e Austrália.
    c) Canadá, Guiana Inglesa e Nova Zelândia.
    d) Nigéria, Nova Zelândia e Canadá.

16. **Os ingleses, na conquista da África do Sul, tiveram que vencer uma forte resistência de parte da população da região, o que gerou a Guerra dos Boêres. Os bôeres são descendentes de:**
    a) holandeses.
    b) escoceses.
    c) irlandeses.
    d) galeses.

Descomplicando a História

A importância histórica da viagem do norte-americano Perry ao Japão (1854) está no fato de ter conseguido:
a) quebrar o isolamento do Japão.
b) impor ao Japão o modo de vida norte-americano.
c) transformar a mentalidade do Japão.
d) eliminar a influência chinesa no Japão.

Comentário:
No século XVI, em decorrência das Grandes Navegações, navios portugueses alcançaram o Japão. Jesuítas iniciaram, então, um processo de catequização, com a rápida conversão de milhares de japoneses. Porém, houve uma forte reação governamental (importante lembrar que o imperador era considerado divino), que redundou em muitas mortes de missionários católicos e dezenas de milhares de japoneses que haviam aderido ao catolicismo. Por ter apenas preocupações comerciais, apenas os holandeses puderam manter comércio, bastante limitado, com o Japão, mas apenas dois navios ao ano poderiam aportar em Nagasaki. Essa situação se manteve até meados do século XIX, quando o comandante norte-americano Perry forçou a abertura dos portos japoneses ao comércio internacional.
Alternativa correta: a.

16 Brasil: Independência e Primeiro Império

Fase de emancipação (1808-1831)

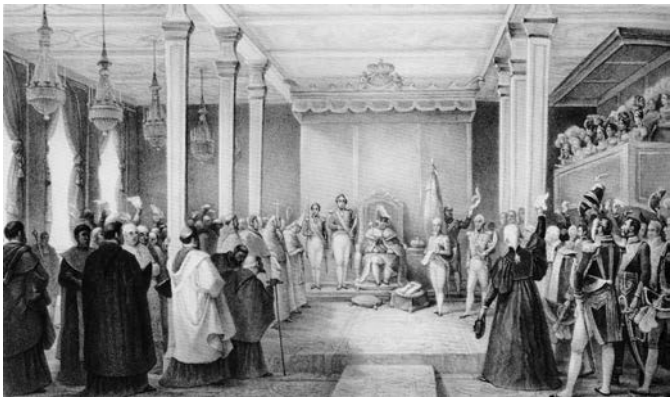
Com o objetivo de derrotar a Inglaterra, Napoleão Bonaparte resolveu impor a todos os países europeus o bloqueio continental, que proibia o comércio com as ilhas britânicas. Porém, Portugal e Inglaterra mantinham uma intensa relação comercial havia séculos. D. João, príncipe regente português, conhecedor da fraqueza militar de seu país, procurou contemporizar, até que o conflito anglo-francês se definisse. Pressionado pelo imperador dos franceses para cortar o comércio com a Inglaterra, decidiu continuar suas relações comerciais com o tradicional aliado, de quem dependia financeiramente. Exasperado pela recusa, em outubro de 1807, Napoleão proclamou a deposição da casa reinante portuguesa, os Bragança, e ordenou a invasão do reino luso por um exército. Essa invasão obrigou a família real portuguesa e milhares de funcionários a buscar refúgio no Brasil, sob proteção da marinha inglesa. O navio que transportava o príncipe-regente, D. João, aportou em Salvador, Bahia, em janeiro de 1808.

A abertura dos portos (28/1/1808)

Uma carta régia decretada por D. João autorizou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas do reino de Portugal. Com essa medida, o Pacto Colonial entre metrópole e colônia chegou ao fim, pois o Brasil passava a ter liberdade comercial. Certamente, a maior beneficiária da medida foi a Inglaterra, pois era praticamente o único país europeu a poder ter relações comerciais com o Brasil. Os demais, ou se encontravam ocupados por tropas francesas, ou estavam impedidos de negociar com os ingleses em decorrência do bloqueio continental.

D. João se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro, tornada de fato a capital do império português. Nos meses seguintes, diversas medidas foram adotadas pela administração portuguesa: revogação do alvará de 1875, que proibia a existência de indústrias no Brasil; instalação de ministérios; instalação do Banco do Brasil (para emissão de moeda); criação de escolas de medicina e engenharia, de academias militares do exército e da marinha, da Imprensa Régia (para publicação de decretos), da Biblioteca Real etc.

93



Pintura de Debret da aclamação de D. João VI, 1818

Em 1810, dois tratados assinados entre Inglaterra e o governo português ampliaram consideravelmente os privilégios britânicos: o de Comércio e Navegação e o de Amizade e Aliança. As tarifas alfandegárias sobre as mercadorias inglesas foram reduzidas a 15%; para as que viessem de Portugal, 16%, e, para as dos demais países, 24%. Como resultado, produtos ingleses abarrotaram e dominaram o mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que impediam o processo de industrialização em nosso país.

Outras concessões aos britânicos no Brasil: liberdade religiosa (que não era permitida aos súditos reinóis e coloniais); tribunais ingleses para julgar processos que envolvessem os britânicos; abolição gradual do tráfico de escravos.

Em 1815, após a queda de Napoleão, ocorreu a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarve.

No mesmo ano, chegou ao Brasil a missão artística francesa para desenvolver artes e ofícios. Dela participava o pintor Jean-Baptiste Debret, que veio a ser um notável retratista da vida colonial. A vinda da Missão também decorria do casamento de D. Pedro, o príncipe herdeiro, com Dona Leopoldina, filha do imperador austríaco.

Revolução pernambucana de 1817

Assim como nas conjurações mineira e baiana, a revolução pernambucana tinha uma forte tendência emancipacionista. Nela influíram os ideais

iluministas (liberdade, igualdade e fraternidade), difundidos por membros da elite pernambucana, em geral pertencentes à maçonaria.

Também influíram no desencadeamento da revolução a má situação econômica da capitania (a euforia na produção e na exportação de algodão foi curta), os elevados impostos, agora para custear a instalação da administração real no Rio de Janeiro, e o forte sentimento antilusitano em Pernambuco. Inicialmente, os chefes rebeldes foram bem-sucedidos: formaram uma junta governativa com cinco membros, cada qual representando um setor da sociedade (comércio, agricultura, magistratura, clero e militar); declararam a libertação política da capitania e proclamaram-na uma república, sem contudo ser extinta a escravidão. Alguns impostos foram abolidos e uma Constituição elaborada, permitindo liberdade de culto, de imprensa e igualdade entre os homens livres. Para conquistar o apoio das tropas, decretaram um aumento no soldo e promoções.

Foram enviados emissários a outras capitanias (para obter adesão) e a outros países (Inglaterra, Estados Unidos e Argentina, para obter apoio), sem êxito. Porém, a revolução ficou restrita à cidade do Recife. Nas semanas seguintes, a revolta foi reprimida: tropas cercaram a cidade, enquanto navios leais a D. João bloquearam o porto. A revolução durou menos de três meses. Os seus líderes foram presos, mas, por decisão de D. João VI, foram anistiados em 1821. Entre eles, Frei Caneca.

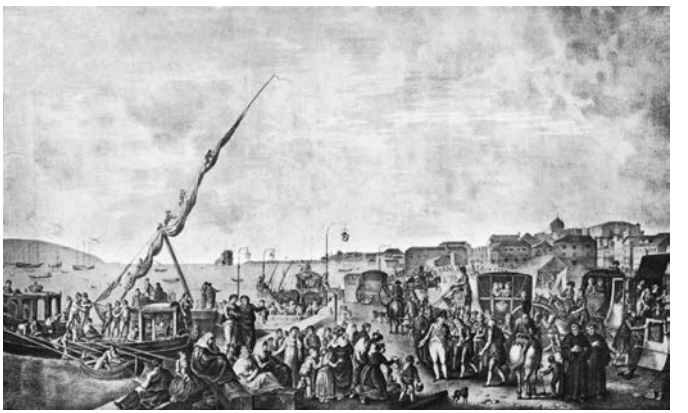
O regresso de D. João VI a Portugal

Em 1811, com o auxílio militar dos ingleses, os franceses foram expulsos de Portugal. O verdadeiro governante era o marechal inglês Beresford. Com a abertura dos portos brasileiros e o fim do monopólio comercial, a situação econômica do reino se agravou. O descontentamento era geral entre os portugueses, especialmente entre a alta burguesia comercial e os altos oficiais militares. Em 1820, um levante iniciado na cidade do Porto (revolução do Porto) se alastrou por todo o país. Beresford abandonou o país, que passou a ser governado por uma junta governativa. O novo governo convocou eleições para as Cortes (Assembleia), a fim de elaborar uma Constituição para o país (influência de ideias liberais), e determinou a volta da administração real para Portugal, com o intuito de recolonizar o Brasil e restabelecer o monopólio comercial (atitude antiliberal), solução para a crise que afetava o país.

Entusiasmadas com as ideias de liberdade e igualdade jurídica, pessoas das camadas média e alta da sociedade carioca pressionaram D. João VI a jurar a Constituição, que seria elaborada em Portugal.

Forçado a voltar a Portugal, sob risco de perder o trono, D. João VI, seus familiares e funcionários deixaram o Brasil em abril de 1821. Nomeou seu filho herdeiro, D. Pedro, para regente do Brasil, com a seguinte recomendação: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para alguns desses aventureiros".

94



Embarque do príncipe regente de Portugal, Dom João, e toda a família real para o Brasil no cais de Belém, 1815, de Henry L'Évêque

A independência do Brasil

Deputados brasileiros, eleitos para as Cortes Constituintes, começaram a chegar a Lisboa em agosto de 1821. Foram mal recebidos; havia um clima de hostilidade. A cada dia ficava claro o desejo dos constituintes portugueses de restabelecer o monopólio comercial, medida que beneficiaria principalmente os comerciantes mercantilistas. As primeiras medidas recolonizadoras foram aplicadas: fechamento de órgãos administrativos no Brasil e, temendo uma reação, envio de mais tropas portuguesas para nosso país.

No Brasil, a postura portuguesa causava indignação, e crescia o desejo de independência total. Mas o quadro era ainda confuso: enquanto algumas capitanias juraram fidelidade a Lisboa (como o Grão-Pará), outras desejavam o rompimento (Bahia, São Paulo, Minas Gerais). A liberdade de imprensa, implantada por D. João VI, facilitou a impressão de jornais e livros. Assim, no Brasil, tomava-se conhecimento da independência de diversas colônias espanholas. No Rio, multiplicavam-se os jornais favoráveis ao rompimento total.

Outro fato importante: ao partir, D. João VI levara quase todo o ouro que estava depositado no Banco do Brasil. O regente D. Pedro não tinha recursos financeiros para administrar o país.

Temendo o crescimento do movimento favorável à independência, os constituintes portugueses, maioria nas Cortes, exigiram a volta de D. Pedro a Portugal. Essa medida provocou forte reação dos brasileiros. No Rio de Janeiro, um abaixo-assinado, com oito mil assinaturas, solicitava a D. Pedro que permanecesse no Brasil. Entregue por José Clemente Pereira, no dia 9 de janeiro de 1822, teve a seguinte resposta do regente:



Dom Pedro I aclamado pela população, em São Paulo, após a proclamação da Independência, tela de François-René Moreaux

"Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Diga ao povo eu fico".

Essa data entrou para a História brasileira como o Dia do Fico.

No processo de independência, importante papel coube à maçonaria. Seus membros, pertencentes à elite colonial (grandes proprietários, altos comerciantes, altos funcionários) discutiam a situação política e econômica do país. Propunham medidas em busca de soluções. Importantes políticos, como José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo e José Bonifácio debatiam intensamente. Mas ocorreu uma cisão: os conservadores, liderados por José Bonifácio, romperam com os mais radicais (Gonçalves Ledo desejava uma independência com grandes transformações) e fundaram uma nova loja maçônica, o Grande Oriente, dando a sua chefia honorária a D. Pedro. Nos dias seguintes, ministros portugueses foram substituídos por brasileiros, sob a liderança de José Bonifácio.

A cada dia D. Pedro definia-se mais a favor da separação. No começo de maio, determinou que nenhuma medida das Cortes portuguesas seria aplicada no Brasil sem o seu "cumpra-se" (autorização). No dia 13 de maio de 1822, a maçonaria e a câmara municipal do Rio de Janeiro concederam ao regente o título de Defensor Perpétuo do Brasil.

No mês de agosto, o príncipe dirigiu-se a Santos para solucionar problemas políticos locais (os Andrada eram de Santos). Viajando a cavalo, percorreu o vale do Paraíba, alcançou São Paulo e, da capital da província, dirigiu-se para Santos. Na volta, no dia 7 de setembro, junto ao riacho do Ipiranga, nas proximidades da cidade de São Paulo, houve um encontro com mensageiros, que portavam despachos das Cortes de Lisboa e cartas de D. Leopoldina, sua esposa, e de José Bonifácio. Os despachos de Lisboa tornavam nulos todos os atos políticos de D. Pedro e exigiam sua volta imediata para Portugal. As cartas de Leopoldina e Bonifácio aconselhavam o rompimento com Portugal. Após a leitura dos despachos, D. Pedro proclamou: "É tempo: Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!"

96



Independência ou morte, Pintura de Pedro Américo (1888), óleo sobre tela

No dia 12 de outubro, de volta ao Rio de Janeiro, o príncipe foi aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. No dia 1º de dezembro, era solenemente coroado imperador do Brasil.

O primeiro reinado (1822-1831)

A participação de D. Pedro no processo de independência foi muito importante: manteve a unidade territorial, evitou lutas e facilitou o processo de reconhecimento por parte de países europeus.

A nova elite dirigente se dividia em dois grupos, ambos ligados à classe dominante: liberais, que desejavam uma autonomia maior das províncias e, consequentemente, uma menor autoridade do imperador; conservadores, favoráveis à centralização administrativa, com um imperador politicamente forte e capaz de manter a unidade territorial e a ordem social ("revolução

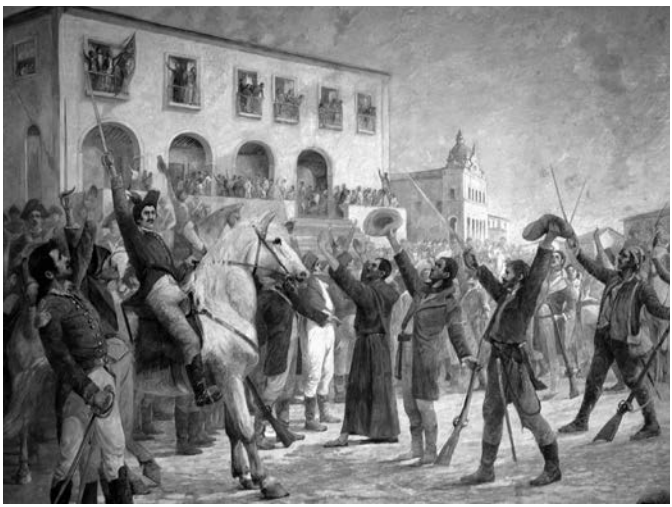
conservadora"). Na luta política entre liberais e conservadores, triunfaram os últimos. Por considerar os liberais muito radicais, José Bonifácio mandou prender vários deles e alguns foram deportados.

A guerra da independência

No Brasil, a independência não teve aceitação unânime. Para as elites de algumas províncias (Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Cisplatina) era melhor manter-se ligadas a Lisboa, e não ao Rio de Janeiro. Além disso, muitos comerciantes lusitanos que aqui viviam não aceitaram a independência, e, para impô-la em todas as províncias, o governo de D. Pedro I contratou os serviços de oficiais ingleses para organizar a marinha, e generais franceses para o exército. Navios foram comprados da Inglaterra para a nova armada imperial. Com a ajuda de soldados brasileiros, a resistência foi vencida.

Na Bahia, a resistência portuguesa foi maior. Somente em 2 de julho de 1823, as tropas portuguesas, comandadas pelo brigadeiro Madeira, foram expulsas. Em fins de 1823, a autoridade de D. Pedro I e a legitimidade do novo governo eram reconhecidas em todo o país. Para manter a unidade, o imperador nomeou homens de sua confiança para governar as províncias. Conseguiu, assim, manter a unidade territorial do país.

97



Independência da Bahia, 25 de Junho, no município de Cachoeira – Bahia

Reconhecimento da independência do Brasil

Sempre que ocorre alguma alteração na situação política de um país, alteração não prevista na sua legislação, como revolução, golpe de Estado, proclamação da independência, é necessário que as outras nações aceitem essa mudança. Aceita a mudança, o país em questão pode começar a manter ou continuar mantendo relações econômicas, políticas e culturais com os demais países. Assim, quando o Brasil se tornou independente, foi preciso que as outras nações o reconhecessem como país soberano. Mas havia um grande obstáculo ao reconhecimento em relação ao conjunto das nações europeias. Como eles tinham boas relações com Portugal, não poderiam reconhecer a nova nação antes que Portugal o fizesse. E Portugal não aceitava a independência do Brasil.

Até mesmo a Inglaterra, muito interessada na autonomia brasileira, não queria se indispor com Portugal.

Por ter sido colônia, e em decorrência da doutrina Monroe, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer, em 1824, o Brasil como Estado soberano. Nos anos seguintes, as demais nações americanas também reconheceram a soberania brasileira.

Pressionado pela Inglaterra, que não queria perder sua hegemonia sobre o mercado brasileiro, em 1825, Portugal acabou por aceitar a soberania brasileira. Como compensação, exigiu o pagamento de dois milhões de libras e o título de "imperador honorário" para D. João VI. O governo de D. Pedro obteve um empréstimo junto ao governo inglês. No ano seguinte, a Inglaterra reconheceu a independência, seguida dos demais países europeus.

A organização do Estado brasileiro: a Constituição de 1824

A Assembleia Constituinte, convocada por D. Pedro, em maio de 1822, só se reuniu pela primeira vez em 3 de maio de 1823. Como os constituintes foram eleitos por voto censitário, todos eram membros da elite (grandes proprietários rurais e comerciantes). A função da Assembleia era elaborar e aprovar a Constituição, lei maior de um país.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, irmão de José Bonifácio, elaborou um projeto de Constituição a ser discutido e votado pela Assembleia. Por ele, as províncias teriam bastante autonomia administrativa, o que diminuía o poder político de D. Pedro I. Irritado, o imperador determinou que tropas fiéis a ele fechassem a Assembleia (11/11/1823). Dissolvida a constituinte, expulsos do país os irmãos Andrada, em 25 de março de

1824, o imperador outorgou (impôs) a primeira Constituição brasileira. Ela determinava:

a) a monarquia hereditária como forma de governo;

b) o voto censitário;

c) o catolicismo como religião oficial e obrigatória;

d) quatro poderes, cada qual com suas atribuições: executivo, legislativo, judiciário e moderador, que controlava os demais.

O Poder Moderador concentrava o poder nas mãos do imperador, que podia nomear e demitir ministros, presidentes de províncias e juízes e dissolver a câmara dos deputados. Era, de fato, um governo absolutista, ainda que houvesse uma Constituição.

A quase totalidade da população estava excluída da política.

Confederação do Equador (1824)

Em 1824, uma nova rebelião ocorreu em Pernambuco e se alastrou por outras províncias do nordeste do país. Denominada Confederação do Equador, teve entre suas causas:

a) a dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro I;

b) a oposição ao imperador por outorgar uma Constituição que não concedia autonomia administrativa às províncias;

c) os altos tributos cobrados da província pernambucana, cuja arrecadação ia para o Rio de Janeiro;

d) a crise econômica e social causada pela queda na produção e na exportação de açúcar (concorrência cubana) e de algodão (concorrência estadunidense) no mercado internacional;

e) as pregações republicanas nos diversos jornais de Recife (*Tifis Pernambucano*, dirigido pelo jornalista e frei Joaquim do Amor Divino Caneca).

A Confederação do Equador pode ser interpretada como uma continuidade da Revolução de 1817.

A nomeação imperial de Francisco Pais Barreto para presidente da província foi o estopim para a revolta. A escolha não foi aceita pelas camadas altas da sociedade pernambucana. Iniciou-se um movimento separatista, que optou pela forma republicana de governo. E, ao contrário da Revolução de 1817, esta se alastrou por outras províncias da região: Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Elas formaram a Confederação do Equador, pois cada província possuía autonomia administrativa, e se localizavam próximas à linha do Equador.

Todas as camadas, exceto a escrava, participaram da revolta. Houve a formação de diversas brigadas populares para a defesa da região. Porém, como a rebelião se radicalizou, a elite a abandonou. A reação do governo central foi rápida e dura. Enquanto as tropas do exército, comandadas pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias), atacavam Olinda por terra, a marinha a bloqueava por mar. A cidade foi conquistada e saqueada.

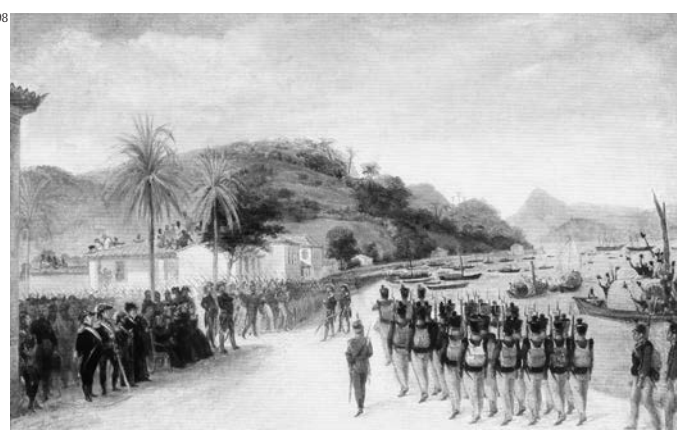
Seguiram-se prisões, julgamentos sumários e execuções. Frei Caneca, condenado à morte, teve de ser fuzilado, pois nenhum carrasco se dispôs a enforcá-lo.

O castigo foi duro: o distrito de Alagoas foi separado de Pernambuco e passou à categoria de província; a capital foi transferida de Olinda para Recife.

A guerra cisplatina (1825-1828)

A Cisplatina (atual Uruguai), localizada na margem esquerda do Rio da Prata, foi colonizada pelos espanhóis e fazia parte do Vice-Reino do Prata, cuja capital era Buenos Aires. Em 1811, durante o governo de D. João, foi ocupada e anexada ao Brasil. Foi uma das províncias que resistiram à independência, pois a maior parte de sua população preferia a autonomia. Em 1825, o caudilho uruguaio Lavalleja, na liderança de um grupo, iniciou a rebelião: declararam a Cisplatina independente do Brasil e solicitaram sua anexação à Argentina, o que o Congresso Nacional aceitou.

98



Embarque das tropas para Montevidéu, Guerra da Cisplatina, óleo sobre papel de J. B. Debret

Com a anexação da Cisplatina, a Argentina passava a dominar ambas as margens do estuário do Prata e controlaria toda a navegação na região, inclusive dos navios que se dirigiam à província brasileira do Mato Grosso. O governo imperial reagiu e declarou guerra à Argentina. Foi um conflito muito custoso aos dois países: elevado número de soldados mortos e alto custo. Ambos solicitaram empréstimos à Inglaterra. Era uma guerra sem vencedores: o Brasil tinha superioridade naval, a Argentina, terrestre. A longa duração do conflito (três anos) começava a prejudicar os interesses comerciais da Inglaterra. Sua diplomacia resolveu intervir. Pressionou e obteve dos inimigos um acordo de paz: a Cisplatina se tornava um país independente, com o nome de República Oriental do Uruguai.

Abdicação de D. Pedro I

Todos esses episódios foram causas diretas da perda de popularidade e de prestígio político de D. Pedro I. O epílogo ocorreu em 1831, mais especificamente a partir de março. O imperador passou a escolher, para o ministério, portugueses de tendência absolutista, o que desagradava a aristocracia brasileira. Para acabar com agitações populares em Minas Gerais, o imperador fez uma viagem a essa província. Havia um clima político desfavorável a ele, que foi muito mal recebido. Jornais o criticavam duramente, principalmente após o assassinato do jornalista Líbero Badaró, na cidade de São Paulo. Boatos (sem fundamento) apontavam D. Pedro como o mandante. Na sua volta ao Rio, os portugueses lhe prepararam uma grande festa. Os brasileiros tentaram impedir essa festa e foram agredidos a garrafadas por partidários portugueses (Noite das Garrafadas, 13 de maio de 1831). Milhares de pessoas reuniram-se no Campo da Aclamação (atual Praça da República, no Rio de Janeiro) para protestar e exigir a substituição do ministério.


99

Abdicação do Imperador D. Pedro I, 1831

Isolado politicamente, D. Pedro I compreendeu não ter mais condições de governar o Brasil. No dia 7 de abril de 1831, abdicou em favor de seu filho Pedro de Alcântara, que tinha apenas cinco anos de idade. Com sua segunda mulher, D. Amélia, partiu para Portugal, onde defenderia os direitos de sucessão de sua filha, D. Maria II, ao trono português, em disputa com seu irmão D. Miguel. Vitorioso, D. Pedro I do Brasil foi coroado D. Pedro IV de Portugal.

Fase regencial (1831-1840)

Ao abdicar ao trono brasileiro em favor de seu filho menor de idade, D. Pedro I nomeou como tutor José Bonifácio de Andrada e Silva, com quem havia se reconciliado. Devido à menoridade do herdeiro, foi adotado o governo regencial, de acordo com a Constituição em vigor. Pela Carta Magna, na hipótese de ser o herdeiro menor de idade, a regência deveria caber a uma pessoa da família imperial e maior de idade. Porém, as três irmãs de D. Pedro de Alcântara (o herdeiro), que ficaram no Brasil, eram todas menores. A Constituição previa que, não satisfeita a primeira condição, a Assembleia Imperial escolheria um regente. Ela, porém, estava em recesso. Para evitar a "ausência de autoridade", um grupo de deputados e senadores escolheu uma Regência Trina Provisória, que governou de abril a junho de 1831. Foram escolhidos o deputado Carneiro de Campos, o senador Vergueiro e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Governaram interinamente até que, reunida a Assembleia, fosse eleita a Regência Trina Permanente.

Suas principais medidas foram: restabelecimento de um ministério composto de brasileiros; convocação da Assembleia Geral Constituinte para escolher a Regência Trina Permanente e anistia a presos políticos.

A Regência foi uma fase de muita agitação popular, antagonismos entre os grupos políticos que disputavam o poder, agravamento da situação financeira do governo, revoltas provinciais e crise nas exportações dos produtos tradicionais.

A elite, para manter seus privilégios, afastava toda tentativa de reforma. Praticava um falso liberalismo: optou pela independência política, mas manteve a escravidão. A classe média urbana estava ainda em processo de formação, e a base da pirâmide social era composta de pessoas livres, mas pobres, e um grande número de escravos negros, que representavam metade da população brasileira. A possibilidade de ocorrer uma revolta popular era latente, daí a necessidade de um governo forte (seja o central, seja o das províncias) para manter a ordem interna.

O Brasil independente se tornara dependente do capital inglês. Os empréstimos obtidos obrigavam ao pagamento de altas taxas de juros. Já o comércio interno era controlado majoritariamente pelos portugueses.

Durante a fase regencial, formaram-se três correntes políticas, todas ligadas à elite:

a) Partido Restaurador, que pretendia a volta de D. Pedro I, para restabelecer a ordem. Também era chamado de Caramuru;
b) Partido Liberal Exaltado, que queria a descentralização do poder;
c) Partido Liberal Moderado, defensor da centralização.

A Regência Trina Permanente foi eleita pela Assembleia em 14 de junho de 1831. Foram escolhidos José da Costa Carvalho (representante do sul), João Bráulio Muniz (do norte) e reeleito o brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Nesse mesmo dia, entraram em vigor medidas importantes aprovadas pela Assembleia, para limitação do poder dos regentes: não podiam dissolver a câmara de deputados, nem fazer uso do Poder Moderador; não podiam suspender os direitos constitucionais; não podiam conceder títulos de nobreza nem condecorações.

O padre Diogo Feijó, um liberal moderado, foi nomeado ministro da Justiça. Criou a Guarda Nacional para acabar com as agitações populares e manter a ordem interna. Os postos de comando eram privilégio de membros da aristocracia rural. É a origem do "coronelismo", que dominou politicamente todo o Segundo Império (1841-1889) e a República Velha (1889-1930).

Em 1832, o então ministro Diogo Feijó tentou retirar de José Bonifácio, então um restaurador, a tutoria de D. Pedro de Alcântara, mas o Senado não aprovou. Propôs então a substituição da Constituição por outra, mais liberal. Tendo novamente fracassado, renunciou ao cargo em 1832.

Agitações e rivalidades políticas dominavam o cenário brasileiro. Os políticos discutiam medidas para restabelecer a ordem, mas não havia acordo. Em 1834, a Assembleia Geral aprovou emendas à Constituição, conhecidas como Ato Adicional, que procurava contentar os dois principais grupos políticos, pois eram simultaneamente centralizador e descentralizador. Concedia poder legislativo às províncias, para que elaborassem suas próprias leis (reivindicação dos liberais exaltados); a Regência Trina passava a ser Una (um só regente), eleito para um período de quatro anos, e a sede do governo, o Rio de Janeiro, passava a ser município neutro, submetido

diretamente ao poder central, que nomeava seu administrador (medidas que agradavam aos liberais moderados); o Conselho de Estado foi extinto (descontentava ambos os grupos).

Em 1835, foi eleito para regente uno o padre Feijó.

Regência Una de Feijó (1835-1837)

A instabilidade política e as revoltas provinciais caracterizaram o mandato de Feijó, apoiado pelos liberais (como passaram a ser chamados os liberais exaltados) e criticado pelos conservadores (ou regressistas, novos nomes dos liberais moderados). Incapaz de acabar com as revoltas nas províncias, Feijó perdeu apoio político e renunciou em 29 de setembro de 1837. A regência foi interinamente exercida pelo ministro do Império, o senador Pedro de Araújo Lima, um conservador.

Regência Una de Araújo Lima (1837-1840)

Como interino, Araújo Lima governou apenas alguns meses. Em 1838, houve eleições para a escolha do novo regente, e Araújo Lima, candidato apoiado pelos regressistas, foi o vencedor. Na sua administração foram criados o Arquivo Público (hoje Arquivo Nacional) e o Colégio Imperial D. Pedro II, e instalado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, todos no Rio de Janeiro. Sua administração foi interrompida pelo chamado "golpe da maioridade", em 1840, que decidiu que Pedro de Alcântara, então com 15 anos, podia assumir o trono.

As revoltas regenciais

Cabanagem (1835-1840, no Grão-Pará)

A província do Grão-Pará abrangia toda a região norte do Brasil. Por um lado, era pouco lembrada pela administração central, em decorrência da distância; por outro, era pesadamente tributada. A elite, formada pela aristocracia rural e por comerciantes portugueses, explorava a parcela pobre da população (indígenas, mestiços e negros, escravos e alforriados). Essa camada pobre vivia à beira dos rios e morava em cabanas, origem do nome Cabanagem, dado à rebelião. Revoltados, os cabanos atacaram e tomaram a capital da província, Belém. Proclamaram a independência do Grão-Pará e estabeleceram a forma republicana de governo. Contudo, rivalidades entre os líderes e os ataques militares desfechados pelo governo regencial levaram a rebelião ao fracasso. Os cabanos sobreviventes buscaram refúgio nas matas. Estima-se em 40 mil o número de mortos.

Balaiada (1838-1841, no Maranhão)

Assim denominada porque um de seus líderes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, tinha como profissão fazer balaios e cestos. Da rebelião participaram pessoas simples (vaqueiros, artesãos, lavradores, pescadores e alguns pequenos proprietários). As razões, as mesmas das outras revoltas: marginalização política, pobreza e escravidão. Os rebeldes, após ocupar a vila de Caxias, ameaçaram tomar São Luís, a capital. Sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva, tropas foram enviadas pelo governo regencial. Esmagada a rebelião, presos os líderes, a província foi "pacificada". Luís Alves foi nomeado presidente.

Sabinada (1837-1838, na Bahia)

A insatisfação geral deu origem a um movimento separatista. Com o apoio da população da capital, seu líder, o médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, fundou a República Bahiense, cuja existência seria efêmera. Existiria até que Pedro de Alcântara tivesse idade para governar. Mais uma vez o governo central acabava com a revolta, ao enviar tropas para a região.

Farroupilha (1835-1845, no Rio Grande do Sul)

Foi a mais longa revolta ocorrida no Brasil. E, diferentemente das demais, foi desencadeada e liderada pela elite, ainda que contasse com grande participação popular. Suas principais causas:

a) rivalidade entre os dois principais grupos políticos: os moderados, que apoiavam o governo central, e os farrapos, que queriam a autonomia da província;

b) altos impostos sobre o charque (carne seca) produzido no Rio Grande do Sul e exportado para outras províncias. Agravava o problema a isenção de taxação sobre o charque importado da Argentina e do Uruguai.

O líder dos farrapos, Bento Gonçalves, proclamou a República Rio-Grandense (ou República de Piratini) e outro líder, David Canabarro, auxiliado pelo italiano Giuseppe Garibaldi, fundou, em Laguna, a República Juliana.

Após dez anos de sangrentas lutas, já no Segundo Império, o conflito terminou. O Barão de Caxias negociou com os farrapos. Desde que eles depusessem as armas, haveria perdão geral; a incorporação ao exército imperial, na mesma patente, para os que lutaram no exército farrapo; devolução das terras que haviam sido confiscadas durante a revolução;

liberdade para os escravos que lutaram junto com os farrapos; e a cobrança de uma taxa (25%) sobre o charque importado.

100



Guilherme Litran: *Carga de Cavalaria*, óleo sobre tela, 1893

O Golpe da Maioridade

Era regente uno Araújo Lima, um conservador. Os liberais, na oposição, criticavam-no. Os diversos grupos políticos passaram a apoiar a posse antecipada de D. Pedro de Alcântara, ainda que ferindo a Constituição. Os liberais apoiaram essa ideia, pois assim voltariam a ser governo. Também apoiaram-na os conservadores, pois o Poder Moderador seria restaurado, o que facilitaria a volta à estabilidade. Foi organizado o Clube da Maioridade, com o apoio do grupo palaciano. Acreditava-se que, se D. Pedro assumisse o poder, haveria paz nas províncias e estabilidade política, sem o risco de desmembramento do país. O movimento ganhou força e até rima popular:

> Queremos D. Pedro Segundo
> Embora não tenha idade;
> A Nação dispensa a lei
> E viva a maioridade.

No dia 20 de julho de 1840, uma comissão de deputados e senadores levou a D. Pedro o pedido para que assumisse o trono. Questionado sobre se assumiria em dezembro, quando completasse 15 anos, ou naquele momento, ele respondeu: "Quero já!"

Em 23 de julho de 1840, com 15 anos incompletos, subiu ao trono D. Pedro II. Um dos seus primeiros atos foi formar um ministério de liberais e dissolver a câmara dos deputados. Terminava, assim, a fase regencial.


101

A sagração de D. Pedro II, 1840, de Manoel de Araújo

Teste seu saber

1. **Sobre a transferência da família real portuguesa para o Brasil, qual é a alternativa incorreta?**
   a) D. João, hábil político, contemporizou em relação ao governo francês.
   b) D. João decidiu buscar refúgio no Brasil somente após a invasão de Portugal por um exército francês.
   c) A transferência da Corte portuguesa ao Brasil foi feita em navios britânicos.
   d) As relações comerciais luso-britânicas eram seculares.

2. **A transferência da corte portuguesa para o Brasil e a abertura dos portos têm uma importância muito grande. Qual das proposições abaixo não corresponde?**
   a) O fim do antigo sistema colonial, em razão da transformação do Brasil em metrópole do império português.
   b) O fim do Pacto Colonial, com o estabelecimento do regime de livre-comércio no Brasil.
   c) O início de um período de mudanças, que levariam à emancipação política do Brasil.
   d) A possibilidade de um maior desenvolvimento do Brasil, beneficiando principalmente Portugal.

3. **Dos acontecimentos abaixo relacionados, apenas um não se deu durante a permanência de D. João VI no Brasil:**
   a) O Dia do Fico.
   b) A intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai com sua consequente anexação ao Brasil.
   c) A elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.
   d) A vinda ao Brasil da Missão Artística Francesa.
   e) A extinção do monopólio comercial.

4. **Como resultado da vinda do Príncipe D. João estão relacionados abaixo vários acontecimentos, exceto:**
   a) Introdução da lavoura cafeeira no Brasil.
   b) Criação de escolas de medicina e engenharia.
   c) Instalação do Banco do Brasil e da Imprensa Régia.
   d) Liberdade industrial no Brasil.

5. **"O mercado ficou inteiramente abarrotado, tão grande e inesperado foi o fluxo de manufaturas inglesas no Rio, logo seguida à chegada do Príncipe Regente, que os aluguéis das casas para armazená-las elevaram-se vertiginosamente." (John Mawe) Com base no texto, assinale a opção que explica a situação descrita por Mawe.**
   a) A atuação dinâmica dos importadores portugueses estabelecidos no Rio de Janeiro.
   b) A Abertura dos Portos e os Tratados de Comércio facilitaram a importação de manufaturados ingleses.
   c) A liberdade industrial no Brasil, decretada por D. João.
   d) A restrição à importação de manufaturados franceses.

6. **Os Tratados de 1810 estipulavam várias cláusulas. Assinale as que realmente foram estabelecidas nos Tratados.**
   a) As tarifas alfandegárias sobre as mercadorias inglesas no Brasil eram menores que as que incidiam sobre as portuguesas.
   b) Liberdade religiosa para os súditos britânicos.
   c) Delimitavam-se na África os lugares onde os ingleses poderiam fazer o tráfico.
   d) Os súditos ingleses no Brasil teriam seus próprios tribunais e juízes.

7. **Sobre a Revolução Pernambucana de 1817, assinale qual a frase errada.**
   a) A liderança revolucionária era influenciada por ideias iluministas e emancipacionistas.
   b) Diversos revolucionários eram membros da maçonaria.
   c) Era forte o sentimento antilusitano no Recife.
   d) Apesar do apoio da capitania à Revolução, ela fracassou devido à repressão das tropas fiéis a D. João.

8. **Fator que determinou a volta de D. João VI a Portugal:**
   a) Pressão dos ingleses, desejosos de manter controle direto sobre Portugal.
   b) Pressão da junta governativa, que assumiu o poder em decorrência do triunfo da Revolução do Porto.
   c) Desejo de libertar Portugal da ocupação francesa.
   d) Desejo da alta burguesia portuguesa de manter aberto ao comércio internacional os portos brasileiros.

9. **Que importância político-institucional teve o Congresso de Viena para o Brasil?**
   a) o ingresso do Brasil no cenário mundial.
   b) o reconhecimento, por parte das grandes potências, das aspirações brasileiras à independência.
   c) a equiparação do Direito português ao Direito brasileiro.
   d) a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

10. **Qual a ordem cronológica dos principais acontecimentos do processo de emancipação política brasileira:**
   a) Abertura dos Portos, elevação a Reino Unido, Dia do Fico e Independência.
   b) Elevação a Reino Unido, Abertura dos Portos, Dia do Fico e Independência.
   c) Abertura dos Portos, Dia do Fico, elevação a Reino Unido e Independência.
   d) Abertura dos Portos, elevação a Reino Unido, Independência e Dia do Fico.

11. **A Independência política, proclamada em 1822, não significou alteração no sistema social brasileiro porque:**
   a) não era proibido o desembarque de imigrantes.
   b) o tráfico negreiro continuou ativo.
   c) os indígenas gozavam do amparo de leis protecionistas.
   d) a escravidão negra foi mantida.

12. **Que medida não recolonizadora foi adotada pelas Cortes Constituintes em Portugal?**
   a) Envio de mais tropas portuguesas ao Brasil.
   b) Fechamento de órgãos governamentais.
   c) Pressão para retorno de D. Pedro a Portugal.
   d) Elaboração de uma Constituição.

13. **Historiadores atribuem a D. Pedro um importante papel no processo de independência do Brasil. Entre as alternativas abaixo, qual corresponde a essa afirmação?**
   a) Aliou-se a José Bonifácio.
   b) Evitou a quebra da unidade territorial.

c) Acatou o pedido de sua esposa, D. Leopoldina, para romper com Portugal.
d) Manteve a estrutura escravocrata.

14. Que província, das indicadas abaixo, não aceitou a proclamação do "Sete de Setembro"?

a) Bahia.
b) Rio de Janeiro.
c) Minas Gerais.
d) São Paulo.

15. O reconhecimento da independência do Brasil pela Inglaterra foi facilitado:

a) pelos interesses ingleses no comércio externo brasileiro.
b) pela presença de mercenários ingleses a serviço do Brasil nas chamadas Guerras de Independência.
c) pelo temor de um favorecimento aos Estados Unidos na economia brasileira.
d) pelo desejo inglês de se manter fiel à política da Santa Aliança.

16. Portugal acabou por aceitar a independência do Brasil. Qual das alternativas abaixo não justifica esse reconhecimento?

a) O Brasil assumiu as dívidas de Portugal junto à Inglaterra.
b) D. João VI recebeu o título de "imperador honorário do Brasil".
c) Pressão inglesa.
d) Doutrina Monroe.

17. Eram características da Carta Outorgada de 1824:

a) o sufrágio universal e a religião católica oficial.
b) a autonomia provincial e o Conselho de Estado.
c) o Poder Moderador e o Senado Vitalício.
d) o sufrágio censitário e a autonomia provincial.

18. O objetivo dos líderes da Confederação do Equador era:

a) organizar uma República reunindo Províncias do Norte do país.
b) abolir o regime escravista na República a ser criada.
c) conseguir para o país uma Constituição mais liberal, inspirada na inglesa.
d) transformar Recife na capital da federação.

19. **Diversos fatores causaram a Confederação do Equador. Entre as alternativas abaixo, qual não é correta?**
    a) Crise na produção e exportação açucareira.
    b) Indicação do presidente da província de Pernambuco pelo imperador.
    c) Censura à imprensa.
    d) Republicanismo.

20. **Qual fator não influenciou na abdicação de D. Pedro I, em 1831?**
    a) Sucessão portuguesa.
    b) Perda da Cisplatina.
    c) Outorga da Constituição de 1824.
    d) Pressão da Inglaterra.

21. **O Primeiro Reinado pode ser interpretado como, exceto:**
    a) Consolidação da independência
    b) Diversificação da economia.
    c) Manutenção da unidade territorial.
    d) Manutenção da estrutura social.

22. **O Ato Adicional, aprovado em 1834, estabelecia:**
    a) a extinção do Senado vitalício.
    b) a extinção do Conselho de Estado.
    c) o desaparecimento das Assembleias Legislativas Provinciais.
    d) a criação da Regência Una em substituição à Regência Trina.

23. **Relacione os itens abaixo:**
    a) Sabinada.
    b) Ato Adicional de 1834.
    c) Balaiada.
    d) Cabanagem.
    e) Farroupilha.
    f) Golpe da maioridade.
    ( ) Movimento separatista no Pará durante a Fase Regencial.
    ( ) Extinção do Conselho de Estado.
    ( ) Revolta na Fase Regencial na Bahia.
    ( ) Fim da fase regencial.
    ( ) Rebelião popular na província do Maranhão.
    ( )Um dos fatores foi a crise na comercialização do charque.

Descomplicando a História

Durante a Fase Regencial houve no Brasil diversas revoltas. Há uma característica comum a esses movimentos. Assinale.

a) a luta das camadas populares contra o domínio da aristocracia.
b) reação provincial contra a postura centralizadora do governo.
c) reação das camadas populares contra autonomia provincial.
d) rivalidade entre o Exército e a Guarda Nacional.

Comentário:

A Constituição Imperial de 1824 estabeleceu um sistema administrativo fortemente centralizado na pessoa do imperador que tinha como sua atribuição a nomeação dos presidentes das províncias, o que desagradava boa parte da aristocracia provincial. **Alternativa correta**: b.

17 Brasil: Segundo Império e República

O Segundo Império (1840-1889)

Com a ascensão de D. Pedro II ao trono, a aristocracia rural se consolidou no poder. Dois partidos se revezariam no poder até a proclamação da República: Conservador e Liberal. Ambos eram instrumentos da elite e defendiam seus interesses. Seus membros agiam no sentido de manter a estrutura agrícola tradicional (latifúndio, monocultura, escravidão e produção voltada à exportação). Opunham-se a qualquer tentativa de reforma eleitoral que possibilitasse uma maior participação do povo no processo. O direito de voto permaneceu censitário: somente os que tinham grande renda podiam votar e ser votados.

Havia apenas uma diferença entre os políticos: os liberais apoiavam uma autonomia maior das províncias e os conservadores eram favoráveis a um poder central forte.

O primeiro ministério nomeado por D. Pedro II em 1840, logo após o Golpe da Maioridade, era liberal e todos os membros pertenciam à aristocracia rural. Mas, como esse partido não era majoritário na câmara dos deputados, e o ministério não conseguia pacificar o país, D. Pedro II o dissolveu e convocou novas eleições parlamentares. A vitória foi dos liberais, graças a fraudes e violência. Esse comportamento se tornou comum ao longo de todo o Segundo Império.

A história do Segundo Império pode ser dividida em etapas, como veremos a seguir.

1. Consolidação (1840-1850)

Nessa década, todas as rebeliões iniciadas no período regencial foram esmagadas pela ação do exército brasileiro, o que possibilitou a consolidação da aristocracia rural no poder. Em decorrência da expansão externa do consumo e das condições internas favoráveis (solo, clima, mão de obra escrava), a lavoura cafeeira conheceu uma rápida expansão, tornando-se o principal produto da economia brasileira. A principal região de cultivo era o Vale do Paraíba (primeiro o fluminense, depois o paulista).



Nicolau Facchinetti, *Fazenda de café, Flores do Paraíso* 1875, óleo sobre madeira

Duas revoltas, ambas liquidadas pelas tropas imperiais, ocorreram nesse início do Segundo Império.

Revolta liberal em São Paulo e Minas Gerais (1842)

Em 1841, ocorreu a primeira troca de partido no poder. Como os liberais não conseguiam acabar com a revolução Farroupilha, D. Pedro II demitiu o ministério, entregou o poder aos conservadores e dissolveu a câmara. Convocadas novas eleições para a câmara, o Partido Conservador, no poder, agiu do mesmo modo que o Liberal: usou de fraude e violência para vencer. Esse comportamento político seria comum ao longo de todo o Segundo Império: quem estava no poder não perdia eleições.

O afastamento dos liberais do poder e a violência nas eleições provocaram protestos e revoltas no país. Em 1842, em São Paulo, a revolta foi liderada pelo padre Diogo Feijó e pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, aclamado presidente da província. Em Minas Gerais, na cidade de Barbacena, a revolta foi liderada por Teófilo Otoni. Ambas foram sufocadas pelas tropas imperiais, comandadas por Caxias. Quando os liberais voltaram ao poder, os líderes das revoltas foram anistiados.

Em 1845, o ministério voltava a ser dos conservadores.

Em 1847 foi estabelecido o parlamentarismo no Brasil, com o propósito de consolidar politicamente o império de D. Pedro II. O parlamentarismo é um regime político de origem inglesa, no qual há uma separação de funções entre o chefe de Estado e o chefe de governo. O primeiro representa a nação, o segundo exerce o governo, como primeiro-ministro. O chefe de governo é o líder do partido majoritário no Parlamento (Poder Legislativo), que tem força de decisão sobre o Executivo. Cabe ao primeiro-ministro

formar o gabinete (ministério) com membros de seu partido, e esse ministério exerce soberanamente a administração enquanto tiver apoio do Parlamento. Mas, enquanto na Inglaterra o primeiro-ministro era (e é) eleito pela câmara, no Brasil ele era nomeado pelo imperador. Daí ser chamado "parlamentarismo às avessas".

Revolução Praieira (1848-1850, em Pernambuco)

Se a elite pernambucana era proprietária da maior parte das melhores terras da província, os portugueses controlavam o comércio interno. Assim, eles elevavam o preço dos produtos de consumo básico, alcançando grandes lucros. Politicamente, a situação era semelhante à das demais províncias: liberais e conservadores se alternavam no poder, frequentemente com base na violência.

Em 1848, os conservadores estavam no poder, que era pretendido pelos liberais. Mas, em novembro, estourou uma revolta de caráter popular no Recife, capital da província. Foi denominada Praieira, pois teve início na rua da Praia, onde ficava a sede do jornal *Diário Novo*, divulgador dos ideais dos revoltosos. Em 1º de janeiro de 1849, os rebeldes lançaram um Manifesto ao Mundo. Reivindicavam liberdade de imprensa, voto (masculino) livre e universal, garantia de trabalho, nacionalização do comércio, total independência dos poderes, extinção do Poder Moderador, descentralização administrativa e reforma do judiciário.

Os revoltosos, chefiados por Nunes Machado, não conseguiram conquistar Recife. Refugiaram-se, então, no interior da província, onde os combates continuaram, com os praieiros comandados pelo capitão Pedro Ivo. Em 1850, as forças imperiais venceram os rebeldes e prenderam Pedro Ivo. Enviado a uma fortaleza no Rio de Janeiro, ele conseguiu fugir para a Europa e morreu durante a viagem.

Pacificada a província, os presos políticos foram anistiados em 1852. Com o fim desta revolução, encerrou-se o período de agitações e lutas.

2. Apogeu (1850-1868)

A conciliação

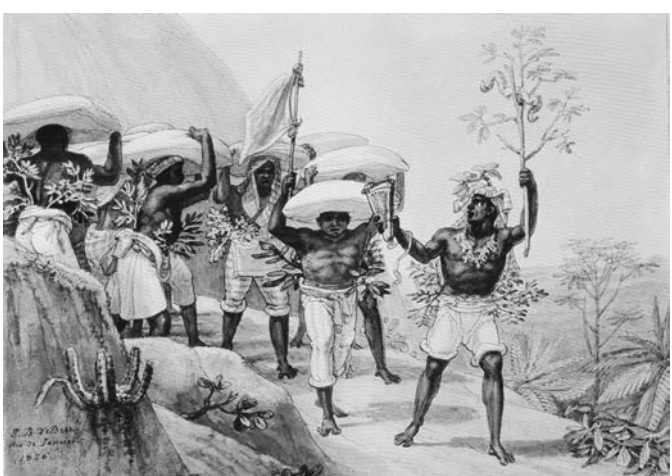
Embora liberais e conservadores se revezassem no governo, tinham os mesmos objetivos, pois representavam e defendiam os interesses da aristocracia rural. Em 1853, o Conselho de Ministros, chefiado pelo conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, foi constituído por políticos dos dois partidos. Começava, então, o período da conciliação política, que durou 15 anos.

Mas, em 1865, com o início da Guerra do Paraguai (1865), houve divergências entre membros das duas correntes políticas. Alguns liberais queriam ampliar o direito de voto, conseguir maior autonomia para as províncias e a abolição gradual da escravidão. As divergências cresceram quando D. Pedro II nomeou Duque de Caxias, que pertencia ao Partido Conservador (após o término da Farroupilha, fora indicado senador pelo Rio Grande do Sul) para o comando das tropas aliadas.

A expansão da lavoura do café

O café tem sua origem no leste do continente africano, mais especificamente na Etiópia. Entre os séculos XIII e XIV, foi introduzido no litoral ocidental da península da Arábia, junto do mar Vermelho. Há textos que informam ser essa bebida apreciada em Veneza, no século XVI. Dois séculos depois, era plantado na Guiana Francesa. Em 1727, o sargento Francisco de Melo Palheta, que fora a essa colônia francesa para demarcar a fronteira com o Brasil, trouxe algumas mudas e grãos para a província do Grão-Pará. Aos poucos, seu cultivo se alastrou pelo litoral brasileiro. Há informações sobre plantações no Rio de Janeiro, em 1771.

103



Carregadores de café a caminho da cidade, aquarela sobre papel, 15,9 x 22cm, J.B. Debret, 1826

Foi no começo do século XIX que a cafeicultura cresceu rapidamente. Cultura itinerante, após alcançar a Baixada Fluminense, penetrou no Vale do Paraíba e na Zona da Mata, em Minas Gerais. Na metade do século, o Vale do Paraíba paulista se tornava o maior produtor, devido às boas condições do solo e do clima. Devido ao uso incorreto do solo, a fertilidade das terras decaiu, e o grande plantio do café se deslocou para o oeste de São Paulo, onde hoje se localizam as cidades de Campinas e Ribeirão Preto. Ali ele encontrou o solo mais apropriado: a terra roxa. A produtividade cresceu e os lucros, em decorrência dos altos preços no mercado internacional, multiplicaram-se. A classe dos cafeicultores do oeste paulista passou a ser muito importante.

O Brasil atingiu a posição de maior produtor e exportador mundial de café. Chegou a representar, em 1850, aproximadamente metade do valor das exportações brasileiras.

Saiba

PRODUÇÃO DE CAFÉ

Década	Quantidade (sacas de 60 kg)
1821-1830	3.178
1831-1840	10.430
1841-1850	18.367
1851-1860	27.339
1861-1870	29.103
1871-1880	32.509
1881-1890	51.631

Fonte: PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965. p.164.

A mão de obra nos cafezais era a escrava negra, seja originária da África (aumento do tráfico negreiro para o porto do Rio de Janeiro), seja deslocada do nordeste, dos velhos canaviais em declínio (tráfico interno).

Tendo em vista a pressão internacional para pôr fim ao tráfico internacional de escravos, em especial a da Inglaterra, alguns cafeicultores procuraram alternativas. Uma das mais conhecidas foi a do senador Vergueiro. Na década de 1840, ele introduziu em sua fazenda Ibicaba, na região de Limeira (SP), três mil colonos de língua alemã. O senador Vergueiro financiava a viagem e outros custos, que depois seriam descontados do pagamento dos colonos. A relação entre o proprietário e os colonos era de parceria. Os colonos cultivavam o café. O produto era vendido e, subtraídas as

despesas, o lucro da venda do café era repartido entre o fazendeiro e os imigrantes. Além disso, uma área da fazenda era destinada aos imigrantes para o cultivo de produtos destinados a sua subsistência.


104

Fazenda do senador Vergueiro, em Ibicaba

O sistema de parceria fracassou, pois, além de as terras para a cultura de subsistência serem pouco apropriadas, os colonos tinham de adquirir instrumentos, roupas e outras mercadorias no armazém do proprietário, a preços bem mais elevados. Também era comum os colonos serem punidos fisicamente a mando do proprietário, embora não fossem escravos. Em 1857, explodiu uma grande revolta. Diversos governos alemães proibiram a imigração para o Brasil.

O governo imperial aceitou os protestos e determinou mudanças no comportamento dos proprietários. Nas décadas seguintes, começava a grande imigração europeia para o Brasil, principalmente italiana, para a província de São Paulo.

Saiba

ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL

Período	Número
1840-1849	7.703
1850-1859	117.592
1860-1869	110.093
1870-1879	193.931
1880-1889	527.869
1890-1899	527.869

Fonte: DAWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977. p. 156.

A expansão da lavoura do café provocou:

a) superávit na balança comercial;
b) fundação de diversas cidades e crescimento de outras, como São Paulo;
c) construção de estradas de ferro para o transporte do café aos principais portos: Rio de Janeiro e Santos;
d) enriquecimento dos produtores e exportadores de café;
e) crescimento do comércio interno.

Mauá e a era das ferrovias no Brasil

Em 1825, era inaugurada na Inglaterra a primeira ferrovia, construída por George Stephenson, engenheiro que inventou a primeira locomotiva movida a vapor. Em algumas décadas, a Inglaterra e boa parte da Europa Continental foram tomadas pela febre da construção de ferrovias, em decorrência de sua eficiência como meio de transporte, de pessoas e de cargas.

O Brasil logo conheceu esse meio de transporte. O pioneiro na sua construção foi o empresário Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá. Em 1854, era inaugurada a primeira ferrovia no Brasil, ligando a capital imperial, Rio de Janeiro, a Petrópolis, na região serrana da província do Rio de Janeiro. Quatro anos depois, era a vez da Estrada de Ferro D. Pedro II (hoje conhecida como Central do Brasil). Mas foi na província de São Paulo que a rede ferroviária cresceu rapidamente, especialmente nas áreas de produção de café. Em 1868, a Estrada de Ferro São Paulo Railway, de capital inglês, ligava Jundiaí a Santos, então o maior porto exportador de café. Em 1873, a Ituana ligava Itu a Campinas; seguiram-se a Mogiana e a Sorocabana. No final do Segundo Império, havia no país cerca de dez mil quilômetros de linhas férreas.

Em decorrência das baixas tarifas alfandegárias sobre os produtos importados, o país tinha uma enorme dificuldade de se industrializar. A situação começou a se modificar em 1844. Necessitando de recursos financeiros para debelar a revolta Farroupilha, o ministro da Fazenda, Alves Branco, elevou as taxas alfandegárias. A taxa era de 30% sobre mercadorias estrangeiras indispensáveis e de até 60% sobre aquelas que tivessem similar ou se pudessem produzir no país.

Como os produtos importados ficaram mais caros, foram criadas condições favoráveis para um surto de industrialização. Além disso, a abolição do tráfico negreiro, em 1850, fez com que capitais nele aplicados ficassem disponíveis para investimento em outras atividades lucrativas. Ademais, a exportação de café provocava uma acumulação de capitais no país. Algumas

fábricas foram instaladas, como de fiação e tecelagem, metalúrgicas, de vestuário, de alimentos, de móveis.

O Barão de Mauá foi também o pioneiro da industrialização do Brasil. Entre suas realizações, destacaram-se:

a) estaleiros para construção de navios (72 navios, dos quais 15 foram usados na guerra contra o Paraguai);
b) usinas de fundição em Ponta da Areia, Niterói (RJ);
c) Companhia de Navegação a Vapor;
d) tubos de ferro para canalização;
e) cabo telegráfico submarino ligando o Brasil à Europa (1872);
f) fundação de bancos no Brasil (com filiais na Inglaterra, Uruguai e Argentina);
g) iluminação a gás do Rio de Janeiro.

Porém, Mauá enfrentou muitas dificuldades para implantar com sucesso seus projetos, principalmente pela falta de apoio do governo. D. Pedro II não simpatizava com ele. Mauá era um homem de mentalidade avançada, que se chocava com o conservadorismo dos latifundiários. Sem apoio, acabou indo à falência, e muitas das suas realizações fracassaram.

Outros produtos

Atingida pela concorrência das Antilhas (século XVII) e pela mineração (século XVIII), a produção de açúcar do litoral nordestino, no século XIX, conheceu um declínio ainda maior em decorrência da expansão da lavoura cafeeira na região sudeste (transferência de escravos) e da produção açucareira em Cuba (abastecia o mercado estadunidense). Os senhores de engenho, poderosos no período colonial, cediam lugar aos barões do café.

Se o conjunto do nordeste brasileiro vivia um declínio econômico, uma área era exceção: o sul da Bahia, na região de Ilhéus e Itabuna, o maior produtor e exportador de cacau. Produto nativo da América, era (e é) utilizado principalmente na fabricação de chocolate, manteiga e pomadas.

Em 1839, foi descoberto o processo de vulcanização da borracha, obtida do látex da seringueira. Cresceu enormemente a procura do leite da seringueira para a fabricação de pneus. Em 1860, foram exportadas 2.673 toneladas; dez anos depois, 6.561 toneladas; em 1890, 16.394. Centros de exploração do látex foram criados em vários locais da Amazônia. Era o ciclo da borracha. A cidade de Manaus enriqueceu e se

embelezou com a exportação do produto. É dessa época a construção de seu famoso teatro.

105



Teatro Amazonas, Manaus, Brasil

Na época colonial, o tabaco era cultivado em fazendas litorâneas do nordeste, para ser utilizado na troca por escravos africanos. No século XIX, com o surgimento da indústria do cigarro, ele passou a ser exportado para a Europa em grande volume. As principais plantações se concentravam na Bahia.

Política externa

Externamente, o Brasil teve problemas com a Inglaterra (tráfico negreiro e Questão Christie) e com os países da Bacia Platina (Uruguai, Argentina e Paraguai), cujo resultado principal foi a Guerra do Paraguai (1865 a 1870).

Problemas com a Inglaterra

Pelos tratados de 1810, o governo português estabelecido no Brasil havia se comprometido a acabar com o tráfico negreiro. Em 1831, uma lei regencial proibiu o tráfico. Na prática, como nada era feito, surgiu a expressão popular: "Só para inglês ver". Afinal, a classe dominante era proprietária de escravos e deles necessitava para o trabalho na lavoura e em outras atividades. A Inglaterra decidiu, então, jogar pesado. Em 1845, o Parlamento britânico aprovou uma lei (*Bill Aberdeen*), mediante a qual

a marinha inglesa estava autorizada a deter os navios negreiros e a julgar seus responsáveis. O tráfico negreiro passava a ser considerado pirataria. O comércio internacional de escravos negros tornava-se então uma atividade de alto risco.

Em 1850, o governo imperial cedeu. A Lei Eusébio de Queirós proibiu a importação de escravos. Os escravocratas da região sudeste encontraram soluções para suas necessidades de mão de obra. Inicialmente, o tráfico interno (do nordeste para o sudeste), mas, como o preço do escravo havia subido enormemente (lei da oferta e da procura) e a vida útil dele era curta, optou-se por outra solução: aumentar o estímulo à imigração europeia, em especial a italiana.

Questão Christie

Dois incidentes levaram o Brasil e a Inglaterra ao rompimento de relações diplomáticas. Em 1861, um navio mercante inglês afundou no litoral do Rio Grande do Sul. Parte de sua carga veio dar à praia, mas desapareceu. O embaixador inglês, William Christie, culpou o governo brasileiro pelo desaparecimento e exigiu indenização no valor de 3.200 libras. A tensão aumentou após a prisão, pela polícia brasileira, de três oficiais britânicos que, à paisana e embriagados, promoviam desordens na zona portuária do Rio de Janeiro. Para forçar o pagamento da indenização, os ingleses bloquearam o porto do Rio de Janeiro, onde cinco navios brasileiros foram apreendidos. A crise político-diplomática entre o Brasil e a Inglaterra teve a arbitragem do rei Leopoldo I, da Bélgica, que foi favorável à indenização exigida pelos ingleses. Feito o pagamento, a Inglaterra devolveu os navios, mas o governo imperial exigiu desculpas pela quebra da soberania brasileira. Elas foram negadas e o Brasil rompeu as relações diplomáticas, que foram restabelecidas somente em 1865, após a Inglaterra retratar-se.

Intervenções brasileiras na região platina

Formada principalmente pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, a Bacia Platina tinha (e tem) uma importância fundamental para o Brasil. No século XIX, era a principal via de acesso à província de Mato Grosso.

Por outro lado, havia grande instabilidade política na região.

Na Argentina, havia um conflito entre os latifundiários das províncias (que desejavam um Estado confederado) e os comerciantes de Buenos Aires (simpáticos a um Estado federalista, sob hegemonia da capital). Rosas, caudilho e militar, era ditador; ameaçava fechar a navegação platina. Na batalha de Monte Caseros, em 1852, tropas brasileiras, com o apoio de

navios ingleses e de opositores argentinos, derrotaram Rosas e colocaram no poder o general Urquiza.

No Uruguai, dois partidos políticos disputavam o poder: Blancos (simpáticos à Argentina) e Colorados (mais próximos aos brasileiros). Alegando ataques de caudilhos blancos a fazendas brasileiras, para saqueá-las, tropas brasileiras, comandadas por Caxias, colocaram no poder um colorado (1864).

A guerra do Paraguai (1864-1870)

Após a proclamação da independência do Paraguai, seu primeiro presidente, José Francia, que se autodenominou Ditador Perpétuo, optou pelo isolamento do país (1814-1840). Seu sucessor, Carlos Solano López, manteve o isolamento. Porém, Francisco Solano López, seu filho, ao assumir o poder em 1862, iniciou uma política de fortalecimento militar com o objetivo de formar o Paraguai Maior. Solano pretendia uma saída direta para o mar. Para isso, teria de incorporar o atual Mato Grosso do Sul, as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes e a região oeste do Rio Grande do Sul.

A intervenção brasileira no Uruguai colocara um colorado na presidência. Temendo dificuldades para a navegação paraguaia na região do Prata, Solano decidiu por uma guerra contra o Brasil e o Uruguai. Em novembro de 1864, ordenou o aprisionamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, nas proximidades de Assunção. A embarcação transportava o novo presidente da província de Mato Grosso. López proibiu a navegação de navios brasileiros no rio Paraguai. Seguindo sua política expansionista, determinou que tropas paraguaias atacassem fortes brasileiros em Mato Grosso e invadissem o oeste do Rio Grande do Sul. Pediu permissão ao governo argentino para atravessar seu território, permissão obviamente negada. Em consequência do desrespeito a sua soberania, a Argentina se aliou ao Brasil e ao Uruguai, formando a Tríplice Aliança.

A guerra foi longa em decorrência da capacidade militar do Paraguai e de sua localização. Foi o mais longo (1865-1870) e sangrento conflito na América do Sul. Na primeira fase, a iniciativa foi paraguaia, e ampliou seu domínio territorial. Posteriormente, os aliados contra-atacaram, primeiro sob o comando de generais argentinos e, depois, de brasileiros (Duque de Caxias). Importante papel teve a marinha brasileira, liderada pelo almirante Tamandaré.

O Paraguai, derrotado, perdeu boa parte de seu território e de sua população. Sua economia, arrasada, regrediu à situação de subsistência. O Brasil anexou parte do território paraguaio e garantiu a livre navegação na região. Porém, apesar de vitorioso, à semelhança da Argentina, o Brasil contraiu muitos empréstimos da Inglaterra. Além disso, o exército brasileiro, fortalecido, foi infiltrado de ideias republicanas.

A Guerra do Paraguai é um dos temas mais discutidos na historiografia brasileira.

3. Declínio (1868-1889)

A partir da metade do século XIX, o Brasil conheceu uma série de transformações econômicas (expansão da cafeicultura, surto de industrialização) e populacionais (fim do tráfico, imigração e urbanização). Novos grupos sociais, como os cafeicultores do oeste de São Paulo, desejavam ter uma participação mais ativa nas atividades políticas da nação. Incapaz de se adaptar às transformações, preso à tradição, o império definhava. Começou a perder o apoio dos grupos que o sustentavam, como os escravocratas. Foi incapaz de dar suporte ao surto de industrialização, que poderia modernizar o país.

O envelhecimento precoce do imperador colaborou para a crise. Sua imagem estava desgastada em decorrência do uso do Poder moderador. Dissolvia a câmara, nomeava presidentes das províncias e senadores (que eram vitalícios). Crescia na população um desejo de mudança.

Em 1870, acabou a Guerra do Paraguai. Embora tivesse trazido enormes prejuízos materiais e humanos à nação, ela serviu para reforçar os ideais republicanos. Nesse ano, uma cisão no Partido Liberal originou o Partido Republicano. Liderados por Quintino Bocaiuva, Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Silva Jardim e Benjamin Constant, os republicanos propunham o fim da monarquia e sua substituição por regime federalista.

Surgiram o primeiro jornal e o primeiro clube republicanos. Nesse mesmo ano, foi divulgado um Manifesto Republicano e fundado o primeiro Partido Republicano na capital do império. Três anos depois, na Convenção de Itu, na província de São Paulo, nascia o Partido Republicano Paulista, cujos membros eram principalmente cafeicultores do oeste da província. Os adeptos da república desejavam um governo democrático, com maior participação popular e descentralização administrativa.

Tradicionalmente, associa-se o declínio e a queda do império a três questões: a abolicionista, a religiosa e a militar.

Questão abolicionista

Com o fim do tráfico negreiro, em 1850, aumentou consideravelmente o preço dos cativos. Para os fazendeiros, não era mais vantagem investir na compra de escravos: sua vida útil era curta; a mortalidade era elevada, a natalidade baixa e, cada vez mais, as rebeliões e as fugas se multiplicavam. Brasil e Cuba (ainda colônia espanhola) eram os últimos países americanos a manter a escravidão. Mesmo assim, os escravocratas resistiam a acabar

com a escravidão, pois não queriam perder seu patrimônio. Afirmavam que, sem o braço escravo, a economia entraria em colapso.

A Inglaterra, necessitada de mercados, pressionava para que se liquidasse o regime escravocrata. Sociedades filantrópicas denunciavam a desumanidade desse regime, que não tinha mais sustentação moral.

No Brasil, multiplicavam-se as sociedades abolicionistas. Promoviam conferências e reuniões das quais participavam pessoas influentes, intelectuais e artistas. Vários jornais aderiram à campanha.

No dia 28 de setembro de 1871, a Assembleia aprovou a Lei do Ventre Livre (também conhecida como Lei Rio Branco, então chefe do gabinete), que declarava livre todo filho de escravo nascido a partir de então. Porém, até os oito anos ele deveria ficar com a mãe e sob os cuidados do senhor. A partir daí, o senhor poderia escolher entre receber uma indenização do governo ou utilizar a mão de obra desse filho liberto até a idade de 21 anos. Na prática, ele permanecia escravo.

Algumas províncias se adiantaram no processo abolicionista e libertaram os escravos: o Ceará, em 1883, e o Amazonas, no ano seguinte.

Em 1885, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos com mais de 65 anos. Era uma lei sem muito efeito, pois poucos deles alcançavam essa idade. Muitos historiadores interpretavam essa lei como sendo um meio de os proprietários de escravos se livrarem de uma pessoa economicamente inútil.

Em 1888, D. Pedro II estava na Europa para tratamento de saúde. A regência era exercida por sua filha e herdeira, a princesa Isabel. A Assembleia, no dia 13 de maio, aprovou a lei que punha fim à escravidão. Levada à regente no mesmo dia para promulgação e aplicação, ela é conhecida como Lei Áurea. Bastaram dois artigos para acabar com uma instituição secular.

Os grandes escravocratas, uma das bases sobre a qual se apoiava o império, reclamaram da perda de seu patrimônio. Queriam ser indenizados; não atendidos, afastaram-se da monarquia e aproximaram-se do Partido Republicano.

Libertados, os ex-escravos tiveram dificuldades de se adaptar à nova realidade. A sociedade branca, fortemente preconceituosa, discriminava os negros. Considerados membros de uma "raça inferior", enfrentavam fortes barreiras para sua ascensão social. Agravava o seu destino a concorrência dos trabalhadores imigrantes, brancos e com melhor qualificação profissional.

Muitos negros abandonaram as fazendas e estabeleceram-se nas cidades. Passaram a viver em cortiços ou nos morros, originando as favelas. Em geral, viviam da prestação de serviços, trabalhavam como

domésticos, como vendedores ambulantes etc. Uma boa parte caiu na mendicância.



Revista Ilustrada de 1880 sobre a campanha abolicionista. Arte por Angelo Agostini

Questão religiosa

Pela Constituição de 1824, o catolicismo era considerado religião oficial e subordinada ao Estado. As ordens, normas e bulas do papa só podiam ser aplicadas no Brasil se houvesse a aprovação do imperador. A ele cabia

a indicação dos clérigos que ocupariam os principais cargos (bispos, cardeais etc.), com a concordância da Igreja. Em consequência, o clero recebia emolumentos (salários) do Estado.

Em 1864, o papa, mais uma vez, condenou as atividades da maçonaria. Proibiu católicos de nela participar. Os maçons não poderiam receber assistência religiosa, frequentar as igrejas, nelas se casarem, nem serem enterrados em cemitérios a elas pertencentes. O papa determinou a punição de padres e membros das irmandades que não se afastassem das atividades maçônicas.

Dois bispos, o de Olinda e o de Belém, decidiram aplicar punições, sem consultar o imperador. Tendo os bispos se recusado a apresentar defesa de seus atos, foram presos, julgados e condenados. Foram posteriormente anistiados, mas a questão retirou do império o apoio do clero.

Questão militar

A guerra do Paraguai fez com que oficiais e soldados do exército brasileiro tomassem consciência de sua importância e passassem a reivindicar maior participação na política. Mas o regulamento das Forças Armadas era severo: proibia que seus membros discutissem problemas políticos e militares nos jornais. Mesmo assim, não foram poucos os que desobedeceram ao regulamento e criticaram os atos do governo pelos jornais.

Houve uma significativa adesão dos militares aos movimentos abolicionista e republicano. Oficiais se recusaram a recapturar escravos foragidos, considerando ser esse um assunto da polícia e não do exército.

Em decorrência de pronunciamentos políticos, militares como o marechal Deodoro da Fonseca e o tenente-coronel Sena Madureira foram punidos. Recorreram a Rui Barbosa, notável jurista e político baiano. Rui redigiu um duro protesto, cujo título era *Manifesto ao Parlamento e à Nação*. O imperador recuou e anulou as punições. Mas os atritos, cada vez mais numerosos, ganhavam projeção nacional.

E, com o passar dos anos, era maior o número de militares que aderiam ao movimento republicano. A ala dos jovens oficiais era fortemente influenciada pelas ideias do coronel Benjamin Constant, professor da Escola Militar e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Era um positivista. Acreditava que somente uma república, com um governo forte, que gozasse de popularidade, poderia promover o progresso.

Num clima de instabilidade política, D. Pedro II decidiu pela formação de um novo ministério, em junho de 1889, e para isso encarregou o liberal Visconde de Ouro Preto de organizá-lo.

4. A proclamação da república

No dia 9 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, durante uma importante reunião de oficiais do exército no Clube Militar, Benjamin Constant sugeriu que se derrubasse a monarquia, substituindo-a pela república. O imperador, envelhecido precocemente, acreditava que, embora houvesse oficiais republicanos, o exército, no seu conjunto, permanecia fiel à monarquia.

A capital imperial foi tomada por conspirações e boatos. Um deles informava que o imperador iria mandar prender os principais oficiais republicanos e Deodoro, embora ele fosse monarquista. O principal grupo de conspiradores deduziu que a implantação da república teria de ocorrer rapidamente, antes que o governo imperial dispersasse as principais lideranças republicanas. Mas, para que sua ação fosse bem-sucedida, era preciso ganhar o apoio de um alto oficial de grande prestígio. O escolhido foi o marechal Deodoro, o mais importante oficial do exército e amigo pessoal de D. Pedro II. Para convencê-lo, informaram que Ouro Preto, inimigo político do velho marechal, iria determinar sua prisão. Deodoro cedeu.



107

Proclamação da República, 1893. Óleo sobre tela, 123,5 x 198,5 cm, de Benedito Calixto

O golpe, marcado para o dia 20 de novembro, foi antecipado. Na manhã do dia 15 de novembro de 1889, no comando de tropas, Deodoro se posicionou em frente ao Ministério da Guerra, onde o gabinete parlamentar se reunia. O Visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros, ordenou que o marechal Floriano Peixoto os dispersasse, mesmo

que tivesse de usar da força. Porém, Floriano não obedeceu ao chefe do gabinete. Deodoro proclamou a deposição do ministério imperial, a queda do império e a implantação da república federativa. Não houve tiros, nem participação popular. Na verdade, foi um típico golpe de Estado. Ouro Preto telegrafou a D. Pedro II, que se encontrava em Petrópolis, pediu demissão e informou sobre os acontecimentos. À tarde, políticos na câmara municipal do Rio de Janeiro proclamaram solenemente a implantação da república. Ainda nesse dia, D. Pedro II recebia a notícia de que deveria deixar o Brasil, junto com toda a família imperial. Foram banidos. O velho ex-imperador morreria em Paris, dois anos depois.

Implantação e consolidação da república no Brasil

A República Velha (1889-1930), primeira parte do Período Republicano, subdivide-se em duas fases: República da Espada (1889-1894) e República Oligárquica (1894-1930). Proclamada a república, um grupo formado por civis e militares, sob a liderança de Deodoro, instituiu um governo provisório, que se estendeu até 24 de fevereiro 1891, quando a Assembleia Constituinte promulgou a primeira Constituição republicana, a segunda de nossa história, e elegeu o primeiro presidente da república. O grupo era heterogêneo, formado por representantes de diferentes correntes, que tinham em comum a oposição à monarquia. Destacavam-se, entre os civis, os representantes da cafeicultura do oeste de São Paulo.

O novo governo reconheceu a dívida externa, herdada do império, e se comprometeu a saldá-la nos prazos estabelecidos. Esse compromisso facilitou o seu reconhecimento internacional, especialmente dos países da América, na sua quase totalidade republicanos.

Por meio de decretos, o Governo Provisório:

a) extinguiu a Assembleia Imperial (formada pelo senado e pela câmara dos deputados) e o Conselho de Estado e baniu a família imperial;

b) instituiu a forma de governo republicana federativa, transformou as províncias em estados e o município neutro em distrito federal. A capital permaneceu sendo o Rio de Janeiro;

c) separou a Igreja católica e o Estado brasileiro, que se tornou laico. Assim, foi dada liberdade a todas as religiões;

d) instituiu o casamento civil. No império, a única forma de casamento reconhecida era aquela celebrada nas igrejas católicas;

e) concedeu a cidadania brasileira a todos os imigrantes que no prazo de seis meses não se manifestassem por escrito contrários a essa medida. Foi a grande naturalização. Procurava-se, com esse ato, conquistar o apoio dos imigrantes ao novo regime;

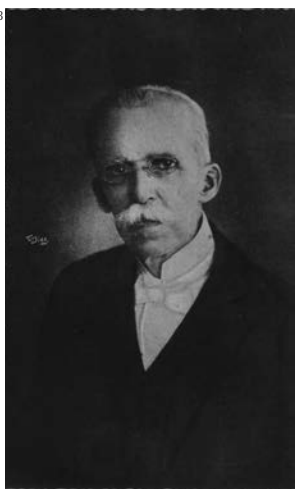
f) adotou, em 19 de novembro, uma nova Bandeira Nacional, com o lema positivista "Ordem e Progresso", e tornou oficial a música de Francisco Manuel da Silva como hino nacional. Somente em 1922, foi oficializada a letra atual, que é do poeta Joaquim Osório Duque Estrada;

g) convocou eleições, para setembro de 1890, para uma Assembleia Constituinte.

O encilhamento

Rui Barbosa, ministro da Fazenda, era um entusiasta da industrialização. Para promovê-la, permitiu a criação de alguns bancos emissores de papel-moeda. Assim, haveria disponibilidade de capital, o que estimularia a tomada de empréstimos (a juros baixos), que seriam transformados em investimentos nos negócios.

108



Rui Barbosa, jurista, diplomata, escritor e político brasileiro, 1921

Empresas eram criadas diariamente, e o Rio de Janeiro foi tomado por um grande entusiasmo comercial. Muitas firmas emitiam ações, para venda na bolsa de valores, a fim de se capitalizar. O entusiasmo popular era enorme. Havia uma crença generalizada de que o Brasil estava no caminho certo da modernidade e, muito breve, seria uma potência econômica. Os que compravam ações acreditavam que logo enriqueceriam. A especulação se generalizava.

Mas muitas empresas jamais foram instaladas. Seus proprietários transformavam ações em dinheiro e simplesmente desapareciam. Os donos de ações tentaram delas se livrar. Seu valor caía continuamente, até chegar a zero. Eram apenas papéis. A crise se agravou em 1890, quando se constatou que alguns bancos particulares, autorizados a emitir papel-moeda, fizeram-no sem que houvesse lastro-ouro. Ou seja, não tinham em seus cofres o valor em ouro suficiente para que se pudesse trocar o dinheiro por ele.

A quebradeira foi geral. A taxa de inflação, que já era alta, aumentou ainda mais e a crise financeira se manifestou abertamente. Os preços dos

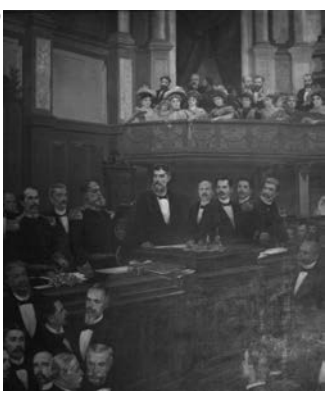
produtos e serviços subiram, prejudicando especialmente a camada pobre da população.

Essa política financeira do governo provisório recebeu o nome de *encilhamento*, que é o ato de apertar a sela do cavalo com uma cinta de couro, o que acontece pouco antes da largada de uma corrida no hipódromo. Nesse momento, a euforia toma conta dos apostadores, que acreditam que o seu cavalo preferido irá ganhar. A população do Rio de Janeiro fez, então, uma associação entre o comportamento dos apostadores no hipódromo e o comportamento dos investidores na bolsa de valores.

A primeira Constituição republicana

A Constituinte foi instalada em novembro de 1890, no Rio de Janeiro. Após três meses de trabalhos legislativos, a Constituição ficou pronta. Sua promulgação aconteceu em 24 de fevereiro de 1891.

109



Promulgada a primeira Constituição Republicana, assumem o poder os Marechais Manuel Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Óleo sobre tela de Aurélio de Figueiredo, 1891

Influenciados pela Constituição dos Estados Unidos da América, os constituintes optaram pelo regime republicano, federativo e presidencialista. Republicano, porque os governantes seriam escolhidos pelos eleitores e seus mandatos seriam temporários. Federativo, porque os estados-membros tinham autonomia para elaborar sua própria Constituição e suas próprias leis, porém deveriam respeitar a Constituição federal. Presidencialista, porque o Poder Executivo federal era exercido pelo presidente. Na hipótese de impedimento (viagem ou doença), ele seria substituído pelo vice-presidente.

Cada estado-membro era governado por um presidente e por uma Assembleia Legislativa.

Sob influência do filósofo iluminista Montesquieu, a Constituição estabelecia apenas três poderes:

a) *Legislativo*, exercido pelo Congresso Nacional, que compreendia o senado federal e a câmara dos deputados. Os senadores (representando

os estados, como atualmente) e os deputados federais (representando a população, como atualmente) eram eleitos diretamente;

b) *Executivo*, exercido pelo presidente, pelo vice-presidente e pelos ministros. O mandato do presidente durava quatro anos e ele não podia ser reeleito. Os ministros eram escolhidos e dispensados livremente pelo presidente;

c) *Judiciário*, exercido pelos juízes e tribunais federais. Havia nos estados os juízes e tribunais estaduais.

O direito de voto era exercido apenas pelos homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. Não era secreto, mas poucas pessoas podiam votar, pois a grande maioria da população era analfabeta.

Governo constitucional de Deodoro (1891)

Promulgada a Constituição, no dia seguinte o Congresso elegeu, como primeiro presidente e vice, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. As Disposições Transitórias da Constituição determinavam a eleição pelo Congresso do primeiro presidente e vice. Os primeiros anos da república foram denominados República da Espada, porque os dois primeiros presidentes eram militares. Coube a eles, com apoio de boa parte das forças armadas, impor a ordem no país e consolidar a nova forma de governo, a república.

Mas, nos meses seguintes, cresceu no Congresso, dominado pelos cafeicultores, a oposição a Deodoro. O presidente militar era politicamente inábil e muito autoritário. Em 3 de novembro, exasperado, Deodoro dissolveu o Congresso, por meio de um decreto, e colocou o país em estado de sítio. Houve uma oposição geral ao seu ato de força, especialmente dos florianistas e da marinha, cujos oficiais ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Isolado politicamente, doente e desgastado, o primeiro presidente da república renunciou. Em 23 de novembro, assumiu o vice-presidente Floriano Peixoto.

Governo de Floriano Peixoto (1891-1894)

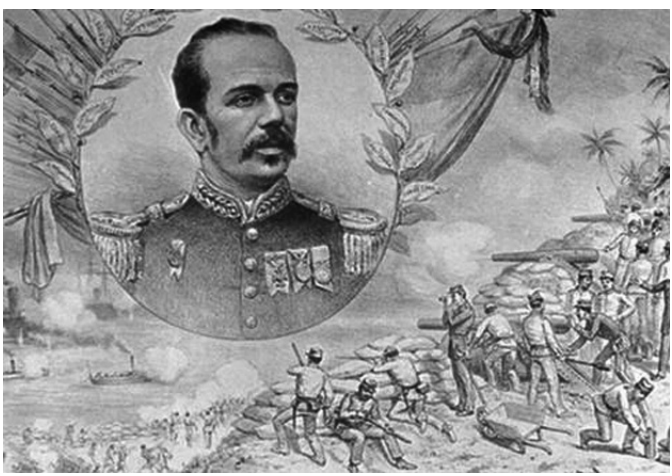
Na presidência, Floriano Peixoto decretou a reabertura do Congresso Nacional, suspendeu o estado de sítio e demitiu os presidentes de estado que haviam apoiado Deodoro. Em seu curto mandato, enfrentou duas revoltas:

a) Revolução Federalista (1893-1895), no Rio Grande do Sul, onde havia dois partidos em choque – os federalistas (ou maragatos), adeptos do regime parlamentar, e os republicanos (ou pica-paus), que pretendiam maior autonomia dos estados. Ambos eram chefiados por caudilhos

(fazendeiros que possuíam tropas particulares, formadas pelos peões) e disputavam o poder no estado. Essa guerra civil foi intensa e muito violenta. Houve a degola mútua de centenas de prisioneiros. O governo federal se aliou aos republicanos e bateu os maragatos, que se refugiaram em Desterro, nome da então capital de Santa Catarina. Ali seriam novamente derrotados.

b) Revolta da Armada (1893-1894). A marinha era uma instituição fortemente monarquista, em decorrência da influência inglesa. O almirante Custódio de Melo, que ambicionava ser presidente, afirmava que Floriano deveria ter convocado eleições para a presidência. O texto constitucional determinava que, se um presidente não cumprisse metade do seu mandato, o vice, ao assumir, deveria convocar novas eleições. E Deodoro havia ficado na presidência (como presidente constitucional) apenas nove meses. Floriano se defendia, alegando que as Disposições Transitórias estabeleciam a eleição indireta dos primeiros presidente e vice para um mandato de quatro anos. Navios rebeldes da marinha, ancorados na Baía de Guanabara, bombardearam a capital federal. Mas foram contra-atacados pelos canhões das fortalezas do exército, leais ao presidente. Incapazes de derrotar os florianistas, os navios rebeldes navegaram para o sul e tomaram Desterro, capital de Santa Catarina, onde se uniram aos federalistas.

110



Marechal Floriano Peixoto e a Revolta da Armada, em bico de pena de Angelo Agostini, na revista *D. Quixote*, de 29 de junho de 1895

Nesse meio tempo, o governo de Floriano comprou diversas belonaves e iniciou uma contraofensiva. Os rebeldes foram vencidos e Desterro, ocupada pelas tropas federais, teve seu nome mudado para Florianópolis.

Por ter pacificado o país, consolidado a república e mantido a unidade territorial, Floriano Peixoto passou à história como Marechal de Ferro.

Em 15 de novembro de 1894, Floriano passou o poder ao presidente eleito por votação direta, o cafeicultor paulista Prudente de Morais, o primeiro presidente civil a governar o país. Iniciava-se, então, a República Oligárquica, também conhecida como República dos Cafeicultores.

Teste seu saber

1. **"O partido que sobe entrega o programa de oposição ao partido que desce e recebe deste o programa do governo."**
   Esta frase de um político contemporâneo ao Segundo Reinado caracteriza a vida político-partidária deste período. Em relação aos partidos políticos do Segundo Reinado, é correto afirmar:
   a) Política e economicamente, as ideias dos liberais e dos conservadores eram antagônicas.
   b) Os conservadores representavam os interesses da aristocracia agrária; os liberais, dos comerciantes urbanos.
   c) A ameaça à ordem social provocava profundos antagonismos entre os dois grupos políticos.
   d) Como o ideal de conciliação era a regra na vida política do país, os partidos pouco se diferenciavam na prática.

2. **Sobre os partidos e as eleições no Segundo Império, assinale a alternativa falsa.**
   a) O voto era censitário, ou seja, votavam apenas os que tinham grande renda anual.
   b) O voto era secreto e exclusivamente masculino.
   c) Os liberais apoiavam a descentralização; os conservadores, a centralização.
   d) O partido no poder sempre ganhava as eleições.

3. **Sobre a consolidação do Segundo Império, é correto afirmar que:**
   a) Foi beneficiada pela expansão da cafeicultura.
   b) A região mais dinâmica economicamente nessa fase era o Nordeste, tradicional região produtora de açúcar.
   c) A consolidação foi interrompida pela Revolução Liberal de 1848.
   d) A Guarda Municipal liquidou com as revoltas liberais de 1848.

4. **Leia atentamente a seguinte frase de um parlamentar do Segundo Império:**
   "Tomando em consideração a conveniência de dar ao ministério uma organização mais adaptada às condições do sistema representativo, hei por bem criar um Presidente do Conselho de Ministros." Ela se refere:

a) às revoluções liberais de 1848.
b) à reação centralizadora.
c) à Instituição do Parlamentarismo.
d) à Revolução Praieira.

5. **Durante o Segundo Reinado, o governo se caracterizou pela alternância no poder dos partidos Liberal e Conservador. Mas, entre 1853 e 1858, houve uma exceção. Qual o nome dessa política e o que ela significava?**
   a) Conciliação, em que a administração do país foi exercida pelos liberais e conservadores.
   b) Transição, na qual a administração foi exercida pelos republicanos.
   c) Coligação, uma união entre os liberais e os conservadores.
   d) Unificação, na qual os dois partidos principais, Liberal e Conservador, uniram-se.

6. **Sobre a Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, entre 1848 e 1850, é correto afirmar:**
   a) O sentimento antilusitano, que havia provocado revoltas na província em 1817 e 1824, havia desaparecido.
   b) O governo da província era exercido apenas pelos conservadores.
   c) Os rebeldes se opunham ao Poder Legislativo, instrumento do domínio político-administrativo do imperador.
   d) Ela encerra o ciclo de revoltas começado na fase regencial.

7. **"Gradativamente, a produção (de café) concentrada no Vale do Paraíba entrou em decadência. Antes da Proclamação da República, o chamado Oeste paulista superara a região do vale como grande centro produtor."**
   Esse trecho, de uma obra do historiador Boris Fausto (*Pequenos ensaios de história da República* - 1889/1945), aborda o deslocamento da lavoura cafeeira. Qual alternativa não está correta.
   a) A imigração europeia, especialmente de italianos.
   b) O predomínio de pequenas propriedades cuja produção estava voltada à exportação.
   c) A maior fertilidade do solo ("terra roxa").
   d) A expansão da rede ferroviária.

8. **O "Bill Aberdeen", aprovado pelo parlamento da Inglaterra em 1845, estabelecia:**
   a) o direito de apresamento dos navios negreiros.
   b) a extinção da escravidão no Império Britânico.
   c) a abolição da escravidão no Brasil.
   d) a proibição do tráfico acima da linha do equador.

9. **Na metade do século XIX, introduziu-se na lavoura cafeeira o "sistema de parceria". Mas, esse sistema fracassou. Assinale, entre as alternativas a seguir, uma das razões que explicam esse fracasso.**
   a) Os imigrantes não se adaptaram ao trabalho nas lavouras de café, devido ao seu alto nível técnico.
   b) Os imigrantes não se adaptaram ao clima da região e preferiram retornar ao seu país de origem.
   c) Os imigrantes viviam em um regime de semiescravidão, devido às condições contratuais estabelecidas pelos fazendeiros.
   d) O governo imperial suspendeu todo o auxílio financeiro à imigração.

10. **Na fase do apogeu do Segundo Império, houve no Brasil uma expansão e uma diversificação das atividades econômicas. Que fatores correspondem a essa afirmação?**
    a) alta internacional dos preços do café, extinção do tráfico negreiro e melhoria no sistema de transportes e comunicação.
    b) alta internacional dos preços do café, construção de estradas de ferro e expansão do tráfico negreiro.
    c) a imigração, a extinção do tráfico negreiro e o declínio da mineração do ouro.
    d) modernização dos estaleiros, valorização da mão de obra imigrante e extinção das taxas alfandegárias.

11. **A substituição do trabalhador negro pelo imigrante na lavoura de café do Oeste Paulista foi determinada, principalmente:**
    a) pelo encarecimento do preço do escravo após a extinção do tráfico.
    b) pela inadaptabilidade do negro ao clima subtropical.
    c) pela proibição do tráfico interprovincial.
    d) pela política oficial de embranquecimento da população brasileira.

12. **A revolta dos colonos imigrantes na fazenda de Ibicaba, em Limeira, propriedade do senador Vergueiro, teve como uma de suas causas:**
    a) O endividamento dos imigrantes, obrigados a adquirir suas necessidades a preços mais elevados nos armazéns do proprietário da fazenda.
    b) A proibição de cultivar alimentos para sua subsistência, imposta pelo proprietário.
    c) O fim do apoio financeiro do governo imperial.
    d) O fim do tráfico negreiro.

13. **Assinale a alternativa que não foi consequência da economia cafeeira.**
    a) Aparelhamento do porto de Santos.
    b) Expansão dos transportes ferroviários, principalmente na província de São Paulo.
    c) Ocupação demográfica do Oeste paulista.
    d) Deslocamento da capital imperial de Salvador para o Rio de Janeiro.

14. **A Lei Eusébio de Queirós, de 1850, teve uma consequência imediata. Indique-a.**
    a) A elevação do preço do escravo no mercado interno.
    b) A crise de mão de obra na exploração da mineração em Minas Gerais.
    c) Declínio acentuado na lavoura da cana-de-açúcar no Nordeste.
    d) Deslocamento de capitais do Brasil para a Europa.

15. **O Barão de Mauá é considerado o pioneiro da industrialização no Brasil, mas sua obra não trouxe os resultados desejados de imediato em virtude:**
    a) da falta de apoio do governo imperial, pois não gozava da simpatia do imperador.
    b) das altas taxas alfandegárias que encareciam a importação de matéria-prima.
    c) da carência de mão de obra especializada.
    d) da baixa renda dos imigrantes.

16. **Nas últimas décadas do século XIX, as exportações brasileiras conheceram uma importante modificação. Embora o café continuasse dominante, dois novos produtos agrícolas se destacavam:**
    a) borracha e tabaco.

b) cacau e algodão
c) tabaco e algodão.
d) borracha e cacau.

17. Sobre a chamada "Questão Christie", é correto afirmar que:
a) A prisão de oficiais britânicos embriagados e à paisana iniciou o processo que levaria ao rompimento de relações entre o Brasil e a Inglaterra.
b) Os ingleses exigiram indenização pela prisão de seus dois oficiais.
c) As relações entre os dois países ficaram estremecidas desde a aprovação da Lei Aberdeen.
d) Por não ter recebido a indenização exigida, a Inglaterra rompeu relações diplomáticas com o Império Brasileiro.

18. Durante o Segundo Império, o Brasil realizou diversas intervenções na região platina. Qual objetivo não corresponde a elas?
a) Garantir o equilíbrio político na região.
b) Assegurar a livre-navegação nos rios da Bacia Platina.
c) Ter livre acesso à província do Mato Grosso.
d) Aliar-se ao Paraguai contra as ambições da Argentina.

19. Sobre as questões platinas, não é correta a proposição:
a) Na Argentina havia um grave conflito político entre os adeptos de um Estado Confederado e um Estado Federalista.
b) No Uruguai, os "blancos" eram simpáticos ao Brasil; os "colorados", à Argentina.
c) Ao intervir na política uruguaia, o governo imperial colocou no poder um blanco.
d) O general e caudilho argentino Rosas foi derrotado por uma aliança de brasileiros e oposicionistas argentinos, com o apoio da Inglaterra.

20. Um dos objetivos do Império na sua política platina era:
a) Combater as pretensões expansionistas do presidente paraguaio Solano López.
b) Apoiar a reconstituição do Vice-Reino de Buenos Aires.
c) Monopolizar a navegação na Bacia Platina.
d) Garantir o governo de Oribe no Uruguai.

21. Sobre os presidentes paraguaios, no século XIX, faça a associação:

a) José Francia ( ) política de fortalecimento militar.
b) Carlos López ( ) primeiro presidente pós-independência.
c) Solano López ( ) manteve a política de isolamento.

22. Entre as alternativas que se seguem, há apenas uma correta. Assinale-a:

a) Solano López tinha por objetivo garantir ao Paraguai uma saída direta para o mar.
b) Um colorado "pró Argentina" na presidência do Uruguai colocaria em risco o objetivo maior de Solano López.
c) Ferindo um direito já estabelecido, Solano proibiu o uso do rio Paraguai por navios brasileiros.
d) Para alcançar o Uruguai, as forças paraguaias tiveram de atravessar o Rio Grande do Sul.

23. Das proposições abaixo sobre as consequências para o Brasil da Guerra do Paraguai, qual é a única errada?

a) A guerra contra a nação paraguaia acarretou para o Brasil uma redução considerável em sua dívida externa.
b) Apesar de vitorioso na guerra, o exército brasileiro sofreu um enfraquecimento político.
c) Cresceu no Brasil o movimento republicano.
d) O Brasil manteve o direito de livre navegação na Bacia Platina, mas perdeu parte de seu território.

24. Vários foram os motivos do desgaste político do Segundo Império. Qual dos arrolados abaixo não é correto?

a) As transformações socioeconômicas que modernizavam o país.
b) O Império era associado a uma forma arcaica e tradicional de governo.
c) A existência do Poder Moderador, que limitava a independência dos demais poderes.
d) A associação do imperador a atos corruptos.

Descomplicando a História

O parlamentarismo brasileiro apresentava uma grande diferença em relação ao inglês. Indique-a.

a) Separação entre as funções do chefe de governo e do chefe de Estado.
b) No Brasil, o chefe de Estado também era o chefe de governo.
c) Ao contrário da Inglaterra, onde o chefe de governo era escolhido pelo Parlamento, no Segundo Império brasileiro ele era indicado pelo imperador.
d) No Brasil, cabia ao imperador a escolha dos demais ministros.

Comentário:

A Constituição do Império colocava todo o poder nas mãos do imperador (era seu direito o uso do Poder Moderador). Mas o exemplo do parlamentarismo britânico e o desejo de preservar politicamente o monarca levaram à criação, em 1847, do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, escolhido pelo imperador. Se o ministério não tivesse maioria parlamentar, a Câmara era responsável, convocando-se novas eleições. O imperador podia também destituir o Presidente do Conselho e todo o ministério e nomear como Primeiro-Ministro o chefe de partido que estava na oposição. Portanto, a alternância no poder era feita de cima (imperador) para baixo (Câmara). Por isso era conhecido como "parlamentarismo às avessas". **Alternativa correta**: c.

18 A Primeira Guerra Mundial e a ascensão do fascismo

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

A partir de 1871 (fim da Guerra Franco-Prussiana), a Europa Ocidental não conheceu nenhum grande conflito. Foi um longo período de paz. Afinal, os países, em processo acelerado de industrialização, disputavam mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas, o que os levou à partilha da África e da Ásia (imperialismo ou neocolonialismo). A Conferência de Berlim (1884-1885) estabeleceu normas para evitar conflitos entre as potências imperialistas, mas não eliminou rivalidades e tensões.

Nas últimas décadas do século XIX, a Europa viveu um período de paz frágil. Alguns fatos e crises a levariam a um conflito inimaginável até então, pela sua duração e seus efeitos. Sentimentos nacionalistas e rivalidades político-econômicas foram o estopim da Primeira Grande Guerra.

Na França, a humilhante derrota na guerra franco-prussiana originou um profundo sentimento revanchista contra a Alemanha. Perdera as províncias da Alsácia e Lorena e fora obrigada a pagar elevada indenização de guerra ao Império Alemão. No Império Austro-Húngaro, que abrigava diversos povos, cada vez mais as minorias étnicas almejavam alcançar a autonomia política. Esse desejo era especialmente forte entre os eslavos (tchecos, eslovacos, poloneses, eslovenos, croatas). Esse sentimento era estimulado pela Rússia, que se considerava a pátria-mãe de todos os povos eslavos, mas enfrentava problemas em seus domínios: nos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) e na região habitada pelos poloneses o desejo de independência política era muito forte.

A necessidade de manter seus domínios territoriais (dentro e fora da Europa) e de demonstrar seu poderio militar, para desestimular qualquer possibilidade de ataque por parte de países rivais, causaram uma corrida armamentista. Aumento dos efetivos militares, extensão da duração do serviço militar obrigatório, aparelhamento das forças armadas, ampliação da marinha de guerra, construção de fortalezas e bases militares, investimentos em pesquisas para desenvolvimento de novos armamentos, grandes manobras militares são alguns exemplos dessa obsessão, justificada pela

frase: "Se desejas a paz, prepara-te para a guerra". As despesas militares cresciam rapidamente nos orçamentos governamentais.

Sistema de alianças

Para dissuadir a França de um ataque ao Império Alemão, o chanceler Bismarck desenvolveu esforços para construir uma rede de alianças. Era preciso dar segurança às fronteiras a leste da Alemanha para que ela não tivesse de enfrentar um ataque simultâneo a ocidente e a oriente. Em 1873, foi assinada uma aliança com o Império Russo. Em 1879, o chanceler estabeleceu com a Áustria um acordo secreto de apoio mútuo em caso de ataque russo. A diplomacia de Bismarck alcançou seu apogeu em 1882, com o Tratado da Tríplice Aliança, formada por Alemanha, Áustria e Itália, também conhecido como Tratado dos Impérios Centrais. No caso de algum país da Tríplice Aliança ser atacado, os demais o auxiliariam.

Porém, com a morte do imperador alemão Guilherme I e a ascensão de seu filho, Guilherme II, ao trono, o "sistema bismarquiano" ruiu. O novo imperador, vaidoso e personalista, decidiu ser o efetivo governante do Império Alemão. Dispensou o velho chanceler, mas fez crescer o antagonismo contra a Alemanha. Em oposição à Tríplice Aliança surgiu, em 1907, a Tríplice Entente (Tríplice Acordo), formada por Inglaterra, França e Rússia. A Inglaterra temia a concorrência econômica da Alemanha; a França estava dominada pelo revanchismo; e a Rússia apoiava o pan-eslavismo (união de todos os povos eslavos).

Embora houvesse interesses que os aproximassem, havia também, dentro de cada bloco, fortes rivalidades e antagonismos:

a) a Itália desejava incorporar territórios que, habitados por italianos, estavam sob soberania austríaca (regiões de Trieste e Alto-Ádige, que os austríacos denominavam Sul-Tirol);

b) a França e a Inglaterra criticavam o absolutismo do czar da Rússia;

c) a França e a Inglaterra tinham rivalidades coloniais.

No começo do século XX, algumas crises envolvendo as potências europeias levariam a um grande conflito, como veremos a seguir.

a) Crise marroquina – A França desejava incorporar o Marrocos, país norte-africano, aos seus domínios coloniais. A Alemanha se opunha. Para testar a aliança anglo-francesa, Guilherme II, transportado por um cruzador, desembarcou em Tanger (Marrocos). Para evitar um conflito militar, houve uma conferência reunindo as grandes potências europeias. Ficou decidido que o Marrocos seria um protetorado da França e, como compensação, a Alemanha receberia uma parte do Congo

francês. O episódio aumentou, ainda mais, a rivalidade franco-alemã e consolidou a aliança anglo-francesa.

b) Guerras balcânicas – O outrora poderoso Império Turco-Otomano estava em acelerado declínio. Pejorativamente denominado "a enferma do Levante", ele ainda dominava territórios na península Balcânica ambicionados por diversos países, em especial a Sérvia, a Grécia e a Bulgária. Por outro lado, Áustria e Rússia desejavam ampliar seus domínios e influência na região. A Áustria pretendia o litoral do mar Adriático, como compensação pela perda de Veneza; a Rússia, assegurar uma saída marítima do mar Negro para o Mediterrâneo. Por seu lado, a eslava Sérvia desejava construir a Grande Sérvia, com o apoio da Rússia. Almejava uma saída para o mar Adriático. Houve duas guerras localizadas. Na primeira, em 1912, a Turquia foi derrotada por uma aliança entre Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro. Perdeu quase todos os territórios no continente europeu. Como a Bulgária e a Sérvia não se entenderam na partilha dos territórios, ocorreu um novo conflito em 1913. A Sérvia ampliou seus domínios.

c) Crise na Bósnia-Herzegovina – No começo do século XX, essa província eslava era administrada pelo Império Austro-Húngaro, embora fosse uma província turca. Os austríacos decidiram incorporá-la, e realmente o fizeram em 1908. Com o apoio da Rússia, a Sérvia protestou, pois pretendia anexá-la para formar a Grande Sérvia. Nesse ambiente tenso, ocorreu um atentado na cidade de Sarajevo, capital da Bósnia. No dia 28 de junho de 1914, foram assassinados o arquiduque Francisco Ferdinando, príncipe herdeiro do trono austríaco, e sua esposa. O assassino foi um estudante de origem sérvia, chamado Gavrilo Princip. Ele pertencia à Mão Negra, uma sociedade secreta que lutava contra o domínio austríaco nos Bálcãs e recebia o apoio da Sérvia. Gavrilo pretendia libertar os eslavos do sul da dominação austríaca.

Início do conflito

Responsabilizando a Sérvia pelo atentado e desejando eliminar suas ambições, a Áustria enviou-lhe um ultimato: exigia que fossem proibidas todas as sociedades antiaustríacas e que policiais austríacos fizessem investigações para prender outros envolvidos em território sérvio. A Sérvia recusou o ultimato, pois sua aceitação significaria o fim da sua soberania. A Áustria, então, declarou-lhe guerra no dia 28 de julho de 1914. No dia seguinte, a Rússia, aliada da Sérvia, mobilizou suas tropas para eventual ataque ao Império Austro-Húngaro. A Alemanha, aliada da Áustria, exigiu do governo russo a desmobilização, o que lhe foi

negado. No dia 1º de agosto, a Alemanha declarou guerra à Rússia e, dois dias depois, à França.

111



Arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria-Hungria e sua esposa, Sophie, condessa von Chotek, pouco antes de seu assassinato, em Sarajevo, Bos.-Her., 28/6/1914

Para derrotar rapidamente a França e evitar uma guerra em duas frentes, no dia 4 de agosto tropas alemãs invadiram a Bélgica, uma nação neutra. Usando como pretexto o desrespeito à neutralidade belga, a Inglaterra, no dia 5 de agosto, declarou guerra à Alemanha.

Assim, em uma semana, boa parte da Europa mergulhava num conflito extremamente sangrento e mais duradouro do que se esperava.

A guerra

A Alemanha precisava derrotar rapidamente o exército francês na frente ocidental, para depois deslocar suas tropas para a frente oriental. Por isso, teve de invadir a Bélgica e tentar envolver as tropas francesas (guerra de movimento). Os cálculos do estado-maior alemão previam que a guerra duraria seis semanas. Mas, após os primeiros triunfos, as tropas aliadas anglo-francesas obrigaram os alemães a recuar (Batalha do Marne, setembro de 1914). A partir de então, a frente ocidental se estabilizou e teve início uma longa guerra de trincheiras.

Na frente oriental, numeroso, mas malpreparado, o exército russo não conseguia vencer os alemães, e os sérvios resistiam ao avanço dos

austríacos. Temendo uma vitória russa, a Turquia aliou-se à Alemanha. Em 1915, a Itália, neutra até então, decidiu participar do conflito, mas ao lado dos países da Entente. Recebera a promessa de incorporar os "territórios austríacos habitados por italianos". A expressão "bloco dos aliados" passou a ser usada para identificar os países que lutavam contra a Tríplice Aliança, que contava com a participação da Turquia e da Bulgária.

112



Infantaria australiana usando máscaras anti-gás perto de Zonnebeke, 27/9/1917

Para acabar com a guerra na frente ocidental, em 1916 a Alemanha desencadeou uma grande ofensiva (Batalhas de Verdun e Somme). Mas os aliados alcançaram uma grande vitória. Na batalha do Somme foram utilizados, pela primeira vez, tanques de guerra, fabricados pelos ingleses.

Em maio de 1916, deu-se uma grande e única batalha naval entre as esquadras alemã e inglesa, perto da península dinamarquesa da Jutlândia. Embora o resultado da batalha fosse indefinido, a partir dela os alemães não tiveram como reverter a superioridade naval inglesa.

Desde o início do conflito, os ingleses haviam declarado o mar do Norte zona de guerra. Assim, bloqueado seu litoral, a Alemanha era impedida de receber matérias-primas de outros continentes. Em represália, a Alemanha declarou zonas de guerra as águas em torno da Inglaterra. O bloqueio alemão prejudicou os interesses econômicos dos Estados Unidos, que mantinham grande comércio com França e Inglaterra.

As crises de 1917

Dois acontecimentos, decisivos para a evolução do conflito, tiveram lugar no ano de 1917: a saída da Rússia e a entrada dos Estados Unidos na guerra.

1) Saída da Rússia: o esgotamento dos soldados e a oposição da população em relação à permanência do país no conflito provocaram, em fevereiro, a queda do regime czarista. Mas o novo governo optou por

continuar na luta. Em outubro, outra revolução levou os comunistas ao poder. Chefiada por Lênin, a Rússia assinou com a Alemanha uma paz em separado, o Tratado de Brest-Litovsk (1918). Por ele, a Rússia perdia a Estônia, a Lituânia, a Letônia, a Ucrânia e a Finlândia, além de ceder terras à Alemanha. Mas alcançava a paz. A saída da Rússia renovou a esperança de vitória entre os alemães. Afinal, eles poderiam concentrar todas as suas tropas na frente ocidental e derrotar os anglo-franceses.

2) Entrada dos Estados Unidos: os ataques de submarinos alemães a navios estadunidenses, que transportavam armas e alimentos para a Inglaterra, influenciaram a opinião pública norte-americana, até então contrária à entrada de seu país na guerra. O presidente Wilson havia, inclusive, elaborado um programa pelo qual os países em luta chegariam a uma paz "sem vencidos nem vencedores". Esse programa ficou conhecido como "os 14 pontos de Wilson". Mas, tendo em vista os ataques alemães, Wilson enviou uma mensagem ao Congresso propondo declaração de guerra. Em 6 de abril de 1917, ela foi aprovada. Meses depois, começava o desembarque dos primeiros soldados estadunidenses na Inglaterra.

Saiba

Os "14 pontos de Wilson"

1) Abolição da diplomacia secreta, ou seja, todos os acordos internacionais deveriam ser negociados publicamente entre as nações e não conter cláusulas ocultas.

2) Plena liberdade de navegação.

3) Eliminação das barreiras econômicas entre as nações.

4) Limitação dos armamentos nacionais ao nível compatível com as necessidades de segurança.

5) Ajuste parcial das pretensões imperialistas, levando em conta os interesses dos povos dominados.

6) Retirada dos alemães do território russo.

7) Restauração da independência da Bélgica.

8) Devolução da Alsácia-Lorena à França.

9) Redefinição das fronteiras italianas, de acordo com linhas divisórias de nacionalidades bem perceptíveis.

10) Autonomia dos povos sob controle da Áustria-Hungria.

11) Restauração da Romênia, de Montenegro e da Sérvia, assegurando aos sérvios saída ao mar.

12) Autonomia dos povos submetidos ao domínio turco.

13) Criação de uma Polônia independente e com acesso ao mar.

14) Criação de uma Sociedade ou Liga das Nações.

Fonte: RODRIGUES,Luiz César B. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo/Campinas: Atual/Editora da UNICAMP, 1986. p. 57-8.

A participação dos Estados Unidos foi decisiva para a derrota dos impérios centrais. Os soldados alemães não suportaram a ofensiva aliada, com soldados bem-equipados e alimentados. Além disso, a capitulação de Bulgária, Turquia e Áustria-Hungria deixou a Alemanha sozinha na luta. Revoluções ocorreram em todo o país, fato que provocou a queda da monarquia e sua substituição pela república, proclamada em Berlim no dia 9 de novembro de 1918. O imperador Guilherme II refugiou-se na Holanda.

Sem que a Alemanha houvesse sido invadida, os novos governantes foram convencidos pelos comandantes militares a assinar um armistício, aceitando todas as condições impostas pelos aliados – o que de fato aconteceu em 11 de novembro de 1918, dia do fim da Grande Guerra.

Tratados de paz

No começo de 1919, representantes dos países vencedores e vencidos reuniram-se em Versalhes, próximo a Paris. Os alemães pensavam que a base das negociações seriam os "14 Pontos de Wilson", mas, em vez de discussões e negociações entre os representantes, ocorreu uma imposição (*diktat*) de enormes exigências aos países vencidos. Os delegados dos países vencidos não participaram das decisões. Foram chamados apenas para assinar os tratados.

Para evitar resistência, os delegados dos países vitoriosos decidiram tratar separadamente cada país vencido. Assim, foram cinco os "tratados de paz".

1) Tratado de Versalhes: imposto à Alemanha, assinado no dia 28 de abril de 1919. Considerada a culpada pela guerra, a Alemanha foi obrigada a pagar enorme indenização (US$ 33 bilhões) aos vencedores, além de perder todas as suas colônias, devolver a Alsácia-Lorena à França, entregar uma faixa de terra à Polônia para que ela tivesse acesso ao mar (o "corredor polonês") e limitar enormemente as suas forças armadas.

2) Tratado de Saint-Germain: imposto à Áustria. Foi separada da Hungria e perdeu territórios, origem de novos países: Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia. As regiões de Trento, Sul-Tirol e Trieste passaram para a soberania da Itália. Foi proibida de se ligar à Alemanha. O antigo imenso império dos Habsburgos se tornava um pequeno Estado europeu.
3) Tratado de Neuilly: imposto à Bulgária, que foi obrigada a ceder territórios para a Romênia, a Grécia e a Iugoslávia.
4) Tratado de Trianon: imposto à Hungria, reduzida a um quarto de sua área. Territórios foram transferidos para Tchecoslováquia, Iugoslávia e Romênia.
5) Tratado de Sèvres: imposto à Turquia, cujo império foi dividido entre França e Inglaterra, inclusive no Oriente Médio. Na Europa, manteve apenas Constantinopla e seu entorno.

113



Assinatura do Tratado na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, 28/6/1919, óleo sobre tela de William Orpen

Consequências da guerra

Estima-se que a Primeira Grande Guerra tenha causado a morte de quase 10 milhões de pessoas e mutilação e ferimentos em 20 milhões. Três grandes impérios desapareceram: o russo, o austro-húngaro e o turco-otomano.

Enquanto a Rússia se tornava a primeira nação comunista, os Estados Unidos consolidaram sua posição de primeira potência econômica mundial.

A Sociedade das Nações

Era um dos "14 pontos de Wilson". Também conhecida como Liga das Nações, foi criada para, entre outras funções, evitar novas guerras. Tinha sede em Genebra, na Suíça, e foi instalada em 10 de janeiro de 1920. Era formada por uma Assembleia Geral, na qual todos os Estados-membros tinham assento, e um Conselho, com delegados de cinco países-membros permanentes (França, Reino Unido, Itália, Japão e China). Curiosamente, os Estados Unidos não eram membros, pois seu senado recusou o pedido de entrada solicitado pelo presidente Wilson, optando pelo isolamento político.

A Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, Países Baixos (Holanda), foi a ela incorporada.

Porém, a Liga das Nações se mostrou incapaz de resolver diversos conflitos. Foi recriminada por ter assistido passivamente ao rearmamento alemão, à guerra civil na Espanha e, finalmente, à Segunda Guerra Mundial.

Em 1946, a Sociedade das Nações desapareceu, após haver transmitido suas funções e seus bens à Organização das Nações Unidas (ONU).

A Rússia revolucionária e o triunfo do comunismo

O Império Russo era governado, desde 1894, por Nicolau II. Seu governo, como os de seus antecessores, era uma autocracia (um governo com poderes ilimitados e absolutista), cuja principal preocupação era reprimir o descontentamento popular. País mais extenso no mundo e mais populoso na Europa, tinha uma economia predominantemente rural e semifeudal. Os camponeses, que constituíam a maioria da população (80% do total), viviam na miséria, explorados pela nobreza e pela Igreja ortodoxa russa, proprietárias das melhores e maiores extensões de terra.

Nas últimas décadas do século XIX, o país conheceu um processo de industrialização, em decorrência de investimentos externos, abundância de matéria-prima e fontes energéticas. A maior parte desses investimentos era de origem francesa. Porém, a limitada capacidade de consumo da população e a incapacidade de vencer a concorrência no mercado internacional impediam um crescimento acelerado da produção industrial. Por outro lado, como a industrialização se concentrava em poucas cidades (São Petersburgo e Moscou), o operariado era unido e consciente de sua exploração. Muitos, inclusive, eram influenciados pelas ideias socialistas. Apesar da repressão governamental, as agitações políticas não eram raras, geralmente lideradas por intelectuais.

O Partido Operário Social Democrata, que se declarava defensor dos direitos dos operários, teve uma cisão interna em 1903: de um lado, os bolcheviques (a maioria), partidários de uma revolução liderada pelos trabalhadores; de outro, os mencheviques (a minoria), favoráveis a reformas moderadas.

Em 22 de janeiro de 1905, como consequência das derrotas da Rússia na guerra contra o Japão, houve uma manifestação pacífica em São Petersburgo, a capital. Os manifestantes solicitavam "paz e pão", mas foram duramente reprimidos pelos cossacos (soldados de elite do czar), no que depois foi chamado "domingo sangrento". Mais de duas mil pessoas foram massacradas. Seguiu-se uma onda de protestos, greves e revoltas, como a do couraçado *Potemkin*.

Mesmo tendo restabelecido a ordem, o czar Nicolau II fez algumas concessões. Convocou eleições para a Duma (Parlamento), cuja função era elaborar uma Constituição. Mas, pouco tempo depois, ordenou a dissolução da Duma e o endurecimento do regime czarista. Empurrados para a clandestinidade, os socialistas se preparavam para uma grande revolução, na qual esperavam contar com a participação dos trabalhadores urbanos e rurais.

As revoluções de 1917

Nesse ano, apesar do enorme esforço para sustentar a guerra contra os impérios centrais, a Rússia estava fatigada e praticamente derrotada. Com a multiplicação de derrotas nas batalhas, o exército se desmoralizava. Mal alimentados, sem armas suficientes, soldados se rebelavam contra seus comandantes e desertavam. Havia crise de abastecimento em todo o país; revoltas e greves se multiplicavam.

Em 27 de março de 1917 (17 de fevereiro pelo calendário russo; o país não havia aderido à reforma gregoriana), ocorreu uma sublevação geral que causou a abdicação do czar Nicolau II. Caía a monarquia secular czarista, enquanto um governo provisório republicano assumia o poder, formado por liberais e mencheviques. Mas, contra o sentimento geral da população e para manter seus compromissos com os países aliados, o novo governo manteve o país na guerra.

Com a queda do czarismo, os líderes socialistas, que estavam exilados, voltaram à Rússia, entre eles Lênin e Trótski. Lênin era o mais importante líder dos bolcheviques e pretendia impor o comunismo na Rússia. Segundo a teoria marxista, o socialismo é uma etapa de transição do capitalismo para o comunismo.

Em julho, com o país no caos, o chefe menchevique, Kerensky, impôs a ditadura. Acreditava poder alcançar vitórias na guerra e, assim,

114 

115 

Imagens de Leon Davidovich Trotsky e Vladimir Ilitch Lenin.

diminuir a insatisfação geral. Grande engano. Os choques entre policiais e grevistas aumentaram. Os sovietes (assembleias de operários e camponeses), sob influência de Lênin, determinaram um levante geral sob o lema "Todo poder aos sovietes". No dia 6 de novembro (24 de outubro pelo calendário russo), em Petrogrado (novo nome de São Petersburgo), iniciava-se o assalto aos edifícios governamentais pela Guarda Vermelha, a milícia revolucionária bolchevique organizada por Trótski. O Palácio de Inverno, sede do governo, foi cercado, e as estações ferroviárias, as centrais telefônicas, as grandes indústrias e os bancos foram ocupados. Deposto o governo menchevique, os sovietes escolheram o novo governo russo, formado por membros do Conselho dos Comissários do Povo.

No dia 26 de outubro, Lênin era aclamado chefe de governo.

Triunfo do comunismo

Nos primeiros dias de governo, Lênin baixou diversos decretos importantes com o objetivo de impor o comunismo, como:

a) o confisco das terras da nobreza e da Igreja russa e sua distribuição entre os camponeses;

b) a estatização dos bancos, das estradas de ferro, dos meios de comunicação e das indústrias, que passaram a ser administrados pelos próprios funcionários e operários, mas fiscalizados pelos comissários do povo.

Em março de 1918, o governo bolchevique assinou um acordo de paz em separado com a Alemanha (Tratado de Brest-Litovsk). A Rússia perdia parte de seu território, dando origem a países independentes: Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), Ucrânia, Finlândia e Polônia.

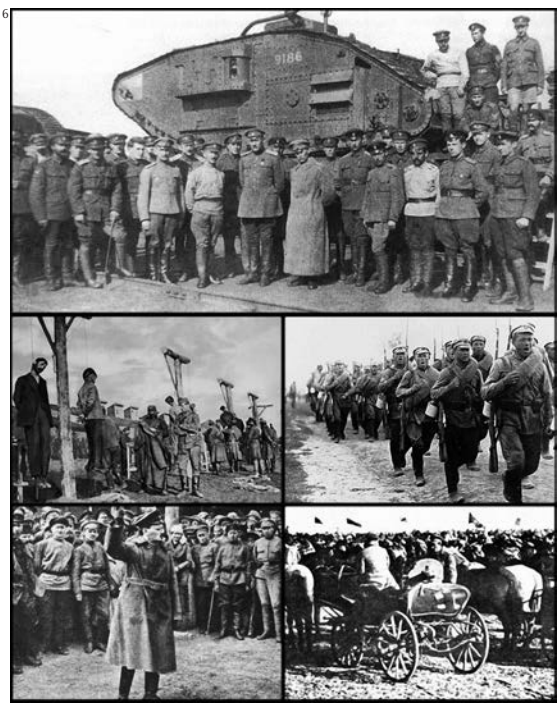
Em 1918, foi promulgada a primeira Constituição russa. Surgia um Estado, a República Soviética Socialista Russa, governada por um só partido, o comunista. Moscou se tornou a capital.

Mas a consolidação do comunismo foi muito difícil, devido a vários problemas, como:

a) resistência da antiga elite (nobres latifundiários, membros da Igreja ortodoxa e burguesia), origem de uma sangrenta guerra civil. Estes constituíram o chamado Exército Branco, comandado por antigos oficiais czaristas. Temendo a libertação da família real, os bolcheviques a fuzilaram.

b) intervenção de exércitos de vários países capitalistas (Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Polônia e Tchecoslováquia) para impedir o triunfo e expansão do comunismo.

116



Em sentido horário, a partir do topo: soldados do exército branco em 1919; uma divisão de infantaria branca em março de 1920; soldados da 1ª Divisão Montada; Leon Trotsky em 1918; bolcheviques enforcados por tropas Tchecoeslovacas em 1918

Lênin nomeou Trótski comissário para a guerra, com plenos poderes para combater os contrarrevolucionários e os exércitos invasores. Trótski organizou o Exército Vermelho, formado por milhões de soldados, e politizou-os. No começo de 1920, quase todos os invasores tinham sido expulsos e a guerra civil caminhava para o seu final, com a vitória dos vermelhos.

Durante a guerra civil, para estimular a produção de alimentos, o governo bolchevique criou a economia de guerra. O governo controlava a economia, confiscava boa parte da produção agrícola e organizava o abastecimento das cidades. As pessoas recebiam alimentos e roupas por meio de cupons de racionamento. Terminada a guerra, para fazer com que a produção avançasse e melhorassem as condições gerais do país, o chefe de governo criou a NEP (Nova Política Econômica). Restabeleceu algumas práticas capitalistas (salários diferenciados, permissão para camponeses venderem parte de sua produção ao mercado). Ficou famosa a justificativa de Lênin: "Um passo para trás, dois para a frente".

No ano de 1922, a Rússia, unida a Ucrânia, Bielo-Rússia, Geórgia, Azerbaidjão e Armênia, passou a se denominar União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

117



Joseph Stalin, secretário-geral do Partido Comunista da Rússia soviética, 1942

Com a morte de Lênin, em 1924, ocorreu uma violenta luta pelo poder, entre Trótski, comandante do Exército Vermelho, e Josef Stálin, secretário-geral do Partido Comunista. Venceu este último, três anos depois, com o apoio da maioria do partido. Trótski, expulso do partido, foi banido para a Sibéria. Posteriormente, exilou-se no exterior. Foi assassinado por um agente secreto a mando de Stálin, em 1940, no México.

Para consolidar o comunismo na URSS, e depois levá-lo a outros países, Stálin aboliu a NEP, coletivizou as terras – com o sacrifício de milhões de camponeses – e introduziu os Planos Quinquenais. Metas estabelecidas deveriam ser atingidas. O primeiro plano, aplicado a partir de 1928, deu ênfase às indústrias pesadas

(ou de base): mecânica, química, energética. O sistema de transporte urbano (metrô) e nacional (ferrovias) foi ampliado. Foram criadas fazendas do Estado (*sovkhoze*, sendo o camponês assalariado do governo) e cooperativas agrícolas (*kolkhoze*, nas quais as famílias recebiam terras para cultivar e vendiam a produção para a cooperativa). Sob ameaça, todas as metas foram alcançadas. A URSS se tornava uma potência econômica mundial, mas com uma economia voltada para si mesma, fechada numa "cortina de ferro", como mais tarde seria chamada.

A Constituição de 1924 estabeleceu dois órgãos fundamentais: o Soviete Supremo, com função legislativa, e o Presidium, dirigido por um presidente – em teoria, o chefe de Estado. Mas o verdadeiro poder se concentrava nas mãos do secretário-geral do PC, cargo exercido por Stálin até sua morte, em 1953. Durante seu governo ditatorial, a centralização política, administrativa e econômica foi reforçada. Na prática, não existia um Estado federal, nem liberdade de pensamento, nem oposição ao sistema. Uma intensa propaganda, dirigida pelo governo, valorizava o coletivismo, criticando o individualismo; estimulava-se a produtividade. Os intelectuais, otimistas em relação ao futuro da nação, abraçaram a causa socialista. Aos inimigos do regime, ou simples suspeitos, descobertos pela polícia secreta (*tcheca*, depois denominada KGB), o destino era outro: expurgos, prisões arbitrárias, campos de concentração na Sibéria, internamento em nosocômios, fuzilamentos.

118



Cartaz soviético do regime Stalin, "O Grande Stalin é conhecido amigo dos povos da União Soviética": o culto à personalidade é marca típica do stalinismo

O triunfo do fascismo

O fascismo na Itália

Apesar de ser um dos países vencedores da Primeira Grande Guerra, a Itália se sentiu frustrada pelos tratados de paz. Não incorporou todos os territórios que pretendia. Não obteve áreas fora da Europa, e algumas regiões, cuja população era predominantemente italiana, foram anexadas pela Iugoslávia (costa da Dalmácia e a cidade de Fiume). Além disso, a guerra fora um desastre para a Itália: centenas de milhares de mortos, feridos e mutilados; economia em recessão; inflação em ascensão, endividamento interno e externo e enorme número de desempregados.

Camponeses pressionavam o governo para realizar uma reforma agrária, desapropriando os latifúndios, enquanto operários realizavam greves por melhores condições de trabalho e salários.



119

1933: o ditador alemão Adolf Hitler (1889-1945), falando a uma multidão de homens fardados de uma caixa sobre uma plataforma erguida enfeitada com bandeiras suásticas em um comício nazista, Dortmund, Alemanha

A instabilidade política era permanente. Sob monarquia parlamentar, os gabinetes duravam poucos meses. Inimigos políticos, católicos e socialistas tinham as maiores bancadas no Parlamento, mas não eram maioria absoluta. A extrema direita avançava. Nesse contexto político, destacava-se Benito Mussolini. Ex-professor, jornalista, tinha sido militante

socialista, mas foi expulso desse movimento por apoiar a entrada da Itália na guerra. Transformou-se em radical militante direitista. Culto, bom orador, empolgava as multidões com suas bravatas. Em março de 1919, fundou o movimento fascista. O símbolo do movimento era o *fascio*, um feixe de varas usado na antiga Roma pelas autoridades. Era o símbolo do poder e da autoridade do Estado.

Grupos de fascistas (*esquadristas*), usando camisa negra e armados, atacavam socialistas e comunistas. Nos discursos e no Parlamento criticavam o parlamentarismo, considerando-o fraco para enfrentar a ameaça esquerdista. Julgavam-se os únicos capazes de tirar a Itália do caos e livrá-la do "perigo vermelho". Temendo uma revolução bolchevista, como ocorrera na Rússia, a elite social (alta burguesia e latifundiários) e a Igreja católica começaram a aderir aos fascistas e a apoiá-los. Fechavam os olhos à violência usada pelos *esquadristas*, pois eles pregavam o patriotismo e defendiam valores tradicionais, como a ordem, a autoridade do Estado e o direito à propriedade. Passaram inclusive a financiar o fascismo para enfraquecer os sindicatos dos trabalhadores, dominados pelos socialistas.

Em novembro de 1921, foi fundado o Partido Fascista, com uma estrutura semelhante a uma organização militar. Seu comandante máximo era Mussolini. Seu grande objetivo: apoderar-se do poder, legal ou ilegalmente, para reformar e fortalecer o Estado.

Em outubro de 1922, Mussolini liderou a Marcha sobre Roma. Um verdadeiro golpe, pois as forças armadas nada fizeram para evitar a tomada do poder pelos fascistas. Ocupada a capital italiana, o rei Vítor Emanuel II indicou Mussolini para a presidência do Conselho de Ministros, com a função de formar o novo gabinete. Sob ameaça, obteve do Parlamento plenos poderes para restabelecer a ordem num país extremamente dividido.

A violência dos fascistas contra os opositores cresceu, com a complacência da polícia e das forças armadas: castigos físicos, bastonadas, doses de óleo de rícino e até assassinatos. Não foi surpresa terem os seguidores de Mussolini obtido a maioria absoluta nas eleições para o Parlamento, realizadas em abril de 1924.

No ano seguinte, o Parlamento aprovava diversas leis de exceção, praticamente estabelecendo uma ditadura. Mussolini passou a ser tratado de *Duce* (palavra latina que significa duque, chefe). Estava subordinado ao rei, e não ao Parlamento, como deveria ser num verdadeiro regime parlamentar; os ministros, nomeados por Mussolini, não necessitavam da aprovação parlamentar; jornais de oposição foram fechados; o conteúdo dos livros didáticos foi modificado para exaltar o Duce.

Foi criado o Grande Conselho do Fascismo, que indicava os candidatos oficiais a deputados. Os eleitores apenas referendavam o que já estava decidido. Todos os partidos políticos, exceto o fascista, foram proibidos. As forças armadas e a polícia, civil e militar, ficaram submetidas ao ditador. Foi criada a polícia secreta para identificar pessoas que se opunham ao regime. Elas eram presas, sumariamente julgadas e condenadas.

Tratava-se de um regime totalitário, definido pela frase de Mussolini: "Nada contra o Estado, nada fora do Estado, tudo pelo Estado".

Em 1927 foi aprovada a Carta do Trabalho, que regulava as relações entre empresários e trabalhadores. O governo introduziu a "economia corporativista". Garantia o direito de propriedade, mas subordinou-a ao Estado, que dirigia a economia de acordo com os seus interesses. As greves eram proibidas, pois, segundo o pensamento fascista, "não havia conflitos entre patrões e empregados".

Quando a Itália foi atingida pela grande depressão, em decorrência da quebra da bolsa de valores de Nova York, o governo fascista ampliou sua intervenção na economia. Para proteger e estimular a produção interna, estabeleceu o protecionismo alfandegário. Investiu em grandes obras públicas para ocupar a mão de obra desempregada. Expandiu o comércio interno, a produção agrícola, com a incorporação de novas terras por meio de canais de irrigação, e a industrial (crescimento da produção de aço, de automóveis, navios, aviões etc.). Promoveu a construção de usinas hidrelétricas e melhorou o sistema de transportes (ferroviário e rodoviário). Ficou famosa a frase: "Os trens italianos chegam e partem no horário".

Com o estabelecimento da censura, desapareceu a liberdade de pensamento. Livros didáticos foram reescritos, sempre de acordo com o pensamento fascista. Rádio, jornais, cinema e teatro eram controlados.

Em 1935 a Itália se lançou à conquista da Etiópia, país africano.

Em 1929 a Questão Romana chegou ao fim. Mussolini e o papa Pio XI assinaram o Tratado de Latrão. O Estado italiano aceitava a soberania do Estado do Vaticano (reduzido a um bairro de Roma), e a Igreja reconhecia o Estado italiano unificado. A Igreja foi indenizada pela perda de seus antigos territórios e o catolicismo, reconhecido como religião oficial do Estado italiano. O ensino religioso tornou-se obrigatório nas escolas.

O fascismo italiano, preocupado em controlar as futuras gerações, criou a juventude fascista. Seus membros, os *balilas*, eram continuamente doutrinados na ideologia fascista. Sistematicamente faziam exercícios físicos e participavam de paradas, uniformizados.

120



Desfile da Mocidade Portuguesa com a Juventude Hitleriana, *Ballilas* italianos (juventude fascista italiana) e Falangistas espanhóis em 1941

O movimento fascista ganhou adeptos na Europa e fora dela. No Brasil, foi a origem do movimento integralista.

Origem, ascensão e triunfo do nazismo na Alemanha

Em decorrência da derrota alemã na Grande Guerra, o rei abdicou, a monarquia foi derrubada e substituída por uma república parlamentar, proclamada em 9 de novembro de 1919, dominada pelos social-democratas.

Responsabilizados pela assinatura do Tratado de Versalhes, imposto à Alemanha, e pela dramática situação socioeconômica do país no pós-guerra, o novo governo e o regime republicano parlamentar foram alvos de críticas e ataques desde sua instalação.

Havia várias correntes políticas que disputavam o poder: socialistas, comunistas, anarquistas (à esquerda), os moderados (no centro), e, à direita, monarquistas e diversos pequenos grupos. Nos primeiros meses após o fim da guerra, a Alemanha era palco de agitações, violências e revoltas. Em janeiro de 1919, um grupo de extrema esquerda, denominado espartaquista (homenagem a Spartacus, que chefiou a maior e mais longa revolta de escravos no século I a.C., na Roma Antiga), tentou tomar o poder em Berlim. O governo convocou soldados recém-desmobilizados (conhecidos como *Freikorps*, "milícia"), armou-os e debelou violentamente a revolta.

Os líderes comunistas, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, foram brutalmente executados.

Em decorrência da instabilidade em Berlim, a Assembleia Constituinte foi instalada na pequena cidade de Weimar. Os inimigos do novo regime a denominaram pejorativamente de República de Weimar.

A Constituição, promulgada em agosto de 1919, estabelecia uma federação, formada por 17 Estados-membros, um executivo central, exercido por um presidente (chefe de Estado, eleito por sete anos) e um chanceler (primeiro-ministro, chefe de governo); um Legislativo bicameral (o *Reichstag*, a câmara dos deputados, e o *Reichsrat*, o senado federal).

Os primeiros governos republicanos não tinham apoio de boa parte da população, por isso, eram incapazes de impor a ordem no país, que vivia um caos econômico, decorrente da derrota militar e da humilhação imposta pelos países vencedores, em especial a Inglaterra e a França. Perdas territoriais, indenizações de guerra, ocupação da região do Reno por tropas francesas (para forçar o pagamento das indenizações) foram as principais causas de uma das maiores inflações já registradas na história.

121



Homem cola cédulas de dinheiro na parede, pois com a hiperinflação na Alemanha pós-primeira guerra, em 1923, ficava mais barato colar cédulas do dinheiro desvalorizado do que comprar papel de parede.

Um dos meios utilizados pela Alemanha para pagar a indenização era o ouro, que servia de lastro ao marco (moeda alemã). O governo passou a emitir marcos sem lastro. O marco se desvalorizou e o preço das mercadorias disparou. Em 1914, um dólar valia 4 marcos; em 1920, 84; no início de 1922, 186; em julho, 401; em novembro de 1923, 4,2 bilhões. No fim do ano, um pão alcançava o valor de 200 bilhões de marcos.

Logo após o fim da Grande Guerra, muitos grupos políticos de ultradireita foram fundados. Um deles foi o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, que surgiu em Munique, na região da Baviera, sul da Alemanha. Seus poucos membros eram radicalmente contra os socialistas, os comunistas e os judeus. O desempregado austríaco Adolf

Hitler, ex-cabo do exército alemão, aderiu ao partido e, logo depois, em decorrência da sua oratória, assumiu a chefia. Esse pequeno partido era mais conhecido pela abreviação de seu nome: nazista.

Em novembro de 1923, em Munique, Hitler decidiu dar um golpe de Estado (*Putsch*, em alemão), em parceria com o prestigioso general Ludendorff, para chegar ao poder. Porém, o golpe fracassou e Hitler foi preso, julgado e condenado.

Na prisão, ele escreveu o livro *Minha luta* (em alemão, *Mein Kampf*), que continha suas ideias, em especial o antissemitismo. Discorria não só sobre o afastamento dos judeus da vida pública alemã, como também propunha a "solução final", ou seja, o seu extermínio físico.

122



Forças nazistas na Praça Central de Marienplatz durante o Putsch de Munique, em 1923

Embora o antissemitismo na Europa remontasse à Idade Média, época em que os judeus eram o "bode expiatório", para debelar a fúria dos cristãos em decorrência de qualquer calamidade, com os nazistas ele chegou ao apogeu.

Como justificar a derrota da Alemanha na Grande Guerra se os nazistas consideravam o alemão "uma raça superior a todos os demais povos"?

A resposta era simples: os judeus que nela viviam a haviam traído. "Ela foi apunhalada pelas costas", escreveu Hitler. "Quem eram os culpados

de todos os males sofridos pelos alemães?" Mais uma vez a resposta era simples: os judeus. "Quais os maiores inimigos da humanidade"? Resposta de Hitler: "Judeus e comunistas". Pior quando havia comunistas judeus. A propósito: Karl Marx, socialista revolucionário e teórico do comunismo, era judeu.

Outro inimigo identificado: o capitalista, explorador dos trabalhadores. Pior ainda quando o capitalista era judeu. Basta examinar essa colocação para descobrir a falsidade dos nazistas: eles foram auxiliados financeiramente pelos grandes empresários para chegar ao poder. Diziam os capitalistas: "Os nazistas são um mal necessário para afastar a ameaça bolchevique". No poder, os nazistas garantiram todo o patrimônio dos capitalistas e deram-lhes segurança. Proibiram reivindicações e greves.

As principais propostas dos nazistas eram:

a) anulação do Tratado de Versalhes;

b) rearmamento da Alemanha;

c) eliminação dos comunistas, socialistas e liberais da vida política alemã;

d) afastamento dos judeus das principais atividades econômicas, das escolas, dos meios de comunicação, dos serviços públicos e sua posterior eliminação;

e) estímulo à produção agrícola e industrial, especialmente de armamentos, e, em decorrência, diminuição do desemprego;

f) modernização do sistema de transportes, como as ferrovias e, principalmente, rodovias (*Autobahn*).

Temendo uma radicalização na Alemanha (conquista do poder pelos comunistas ou pelos direitistas), as principais potências, credoras de indenizações, decidiram amenizar as obrigações impostas a ela. Parte das dívidas foi perdoada, e maciços investimentos foram feitos na economia alemã. Foi criado um novo marco (com lastro), a produção começou a crescer e o elevado desemprego diminuiu. Nas eleições, entre 1925 e 1930, observou-se um declínio dos partidos extremistas, tanto de esquerda, como de direita, entre eles o nazista.

Mas, quando a Alemanha começou a sofrer os efeitos da Grande Depressão, ressurgiram a inflação, o desemprego, o pessimismo e a expansão das correntes políticas radicais. Nas eleições de 1932, tanto o Partido Nazista como o Partido Comunista tiveram um número significativo de votos. Apavorada com a possibilidade de os comunistas alcançarem o poder, a elite alemã apostou em Hitler e seu partido. Deu-lhes enorme apoio financeiro.

Eleições para o Reichstag			
Ano	**Partido**	**Número de votos**	**Número de deputados**
1928	Nazista	801.000	14
	Comunista	3.265.000	54
1930	Nazista	6.409.000	107
	Comunista	4.592.000	77

Nas eleições de julho de 1932, os nazistas obtiveram 13,7 milhões de votos e elegeram 203 deputados, de um total de 607. Tornaram-se o maior partido do país. Mas as eleições gerais de novembro elegeram apenas 196 deputados nazistas. Nenhum partido tinha maioria absoluta. Então, em 31 de janeiro de 1933, o presidente Hindenburg, de acordo com a Constituição em vigor, nomeou o chefe do partido majoritário, Adolf Hitler, para o cargo de chanceler, com a missão de formar um governo de coalizão. Aos nazistas, juntaram-se conservadores e liberais.

No mês de fevereiro, o edifício do Parlamento (Reichstag) foi incendiado. Hitler culpou os comunistas. O Reichstag aprovou uma moção que colocava na ilegalidade o Partido Comunista (depois da Segunda Grande Guerra, comprovou-se o que se suspeitava: foram os nazistas quem incendiaram o edifício). Houve milhares de prisões, efetuadas pela polícia secreta recentemente criada, a Gestapo.

Em março, Hitler proclamou a fundação do III Reich. (O I Reich fora criado na Idade Média, e dera origem ao Sacro Império Romano-Germânico; o II Reich nasceu em 1871, com a formação do Império Alemão, obra de Bismarck.) Meses depois, foram proibidos todos os partidos políticos, exceto o nazista. Em 1934, com a morte do marechal Hindenburg, presidente desde 1925, Hitler reuniu a chefia de governo e a de Estado. À semelhança de Mussolini, passou a ser chamado de *Führer* (líder, chefe). Afinal, o nazismo é uma forma de fascismo, com fortes características raciais. A ditadura nazista se apoderava da Alemanha. Seus aspectos mais importantes eram:

a) estabelecimento de um Estado baseado na pureza racial dos germânicos, considerados os representantes da superior raça ariana. Em 1935, as "leis de Nuremberg" privaram os judeus de todos os direitos e proibiram casamentos e relações inter-raciais;

b) nazificação da cultura, com a proibição e a destruição de obras artísticas, científicas e literárias não autenticamente germânicas. Obras de Freud, Marx, Einstein, todos judeus, foram queimadas em praça pública. A edu-

cação, severamente controlada pelo Estado, tinha por objetivo exaltar a Alemanha e valorizar os nazistas. Educação política e treinamento militar se destacavam no currículo escolar. Foi criado o Ministério da Propaganda, que organizava desfiles militares, discursos, produzia símbolos (a suástica), bandeiras, hinos. Os meios de comunicação, em especial o cinema, tiveram papel importante na nazificação da população;

c) centralização administrativa, com os governadores de estados nomeados por Hitler. O Reichsrat foi dissolvido;

d) dirigismo econômico, pois o Estado nazista privilegiava os investimentos destinados ao rearmamento alemão (mineração de ferro, indústria química, produção de aço, aviões, navios, submarinos, tanques etc.), fundamental para a futura expansão territorial;

e) grandes obras públicas, como ferrovias, aeroportos, autoestradas.

123



Bandeira Nacional (1933-1945) e pavilhão comercial (1935-1945) do Terceiro Reich (Alemanha)

124



Águia imperial na época do nacional-socialismo, com uma suástica, em uma coroa de carvalho no Fgänen (1933-1945)

125



Anúncio de uma "Kraft durch Freude" ("Força através da Alegria"), show de variedades, desconhecido ano (8º aniversário da fundação da KdF foi em 27/11/1941)

126



O Acordo de Munique de 29/9/1938. Em 29/9/1938, em Munique, entre o primeiro-ministro britânico, Neville Chamberlain, primeiro-ministro francês, Edouard Daladier, líder italiano, Benito Mussolini e Adolf Hitler. A Alemanha nazista, após celebrado o acordo, autorizou a anexação de território Tchecoslovaco. UBZ: da esquerda para a direita: Chamberlain, Daladier, Hitler, Mussolini e ministro do Exterior italiano, Count Galeazzo Ciano. No fundo, von Ribbentrop e von Weizsacker

127



Kroll Opera de Berlim. Chanceler Adolf Hitler durante seu discurso no Reichstag, declarando guerra aos Estados Unidos

O Estado nazista era totalitário, isto é, tinha um único chefe, Adolf Hitler. A propaganda afirmava repetidamente: "Um Estado, um líder, um povo". Tropas especiais, as SA (abreviação de *Sturmabteilung*, Destacamento de Assalto) e SS (abreviação de *Schutzstaffel*, Esquadrão de Proteção) eram encarregadas de manter a ordem e eliminar toda oposição ao regime, com o auxílio da polícia do Estado, a Gestapo. Além dos judeus, foram duramente perseguidos os socialistas, os comunistas, os ciganos e os homossexuais.

Hitler rasgou o Tratado de Versalhes ao rearmar a Alemanha, ocupar militarmente o vale do rio Reno, na fronteira com a França, e anexar a Áustria (Anschluss) em 1938. A Europa estava prestes a conhecer um conflito mais destruidor e mortal do que a Grande Guerra.

Em seguida, começaram os preparativos para dominar a Tchecoslováquia, criando um clima de tensão. A intervenção da Inglaterra e da França, em busca de uma solução pacífica, contudo, só contribuiu para garantir a Hitler o domínio do país. Os alemães incorporaram a maior parte da Tchecoslováquia.

A expansão do fascismo na Europa: a guerra civil na Espanha

Em 1931, com a queda da secular monarquia na Espanha, uma república foi estabelecida. Uma Frente Popular, formada por republicanos,

socialistas e outros grupos de esquerda, venceu as primeiras eleições republicanas e formou o governo. Implantou um amplo programa de reforma agrária (divisão dos latifúndios pertencentes à elite social, a nobreza) e procurou diminuir a influência da Igreja católica, especialmente na educação.

Na visão dos conservadores, a Espanha se tornaria, muito brevemente, um país socialista. As forças conservadoras se uniram, influenciadas pelo fascismo italiano: latifundiários, grandes empresários urbanos, Igreja católica, monarquistas e altos oficiais das forças armadas. Os militares de direita, liderados pelo general Francisco Franco, iniciaram, em 1936, um golpe de Estado. Os republicanos resistiram, e o golpe se transformou na mais longa e sangrenta guerra civil na história da Europa.

O triunfo do comunismo na URSS e do fascismo na Itália e na Alemanha acabou por envolver a Espanha. Se os franquistas, também denominados falangistas, receberam apoio militar da Itália e da Alemanha, os republicanos tiveram o auxílio da URSS e das Brigadas Internacionais. A guerra civil espanhola foi uma antecipação do que seria o futuro grande conflito: movimentos militares rápidos, pesados bombardeios, uso sistemático de aviões e tanques, deslocamento de civis etc. O episódio mais dramático e simbólico: o destruidor bombardeio do vilarejo de Guernica por aviões pilotados por alemães. A guerra civil durou três anos (1936-1939). Com a vitória dos fascistas, iniciou-se a longa ditadura do "generalíssimo" Francisco Franco, que perdurou até sua morte, em 1975.

128



Guernica, 1937 (óleo sobre tela), Pablo Picasso (1881-1973)

Portugal também pendeu para o fascismo. Sua profunda crise, que aconteceu após a Grande Guerra, não foi solucionada pelo governo republicano liberal. Em 1926, altos militares, influenciados pelo fascismo italiano, lide-

raram um golpe de Estado e se apossaram do governo. Dois anos depois, nomearam Oliveira Salazar para conduzir a política econômica.

Salazar era antiliberal, antissocialista e antidemocrático. Com o apoio dos militares, dos empresários rurais e urbanos e da Igreja católica, tornou-se o homem forte do regime. Governou Portugal até 1968, quando sofreu um derrame cerebral.

Os Estados Unidos no entreguerras: a Grande Depressão

Durante a Grande Guerra e nos anos que se seguiram ao seu término, os Estados Unidos se consolidaram como a nação líder da economia mundial. A bolsa de valores de Nova York ultrapassou a de Londres como o maior mercado financeiro mundial. O comércio estadunidense com os países aliados transformou-se radicalmente: de devedores (3 bilhões), os Estados Unidos se tornaram credores dos europeus (17 bilhões).

Na primeira metade da década de 1920, a produção agrícola e industrial teve um dos maiores crescimentos de sua história. A evolução tecnológica aplicada nesses setores ampliou enormemente a produção e a produtividade. Boa parte dessa produção era exportada para a Europa, cuja economia estava, em grande parte, arruinada. Além disso, os Estados Unidos financiavam os países europeus para a aquisição de seus produtos. Portanto, os estadunidenses lucravam duplamente em suas relações com a Europa: no comércio e nos financiamentos. Resultado: os Estados Unidos possuíam mais reservas de ouro do que todos os demais países do mundo. Em nenhum momento da história um país chegara a essa situação de abundância.

Outro fato importante: as indenizações financeiras que França e Inglaterra receberam da Alemanha, conforme imposição do Tratado de Versalhes, eram transferidas para os Estados Unidos, de maneira a cobrir seu déficit comercial e pagar os empréstimos contraídos durante o conflito. Boa parte desse dinheiro regressava à Europa, principalmente para a Alemanha, na forma de empréstimos concedidos pelo sistema bancário estadunidense. Estima-se que, em 1929, havia mais de US$ 20 bilhões de investimentos norte-americanos no exterior, principalmente na Europa.

O crescimento da produção industrial dos Estados Unidos, na década de 1920, foi extraordinário. Praticamente dobrou em dez anos. Em 1928, o país produziu mais de meio milhão de automóveis, o que correspondia a 75% da produção mundial.



"Maior do Mundo...", Famosa imagem das vítimas das inundações alinhadas para obter comida e roupa. Atrás, estação de relevo na frente do outdoor ironicamente exaltando o mais alto padrão de vida / Não há nenhuma maneira como o padrão de vida americano, 1937, American School, (século 20)

Essa notável expansão econômica causou uma enorme euforia social no país. Nunca uma nação havia alcançado tamanho padrão de vida. Porém, essa riqueza estava muito mal distribuída. Ela se concentrava principalmente na camada mais alta da população. O país tinha o maior número de milionários do mundo, e eles controlavam a maior parte da economia. Embora os salários tivessem aumentado, não acompanharam o crescimento da produção nacional. Assim, para manter as empresas produzindo cada vez mais, era preciso exportar, pois o mercado interno não tinha capacidade de consumir o que era produzido. A Europa, principalmente, desempenhava um importante papel para a economia estadunidense: consumia o seu excedente.

Outro problema: poucas e gigantescas empresas (industriais e financeiras) dominavam setores inteiros da economia. General Motors e Ford praticamente monopolizavam a produção de automóveis; Standard Oil (Esso) e Texaco monopolizavam a extração e o refino de petróleo, bem como a distribuição de seus derivados; United States Steel dominava a produção de aço. Eram exemplos de *trustes*. Já o setor financeiro operava na forma de *holding*: bancos, possuidores de bilhões de dólares, compravam

a maior parte de ações de outras empresas de capital aberto e passavam a controlá-las.

Havia outra distorção: os preços dos produtos agropecuários não acompanharam a elevação dos preços do setor industrial. Assim, um trabalhador rural recebia salário cada vez menor em comparação ao salário de um trabalhador industrial. Como consequência, sua capacidade de compra diminuía.

Nessa mesma década, o mercado financeiro e as bolsas de valores nos Estados Unidos se expandiram enormemente. Sendo grande a procura de ações, motivada por uma euforia exagerada, seu valor subia acima do que deveria. A classe média acreditava que, ao se tornar proprietária de ações, o lucro viria facilmente. A especulação estava na ordem do dia.

Porém, num determinado momento, percebeu-se que as ações estavam supervalorizadas e que sua rentabilidade não seria a esperada. Então, o mercado se modificou. Investidores profissionais procuraram se livrar delas quando estavam valorizadas, em alta. Assim, o mercado, antes comprador, tornava-se vendedor. Como a oferta passou a ser maior do que a procura, ocorreu um processo de baixa contínua do valor das ações.

Nos últimos anos da década de 1920, os países europeus já haviam se recuperado das consequências da guerra. Os estoques começaram a se acumular nos depósitos e portos. Empresas diminuíram a produção, desativaram máquinas, dispensaram empregados. Menos empregados, menor capacidade de consumo interno.

Chegou o dia fatídico. No dia 24 de outubro, a "quinta-feira negra", o valor das ações negociadas na bolsa de valores de Nova York despencou. Era o grande *crash* (quebra). Muitos o julgaram passageiro. Semanas depois, meses depois, o valor era praticamente zero. Apenas papel. As falências se multiplicavam.

O governo federal, adepto do livre mercado e do liberalismo, nada fazia. O presidente Hoover acreditava que o mercado reagiria naturalmente. Na verdade, ocorreu a Grande Depressão, a maior até hoje do sistema capitalista. Nos quatro anos seguintes, quatro mil bancos faliram, 85 mil outras empresas tiveram o mesmo destino. O Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de toda a riqueza produzida por um país num determinado tempo, caiu pela metade. Os salários foram diminuídos em 20%. Em 1932, havia nos Estados Unidos 14 milhões de desempregados.

O "modo de vida americano", um sonho tão acalentado por milhões, tornava-se uma ilusão perdida.

130



Depressão: "corridas aos bancos": as pessoas circulavam por fora do banco. Fotografia de depositantes ansiosos, 28/2/1933

131



A Grande Depressão causou pobreza geral nos Estados Unidos e em diversos países do mundo. Aqui, família desempregada, vivendo em condições miseráveis, em Elm Grove, Califórnia, Estados Unidos

Em decorrência da preponderância econômica mundial dos Estados Unidos e da interdependência existente entre os diversos países capitalistas, a crise atingiu praticamente todos os continentes e quase todos os países. O único a não ser diretamente atingido foi a URSS, pelo seu sistema econômico e por estar fechada numa verdadeira cortina de ferro.

O New Deal

Em novembro de 1932, os eleitores estadunidenses elegeram para a presidência o democrata Franklin Roosevelt. Foi um dos maiores políticos da história do país. Enfrentou e venceu a Grande Depressão e conduziu os Estados Unidos à vitória na Segunda Guerra Mundial. A fim de combater a profunda crise econômica, convidou para auxiliá-lo intelectuais notáveis, muitos deles professores universitários. Os economistas de sua equipe eram adeptos das ideias de John Maynard Keynes (1884-1946), um reformador do capitalismo liberal. Propunha a intervenção do Estado para solucionar os graves problemas econômicos. Já os liberais acreditavam, e ainda acreditam, que o próprio mercado se encarrega de solucioná-los.

Ao tomar posse em janeiro de 1933, em discurso à nação, Roosevelt anunciou seu programa econômico, denominando-o New Deal (Novo Acordo). Entre as principais medidas, destacavam-se:

a) amplo programa de obras públicas para absorver a mão de obra desempregada e estimular as indústrias de base (ferro e cimento);

b) concessão de empréstimos governamentais aos fazendeiros arruinados, com o objetivo de estimular a produção rural. Também houve empréstimos para resgatar a hipoteca de suas propriedades rurais junto aos bancos;

c) redução da jornada de trabalho para oito horas. Assim, haveria contratação de mais mão de obra e diminuição do desemprego;

d) estabelecimento do salário-mínimo e criação do salário-desemprego;

e) ampliação do sistema de previdência social;

f) desvalorização do dólar para tornar mais baratas as exportações;

g) criação do Ato de Ajustamento da Agricultura (AAA). Por essa lei, o governo pagava aos agricultores para diminuir a área plantada de determinados produtos, equilibrando a oferta e a procura e mantendo os preços estáveis, como ocorreu com a lavoura do algodão;

h) criação da Autoridade do Vale do Tennessee (TVA, na sigla em inglês) para promover a recuperação dessa região. Foram construídas barragens para a produção de energia hidrelétrica, para estimular a navegação fluvial e possibilitar a irrigação de solos.

Os conservadores criticaram essas medidas, por considerá-las de caráter socialista. Mas, certamente, elas salvaram a economia do maior país capitalista.

Teste seu saber

1. **Entre 1871 e 1914, ano do início da Grande Guerra, que alternativa está errada sobre a situação europeia?**
   a) A rivalidade entre as potências europeias se referia à disputa de mercados.
   b) As potências europeias estavam voltadas à conquista de colônias na África e na Ásia.
   c) A Conferência de Berlim estabeleceu regras sobre a partilha colonial.
   d) Como não houve guerras entre as potências europeias, deduz-se que não havia atritos entre elas.

2. **Essa ideologia era tão forte, desde a metade do século XIX até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que não poucos historiadores a culpam pela eclosão do grande conflito. Trata-se do:**
   a) totalitarismo.
   b) nacionalismo.
   c) absolutismo.
   d) socialismo.

3. **Indique, das proposições abaixo, aquela que historicamente está incorreta.**
   a) Havia no continente europeu um estado de paz, mas bastante frágil.
   b) Em decorrência da humilhante derrota na Guerra Franco-Prussiana e da perda de províncias, o povo francês era dominado por um sentimento revanchista.
   c) O Império Austro-Húngaro era formado por uma multiplicidade de povos que aceitavam o domínio da casa reinante, a dos Habsburgos.
   d) Embora eslavos como os russos, os poloneses almejavam sua soberania política.

4. **O que causou a "corrida armamentista" entre os países europeus na passagem do século XIX para o XX?**
   a) A necessidade de ser tão ou mais forte do que o rival.
   b) A disputa colonial.
   c) A preocupação em manter a paz.
   d) A manutenção de impérios coloniais.

5. **Sobre os "sistemas bismarquianos", faça a associação:**
   a) Primeiro Sistema. ( ) Triplice Aliança.
   b) Segundo Sistema. ( ) Acordo secreto com a Áustria.
   c) Terceiro Sistema. ( ) Aliança com a Rússia.

6. **A Tríplice Aliança apresentava, entre outros, um grave problema interno. Indique-o.**
   a) A formação da Tríplice Entente.
   b) O antagonismo entre os impérios alemão e austríaco.
   c) A ameaça da Rússia.
   d) A rivalidade austro-italiana.

7. **Faça a associação:**
   a) Crise marroquina.
   b) Crise balcânica.
   c) Crise na Bósnia-Herzegovina.
   ( ) Atentado que levou à morte o príncipe herdeiro do trono austríaco.
   ( ) Desmantelamento do Império Turco-Otomano na Europa.
   ( ) Tentativa alemã de evitar a anexação do Marrocos pela França.

8. **Inclui-se entre as grandes mudanças ocorridas na URSS na década de 1920:**
   a) Coletivização da produção agrícola com a criação de *sovkhozes* e *kolkhozes*.
   b) Elaboração e aplicação do primeiro Plano Quinquenal.
   c) Crescimento econômico com base na indústria pesada.
   d) Triunfo do stalinismo, apesar da oposição política de Lenine.

9. **Para alcançar a vitória no grande conflito, a estratégia alemã se baseava em:**
   a) Lutar contra a França, enquanto a Áustria enfrentava a Itália.
   b) Derrotar rapidamente a França, para evitar uma guerra em duas frentes de batalha.
   c) Liquidar rapidamente a força naval inglesa.
   d) Garantir a neutralidade da Rússia.

10. **Sobre a guerra entre 1914 e 1916, qual proposição está errada?**
    a) Estabilidade na frente ocidental e guerra de trincheiras.
    b) Derrotas russas na frente oriental.

c) Entrada da Itália na guerra, por ser membro da Tríplice Aliança.
d) Superioridade naval inglesa.

11. Faça a associação:

a) Batalha de Verdun. ( ) Represália alemã.
b) Batalha da Jutlândia. ( ) Contenção do avanço alemão.
c) Bloqueio naval inglês. ( ) Cortar o comércio marítimo alemão.
d) Litoral inglês bloqueado. ( ) Vitória naval inglesa.

12. O ano de 1917 foi decisivo para a evolução da Grande Guerra. Que fato não justifica essa afirmação?

a) Ao assumir o poder na Rússia, os comunistas acertaram uma paz em separado com a Alemanha.
b) Finda a luta na frente oriental, a Alemanha poderia lançar uma grande ofensiva contra os Aliados.
c) A entrada efetiva dos Estados Unidos na guerra foi fator fundamental para a futura vitória dos aliados.
d) A saída da Áustria e da Turquia do conflito debilitou a capacidade militar da Alemanha.

13. Escreva nos parênteses C para as afirmativas corretas e E para as erradas:

( ) Para entrar na guerra mundial, os Estados Unidos usaram como pretexto o afundamento de navios pelos alemães.
( ) A Alemanha aceitou as condições de paz impostas pela Rússia.
( ) A Primeira Guerra Mundial terminou com a vitória dos países da Entente e seus aliados.
( ) Os Estados Unidos e a Inglaterra foram obrigados a pagar indenizações de guerra.

14. Sobre os "14 Pontos de Wilson", qual não corresponde?

a) Uma paz justa, "sem vencidos nem vencedores".
b) Redefinição das fronteiras europeias com base no "direito de autodeterminação dos povos".
c) Criação de um órgão internacional para solucionar eventuais conflitos entre os países.
d) Total desarmamento.

15. **Fator fundamental para se compreender o fim da Grande Guerra:**
    a) Revolução comunista na Rússia.
    b) Participação dos Estados Unidos ao lado da Tríplice Entente.
    c) Derrota do Japão.
    d) Entrada da Itália no conflito em aliança com a França e a Inglaterra.

16. **Faça a associação:**
    a) Tratado de Versalhes.
    b) Tratado de Saint-Germain.
    c) Tratado de Neuilly.
    d) Tratado de Trianon.
    e) Tratado de Sèvres.
    ( ) A Hungria perdeu territórios, incorporados pela Tchecoslováquia, Iugoslávia e Romênia.
    ( ) Liquidação do Império Otomano.
    ( ) A Alemanha foi obrigada a se considerar culpada pela guerra.
    ( ) A Bulgária perdeu territórios para a Iugoslávia, a Romênia e a Grécia.
    ( ) Fim do imenso e secular Império dos Habsburgos.

17. **Sobre a Sociedade das Nações (ou Liga das Nações), indique a alternativa incorreta.**
    a) Ela constava dos "14 Pontos" do presidente norte-americano Wilson.
    b) Sua sede ficava na Suíça, em Genebra.
    c) A Sociedade das Nações, para resolver conflitos entre países, criou a Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, nos Países Baixos.
    d) Foi substituída pela Organização das Nações Unidas.

18. **Que característica não se aplica à Rússia no começo do século XX?**
    a) Monarquia absolutista.
    b) Economia rural e semifeudal.
    c) Grande influência da Igreja Ortodoxa.
    d) Rápido processo de industrialização.

19. **Associe os nomes dos principais líderes das revoluções que aconteceram na Rússia em 1917 com suas posições políticas e situações.**
    a) Kerensky.
    b) Lênin.

c) Trótski.
d) Stálin.
( ) iniciou a Nova Política Econômica (NEP).
( ) chefe menchevique, acreditava que o país venceria a guerra.
( ) desejava a imediata difusão mundial do socialismo.
( ) desejava consolidar no país para depois expandi-la pela Europa.

20. São as causas que mais contribuíram para o colapso do Governo Provisório instalado na Rússia, em fevereiro/março de 1917:
a) a reação aristocrática e as reivindicações das minorias nacionais.
b) a crise de abastecimento e o prosseguimento da guerra.
c) a oposição dos sociais democratas e a rendição na guerra.
d) a questão agrária e a oposição dos mencheviques.

21. O que ocorreu na União Soviética em decorrência das mudanças sociopolíticas instauradas pela Revolução Russa de 1917?
a) Estatização dos principais meios de produção.
b) Pluralidade partidária.
c) Divisão dos latifúndios em pequenas propriedades (*kolkhozes*).
d) Eliminação das diferenças culturais e religiosas dos diversos grupos étnicos.

22. A Nova Política Econômica (NEP), estabelecida por Lênin, era:
a) uma revisão do socialismo para enfrentar a guerra civil.
b) uma adaptação do socialismo ao capitalismo, imposta pelo Exército Branco.
c) uma concessão provisória às formas capitalistas de produção com o objetivo de superar dificuldades temporárias.
d) uma manobra de Lênin a fim de esconder o fracasso do Comunismo de Guerra.

23. Assinale com um X as afirmativas verdadeiras sobre Mussolini.
a) ( ) Os camisas negras eram grupos socialistas que combatiam Mussolini.
b) ( ) Mussolini organizou a Marcha sobre Roma e, em seguida, foi indicado para o cargo de presidente do Conselho de Ministros.
c) ( ) Socialistas e comunistas foram duramente perseguidos pelo governo de Mussolini.

d) ( ) A Marcha sobre Roma foi um verdadeiro golpe de Estado de Mussolini.
e) ( ) Durante o governo de Mussolini houve grave crise econômica e o analfabetismo aumentou na Itália.
f) ( ) Em 1935, Mussolini determinou a invasão da Etiópia, na África.

24. Assinale com um X as afirmativas verdadeiras sobre o fascismo na Itália.

a) ( ) Pluralidade partidária.
b) ( ) Militarismo para a defesa da nação e sua expansão.
c) ( ) Valorização do indivíduo.
d) ( ) Ausência de liberdade sindical, econômica e de imprensa.
e) ( ) Exaltação dos valores nacionais.

25. Faça a associação entre as colunas.

a) Fascio	( ) Chefe, comandante.
b) Esquadrista	( ) Comunista.
c) Duce	( ) Grupos fascistas armados.
d) Camisa negra	( ) Símbolo de identificação dos fascistas.
e) Bolchevista	( ) Símbolo de poder do Estado romano.

26. Grupos sociais que apoiaram a ascensão dos fascistas ao poder, exceto:

a) Católicos.
b) Latifundiários.
c) Burguesia.
d) Trabalhadores socialistas.

27. No final e após a Primeira Guerra Mundial, houve numerosas modificações econômicas, sociais e políticas na Alemanha. Correlacione os fatos.

a) Hitler é nomeado chanceler da Alemanha.
b) Golpe de Estado fracassado em Munique.
c) Tratado de Versalhes.
d) Revolta espartaquista (comunista) em Berlim.
e) Mein Kampf (Minha Luta).
g) Avanço eleitoral dos nazistas.
f) Monarquia substituída pela República.

( ) 1932
( ) Livro escrito por Hitler.
( ) 1923
( ) 1918
( ) 1933
( ) Limitação da soberania alemã.
( ) 1919

28. Constituíam o ideário nazista, exceto:

a) Denúncia do Tratado de Versalhes.
b) Discriminação de judeus na funções públicas.
c) Dura repressão de socialistas e comunistas.
d) Criação de uma nova moeda.

29. As proposições abaixo podem estar certas ou erradas. Leia-as com atenção e responda:

I) O Estado nazista tinha características nacionalistas.
II) Na Alemanha hitlerista ocorreu a nazificação da cultura.
III) O nazismo desenvolveu uma política expansionista dentro da própria Europa.

a) se apenas a proposição I está correta.
b) se apenas as proposições I e II estão corretas.
c) se todas as proposições estão corretas.
d) se todas as proposições estão erradas.

30. Havia uma diferença entre o nazismo alemão e o fascismo italiano. Indique-a:

a) O nazismo era profundamente racista; o fascismo, não.
b) O fascismo era um regime político totalitário; o nazismo, não.
c) O nazismo era socialista; o fascismo, não.
d) O fascismo privilegiava a educação; o nazismo, não.

31. Portugal e Espanha foram países fascistas no período entre guerras. Indique P para Portugal e E para a Espanha para as frases abaixo.

a) Salazarismo. ( )
b) Guerra civil. ( )
c) Franquismo. ( )
d) Golpe de Estado. ( )

e) Guernica. ( )
f) Falange. ( )

32. "New Deal" foi o nome dado ao conjunto de medidas tomadas pelo governo norte-americano para enfrentar a Grande Depressão econômica que se seguiu à Crise de 1929. Tais medidas haviam sido preconizadas por Franklin Roosevelt em sua campanha presidencial, em 1932, e seus pontos básicos eram os abaixo relacionados, exceto:

a) o abandono do Liberalismo, caracterizado pela não intervenção de Estado.
b) uma política de intervencionismo estatal na economia para enfrentar a Grande Depressão.
c) uma preferência pela produção agropecuária para aumentar as exportações.
d) um aumento dos salários para estimular o consumo e, em decorrência, a produção.

33. Identifique abaixo os elementos que são referentes ao período entre as duas grandes Guerras Mundiais:

a) Organização da URSS; queda da Bolsa de Nova York; assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando; política de alianças.
b) Intervenção estatal na economia; surgimento do fascismo e do nazismo; criação de Estados totalitários; crescimento do nacionalismo.
c) Desenvolvimento industrial dos Estados Unidos; queda de Mussolini e Hitler; implantação do regime socialista na Rússia; organização da Liga das Nações.
d) Descolonização na África e Ásia; hegemonia econômica dos Estados Unidos; guerra civil na Espanha; New Deal.

Descomplicando a História

Fato que tornou o início da Primeira Guerra Mundial inevitável:

a) Ultimato austríaco recusado pela Sérvia.
b) Mobilização do exército russo.
c) Armamentismo alemão.
d) Assassinato do príncipe herdeiro ao trono austríaco Francisco Ferdinando.

Comentário:

O ultimato austríaco determinava, entre outras concessões, que a Sérvia admitisse em seu território a presença de oficiais austríacos para investigar o atentado que provocou a morte do herdeiro ao trono austro-húngaro, Francisco Ferdinando. Se a Sérvia admitisse, desapareceria sua soberania. Apoiada pela Rússia, ela recusou o ultimato, motivo para o Império dos Habsburgos declarar-lhe guerra.
Alternativa correta: a.

19 República oligárquica e a era Vargas

O Brasil e a República oligárquica (1894-1930)

Em 1894, eleito por voto direto, tomava posse o primeiro presidente civil, o paulista Prudente de Morais. Nasceu em Piracicaba, no oeste histórico de São Paulo, numa família de cafeicultores. Advogado, participou da Convenção Republicana de Itu e foi um dos fundadores do PRP (Partido Republicano Paulista). Com sua posse, iniciava-se o predomínio político das oligarquias rurais. Os mais importantes políticos de São Paulo e de Minas Gerais, em geral cafeicultores, aliavam-se às oligarquias rurais de outros estados, monopolizavam os principais cargos da república e dirigiam o governo, em função dos seus interesses. Como os estados de São Paulo (maior produtor de café) e Minas Gerais (grande produtor de leite) tinham as maiores bancadas na câmara dos deputados, eles ditavam as regras da política. Por isso, a República Oligárquica é também conhecida como República do Café com Leite.

A base do poder das oligarquias era o coronelismo, cuja origem remonta a 1841, ano em que o ministro da Justiça da regência, padre Diogo Antônio Feijó, criou a Guarda Nacional para restabelecer a ordem. Normalmente, seu comando era exercido pelos fazendeiros, origem da expressão "coronel" aplicado aos latifundiários. Na República Velha, os coronéis tinham enorme poder e influência sobre a maioria das pessoas que viviam em sua região. Dominavam politicamente o município onde residiam e indicavam quem deveria ser candidato às eleições, caso não fossem eles mesmos. Forçavam os eleitores a votar no seu candidato. Em caso de desobediência, o rebelde corria o risco de não ter trabalho e até mesmo ser fisicamente punido. Geralmente eram obedecidos. Como o voto não era secreto, foi pejorativamente apelidado de "voto de cabresto". E, no seu conjunto, os eleitores formavam o "curral eleitoral" do coronel.

Por outro lado, o coronel praticava benfeitorias. Arrumava trabalho para os adultos, escolas e postos de saúde para as crianças; quando necessário, distribuía alimentos, roupas, calçados e remédios. Não raro, batizava filhos de seus empregados e conhecidos; arrumava casamentos. Agia até como juiz ao resolver conflitos pessoais e familiares.

Para manter sua autoridade e seu domínio, os coronéis possuíam exércitos particulares, constituídos de jagunços e capangas (no nordeste do país) ou peões (no sul). O poder dos coronéis se ampliou no início do período republicano, em decorrência da descentralização político-administrativa instituída pela Constituição de 1891.

Governo de Prudente de Moraes (1894-1898)

Em seu governo destacaram-se quatro episódios:

1) Questões territoriais: a de Palmas, na qual a Argentina reivindicava uma área que atualmente corresponde ao oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. O presidente norte-americano Cleveland, árbitro do conflito, decidiu em favor do Brasil. A outra questão refere-se à ilha atlântica de Trindade, cuja posse era reclamada pela Inglaterra. O governo português, escolhido para arbitrar, decidiu pelo Brasil. Em ambas as questões, o Brasil foi defendido pelo notável jurista, historiador e diplomata: José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.
2) Revolta de Canudos: no sertão da Bahia, em Canudos, Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, fanático religioso, considerado beato pelos seus seguidores, criara a vila de Belo Monte, um arraial. Ele e seu grupo viviam isolada e independentemente, à margem das leis estaduais. O arraial se expandiu com a chegada de milhares de sertanejos, o que prejudicava os latifundiários, que careciam de mão de obra. Também a Igreja católica se sentia prejudicada pela perda de fiéis.

Em Belo Monte não havia propriedade particular. A terra, a colheita, os animais, tudo era comunitário. Não existiam, portanto, diferenças sociais. Ali não havia bebidas alcoólicas, prostituição e jogos. A produção de feijão, mandioca e milho atendia as necessidades de todos. Antônio Conselheiro admirava a monarquia, que considerava um "governo divino". Opôs-se à separação entre Estado e Igreja, e ao casamento civil, instituídos pela Constituição republicana. Opunha-se também ao pagamento de impostos, pois considerava a República um governo ilegítimo.

Pressionado pelos coronéis e pelas autoridades religiosas, e influenciado pelos boatos, o governo da Bahia enviou uma força militar, que foi repelida pelos conselheiristas. Duas outras expedições, a mando do governo federal, também fracassaram. A bravura dos habitantes de Belo Monte tem, entre outras, uma explicação: ganhariam o céu se resistissem aos assaltos das tropas governamentais.

Mas, em 1897, uma numerosa e bem-armada expedição federal, comandada por um general, destruiu Canudos. Poucos antes, o beato Conselheiro havia morrido de doença. Poucos conselheiristas sobreviveram à chacina.

3) Pacificação definitiva do Rio Grande do Sul: Prudente de Moraes concedeu anistia a todos os implicados na Revolta Federalista.

4) Atentado ao presidente: no dia 5 de novembro de 1897, ao receber a primeira tropa que voltava da Bahia, o presidente foi atacado por um soldado armado. Ao ser preso, o soldado conseguiu esfaquear mortalmente o ministro da Guerra, Carlos Bittencourt. Em decorrência do episódio, das críticas da imprensa e da oposição dos florianistas, o Congresso aprovou o estado de sítio. Foram presos e exilados diversos adversários políticos, especialmente os florianistas.

132



Guerra de Canudos, 1897. Mulheres e crianças, seguidoras de Antônio Conselheiro, presas durante os últimos dias da guerra

Governo de Campos Sales (1898-1902)

Também paulista, cafeicultor e republicano histórico, Campos Sales assumiu a presidência com o país politicamente pacificado. Vejamos três destaques de seu período presidencial.

1) Saneamento financeiro: a situação financeira do governo federal era grave, devido ao pagamento de parcelas de dívidas, ao pagamento de juros, às despesas para acabar com as revoltas ocorridas durante o

governo de seus antecessores (Floriano e Prudente de Moraes) e à queda no preço do café no mercado internacional. A Inglaterra era o maior credor, mas o conjunto das dívidas estava distribuído por diversos bancos, o que dificultava a renegociação. Além disso, para pagar suas obrigações, o governo tinha de emitir dinheiro, o que causava inflação. Antes de sua posse, Campos Sales fora a Londres, onde obteve um grande empréstimo do Banco Rothschild, conhecido como *Funding Loan* (empréstimo para um fundo monetário). Com ele, o Brasil pagava todas as demais dívidas e ficava apenas com uma, cujos juros só começariam a ser pagos após três anos, e as primeiras parcelas, só após 13 anos. O governo brasileiro retirou de circulação uma quantidade de moeda correspondente ao valor do empréstimo, diminuiu os gastos públicos e elevou os impostos. Como consequência dessas medidas, a inflação caiu e o governo passou a ter superávit no orçamento. Mas o presidente Campos Sales se tornou bastante impopular.



Retrato de Campos Sales, 1900, quarto Presidente do Brasil (1898-1902)

Como garantia, o governo brasileiro cedeu ao novo grande credor, o Banco Rothschild, o controle das rendas da alfândega do Rio de Janeiro, da rede de abastecimento de água da capital e da Estrada de Ferro Central do Brasil.

2) A política dos governadores: apoio recíproco entre o presidente e os governadores. Para obter o apoio do Congresso, o presidente fez um grande acordo político. As oligarquias estaduais, influenciadas pelos governadores, apoiariam o presidente para que ele pudesse fazer seu sucessor. Em troca, Campos Sales assegurava a posse dos candidatos das oligarquias eleitos para a câmara e o senado. No Congresso, foi criada a Comissão de Verificação de Poderes, controlada pelo presidente. Sua função: analisar as atas das mesas eleitorais. Quando os candidatos eleitos eram da oposição, a eleição era anulada (degola política). Assim, somente os governistas tomavam posse.

   O número de deputados era proporcional à população dos estados. Como não havia partidos nacionais, mas apenas estaduais, como o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), esses dois, que tinham a maior representatividade na câmara, alternaram-se na presidência ao longo de quase toda a República Velha (1894-1930). Um

presidente paulista era sucedido por um mineiro, e vice-versa. No período que se estende de 1894 a 1930, dos 11 presidentes, apenas três não eram de São Paulo ou Minas Gerais.

3) Questões de limites: no Amapá, houve uma disputa entre Brasil e França. O árbitro foi o governo da Suíça, que decidiu pelos argumentos do Barão do Rio Branco.

Governo de Rodrigues Alves (1902-1906)

A administração desse paulista, cafeicultor e republicano histórico, também teve seus destaques.

1) Urbanização do Rio de Janeiro: doenças como cólera, febre amarela, varíola, peste bubônica e tuberculose eram comuns na capital da república, o Rio de Janeiro. Em 1902, a febre amarela causou a morte de quase mil pessoas na cidade. Dois anos depois, uma epidemia de varíola matou mais de três mil pessoas. A rede de saneamento básico era precária. Para enfrentar o problema, sob direção do prefeito nomeado do Distrito Federal, Pereira Passos, o governo decidiu derrubar quarteirões inteiros, acabar com muitos cortiços existentes no centro da capital, alargar ruas, construir avenidas e eliminar os focos de doenças contagiosas. Surgia a avenida Central (atual avenida Rio Branco). Aos pobres, que tiveram suas casas demolidas, restava uma opção: mudar para a periferia ou ocupar os morros. Os que decidiram construir suas moradias nos morros deram início ao processo de favelização, uma paisagem humana muito comum da cidade.

134



Charge da Vacina Obrigatória, publicada na Revista da Semana em 2 de outubro de 1904



No início do século XX, durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), a região passa por grandes melhoramentos, entre os quais se inclui a abertura da avenida Central, hoje Rio Branco

2) Saneamento da capital da República: dela foi encarregado Oswaldo Cruz, médico sanitarista, que organizou uma campanha para acabar com as doenças endêmicas. Ela foi mal recebida pela população, por ignorância sobre o assunto, criticada pelos políticos de oposição e satirizada pela imprensa. Houve atos de violência em protesto contra a campanha da vacina obrigatória. Foi a chamada Revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904. Durante três dias, a quebradeira foi geral. Houve até uma rebelião na Escola Militar da Praia Vermelha, para derrubar o presidente.
3) Convênio de Taubaté (1906): em decorrência da forte queda nos preços do café no mercado internacional, os governadores de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, os maiores produtores de café, reuniram-se na cidade de Taubaté (SP) para discutir as medidas a tomar para a valorização do produto. Para diminuir a oferta do grão no mercado, os governos estaduais passariam a comprar o excedente e a formar estoques reguladores. Para poder comprar a produção excedente, os governos fariam empréstimos externos e lançariam uma taxa sobre o café exportado. O presidente, apesar

de cafeicultor, não concordou, porque haveria um crescente endividamento externo. Além disso, inevitavelmente haveria a formação de estoques, agravando o problema.

Saiba

A QUEDA NO VALOR DO CAFÉ

Ano	Preço internacional do café
1898	13.400 réis
1906	4.400 réis

4) Questão do Acre: no final do século XIX, o Acre, pertencente à Bolívia, era um grande produtor de látex, insumo básico da borracha. Os seringais eram explorados por brasileiros, principalmente cearenses. Como a Bolívia decidira arrendar a área para uma empresa norte-americana, houve uma revolta dos seringueiros, liderada por Plácido de Castro, que proclamou a secessão da região. Como solução, Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Petrópolis (1903), negociado pelo Barão do Rio Branco: o Brasil anexaria o Acre, indenizaria a Bolívia em dois milhões de libras e construiria a estrada de ferro Madeira-Mamoré, para facilitar as exportações bolivianas pelo vale Amazônico (conexão entre ferrovia e navegação).

Governo de Afonso Pena (1906-1909)

Primeiro presidente não paulista, mas cafeicultor, ele inaugurou, de fato, a "política do café com leite". Instituiu o serviço militar obrigatório (defendido pelo poeta Olavo Bilac), promoveu uma reforma no exército e na marinha e incentivou a imigração. Em seu governo, ocorreu a chegada dos primeiros imigrantes japoneses (1908). Afonso Pena morreu antes de completar seu mandato. Assumiu o vice-presidente, Nilo Peçanha.

Governo de Nilo Peçanha (1909-1910)

Fluminense de Campos, Nilo Peçanha completou o período presidencial de Afonso Pena. Manteve a política econômica, criou o Ministério da Agricultura e o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), antecessor da FUNAI, chefiado pelo marechal Cândido Rondon. Foi denominado Marechal da Paz, pois tinha por lema: "Morrer, se preciso for; matar, nunca". A sucessão presidencial deu origem à primeira crise na República oligárquica. O marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra de Afonso Pena, lançou-se candidato à presidência. Gaúcho, sobrinho de Deodoro da Fonseca, recebeu o apoio dos militares, do presidente Nilo Peçanha e

dos partidos republicanos gaúcho e mineiro. Os paulistas aliaram-se ao partido republicano da Bahia e, juntos, apoiaram a candidatura do notável jurista e senador Rui Barbosa. Foi a Campanha Civilista, pois Rui opunha-se ao militarismo, defendendo a presença de presidentes civis no governo. Não desejava a volta à República da Espada. A disputa presidencial foi acirrada, mas a vitória coube ao marechal. Afinal, o governo não perdia eleições.

Governo de Hermes da Fonseca (1910-1914)

Hermes da Fonseca teve seu governo marcado por muitas lutas e revoltas. Entre elas, destacam-se:



Marinheiros da Revolta da Chibata, João Cândido ao centro, 1910

1) Revolta da Chibata (1910) – Ocorreu no Rio de Janeiro, logo após a posse do presidente. Marinheiros de belonaves fundeadas na Baía de Guanabara revoltaram-se contra as chibatadas que recebiam. Liderada pelo negro João Cândido, apelidado Almirante Negro, a revolta começou no couraçado *Minas Gerais* e atingiu outros navios de guerra. Exigiam os rebeldes o fim dos castigos, o aumento do soldo e a anistia ampla. Durante quatro dias, a capital federal esteve sob ameaça de bombardeio. Como o presidente prometeu acabar com as punições desumanas, os rebeldes findaram a revolta e entregaram os navios a oficiais legalistas. Porém, um mês depois, o governo descumpriu parte de sua promessa: diversos marinheiros

foram presos, enquanto outros eram dispensados. Eclodiu uma nova rebelião, sem a participação de João Cândido, a qual foi duramente reprimida pelo exército e pela própria marinha. Houve muitas prisões. Dezoito rebeldes foram colocados numa cela da prisão da Ilha das Cobras, inclusive João Cândido. Para liquidar com os presos, foi jogada cal no interior da cela. O Almirante Negro sobreviveu. Outros foram colocados num navio-prisão e levados para a Amazônia. No trajeto, alguns foram executados. Os sobreviventes foram entregues a latifundiários, para trabalhar como escravos. O governo cedeu num ponto: proibiu os castigos físicos.

2) Política das Salvações – Foi a substituição dos governadores de estado por pessoas da confiança do presidente. Na verdade, substituiu-se um oligarca por outro. No Ceará, substituiu-se a família Accioli pela família Ribeiro. Mas o padre Cícero, importante líder religioso e político, com o apoio de coronéis amigos e bando de sertanejos, recolocou os Accioli no governo do estado.

3) Guerra do Contestado (1912-1916) – Os estados do Paraná e de Santa Catarina reivindicavam uma área, mais tarde conhecida como Contestado. Na região, havia outra disputa envolvendo posseiros e empresas madeireiras, que tinham recebido do governo federal grandes concessões de terra. Em decorrência da miséria e do isolamento, surgiram na região beatos, fenômeno semelhante ao de Antônio Conselheiro em Canudos. Temerosos, latifundiários e grandes madeireiras apelaram inicialmente aos governos estaduais e, depois, ao governo federal para enviarem tropas.

137



Milícia a serviço dos "coronéis" do Contestado. Foto de Claro Jansson, 1916

Diversas expedições militares entraram em luta contra os "pelados", como eram chamados os rebeldes. Em 1916, após muitas mortes e destruição, a revolta chegava ao fim.

Governo de Venceslau Brás (1914-1918)

No governo desse mineiro, vice-presidente de Hermes da Fonseca, foram estes os acontecimentos mais importantes:

1) O Brasil entrou na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O país se manteve neutro até 1917. Porém, com a entrada dos Estados Unidos no conflito (abril) e os ataques alemães a navios mercantes brasileiros, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os impérios centrais e declarou-lhes guerra. Sua participação foi pequena: além de enviar para a Europa alguns aviadores e médicos, sua esquadra auxiliou os aliados na fiscalização do Atlântico Sul.


138

Operários e anarquistas marcham portando bandeiras negras pela cidade de São Paulo, na greve de 1917

2) Os reflexos da guerra se fizeram sentir na economia brasileira. O Brasil era tradicional exportador de matérias-primas e alimentos para o mercado europeu, e importador de produtos industrializados, especialmente da Inglaterra. Excetuando alguns anos do começo do século XX, a balança comercial era deficitária para o nosso país. Em decorrência do conflito, e da transformação de suas economias, os países aliados aumentaram suas importações e diminuíram suas exportações. Se, de um lado, a balança comercial se tornou favorável ao Brasil, provocando

grande acumulação de moeda forte, de outro, o país teve de produzir o que tradicionalmente importava. Resultado: durante o grande conflito cresceu a industrialização brasileira, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo, suas maiores cidades.

3) Movimento operário e greves: com a industrialização, o número de operários cresceu. Devido aos baixos salários, às más condições de trabalho, às longas jornadas (até 14 horas de trabalho) e à elevação do custo de vida, os movimentos operários reivindicatórios se multiplicaram. Exigiam aumentos salariais, mais higiene no ambiente de trabalho, mais segurança etc. Ocorreram diversas greves, lideradas por imigrantes europeus, em geral ligados a movimentos socialistas e anarquistas. Em 1917 houve uma greve geral em São Paulo. O número de grevistas, que no começo era de dois mil, pulou para 40 mil. Como de hábito, a repressão policial foi brutal, o que causou inclusive mortes. Como diria o presidente Washington Luís, anos mais tarde: "A questão social é questão de polícia".

Governo de Delfim Moreira (1918-1919)

Mineiro, ele era vice-presidente de Rodrigues Alves, que havia sido reeleito, mas, vítima da gripe espanhola, faleceu antes de tomar posse. Moreira, como determinava a Constituição de 1891, convocou novas eleições. Governou até a posse do eleito.

Governo de Epitácio Pessoa (1919-1922)

Ele completou o mandato presidencial de Delfim Moreira. Houve um impasse na escolha do candidato oficial à sucessão de Moreira: um mineiro ou um paulista? Afinal, Rodrigues Alves, falecido antes de tomar posse, era paulista. Seu vice, Delfim Moreira, que exerceu a presidência interinamente por um ano, era mineiro. Para evitar uma divisão que enfraquecesse o domínio oligárquico, foi indicado o paraibano Epitácio Pessoa. Seu adversário foi Rui Barbosa. Foi eleito, como sempre, o candidato oficial, Epitácio Pessoa. Para os historiadores, seu governo marca o início da crise da República Oligárquica, que levou à sua queda em 1930.

Nas décadas anteriores, o Brasil passara por diversas transformações. Houve um rápido crescimento populacional, decorrente da alta taxa de natalidade e da queda na taxa de mortalidade. Crescera especialmente a população urbana: o Rio de Janeiro se aproximava de um milhão de habitantes; São Paulo, a segunda cidade brasileira então, decuplicara sua população em três décadas. A imigração colaborava intensamente para esse crescimento. Muitos imigrantes eram profissionais qualificados,

e recebiam salários mais altos. Havia, portanto, um crescimento significativo do mercado consumidor. Multiplicara-se o número de fábricas, principalmente durante a Grande Guerra. Ocorria também uma melhoria nos sistemas de transportes, urbano, interurbano e interestadual. Assim, pessoas e mercadorias eram transportadas em maior volume e mais rapidamente.

A natureza das exportações brasileiras se modificava. Éramos tradicionais importadores de produtos industrializados e exportadores de alimentos e matérias-primas. O café chegara a representar 80% do valor das exportações. Mas, em 1918, os produtos industrializados representavam 29% das exportações. Durante o conflito, cerca de seis mil novas indústrias (de tecidos, calçados, alimentos etc.) tinham sido instaladas, principalmente no Rio e em São Paulo. Dois anos depois, havia no país mais de 13 mil estabelecimentos industriais, onde trabalhavam cerca de 280 mil operários. A industrialização foi mais intensa na capital paulista. Em 1907, São Paulo representava 15,9% da produção industrial brasileira. Em 1919, saltava para 31,5%. Nessa mesma fase, o Rio de Janeiro declinou de 30,2% para 20,8%. No final da década de 1920, São Paulo passou a liderar em número de fábricas e de operários.

139



São Paulo antiga, Av. Tiradentes, estação da Luz, em 1900. Foto de Guilherme Gaensly (1843-1928)

O quadro social se tornava mais diversificado e complexo. A industrialização enriquecia os empresários urbanos (banqueiros, industriais, comerciantes), os quais não tinham uma participação política na proporção de sua riqueza. Expandia-se também uma classe média urbana, constituída por trabalhadores qualificados, pequenos industriais e comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, e que almejava desempenhar na política um papel ativo. Multiplicavam-se os trabalhadores, mas seus salários não acompanhavam o crescimento econômico do país, nem a inflação. Reivindicavam direitos trabalhistas e participação política.

Por fim, formava-se também um importante grupo de oficiais militares, oriundos da classe média urbana, ardentemente desejoso de uma radical mudança no país. Pleiteavam os "tenentes", como eram genericamente chamados, uma profunda reforma na educação e uma moralização do modelo político, monopolizado pelas oligarquias rurais. O tenentismo propunha um governo forte (ditadura), para eles o único capaz de modernizar o país.

O governo de Epitácio Pessoa foi marcado por vários acontecimentos importantes.

1) Construção de grandes obras para combater a seca no sertão do nordeste do país. Foi encarregado das obras o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra a Seca).
2) Revolta do Forte de Copacabana (1922), o primeiro ato violento dos tenentes. O presidente era notoriamente antimilitarista e antiflorianista. Inclusive nomeara civis para os ministérios militares. Tinha atritos com o marechal Hermes da Fonseca, a ponto de determinar sua prisão. Este foi o motivo imediato da revolta. No dia 5 de julho de 1922, chefiados por Euclides da Fonseca, filho do marechal Hermes, alguns oficiais tomaram o Forte de Copacabana. Pretendiam impedir a posse de Artur Bernardes. Membro da oligarquia, já eleito para a presidência, Bernardes tomaria posse em novembro. Os rebeldes esperaram, em vão, a adesão de outras unidades militares. Cercados por tropas legalistas e sob bombardeio da marinha, 17 militares decidiram abandonar o forte e enfrentar as tropas legalistas na calçada da praia de Copacabana. Um civil, Otávio Correa, a eles se agregou. No intenso tiroteio, 16 rebeldes morreram. Sobreviveram apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O episódio ficou conhecido como Os 18 do Forte.
3) Fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). O movimento comunista internacional havia crescido em decorrência do triunfo da Revolução Bolchevique, na Rússia. Diversas associações comunistas foram criadas no Brasil, multiplicando-se o número de militantes. Em março de 1922,

nove delegados fundaram o Partido Comunista do Brasil (PCB), cuja atuação se fez junto aos meios sindicais, com o objetivo de afastá-los do anarquismo. Porém, meses depois, o governo federal colocou-o fora da lei.

4) Semana de Arte Moderna (1922). Ocorreu em São Paulo, no Teatro Municipal, entre os dias 13 e 15 de fevereiro de 1922. Foram três noites, nas quais um grupo de intelectuais tornava público seu desejo de renovar a literatura e as artes, pregando a ruptura com a tradição artística. Numa segunda fase do movimento, após 1924, cujo marco pode ser considerado o *Manifesto Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade, a preocupação com a renovação estética e o combate irrestrito ao passado – sobretudo os elementos do romantismo e do naturalismo – deixaram o primeiro plano e os caminhos se dirigiram mais claramente para a elaboração de uma literatura e um projeto de cultura nacional. Se ainda hoje se discutem os seus efetivos resultados, um fato é incontestável: gerou muita polêmica na época.


140

Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade (sentado), Anita Malfatti (sentada, ao centro) e Zina Aita (à esquerda de Anita), em São Paulo, Brasil

5) Comemoração do Centenário da Independência (1822-1922). No dia 7 de setembro, o presidente inaugurou a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, com material promocional da indústria brasileira.

Governo de Artur Bernardes (1922-1926)

Mineiro, ele governou o país em estado de sítio, devido ao crescimento da oposição, especialmente o movimento tenentista. Crescia a crise da República oligárquica. Foram os seguintes os principais acontecimentos:

1) a Revolução Paulista de 1924. No dia do segundo aniversário da Revolta do Forte de Copacabana (5 de julho), comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, em São Paulo, militares iniciaram um movimento

contra o governo de Artur Bernardes. Os rebeldes exigiam a renúncia do presidente, o fim do estado de sítio, a formação de um governo provisório, a adoção do voto secreto e a convocação de uma Assembleia Constituinte. Foram apoiados por quartéis em diversos estados, principalmente no Rio Grande do Sul. A capital paulista foi tomada, mas logo em seguida tropas legalistas a cercaram. Houve intenso combate, e os rebeldes optaram por abandoná-la. A coluna rebelde penetrou no estado do Paraná, rumou para Foz do Iguaçu, onde a ela se juntou outra coluna rebelde que vinha do Rio Grande do Sul, comandada pelo capitão Luis Carlos Prestes;

141



Tanques na revolução Paulista de 1924

142



Grupo de revolucionários da Coluna Prestes, 1925

2) a Coluna Prestes. A junção das duas colunas deu origem à Coluna Prestes. Entre abril de 1925 e fevereiro de 1927, a coluna percorreu 24 mil quilômetros e atravessou 12 estados, com o objetivo de levantar o povo contra as oligarquias. Nunca foi derrotada nos 53 combates que enfrentou, mas não atingiu seu objetivo nem tomou o poder. Com a posse de um novo presidente, a coluna se desfez, e os principais comandantes se exilaram na Bolívia;

3) o cangaço, um fenômeno social que caracterizou o interior do nordeste desde o final do século XIX até a década de 1930. Em decorrência da seca e do predomínio dos latifúndios, os marginalizados socialmente e os jagunços, que caíam em desgraça junto aos coronéis, formavam bandos. Agiam com violência contra a polícia estadual e as tropas federais. Não raro, atacavam as fazendas e pilhavam as vilas. Suas ações aterrorizavam a população simples, especialmente as mulheres, pois comumente havia raptos.


143

Retratos do cangaço: Virgulino Ferreira da Silva - Lampião 1936-1937, Benjamin Abrahão Botto

Os cangaceiros (membros do bando) atacavam fazendas, vilas e pequenas cidades. O mais famoso dos cangaceiros, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, agiu durante vários anos em boa parte do sertão nordestino. Combateu os jagunços dos coronéis e as polícias estaduais. Em 1926, foi convencido pelo padre Cícero a não atacar o Ceará e a combater a Coluna Prestes. Em troca, seria anistiado e teria a patente de capitão do exército. O governo federal nunca cumpriu sua parte. Lampião foi morto em 1938, bem como sua esposa Maria Bonita e diversos outros cangaceiros, durante a ditadura de Vargas.

Governo de Washington Luís (1926-1930)

Fluminense de Macaé, ele fez curso de Direito em São Paulo e lá ingressou na política, sempre ligado a cafeicultores. Foi eleito prefeito da capital paulista em 1914 e governador do estado em 1920. Em sua presidência, destacam-se os seguintes acontecimentos:

1) a política rodoviária, pois Washington Luís tinha como lema a frase "governar é abrir estradas". Sua administração construiu mais de 1.300

quilômetros de estradas, inclusive a primeira ligação rodoviária entre o Rio e São Paulo;

2) a quebra da "política do café com leite". A Grande Depressão, desencadeada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, afetou direta e profundamente as exportações brasileiras de café. Adepto do liberalismo econômico, o presidente afirmava que o próprio mercado, dominado pela lei da oferta e da procura, iria se encarregar de solucionar a crise. Seu ministro da Fazenda, Júlio Prestes, tomou algumas medidas que pouco serviram para solucionar a crise que afetava a cafeicultura. Preocupado com a continuação de sua política econômica, Washington Luís indicou Júlio Prestes, um paulista, candidato a sua sucessão. Mas, pela política do café com leite, era a vez de um candidato mineiro. Ao indicar outro paulista, o presidente provocou a quebra dessa política;

3) a formação da Aliança Liberal. Os políticos mineiros, insatisfeitos, passaram para a oposição. Liderados pelo seu governador, Antônio Carlos, aliaram-se às oligarquias dissidentes de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Em junho de 1929, formava-se a Aliança Liberal, que lançou o gaúcho Getúlio Vargas como candidato à presidência e o governador paraibano João Pessoa como vice. Com o objetivo de conquistar politicamente a população urbana, seu programa de governo prometia uma ampla reforma eleitoral: voto secreto e a criação da Justiça Eleitoral, para moralizar as eleições. Prometia acabar com o voto de cabresto, os currais eleitorais, a degola, a política dos governadores. As eleições foram realizadas em março de 1930, sob as regras típicas da República oligárquica. A vitória coube ao candidato oficial, Júlio Prestes. Mas fraudes ocorreram em todos os estados, quer os dominados pelas oligarquias situacionistas, quer aqueles dominados pelas oligarquias oposicionistas, como no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba.

   No dia 26 de julho, por razões passionais, João Pessoa foi assassinado na cidade do Recife. Porém, membros da Aliança Liberal manipularam o episódio, atribuindo o crime a motivos políticos;

4) a Revolução de 1930. Em 3 de outubro, faltando pouco mais de um mês para a posse de Júlio Prestes, eclodiu a revolução, liderada por militares e por políticos da Aliança Liberal. Ocorreu simultaneamente nos estados do sul e do nordeste do país pelos mais insatisfeitos com o domínio da oligarquia cafeeira. Houve a adesão de diversos outros estados e até mesmo dos políticos e empresários dissidentes de São Paulo. A resistência foi mínima. As tropas rebeldes avançaram em direção ao Rio de Janeiro, para depor Washington Luís, que insistia em permanecer no cargo. Finalmente, no dia 24 de outubro,

seguiu os conselhos do arcebispo do Rio de Janeiro e abandonou a presidência, seguindo para o exílio. Assumiu o governo uma Junta Militar. Dias depois, Getúlio Vargas chegava ao Rio para assumir o governo provisório. Com o fim da República Velha, iniciava-se a Era Vargas.

144



Comitiva de Getúlio Vargas (ao centro), fotografada por Claro Jansson, durante sua passagem por Itararé (São Paulo) a caminho do Rio de Janeiro após a vitoriosa Revolução de 1930

República Nova: a era Vargas (1930-1945)

A República Nova se subdivide em diversas subfases:

a) Era Vargas (1930-1945);
b) República Populista (1945-1964);
c) República Militar (1964-1985);
d) Nova República (a partir de 1985).

A primeira fase da República Nova corresponde à presidência de Getúlio Vargas e é tradicionalmente chamada "Era Vargas".

Governo provisório

Em novembro de 1930, à frente de um governo provisório, Vargas governou por meio de decretos, com o objetivo de promover uma ampla

reforma do Estado brasileiro. Até 1934, governou revolucionariamente. Suspendeu a Constituição de 1891, dissolveu o Congresso Nacional, nomeou interventores federais para todos os estados. Eram, em sua maioria, "tenentes". Criou novos ministérios, como o do Trabalho, da Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública.

Para valorizar o preço do café no mercado internacional, determinou a destruição de boa parte dos estoques. Foram queimadas, num decênio, quase 80 milhões de sacas. Os agricultores foram orientados a plantar outros produtos, como algodão, cacau, mate, laranja etc. Facilitou empréstimos pelo Banco do Brasil e criou diversos institutos, como o do Café, o do Cacau, o do Mate, o do Álcool, para orientação dos produtores e para obter maior produtividade. A área de plantação algodoeira praticamente dobrou no período de 1933 a 1936, em decorrência da expansão da indústria têxtil. Com a diversificação agrícola, o país deixava de depender tanto da produção e da exportação de café.

A nomeação do pernambucano João Alberto para interventor no estado de São Paulo provocou grande ressentimento na elite paulista, especialmente na velha oligarquia. Houve forte reação e duas principais exigências: a reconstitucionalização do país e a nomeação de um interventor civil e paulista.

Político hábil, Vargas procurou satisfazer o desejo da elite paulista ao nomear Pedro de Toledo como interventor. Em vão. Desejosa de voltar ao poder, a elite paulista criava condições para uma revolta. Havia críticas pela imprensa, comícios, passeatas. Faltava um fato dramático, que aconteceu, no dia 23 de maio de 1932, na capital de São Paulo, onde houve uma manifestação pública duramente repelida pela polícia. Quatro estudantes foram mortos: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Foi organizado um movimento cívico, o MMDC (sigla formada pelas iniciais do nome dos estudantes mortos), símbolo da luta pela reconstitucionalização. Não tardou o rompimento entre São Paulo e Vargas. No dia 9 de julho, iniciava-se a Revolução Constitucionalista.

Apenas as guarnições militares aderiram à revolução, comandada pelo general Bertoldo Klinger. Apesar do entusiasmo dos paulistas, da sua capacidade industrial, da resistência em algumas frentes de batalha, a revolução malogrou em três meses. O estado foi ocupado por tropas federais. Enquanto diversos líderes eram presos, outros seguiam para o exílio.

Mais uma vez, Vargas agiu com habilidade política. Já houvera convocado eleições para uma Assembleia Constituinte antes de eclodir a revolta paulista. Após a pacificação, fez realizar as eleições em maio de 1933. A Constituinte, instalada em novembro, aprovou e promulgou, em 16 de julho de 1934, a segunda Constituição republicana. De acordo com as Disposições Transitórias da Constituição, no dia 17 de

julho, foi realizada pelo Congresso a eleição presidencial. Vargas foi eleito para um mandato de quatro anos. Não houve escolha do vice-presidente porque, pela nova Constituição, essa função seria exercida pelo presidente do Congresso Nacional.



145

Soldados paulistas no embate contra os fluminenses, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, nos arredores do município de Cunha, Estado de São Paulo, Brasil

A Constituição de 1934 criou o Tribunal de Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho. Introduziu o voto secreto e o voto feminino (já exercido nas eleições para a Assembleia Constituinte, para a qual uma delas chegou a ser eleita). Porém, como o direito de voto só podia ser exercido pelas pessoas alfabetizadas, a maioria da população estava alijada do processo eleitoral. A Constituição estabeleceu o ensino primário obrigatório. Vários direitos trabalhistas, decretados por Vargas, foram a ela incorporados, como a limitação do trabalho feminino e infantil; a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias; férias anuais e repouso semanal remunerados, salário-mínimo, indenização por dispensa sem justa causa, assistência médica, regulamentação profissional, proibição de trabalho a menores de 14 anos e proibição de trabalho noturno a menores de 16 anos. Mas essas inovações só se aplicavam aos trabalhadores urbanos.

Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937)

Na década de 1930, o Brasil foi palco das rivalidades e lutas políticas que caracterizavam a Europa: o comunismo e o fascismo.

146



Saudação Integralista. Notar a saudação romana. Existem dúvidas quanto à data, e o autor da obra é desconhecido; sabe-se, porém, que foi publicada em 1935

Em 1932 foi criada a Ação Integralista Brasileira (AIB), chefiada pelo católico conservador Plínio Salgado. Assemelhava-se ao fascismo italiano. Seus militantes pertenciam, em geral, à classe média, ao clero católico e aos quadros de oficiais das forças armadas. Também era comum a adesão de imigrantes, com destaque para os italianos. Semelhante ao nazifascismo, seus militantes se organizavam e agiam como se fossem um exército. Disciplinados, marchavam pelas ruas dos principais centros urbanos, usavam uniforme (uma camisa na cor verde), tinham um emblema (a letra grega sigma) e saudavam-se à maneira fascista, gritando "Anauê" (expressão de cumprimento em tupi-guarani). Seu lema: "Deus, Pátria, Família". Nacionalistas exaltados, opunham-se aos sindicatos, acusando-os de instrumentos dos comunistas. Por negarem a existência da luta de classes, não admitiam greves.

Por seu lado, o Partido Comunista procurava ampliar sua atuação, ainda que ilegalmente, junto aos sindicatos dos trabalhadores, estudantes universitários e intelectuais. Para enfrentar a ameaça integralista, foi formada a Aliança Libertadora Nacional, uma ampla aliança antifascista. Seu líder mais importante era Luís Carlos Prestes, comandante da legendária Coluna Prestes. Propunha a ALN a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras e a reforma agrária (divisão dos latifúndios). Denunciava a simpatia de Vargas pelos integralistas e atuava principalmente junto às Forças Armadas. Em 5 de julho de 1935 (aniversário da Revolta do Forte de Copacabana), em um manifesto à nação, Luís Carlos Prestes conclamava o povo a uma revolução imediata.

Com a multiplicação dos choques entre integralistas e membros da ALN, e a necessidade de manter a ordem interna, o Congresso aprovou, a pedido do governo Vargas, a Lei de Segurança Nacional. Com base nela, a ALN foi fechada e proibida. Diversos líderes foram presos. Prestes, que escapou à prisão, voltava à ilegalidade.

No mês de novembro, revoltas ocorreram em diversos quartéis: em Natal, no Recife e, principalmente, no Rio de Janeiro. Eram lideradas por militares comunistas. No seu conjunto foram chamadas Intentona Comunista. Todas foram duramente esmagadas pelas tropas fiéis ao governo. Centenas de militantes comunistas foram presos. Prestes permanecia na clandestinidade, mas foi preso meses depois.

Aproximavam-se as eleições presidenciais, conforme determinava a Constituição. Três eram os candidatos: o político paulista Armando Sales de Oliveira, o escritor paraibano José Américo de Almeida, ex-ministro de Getúlio, e Plínio Salgado, chefe dos integralistas. Mas Getúlio, que não escondia sua vontade de permanecer no poder, decidiu por um golpe de Estado, com o apoio dos generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. O pretexto: a descoberta do Plano Cohen, cuja essência era a tomada do poder pelos comunistas e a bolchevização do Brasil. Era um plano falso, elaborado pelo capitão do exército Olimpio Mourão Filho, um integralista. O Congresso, iludido, declarou estado de sítio e deu plenos poderes a Getúlio.

No dia 10 de novembro de 1937, o golpe foi consumado. Getúlio determinou o fechamento do Congresso Nacional e outorgou ao país uma nova Constituição, redigida pelo jurista Francisco Campos (integralista). Em dezembro, um decreto proibia todos os partidos. Começava a ditadura de Getúlio Vargas, também conhecida como Estado Novo.

Estado Novo (1937-1945)

A Constituição outorgada, conhecida como "a polaca" (por ser inspirada na Constituição polonesa), impôs um Estado fortemente centralizado e unitário. Desaparecia a autonomia dos estados, que voltaram a ser administrados por interventores, nomeados pelo ditador. Em maio de 1938, os integralistas, que haviam apoiado o golpe de Vargas, tentaram assaltar o Palácio da Guanabara, mas foram rechaçados. Com o exílio de Plínio Salgado, o integralismo se esvaziou.

Foram criados, nesse período:

a) o DASP (Departamento de Administração e Serviço Público) para qualificar o funcionalismo público federal e aumentar sua eficiência;

b) o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), um órgão que exercia a censura nos jornais, revistas e estações de rádio. Também era encarregado de fazer a propaganda do governo e exaltar a pessoa de Vargas (culto à personalidade);

c) a Hora do Brasil, programa radiofônico obrigatoriamente transmitido, de segunda a sexta-feira, às dezenove horas. Noticiava atos do governo e valorizava o presidente.

147



Getúlio Vargas, foto oficial do Governo brasileiro, atual sob domínio público

Mais uma vez, demonstrando sua habilidade política, Getúlio procurou agradar as diversas camadas sociais. Aos trabalhadores urbanos, regulamentou, em 1941, o salário-mínimo e, em 1943, entrou em vigor a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que estabelecia os direitos e deveres de patrões e empregados. Criou também diversos institutos de previdência social, por categoria profissional (IAPI, IAPC, IAPB, atualmente reunidos no INSS). Agradou os empresários, ao praticar uma política protecionista, intervencionista e nacionalista. E não procedeu a nenhuma reforma agrária, o que tranquilizou os proprietários de latifúndios. Assim, Vargas se tornou conhecido como o "pai dos pobres" e "mãe dos ricos". Os grandes esquecidos: os trabalhadores rurais. Mas estes não tinham força política.

Com o passar dos anos, a ação do governo na economia foi mais intensa:

a) em 1939, sucesso na perfuração de um poço de petróleo em Lobato, na Bahia;

b) em 1941, início da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, com tecnologia e capitais dos Estados Unidos;

c) em 1942, criação da Companhia Vale do Rio Doce, para exploração de minério de ferro;

d) em 1943, instalação da Fábrica Nacional de Motores e da Fábrica Nacional de Álcalis (indústria química);

e) em 1945, início da instalação da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF).

Com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial, e a derrota do nazifascismo, o Estado Novo perdia força e poder. As ditaduras de direita estavam desacreditadas. Até nas forças armadas se expandia um sentimento favorável à democratização. E, uma vez mais, Getúlio manobrou politicamente: deu liberdade à imprensa, mandou libertar os prisioneiros políticos, convocou para 2 de dezembro eleições diretas para o Executivo e o Legislativo e autorizou a organização de partidos políticos.

Os principais partidos que se organizaram foram:

a) PSD, Partido Social Democrático, cuja base era constituída principalmente por latifundiários simpáticos a Vargas;
b) PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, criado por orientação de Vargas, que congregava o operariado e os dirigentes sindicais;
c) UDN, União Democrática Nacional, antigetulista, apoiado pelos empresários e pela classe média;
d) PCB, Partido Comunista Brasileiro, chefiado por Luís Carlos Prestes, agia em estrita obediência ao PC da URSS.

Com o decorrer dos meses, um movimento estimulado pelo próprio presidente começou a ganhar força. Trabalhadores urbanos, chefes sindicais e até mesmo os comunistas queriam que Getúlio permanecesse no poder, devido a sua política populista. Cada vez mais se ouvia: "Queremos Getúlio". Esse movimento foi chamado de "Queremismo".

Mas, no dia 29 de outubro de 1945, esse desejo foi liquidado. Vargas foi deposto por um golpe de Estado, comandado pelos mesmos generais que haviam imposto o Estado Novo.

A presidência foi assumida provisoriamente por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Em dezembro de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra, candidato dos partidos PTB e PSD, venceu as eleições, com 55% dos votos. Seu oponente, o brigadeiro Eduardo Gomes, um dos dois sobreviventes da Revolta do Forte de Copacabana, e apoiado pela UDN, obteve apenas 35%.

O novo presidente foi empossado em março de 1946.

Teste seu saber

1. **Sobre o coronelismo, aponte a afirmação incorreta.**
   a) Sua origem tem relação com a antiga Guarda Nacional, criada durante a fase regencial.
   b) A expressão deriva da patente de um alto oficial do Exército, o coronel.
   c) Os "coronéis", geralmente um fazendeiro, exerciam enorme domínio político em sua região.
   d) O "voto de cabresto" era um meio de o coronel manter seu domínio político.

2. **Dos acontecimentos abaixo relacionados, indique com um X os que caracterizam o funcionamento da República Velha (1889-1930).**
   a) ( ) Política dos Governadores.
   b) ( ) Parlamentarismo.
   c) ( ) Centralização administrativa.
   d) ( ) Estado Novo.
   e) ( ) Política de valorização do café.
   f) ( ) Coronelismo.

3. **Durante a República Velha, a estabilidade dos presidentes da República era assegurada pela aplicação da Política dos Governadores, que significava:**
   a) a alternância entre paulistas e mineiros no cargo de presidente.
   b) a liberdade econômica e política dos governos estaduais.
   c) a substituição dos governadores eleitos por interventores militares.
   d) o apoio recíproco entre o governo federal e os estaduais.

4. **Foram fatos do governo de Rodrigues Alves, exceto:**
   a) Questão do Acre.
   b) Revolta da Vacina.
   c) Implantação da Política dos Governadores.
   d) Saneamento do Rio de Janeiro.

5. **Entre os anos de 1912 e 1916, ocorreu uma rebelião em terras disputadas pelos estados do Paraná e Santa Catarina, denominada "Guerra do Contestado". Qual afirmação abaixo está correta?**
   a) A rebelião foi liderada por sobreviventes de Canudos.

b) Ela decorreu da oposição entre latifundiários e empresários do setor de transportes ferroviários.
c) A guerra terminou com a vitória do estado do Paraná.
d) Ela, como Canudos, tinha um caráter messiânico.

6. **Ocorrida no Rio de Janeiro, logo após a posse presidencial de Hermes da Fonseca, a Revolta da Chibata tinha como objetivo principal:**
   a) Forçar a renúncia do novo presidente.
   b) Acabar com os castigos físicos aplicados aos marinheiros.
   c) Restabelecer a monarquia.
   d) Reformular o sistema de promoção na Marinha.

7. **Política de favores e clientelismo são características da vida política brasileira na República Velha. Relacionavam-se com o:**
   a) Coronelismo.
   b) Voto de cabresto.
   c) Populismo.
   d) Messianismo.

8. **Durante o governo do presidente Wenceslau Brás, ocorreu o primeiro grande conflito de caráter mundial. Em relação à participação brasileira na Grande Guerra, assinale a única alternativa correta.**
   a) Durante a maior parte do conflito, o Brasil se manteve neutro.
   b) O Brasil declarou guerra à Alemanha por solidariedade aos Estados Unidos.
   c) A participação do Brasil no conflito foi bastante ativa.
   d) Coube ao Brasil a vigilância de todo o Atlântico Sul.

9. **Como a Primeira Guerra Mundial se refletiu no Brasil?**
   a) A balança comercial manteve-se deficitária.
   b) A dificuldade de exportação impediu qualquer surto de industrialização no país.
   c) A acumulação de moeda forte estimulou a produção agrícola voltada à exportação.
   d) O surto industrial aconteceu nas maiores cidades: Rio de Janeiro e São Paulo.

10. **Correlacione os itens abaixo:**
    a) Artur Bernardes
    b) Washington Luís
    c) Venceslau Brás
    d) Delfim Moreira
    e) Hermes da Fonseca
    f) Epitácio Pessoa
    ( ) Revolta da Chibata.
    ( ) Presidência interina.
    ( ) "Governar é Construir Estradas".
    ( ) Coluna Prestes.
    ( ) Obras para combater a seca.
    ( ) Industrialização e movimento operário.

11. **Numere os eventos abaixo, referentes à República Velha, de acordo com a ordem cronológica.**
    ( ) Convênio de Taubaté.
    ( ) Primeira Constituição Republicana.
    ( ) Política das Salvações.
    ( ) Revolta do Forte de Copacabana ("Primeiro Cinco de Julho").
    ( ) Campanha Civilista.
    ( ) Coluna Prestes.

12. **O Movimento Tenentista, ocorrido na década de 1920, tinha sua origem:**
    a) na união de interesses entre militares e latifundiários exportadores.
    b) na insatisfação dos militares em relação aos governos da República oligárquica.
    c) no movimento comunista mundial.
    d) no fascismo triunfante na Itália.

13. **No governo de Artur Bernardes (1922-1926) se evidenciou a crise da República Velha. Qual das opções justifica essa crise?**
    a) A Revolta dos Dezoito do Forte.
    b) A fundação do Partido Comunista Brasileiro.
    c) A grande greve dos operários em São Paulo.
    d) O estado de sítio.

14. **Leia o seguinte texto: "A escolha dos candidatos à sucessão presidencial funcionará como um estopim para a mais importante revolução da História republicana. Os entendimentos políticos evoluíram no sentido de agruparem-se em torno do político gaúcho as forças da oposição (. . .)".**

A que revolução o texto faz referência, quem venceu as eleições e quem assumiu a presidência da República sucedendo a Washington Luís?

a) Revolução de 1930, Júlio Prestes, Getúlio Vargas.
b) Revolução de 1930, Antônio Carlos, Getúlio Vargas.
c) Revolução de 1932, João Pessoa, Getúlio Vargas.
d) Revolução de 1932, Plínio Salgado, Armando Sales de Oliveira.

15. **A Revolução de 1930 provocou uma reorganização política do Brasil. Com isso, é incorreto afirmar que ocorreu:**

a) o fim da hegemonia exercida pela burguesia cafeeira paulista na política nacional.
b) a ascensão, ao poder, de novos segmentos sociais, entre os quais setores oriundos do Tenentismo.
c) organização do processo eleitoral, instituindo-se o voto do analfabeto e o voto feminino.
d) a consolidação das leis trabalhistas.

16. **O Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) sofreu a oposição de parte da elite social de São Paulo porque:**

a) ela rejeitava ser governada por um Interventor.
b) ela desejava a aplicação de medidas de valorização do café.
c) ela não aceitava a extensão de voto às mulheres.
d) ela temia a expansão do movimento comunista.

17. **Entre as inovações apresentadas pela Constituição brasileira de 1934, não pode ser incluído(a):**

a) a obrigatoriedade do ensino primário
b) o direito de voto extensivo aos analfabetos.
c) o voto direto e secreto.
d) a criação do Tribunal de Justiça Eleitoral.

18. **Em 1932 era criada a Ação Integralista Brasileira (AIB), sob forte influência do fascismo italiano. Indique qual alternativa não corresponde a essa afirmação.**
    a) Seus militantes pertenciam, em geral, à classe média, ao clero católico e aos oficiais militares.
    b) Era uma instituição paramilitar.
    c) Saudação e símbolos.
    d) Defendiam o direito de greve dos trabalhadores.

19. **Qual foi o pretexto utilizado por Vargas para dar o golpe de Estado de 1937?**
    a) A politização das Forças Armadas.
    b) Greve geral dos trabalhadores.
    c) A iminência de uma revolução comunista no país.
    d) A possibilidade de derrota nas eleições de 1938.

20. **Sobre as instituições criadas no Estado Novo, faça a associação.**
    a) DASP
    b) DIP
    c) Hora do Brasil
    d) C.L.T.
    e) CSN
    f) CHESF
    ( ) Localizada em Volta Redonda, produz aço.
    ( ) Encarregado de censurar os meios de comunicação.
    ( ) Tinha por objetivo aumentar a eficiência do servidor público.
    ( ) Transmissão radiofônica de atos do governo.
    ( ) Traz os direitos e deveres dos trabalhadores.
    ( ) Produz energia hidrelétrica.

21. **Meses após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em discurso, Vargas proclamou solenemente: "Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e de ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da Nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro." O que o ditador prometia? Qual a contradição da entrada do Brasil no grande conflito?**

a) Vargas prometia consultar o povo sobre o Estado Novo; no Brasil, viviam milhares de imigrantes alemães, italianos e japoneses.
b) Com o possível triunfo da URSS sobre a Alemanha nazista, Vargas prometia libertar os comunistas presos; o Brasil lutava ao lado da URSS contra o hitlerismo.
c) Com a iminente vitória dos Aliados, Vargas prometia eleições; o Brasil, uma ditadura, lutava contra ditaduras nazifascistas.
d) Libertar todos os presos políticos; o Brasil ditadura lutava ao lado dos Estados Unidos, uma democracia.

Descomplicando a História

Dos acontecimentos abaixo relacionados, indique com um X os que caracterizam o funcionamento da República Velha (1889-1930)

a) ( ) Política dos Governadores.
b) ( ) Parlamentarismo.
c) ( ) Centralização administrativa.
d) ( ) Estado Novo.
e) ( ) Política de valorização do café.
f) ( ) Coronelismo.

Comentário:

O Parlamentarismo no Brasil existiu durante a maior parte do Segundo Império e durante dois anos do Período Republicano (1961-1963). Durante a República Velha, em decorrência da Constituição de 1891, o sistema administrativo era descentralizado, com forte predomínio dos estados mais importantes (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Sobre o Estado Novo: foi implantado por meio de um golpe de Estado, que tornou Getúlio Vargas ditador. **Alternativas corretas**: a, e, f.

20 Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Na década de 1930, o mundo encontrava-se novamente sob grave tensão, devido à ambição de expansão territorial e ao aumento do poder político-econômico da Alemanha, da Itália e do Japão. Esses três países tinham governos que exaltavam o nacionalismo e o militarismo. Por outro lado, as potências democráticas europeias (Inglaterra e França), diante das ambições territoriais nazistas, optaram por uma "política de apaziguamento", ou seja, manter a paz a qualquer preço, ainda que com enormes concessões. Não evitaram que:

a) a Alemanha se rearmasse, violando as cláusulas do Tratado de Versalhes;

b) a Alemanha reocupasse militarmente a região da Renânia, ao longo da fronteira com a França;

c) a Alemanha anexasse a Áustria (*Anschluss* = união) em março de 1938, desrespeitando uma das principais cláusulas do Tratado de Versalhes;

d) a Alemanha anexasse a região dos Sudetos, pertencente à Tchecoslováquia (Tratado de Munique, outubro de 1938). Era uma região habitada predominantemente por alemães;

e) a Alemanha anexasse as províncias da Boêmia e a Morávia, na parte ocidental da Tchecoslováquia, e estabelecesse um protetorado sobre a Eslováquia (parte oriental), em março de 1939;

f) a Itália invadisse e anexasse a Albânia, em 1939;

g) Inglaterra, França e Estados Unidos cruzassem os braços quando a Itália invadiu e conquistou a Etiópia, país localizado no nordeste da África, em 1935; quando o Japão atacou a China e incorporou a Manchúria; quando a Itália fascista e a Alemanha nazista intervieram abertamente na guerra civil espanhola (1936-1939).

Essa atitude de passividade da França e da Inglaterra, dois países capitalistas, tem uma explicação: empurrar o expansionismo alemão em direção ao leste europeu, na certeza de que, cedo ou tarde, ocorreria um conflito entre as duas potências totalitárias: a Alemanha nazista e a URSS comunista.

Finalmente, a Liga das Nações também se revelou impotente para impedir agressões e expansionismos territoriais das nações militaristas.

Em 1936, Hitler decretou o rearmamento alemão, estabeleceu o serviço militar obrigatório e proclamou uma união político-militar com a Itália de Mussolini. Surgia, então, o chamado eixo Roma-Berlim, aliança que teria a adesão do Japão anos depois.

Os dados sobre o rearmamento alemão não deixavam dúvidas sobre a proximidade de um novo grande conflito. Além disso, Hitler afirmava constantemente que a Alemanha tinha necessidade de territórios para que o excedente populacional alemão pudesse nele se fixar (*Lebensraum* = espaço vital). A cada ano cresciam os investimentos na produção de armamentos e mais soldados eram incorporados.

Saiba

Crescimento das forças armadas alemãs

1930 — 100 000 soldados
1936 — 550 000
1938 — 850 000

Despesas militares (cifras em milhões de marcos)

1933 — 1 900
1934 — 1 900
1935 — 4 000
1936 — 5 800
1937 — 8 200
1938 — 18 400
1939 — 32 300

Fonte: *História do Século XX*, vol. 4 (1934-1942). São Paulo: Abril Cultural, s/d, p. 1531.

Para evitar uma futura guerra em duas frentes, a diplomacia alemã surpreendentemente assinou com a URSS de Stálin um Pacto de Não Agressão, em agosto de 1939. O pacto continha algumas cláusulas secretas: a Polônia seria invadida, conquistada e dividida entre os dois países signatários do acordo. A parte ocidental polonesa seria incorporada pela Alemanha; a oriental, pela URSS. O pacto assegurava que a URSS não reagiria militarmente na hipótese de um ataque alemão à Polônia. Iniciava-se, então, a chamada "crise polonesa". Hitler reivindicou o "corredor polonês", cedido à Polônia pelo Tratado de Versalhes, para que a Alemanha tivesse

uma saída para o mar. Justificativa de Hitler: a população do "corredor" era majoritariamente alemã.

A Polônia resistiu à pretensão alemã. E a Inglaterra, que mudara de atitude após o Pacto Alemão-Soviético, proclamava que declararia guerra contra a Alemanha se esta invadisse a Polônia.

Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha invadiu o território polonês, sem nenhuma declaração de guerra. A Inglaterra cumpriu sua proclamação: no dia 3 de setembro, declarou guerra à Alemanha, seguida pela França. Em menos de um mês, as tropas alemãs, apoiadas pela força aérea (*Luftwaffe*), derrotaram os poloneses. Era a guerra relâmpago (*Blitzkrieg*).

148



Wielun logo após o bombardeio e invasão da Luftwaffe alemã, em 1º de setembro de 1939 (Segunda Guerra Mundial). Foto feita a partir da torre da igreja em Wielun

Duas semanas depois do início do ataque alemão, tropas soviéticas invadiam e ocupavam o lado oriental da Polônia.

Durante o inverno de 1939-1940 não houve praticamente nenhuma atividade militar. Mas, em abril de 1940, os alemães ocuparam a Dinamarca e a Noruega; no começo de maio, a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo; no dia 10, blindados alemães iniciavam a invasão da França, com o apoio da aviação. Manobrando rapidamente, as tropas alemãs sitiaram cerca de 400 mil soldados franceses e britânicos no porto francês de Dunquerque. Os alemães se apoderaram de um imenso material bélico e fizeram milhares de

prisioneiros. A tragédia da França não cessava: a Itália declarou-lhe guerra em 10 de junho; quatro dias depois, Paris era ocupada pelos alemães; no dia 22, era assinado o armistício, e os franceses se rendiam. O país foi dividido em duas partes: uma, sob ocupação alemã, e outra, com capital em Vichy, um pequeno vilarejo, administrada por franceses que colaboravam com os alemães. Na Inglaterra, foi formado um governo francês de resistência, sob a chefia do general De Gaulle.

Nesse momento, a Alemanha nazista controlava Áustria, Tchecoslováquia, Dinamarca, Noruega, Bélgica, Holanda, dois terços da Polônia e grande parte da França.

149



Destruição de Londres durante a Batalha da Inglaterra, 1940

Apenas as ilhas britânicas resistiam aos alemães. Duramente bombardeada pela aviação alemã, enfrentava ainda outra agressão: tropas japonesas invadiam suas possessões na Ásia. Mas, sob a liderança do novo primeiro-ministro, Winston Churchill, e contando com a bravura e o heroísmo dos pilotos de sua força aérea (RAF - Royal Air Force, ou Real Força Aérea Inglesa), o país resistia. Crescia o número de aviões alemães abatidos. Aos poucos, a Luftwaffe perdia a capacidade de derrotar os ingleses.

A capacidade da marinha inglesa impediu uma invasão, em larga escala, dos alemães, que optaram por bombardear as cidades inglesas.

Iniciava-se a Batalha da Inglaterra. Embora os bombardeios alemães da Luftwaffe destruíssem quarteirões inteiros de Londres, a RAF mostrou-se superior, conseguindo abatê-los em grande número, com o auxílio de poderosos radares.

Enquanto isso, na Europa Oriental, a União Soviética ampliava seu campo de dominação. Atacava e anexava a Estônia, a Letônia, a Lituânia e partes da Finlândia.

Hitler acreditava que a Itália deveria desempenhar um papel mais efetivo na guerra. Mussolini declarou guerra à França quando esse país já estava praticamente derrotado pelo exército alemão. Era preciso destruir o domínio naval inglês no Mediterrâneo e terrestre no norte da África. Batidos pelos ingleses, os italianos tentaram compensar seu fracasso com um ataque à Grécia. Esse novo insucesso italiano obrigou Hitler a enviar tropas para o norte da África e para a península Balcânica, em fevereiro e abril de 1941. Abria-se uma nova frente de guerra, não desejada pelos estrategistas alemães. Ademais, para derrotar a Grécia, o exército alemão teve de invadir a Iugoslávia, onde, embora vencedor, encontrou forte resistência. Em seguida, os alemães ocuparam a Romênia e a Bulgária. Assim, a Alemanha permanecia vitoriosa na Europa Continental, mas tinha de manter numerosas forças nos territórios conquistados.

Apesar da capacidade estratégica sob o comando do marechal Rommel, os alemães não conseguiram conquistar o canal de Suez, via estratégica de comunicação entre o Mediterrâneo e o oceano Índico, onde os ingleses possuíam importantes colônias. O canal permaneceu sob domínio inglês.

150



Mulheres e crianças no campo de concentração de Auschwitz

151



Portão principal do campo de concentração de Auschwitz

A resistência nos territórios ocupados era severamente combatida pela Gestapo e pelas SS. Paralelamente, iniciava-se o brutal genocídio do povo judeu e dos ciganos, além do massacre de minorias, como os homossexuais,

e de prisioneiros de guerra, com a construção de campos de concentração e de extermínio. Para os judeus, aplicava-se a "solução final": foram mortos, principalmente nas câmaras de gás, cerca de 6 milhões. Foi o holocausto do povo judeu.

152



Trabalhadores escravos judeus no campo de concentração de Buchenwald

153



Corpos carbonizados encontrados no campo de concentração de Buchenwald, Alemanha, 16/4/45

Como a Alemanha carecia de matérias-primas e petróleo e seus derivados, Hitler ordenou a invasão da URSS. Além do profundo ódio nazista pelo comunismo, a Alemanha cobiçava o imenso território da URSS, ideal para o estabelecimento de alemães (política do *Lebensraum*). No dia 22 de junho de 1941, sem nenhuma declaração de guerra, foi iniciado o ataque. Dezenas de divisões, fortemente armadas, lançaram-se em direção às principais cidades soviéticas: Moscou (capital), Stalingrado e Leningrado (antiga São Petersburgo, denominada Petrogrado durante a Primeira Grande Guerra. Após a morte de Lênin, chamou-se Leningrado. Atualmente, São Petersburgo).

154



Diorama do Cerco de Leningrado (1941-1944), no Museu da Grande Guerra Patriótica, em Moscou

155



Soldados alemães da SS durante a Batalha de Kursk, invasão à URSS

Em poucos meses, os alemães conquistaram um vasto território, embora houvesse heroica resistência dos soldados e do povo soviéticos. Os alemães conquistaram Stalingrado, sitiaram Leningrado e chegaram a 30 quilômetros de Moscou. Porém, uma contraofensiva soviética reconquistou Stalingrado e fez prisioneiros mais de cem mil alemães e até um marechal de campo. A Alemanha nazista conhecia sua primeira e amarga derrota. O mito da invencibilidade se desmanchava.

Em decorrência das ligações políticas, culturais e econômicas entre seus países, o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt e o primeiro-ministro britânico Winston Churchilll assinaram, em agosto, um importante documento (Carta do Atlântico) que proclamava o direito de autodeterminação dos povos. Certamente se referia aos povos que viviam em territórios sob ocupação militar nazista. Os dois mandatários manifestavam abertamente sua repulsa à ideologia e às agressões dos países fascistas.

Em 7 de dezembro de 1941, a guerra transformou-se em conflito mundial, com o ataque aeronaval japonês à base estadunidense de Pearl Harbour, no Havaí. Sem prévia declaração de guerra, esse ataque de surpresa pretendia liquidar a hegemonia da marinha dos Estados Unidos no oceano Pacífico. As perdas infligidas à esquadra norte-americana deram ao Japão a supremacia naval no Pacífico e permitiram a rápida conquista de diversas ilhas, em sua maioria pertencentes aos anglo-americanos. O domínio japonês na Ásia se expandia com a conquista de colônias pertencentes à Inglaterra (Hong Kong, Malásia, Tailândia), França (Vietnã, Laos, Camboja), Holanda (Indonésia) e as Filipinas, um protetorado estadunidense.

156



O USS Arizona (BB-39) queima após o ataque japonês a Pearl Harbor, 7/12/1941

A Alemanha e a Itália, aliados do Japão, declararam guerra aos Estados Unidos logo após o ataque a Pearl Harbour. A guerra alcançava enormes proporções, pois todas as grandes potências mundiais estavam na luta. Em todos os oceanos havia batalhas. Já os combates aéreos e terrestres tinham como palco a Europa, o norte da África, o sudeste asiático e diversas ilhas no Pacífico.

A agressão japonesa aos Estados Unidos provocou a aplicação dos princípios do pan-americanismo. O Brasil foi o primeiro país sul-americano a romper com o Eixo (28 de janeiro de 1942), declarar-lhe guerra (22 de agosto) e enviar tropas para lutar na Europa (Itália).

No primeiro semestre de 1942, os países do Eixo alcançavam sua maior expansão territorial. A partir de então, em decorrência da participação dos Estados Unidos no conflito, com sua imensa capacidade militar-industrial, a guerra tomou um novo rumo.

No norte da África, as tropas alemãs eram batidas pelos anglo-americanos. A Argélia ficava sob domínio da França Livre, cujo governo, chefiado pelo general De Gaulle, tinha sede em Londres. Ataques aéreos castigavam duramente cidades alemãs, para destruir sua capacidade industrial e seus meios de transporte. No segundo semestre de 1943, as forças anglo-americanas conquistavam a Sicília e iniciavam a invasão da Itália. Temendo uma convulsão geral no país, o Grande Conselho Fascista destituiu Mussolini do poder, nomeando o marechal Badoglio como governante. Enquanto o Duce era preso, o marechal mantinha contatos com os aliados para a assinatura de um armistício. Em represália, Hitler determinou a invasão alemã da Itália. A maior parte da península ficou sob ocupação germânica. Surpreendentemente, Mussolini foi libertado por um comando alemão e levado para o norte do país, onde fundou e presidiu a República de Saló, sob controle dos alemães.

Nos meses seguintes, tropas aliadas avançaram em direção ao norte, libertando Nápoles, Roma, Florença, Bolonha e outras cidades italianas.

Na frente oriental, os soviéticos tomaram a iniciativa. Avassaladoramente, o Exército Vermelho reconquistava os territórios ocupados pelos nazistas. Os alemães não tinham como repor suas pesadas perdas de soldados e material. Na primavera de 1944 (abril), os soviéticos já tinham praticamente restabelecido as fronteiras de 1940.

Na frente ocidental, o quadro era o mesmo: derrocada alemã. No dia 6 de junho de 1944 (o famoso Dia D), as tropas aliadas, concentradas nas ilhas britânicas, iniciaram um imenso desembarque nas praias da Normandia. Começava a libertação da França. Paris foi libertada em 25 de agosto de 1944, sob delírio popular.

157



Desembarque de tropas do Exército americano na manhã de 6 de junho de 1944 (Dia D) na praia de Omaha

Nesse mesmo mês, o Exército Vermelho penetrava em território alemão.

No começo de 1945, a Região Renana era ocupada pelos aliados. Em abril, o conflito na Europa estava no final. Os soviéticos conquistaram Viena e se aproximaram de Berlim, a capital do Terceiro Reich.

Preso por guerrilheiros da resistência, os *partigiani*, Mussolini foi fuzilado no dia 28 de abril. Seu corpo e o de sua amante, Clara Petacci, foram expostos de cabeça para baixo numa praça de Milão.

Com Berlim sitiada, e temendo sofrer o mesmo destino do Duce, Hitler e sua esposa, Eva Braun, suicidaram-se no dia 30 de abril, no seu abrigo subterrâneo (*Bunker*). Haviam se casado no dia anterior. O Führer havia deixado ordens para que soldados da SS cremassem seu corpo e o de sua esposa.

No dia 8 de maio de 1945, em Reims (França), quartel-general do comandante dos aliados, general Dwight Eisenhower, os comandantes alemães se renderam incondicionalmente. No dia seguinte, na frente oriental, o episódio se repetiu: o general soviético Jukov recebia a capitulação alemã.

A guerra terminava na Europa.

Com a rendição incondicional da Alemanha, tropas, navios e aviões estadunidenses foram transferidos para o Pacífico, a fim de lutar contra o Japão. Rapidamente, os territórios que o Japão havia conquistado foram tomados pelas forças anglo-americanas, embora os soldados japoneses resistissem heroicamente. A reentrada dos norte-americanos nas Filipinas foi estrategicamente muito importante. Antevendo a derrota, o governo nipônico utilizou os *kamikazes*, pilotos suicidas que jogavam seus aviões carregados de bombas sobre navios estadunidenses.

158



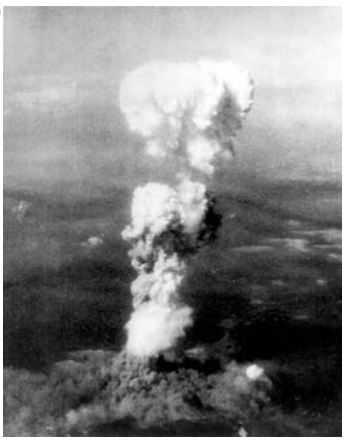
Rendição da 148º divisão Alemã, Segunda Guerra Mundial. Museu da FEB

O Estado-Maior dos Estados Unidos estimou que a ocupação total do Japão levaria ainda dois anos e o número de baixas seria muito elevado.

Em fevereiro de 1945, Stálin, Churchill e Roosevelt haviam se reunido em Ialta (URSS) para discutir a nova ordem mundial após a derrota dos fascistas, as zonas de ocupação na Alemanha e na Áustria e as novas fronteiras na Europa Oriental. Nessa conferência, ficou decidido que a URSS declararia guerra ao Japão, três meses após a rendição da Alemanha. Para evitar que a área de influência russa, no Oriente, fosse muito mais abrangente, os estadunidenses decidiram abreviar a derrota japonesa. Utilizariam uma nova e poderosíssima arma, experimentada no dia 17 de julho, no deserto de Alamogordo, no estado do Novo México: a bomba atômica. O presidente Harry Truman, que havia assumido a presidência em decorrência da morte de Roosevelt, determinou o lançamento de uma bomba atômica sobre Hiroxima, cidade japonesa, no dia 6 de agosto.

Dois dias depois, a URSS invadia a Manchúria, ocupada pelos japoneses. No dia 9 de agosto, uma segunda bomba atômica foi lançada sobre o Japão, agora sobre Nagasáqui. As duas cidades praticamente desapareceram. No dia 10 de agosto, pelo rádio, o imperador japonês comunicou aceitar a rendição de seu país. Para evitar surpresas, os aliados decidiram aceitar a capitulação do inimigo somente após uma imensa frota norte-americana penetrar na Baía de Tóquio.

159



Bomba atômica de Hiroshima, Japão, 1945

160



Ataque Kamikaze em 11 de abril de 1945

161



Navio explode após ataque Kamikaze

No dia 2 de setembro de 1945, a bordo do couraçado estadunidense *Missouri*, delegados japoneses assinavam a capitulação incondicional. Assim, terminava oficialmente a Segunda Guerra Mundial.

Os acordos do pós-guerra

Diversas conferências realizaram os chefes dos países aliados (Inglaterra e Estados Unidos) e da União Soviética, durante e logo após a Segunda Guerra Mundial.

Além da Conferência de Ialta, realizada no começo de 1945, teve muita importância outra conferência, realizada em julho de 1945 em Potsdam, subúrbio de Berlim. Os chefes de Estado dos países vencedores decidiram o destino da Alemanha. Esta seria desmilitarizada, desarmada e dividida

em quatro zonas de ocupação: a soviética, a estadunidense, a britânica e a francesa. O mesmo seria feito com a capital do Terceiro Reich, Berlim. As indústrias que haviam sobrevivido aos bombardeios seriam transferidas para França, Inglaterra e URSS, como indenização. A Polônia foi restaurada em sua soberania. Ganhou territórios alemães (a população foi forçada a abandoná-los), mas perdeu territórios para a URSS. O Japão, outro país do Eixo, seria ocupado pelos norte-americanos, desmilitarizado e democratizado, enquanto a URSS incorporaria o arquipélago das Kurilas e o sul da ilha de Sakalina, que haviam perdido na Guerra Russo-Japonesa de 1905.

Ficou decidida também a criação de uma nova entidade internacional em substituição à Liga das Nações.

O Brasil na Segunda Guerra Mundial

Declarada a guerra aos países do Eixo, o Brasil permitiu que os norte-americanos montassem uma base militar em Natal, no Rio Grande do Norte, para proteger a navegação de comboios no Atlântico e apoiar as operações aliadas no norte da África.

Uma Força Expedicionária Brasileira (FEB), com cerca de 25 mil militares, sob o comando do general Mascarenhas de Morais, desembarcou em Nápoles e foi incorporada ao V Exército Americano. Combateu na Itália contra tropas alemãs, entre setembro de 1944 e maio de 1945. Venceu oito batalhas, entre elas as de Monte Castelo e Montese. Capturou toda uma divisão alemã, com cerca de 15 mil soldados. A FEB teve 456 mortos e 2.722 feridos.

Consequências da guerra

1) Enorme destruição material e humana (mais de 50 milhões de mortos, além dos mutilados).
2) Fim da hegemonia europeia ocidental na política internacional.
3) Bipolarização da liderança mundial: EUA e URSS, as duas novas superpotências.
4) Desprestígio da ideologia totalitária de direita e expansão dos governos democráticos (EUA) e socialistas (URSS).
5) Divisão e ocupação territorial da Alemanha e de Berlim pelos países vencedores: EUA, URSS, Inglaterra e França.
6) A Itália se tornou uma república.
7) Grande desenvolvimento técnico-científico, principalmente nos setores militar, de comunicações e da saúde.

8) Criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em substituição à Liga das Nações.
9) Intensificação de movimentos de independência dos povos da África e da Ásia, como resultado de sentimentos nacionalistas, do princípio de autodeterminação dos povos e do enfraquecimento das potências colonialistas.
10) Grande esforço dos Estados Unidos na reconstrução da Europa Ocidental, por meio do Plano Marshall.
11) Expansão do comunismo na Europa Oriental e na Ásia (China).
12) No Brasil, queda da ditadura de Getúlio Vargas.

Organização das Nações Unidas (ONU)

A ONU foi criada em São Francisco, na Califórnia, EUA, como resultado de uma conferência ali realizada entre 25 de abril e 26 de junho de 1945. Sua função principal era resolver pacificamente as questões internacionais, desenvolver relações amistosas entre as nações e estimular a cooperação internacional em assuntos econômicos, sociais e culturais.

Sua sede foi instalada em Nova York, embora possua instituições em diversos países. Seus principais órgãos são: Assembleia Geral; Conselho de Segurança, composto por onze membros, sendo cinco países permanentes (EUA, Rússia, França, Grã-Bretanha e China), com direito de veto, e seis temporários, eleitos pela Assembleia Geral para um período de dois anos; Conselho Econômico e Social; Conselho de Tutela; Secretaria-geral e uma Corte Internacional de Justiça (em Haia, na Holanda).

Outros órgãos e respectivas sedes:

a) Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (sede em Paris, França).
b) OMS - Organização Mundial de Saúde (Genebra, Suíça).
c) Unicef - Organização de Proteção à Infância (Nova York, EUA).
d) OIT - Organização Internacional do Trabalho (Genebra, Suíça).
e) FAO - Organização para a Alimentação e a Agricultura (Roma, Itália).
f) FMI - Fundo Monetário Internacional (Washington, EUA).
g) BM - Banco Mundial (Washington, EUA).
h) OIEA - Organização Internacional de Energia Atômica (Viena, Áustria).

Os idiomas oficiais são o francês, o inglês, o russo, o chinês, o árabe e o espanhol.

O mundo pós-Segunda Guerra Mundial

Bipolarização mundial

As duas grandes potências vitoriosas na Segunda Guerra Mundial foram a União Soviética e os Estados Unidos. Os principais países colonialistas europeus já não tinham a mesma importância de antes da guerra. Enfraquecidos em decorrência do longo conflito, não tinham condições de suportar a concorrência econômica dos norte-americanos e a superioridade militar da URSS. Eram incapazes de assegurar sozinhos sua própria defesa. Tinham de reconstruir suas economias destruídas e, logo, enfrentar um amplo processo de independência de suas colônias.

Os Estados Unidos, os grandes vencedores da guerra no Pacífico e na Europa Ocidental, eram a fábrica do mundo. Seu Produto Interno Bruto correspondia a mais da metade da riqueza mundial, e suas reservas de ouro eram superiores às de todos os demais países. Única nação a ter a bomba atômica, não sofreu nenhum ataque a seu território continental, e suas baixas foram proporcionalmente pequenas. Além de possuir o monopólio das novas e aterrorizantes armas atômicas, os norte-americanos tinham a maior esquadra do mundo, dominando os dois principais oceanos, o Atlântico e o Pacífico.

À semelhança do que aconteceu na Primeira Grande Guerra, não participaram inicialmente do conflito. Entre 1939 e o final de 1941, embora neutros, abasteceram os aliados, em especial a Grã-Bretanha, de armamentos, matéria-prima e alimentos, mantendo sempre um superávit comercial elevado. Acumularam grandes reservas de ouro e foram, entre as grandes potências, a última a se envolver diretamente na guerra. Nos anos que se seguiram ao conflito, mantiveram a expansão econômica, em decorrência de um enorme desenvolvimento tecnológico.

A outra grande superpotência era a URSS. Ao contrário dos EUA, teve boa parte de seu território ocupado pelas tropas alemãs. Cidades como Leningrado e Stalingrado foram destruídas, e mais de 20 milhões de pessoas mortas. Terminada a guerra, a URSS tinha uma gigantesca tarefa de reconstrução à frente, bem como a necessidade de consolidar sua hegemonia no leste europeu, conforme decidido nas conferências entre os líderes aliados e soviéticos.

Indiscutivelmente, sua grande força repousava no Exército Vermelho, principal responsável pela derrota alemã e base para a consolidação do poder soviético na Europa Oriental. Nos trinta anos que se seguiram ao fim do conflito, a URSS teve um notável crescimento econômico, em decorrência de sua grande população, extensão territorial e de suas riquezas naturais.

Embora as duas superpotências, URSS e Estados Unidos, tivessem se aliado circunstancialmente para enfrentar um inimigo comum – a Alemanha nazista –, elas eram profundamente diferentes e antagônicas em sua organização política, econômica e social. A União Soviética estava estruturada num sistema de propriedade coletiva, sob domínio e controle estatal: o modelo socialista, com valorização do coletivismo, monopartidarismo (PCURSS), Estado totalitário e controle dos meios de comunicação. Por seu lado, os Estados Unidos, a maior potência capitalista, caracterizavam-se pela economia de mercado, pela iniciativa privada nas atividades econômicas, pelo direito à propriedade, o pluripartidarismo, a liberdade de pensamento e a valorização do individualismo.

Em comum, as duas superpotências se colocavam contra o colonialismo europeu, estimulando a libertação dos povos submetidos ao domínio colonial. Libertados, os Estados Unidos pretendiam mantê-los no sistema capitalista, de maneira a permitir a colocação de seu excedente de produção e capitais; já os soviéticos tinham por objetivo impor seu modelo socialista de Estado.

162



Mapa com os países da Europa Oriental sob domínio comunista

Finda a guerra, a URSS pôs em prática o que havia sido decidido nas conferências de Ialta e Potsdam. Com base na ocupação militar dos diversos países europeus orientais pelo Exército Vermelho e na obediência e orientação do PC da URSS, os partidos comunistas locais impuseram o modelo soviético. Na segunda metade da década de 1940, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, Bulgária e Alemanha Oriental haviam se transformado em países comunistas. A Iugoslávia, cujo partido comunista, sob a chefia de Tito, liderara a resistência à ocupação nazifascista, não se subordinou à URSS. Construiu seu modelo socialista independentemente. Por isso mesmo, por pressão de Moscou, foi expulsa do movimento comunista internacional.

Mas, ao contrário do que acontecera após a Primeira Grande Guerra, os EUA assumiram a liderança política internacional e a defesa do modelo capitalista contra o sistema socialista.

A guerra fria e a corrida armamentista

A guerra fria e a corrida armamentista foram resultado da existência de um mundo bipolarizado entre as duas superpotências, URSS e EUA. Cada qual buscava alcançar a preponderância mundial e, assim, impor a todo o mundo seu modelo econômico. Caracterizou-se por uma intensa guerra econômica, política, diplomática, tecnológica e de propaganda, pela conquista e a ampliação de zonas de influência, sem que houvesse um choque direto entre os dois países.

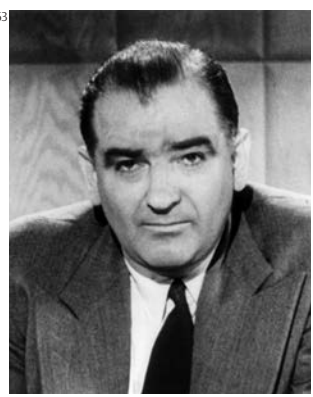
Havia, então, dois blocos de países, o "ocidental", capitalista, sob liderança dos EUA, e o "comunista", encabeçado pela União Soviética. Graças à guerra fria, que gerou na URSS o temor de um ataque dos EUA, o poder do ditador Stálin cresceu ainda mais. Outra consequência foi a corrida armamentista. Ela se estendeu por 40 anos e, em vários momentos, a humanidade correu o risco de desaparecer em decorrência de uma guerra atômica.

A corrida nuclear (domínio da tecnologia atômica, fabricação de bombas, formação de estoques) foi uma das consequências da guerra fria. Durante alguns anos, o monopólio da bomba pertenceu aos EUA. Mas os soviéticos investiram pesadamente em pesquisas científicas e tecnológicas para se equiparar ao rival. Apelaram inclusive a redes de espionagem. E foram bem-sucedidos. Explodiram, para total surpresa do mundo ocidental, sua primeira bomba atômica em 1949. Com isso, quebraram o monopólio americano. Para manter sua hegemonia atômica diante dos soviéticos, os Estados Unidos testaram bombas nucleares bem menores, com potência bem maior do que as que foram lançadas sobre o Japão. Em 1952, a primeira bomba de hidrogênio era testada no atol de Biquíni, no Oceano Pacífico. Três anos depois, a URSS realizava o mesmo tipo de experiência.

Poucos dias antes do fim da guerra, o vice-presidente norte-americano Harry Truman assumiu a presidência em decorrência da morte de Franklyn D. Roosevelt. Homem simples do meio-oeste dos EUA, pertencia ao Partido Democrata, como Roosevelt, mas era muito conservador e menos hábil politicamente. Influenciado pelo clima de hostilidade e de desconfiança que se criou entre as duas superpotências nos primeiros anos após a guerra, Trumann chamou a si a responsabilidade de defender as democracias ocidentais e o sistema capitalista do avanço comunista. Elaborou uma doutrina e colocou-a em prática. Tinha por objetivo apoiar os povos "livres", para que resistissem ao expansionismo soviético. Era a "doutrina Truman", também conhecida como "efeito dominó": se algum país fosse dominado pelo comunismo, as nações vizinhas inevitavelmente teriam o mesmo destino.

A guerra fria aumentou de intensidade em março de 1946. Em discurso proferido na Universidade de Fulton (EUA), o ex-primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, fez um violento ataque à URSS. Usou, pela primeira vez, a expressão "cortina de ferro", para caracterizar o sistema soviético.

163



Joseph Raymond MacCarthy

A rivalidade soviético-americana e o temor de uma guerra nuclear geraram em parte da população dos Estados Unidos uma verdadeira histeria, habilmente explorada por políticos demagogos e oportunistas. Entre eles se destacou o senador republicano Joseph MacCarthy. Era membro de um comitê senatorial que examinava informações sobre atividades antiamericanas. Suspeitos eram convocados a depor, e os depoimentos eram cobertos pela mídia. O senador aproveitou os depoimentos para ampliar sua popularidade. Liderou uma enorme campanha anticomunista, que se transformou numa verdadeira "caça às bruxas". Acusações e delações anônimas vitimaram cerca de seis milhões de pessoas. Muitos foram demitidos de seus empregos; outros tiveram seus nomes colocados numa "lista negra", não lhes sendo possível arrumar trabalho. Entre os mais atingidos havia cientistas, literatos, roteiristas e artistas. Posteriormente, houve uma reação às manipulações do senador. Desmascarado, ele caiu em desgraça e desapareceu da vida política.

A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall

Temendo que a expansão soviética na Europa Oriental atingisse a parte ocidental do Velho Continente, e com base na Doutrina Truman, os EUA decidiram colaborar diretamente na reconstrução de diversos países devastados pela guerra. Em especial, Grã-Bretanha, França, Itália (onde havia um partido comunista muito forte) e Alemanha. Surgia, em 1948, o Plano Marshall. Foi elaborado a partir das orientações do secretário de Estado e general da reserva George Marshall. O Plano Marshall, entre 1948 e 1952, concedeu créditos no montante de US$ 17 bilhões aos europeus.

Muito embora o plano tivesse acelerado a reconstrução da Europa Ocidental, também beneficiou os EUA, pois os créditos concedidos financiavam as exportações estadunidenses para o mercado europeu.

A URSS reagiu ao Plano Marshall. Primeiramente, impediu que seus satélites (países da Europa Oriental submetidos ao domínio político de Moscou) recebessem ajuda norte-americana. Em seguida, propôs a criação do COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua), um plano de ajuda econômica aos seus aliados.



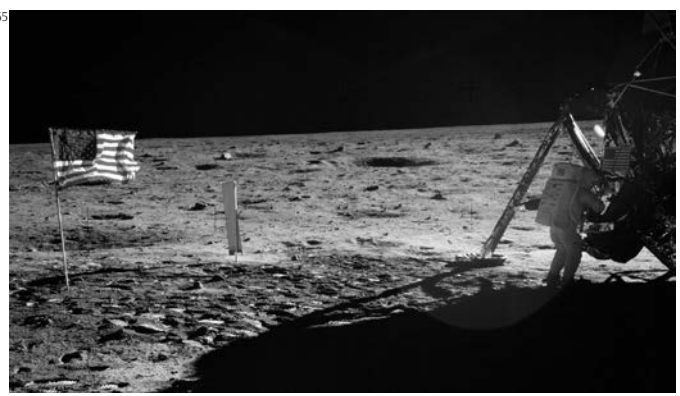
Mapa da Europa mostrando os países que receberam ajuda do Plano Marshall. As colunas mostram a quantidade total relativa de ajuda por país

Organizações militares

A rivalidade política URSS-EUA originou a formação de duas organizações militares, cada qual liderada por uma das duas superpotências. Em 1949, os EUA e seus principais aliados criaram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), da qual faziam parte inclusive a Grécia e a Turquia, países mediterrâneos. A URSS reagiu à ameaça e organizou o Pacto de Varsóvia. Dele faziam parte todos os países socialistas da Europa Oriental, conhecidos como "satélites soviéticos", exceto a Iugoslávia.

Nesse contexto da guerra fria, a corrida armamentista atingiu proporções inimagináveis. Na década de 1960, os arsenais atômicos das duas superpotências eram suficientes para destruir o mundo todo. Se, por um lado, cada superpotência tinha capacidade de destruir o inimigo, por outro não escaparia da retaliação. Antes que seus foguetes com ogivas nucleares atingissem o território inimigo, este já teria sido alertado do ataque e lançado os seus foguetes. Assim, como estava assegurada a destruição mútua, o mundo ficava a salvo de uma guerra atômica. Era o "equilíbrio do terror". Mesmo na eventualidade de não haver o revide, o país atacante não estaria a salvo dos efeitos mortíferos da radiação atômica.

165



Neil Armstrong trabalha no módulo lunar em uma das poucas fotos que lhe tiraram na lua

A corrida espacial foi outra faceta da corrida armamentista, bem como um instrumento de propaganda. Ao investir pesadamente no avanço tecnológico espacial, cada superpotência procurava criar a ideia de que seu sistema era mais eficiente. Em outubro de 1957, o povo norte-americano

era surpreendido pelas notícias vindas de Moscou. Os soviéticos colocavam em órbita terrestre o primeiro satélite artificial (o Sputnik); em novembro, mais uma surpresa: os soviéticos lançavam o Sputnik II e, dentro dele o primeiro ser vivo a orbitar a Terra, a cadela Laika; em 1961, lançaram a nave *Vostok I* e, dentro dela, Yuri Gagárin, o primeiro ser humano a ir ao espaço e voltar são e salvo.

Chocados, os norte-americanos reagiram. Seu presidente, John Kennedy, prometeu solenemente que os Estados Unidos enviariam uma tripulação à Lua e a trariam de volta antes do fim da década. E a promessa foi cumprida. Em julho de 1969, a *Apolo 11* conseguiu realizar com sucesso a missão. O astronauta Neil Armstrong foi o primeiro ser humano a caminhar na Lua.

A crise de Berlim

Nas conferências de Ialta e Potsdam ficara decidido que a Alemanha não deveria voltar a ser uma potência industrial. Porém, o temor de um possível ataque do poderoso Exército Vermelho fez com que os três países que ocupavam militarmente e administravam a Alemanha Ocidental desrespeitassem seus compromissos internacionais. Para reconstruí-la mais rapidamente e usá-la como obstáculo às ambições soviéticas, Estados Unidos, Reino Unido e França decidiram unificar as suas administrações, o que causaria a unificação territorial. A unificação administrativa atingiu inclusive Berlim Ocidental, que ficava inteiramente dentro da Alemanha Oriental.

166



Avião é descarregado no Aeroporto de Tempelhof, em Berlim, durante o Bloqueio de Berlim, 1948

Opondo-se à decisão dos três países capitalistas, o governo da URSS decidiu bloquear os acessos terrestres a Berlim Ocidental. O bloqueio começou em março de 1848. Para abastecê-la, foi criada uma ponte aérea que funcionou durante meses.

Uma guerra entre os "grandes" parecia inevitável. Mas, em 1949, os russos recuaram. Ao permitir o transporte terrestre, o abastecimento de Berlim Ocidental se normalizou. De todo modo, consolidou-se a divisão dos dois territórios alemães. O ocidental se transformou na República Federal Alemã, com capital em Bonn, e o oriental, na República Democrática da Alemanha, com capital em Berlim Oriental.

A revolução chinesa

Após a Guerra do Ópio, em decorrência de sua enorme extensão territorial e grande população, a China foi dividida em áreas de influência das grandes potências ocidentais e do Japão. Seguiu-se um processo de enorme exploração de suas riquezas naturais e de sua produção artesanal, com a colaboração de sua elite social. Essa situação, de exploração interna e externa, fez crescer uma grande oposição ao governo imperial. Em 1911, Sun Yat-sen, líder da oposição agrupada no movimento Kuomintang (Partido Popular Nacional), levou adiante uma revolução que depôs a monarquia e instituiu a república.

Fraco e sem tradição, o novo governo não conseguiu impor a ordem, diminuir a exploração estrangeira, atenuar a fome e o banditismo que tomavam conta do país. Na década de 1920, a situação crítica provocou uma divisão dentro do Kuomintang, entre nacionalistas chefiados pelo general Chiang Kai-shek e comunistas liderados por Mao Tsé-tung. Era uma luta pelo poder. Para escapar ao cerco dos nacionalistas, em 1934-1935, cerca de cem mil comunistas empreenderam a Grande Marcha. Foi uma das mais brilhantes ações militares do século XX, ainda que tivessem sobrevivido apenas 30 mil comunistas.

Essa guerra civil favoreceu ainda mais a conquista de territórios chineses pelo Japão, que desde 1931 dominava a região da Manchúria. Em 1937, os japoneses decidiram ampliar seus domínios territoriais na China. Essa expansão já era prevista pelo comando da Grande Marcha, cuja intenção, ao se deslocar para o norte, não era apenas escapar dos nacionalistas, mas futuramente lutar contra os japoneses. Assim, o conjunto da população chinesa tenderia a apoiar os comunistas, vistos como os reais defensores da pátria diante da agressão estrangeira. Porém, como os japoneses se mostravam eficientes em suas operações militares e ampliavam rapidamente suas conquistas, os dois grupos conflitantes chineses decidiram se aliar para fazer frente ao inimigo comum. Após a derrota total do Japão (agosto de

1945), a guerra civil chinesa recomeçou. Apoiado pelos norte-americanos, o exército nacionalista de Chiang Kai-shek preparou-se para um grande ataque aos comunistas.

Contudo, em decorrência da ação política dos membros do PCC (Partido Comunista Chinês), os camponeses, a grande maioria da população, apoiou o EPL (Exército Popular de Libertação). A guerra civil terminou com a vitória dos comunistas. O exército nacionalista, sob a proteção e com o auxílio dos norte-americanos, refugiou-se na ilha de Formosa (hoje, Taiwan), onde Chiang Kai-shek fundou uma república independente, denominada China Nacionalista.

A República Popular da China, comunista, foi oficialmente instituída em 1º de outubro de 1949. O comunismo, já implantado na Europa Oriental, agora se expandia pelo continente mais populoso, a Ásia. Não obstante, havia grandes diferenças entre o modelo comunista soviético e o chinês. Enquanto o soviético privilegiara uma rápida industrialização, o chinês, num país cuja população se aproximava de um bilhão de habitantes, privilegiou a produção agropecuária. E, se o Partido Comunista Chinês submetera-se à liderança do PCURSS para vencer a guerra civil, com a conquista e a consolidação no poder, começou a se emancipar da tutela soviética.

167



Retrato de Mao Tsé-tung, na Praça Tiananmen. Foi o criador (mentor) do Grande Salto *Para a frente*

Agravada por questões fronteiriças, a ruptura política entre os dois partidos e governos foi inevitável. Na década de 1960, o movimento comunista se dividia em duas correntes: a soviética e a chinesa. Estava cindido o até então monolítico comunismo internacional. Essa divisão afetou inclusive os comunistas brasileiros: o PCB (linha soviética) e o PC do B (linha chinesa).

O governo comunista chinês lançou-se à reconstrução do país. A reforma agrária foi imposta com a desapropriação e divisão dos latifúndios. Em 1953, no final do primeiro plano quinquenal, os pequenos proprietários foram agrupados em cooperativas agrícolas. No final da década de 1950, Mao lançou o Grande Salto Para a Frente. Foram criadas comunas populares no campo e associações urbanas para organizar a produção e possibilitar o grande arranque econômico. O governo decidiu então estimular a indústria de base,

hidrelétrica e de produtos químicos. A produção de ferro e aço repousava sobre fornalhas de fundo de quintal. O fracasso foi geral. Penalizada pela falta de investimentos, a produção agrícola retrocedeu, e a fome voltava a fazer milhares de vítimas.

O processo de descolonização afro-asiática

Grandes áreas do continente asiático, e principalmente do africano, que haviam se transformado ao longo do século XIX em domínio dos europeus, adquiriram, após a Segunda Guerra Mundial, sua independência política, embora quase nunca acompanhada da autonomia econômica. Essa independência provocou o desaparecimento dos grandes impérios coloniais.

O processo de descolonização afro-asiática, contemporâneo do declínio europeu, beneficiou-se das alterações no equilíbrio do poder mundial, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. URSS e Estados Unidos apoiavam o processo de descolonização. A URSS, por razões ideológicas, o fazia abertamente. Já os Estados Unidos, interessados em mercados, agiam moderadamente para não melindrar tradicionais aliados (França e Inglaterra, principalmente).

A derrota dos países do Eixo, que teve a contribuição importante de povos africanos e asiáticos, provocou a retirada japonesa das áreas ocupadas. Mas, enfraquecidos pela guerra, os antigos colonizadores europeus não tiveram capacidade de recolonizá-los.

Pode-se dividir em duas formas o processo de descolonização:

1) Pacífico – Conquista gradual de independência, em decorrência da pressão dos povos colonizados e concessões das nações colonizadoras;
2) Revolucionário – Independência decorrente de luta armada.

Em geral, o processo de autonomia foi conduzido pelas elites coloniais. Durante o domínio colonial das nações imperialistas, não raro jovens da elite estudavam em universidades europeias. Era, inclusive, um meio de que se utilizavam os colonizadores para contar com o apoio da elite nativa. Porém, a tomada de consciência desses jovens, que acreditavam na capacidade de seu povo de se autogovernar, levou-os a aderir ao processo de descolonização. Tornaram-se ardentes nacionalistas, acreditando na ideia de igualdade entre os povos.

Obtida a independência de seus países, diversos líderes das ex-colônias foram mais além. Procuraram um caminho alternativo à influência das superpotências. Não aderiram aos chamados países do Primeiro Mundo (países capitalistas, liderados pelos EUA), nem aos do Segundo Mundo (socialistas, sob a chefia da URSS).

Na Conferência de Bandung, na Indonésia, realizada em 1955, delegados de seis nações africanas e 23 asiáticas proclamaram o princípio do não alinhamento automático em relação a uma das duas superpotências e defenderam o direito de autodeterminação dos povos. Surgia um grupo de países não alinhados, denominados "países do Terceiro Mundo".

Com o tempo, essa expressão passou a identificar os países pobres, subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Com o fim da bipolarização mundial, em decorrência do desaparecimento da URSS, essas denominações (Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos) praticamente desapareceram, substituídas por "países do Norte" (desenvolvidos) e "países do Sul" (subdesenvolvidos ou em desenvolvimento).

Na década de 1960, o processo de independência das colônias europeias foi acelerado: mais de trinta países (africanos e asiáticos) obtiveram sua soberania.

As lutas na África

As duas principais nações colonialistas europeias agiram diferentemente em relação ao processo de independência de suas colônias. Nas colônias do Reino Unido, o processo, em geral, foi pacífico. Ao agir com moderação, o governo britânico tinha por objetivo manter as ex-colônias submetidas ao seu domínio econômico. Já nas colônias francesas, o processo, em geral, foi violento, como foi o caso da Argélia.



168

Barricadas criadas durante a Guerra da Independência da Argélia. Rua de Argel

Sob domínio francês desde 1830, a Argélia, país mediterrâneo, tivera suas melhores terras ocupadas por colonos franceses, apelidados *pieds noirs* (pés negros), que também monopolizavam os melhores cargos na administração colonial. Outro problema: os colonos franceses eram majoritariamente católicos; a população local, cujo idioma é o árabe, era (e é) muçulmana. O processo de emancipação foi desencadeado e conduzido pela Frente de Libertação Nacional (FLN), cuja liderança era exercida por membros da elite nativa que haviam estudado em universidades francesas. A FLN, sabedora da superioridade do exército francês, optou pela guerra de guerrilha. O sucesso militar da FLN forçou o governo francês a reconhecer, em 1962, a independência argelina. Mais de um milhão de *pieds noirs* se transferiram para a França, porque eram odiados pela população muçulmana.

No século XIX, o Egito era uma província do Império Turco-Otomano. Em 1869, foi inaugurado o canal de Suez, conectando os mares Mediterrâneo e Vermelho, ainda hoje uma das principais vias de transporte marítimo no mundo. Construído por uma companhia francesa, passou para o controle de ingleses, que adquiriram a maioria de suas ações. Após a derrota otomana na Primeira Guerra Mundial, o Egito alcançou sua autonomia, sob a forma monárquica de governo. Mas permaneceu sob tutela da Inglaterra, de 1922 até 1952. Nesse ano, um golpe de Estado, conduzido por coronéis do exército, derrubou o rei Faruk. A república militar, em 1954, foi dominada pelo mais prestigioso coronel egípcio, Gamal Abdel Nasser, ultranacionalista e antibritânico.

Como presidente, ele aderiu à Conferência de Bandung e se tornou um dos grandes líderes dos povos árabes e do Terceiro Mundo. Almejava a unificação do mundo árabe (pan-arabismo). Visando à plena autonomia do Egito, em 1956, nacionalizou o canal de Suez e proibiu o seu uso por navios israelenses. Tal medida provocou a imediata reação militar da Inglaterra, da França e de Israel. Enquanto paraquedistas anglo-franceses conquistavam a Zona do canal, o exército israelense invadia a península do Sinai e ocupava o lado oriental de Suez. Denunciando o processo de recolonização, as superpotências (URSS e EUA), com apoio da ONU, defenderam a soberania egípcia e forçaram os invasores a abandonar o país.

O Marrocos era uma colônia francesa desde o começo do século XX. Mas, durante a Segunda Guerra Mundial, tendo sido a França ocupada por tropas da Alemanha nazista, formou-se nesse país norte-africano um movimento em favor da independência. A França foi forçada a aceitar a independência de sua antiga colônia, que optou pelo estabelecimento de uma monarquia.

Na década de 1950, sob a liderança do militante nacionalista Patrice Lumumba, o Movimento Nacional Congolês começou a luta para libertar

o Congo do domínio da Bélgica. Nas eleições de 1960, seu partido obteve a maioria na Câmara dos Representantes. Lumumba foi eleito primeiro-ministro e assumiu o poder no dia 24 junho. Seis dias depois, proclamava a independência do seu país, denominado República do Congo. Começaram, então, os grandes problemas.

Rico em diamantes e minérios estratégicos, o Congo foi violentamente disputado por várias companhias, em particular as belgas, que tinham interesse em manter as concessões de exploração, concedidas quando o Congo era ainda uma colônia. A província de Katanga foi estimulada a se separar. A guerra entre diversos grupos militares rivais estourou e houve massacres de vários europeus. Lumumba apelou à ONU para o envio de tropas, que foram insuficientes para debelar a guerra civil. Lumumba foi impedido pelo presidente Kasavubu, seu inimigo político, de pedir auxílio à URSS. Foi destituído no dia 5 de setembro de 1960. Preso pelo coronel Mobutu, foi assassinado em janeiro de 1961. Mobutu, tendo recebido a patente de general em 1965, apossou-se do governo em 26 de novembro. Proclamou-se presidente e acumulou as funções de primeiro-ministro. Em 1967, outorgou uma Constituição, que acabou com o cargo de primeiro-ministro. Com seu poder ampliado, impôs uma ditadura, submetida aos interesses de companhias estrangeiras. Foi um dos governos mais corruptos da África.

As colônias portuguesas na África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e os arquipélagos de Cabo Verde e Príncipe) somente obtiveram sua independência após a queda do regime salazarista, ocorrida com a Revolução de Abril, no ano de 1974, embora a luta para alcançá-la tivesse começado na década anterior. Em Angola, ela foi conduzida pelo MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), do socialista Agostinho Neto. No entanto, após a independência, o país foi vítima de uma grande luta entre o MPLA, apoiado pela URSS e por tropas cubanas, e a UNITA (União Nacional para a Total Independência de Angola) apoiada financeiramente pelos Estados Unidos e por tropas da África do Sul. Para impor a paz, houve o envio de soldados da ONU, com um contingente de brasileiros. Só em 2002 a paz foi alcançada, mas o solo do país, todo minado com bombas, continua a fazer vítimas.

Em Moçambique, a luta foi conduzida pela FRELIMO (Frente para a Libertação de Moçambique), de tendência socialista.

A África do Sul e o *apartheid*

Em 1910 foi criada a União Sul-Africana, que tinha um *status* de semiautonomia em relação à Inglaterra. Uma minoria branca, formada pelos *africaners* (descendentes dos holandeses) e pelos descendentes de britânicos, impôs o *apartheid*, uma política que segregava de forma

violenta os negros, maioria da população. Essa política segregacionista foi oficializada em 1948, quando o Novo Partido Nacional (NNP) chegou ao poder. Os negros não tinham direitos políticos nem acesso à propriedade de terra; deviam viver em zonas específicas, sendo-lhes vedadas as zonas residenciais dos brancos; eram proibidas as uniões e as relações sexuais entre pessoas de raças diferentes.

Na década de 1960, o governo racista ampliou a política do *apartheid*, com a aplicação de leis que classificavam e separavam os negros em grupos étnicos, com o objetivo de confiná-los em territórios tribais denominados bantustões.

A fundação do Congresso Nacional Africano (CNA) estimulou a resistência dos negros ao *apartheid*. Iniciava-se uma campanha de desobediência civil. Para acabar com manifestações de protesto, a polícia sul-africana agia com brutalidade.

Mas, com a independência das colônias portuguesas de Angola e Moçambique, em 1975, vizinhas da África do Sul, e a queda do governo de minoria branca na Rodésia, atual Zimbábue, em 1980, o *apartheid* entrou em crise. No episódio conhecido como Massacre de Sharpeville, ocorrido em 1984, foram mortos 67 negros. O governo decretou a lei marcial para impor a ordem. Submetido a duras críticas de outros países e entidades internacionais, o governo da minoria branca optou por se retirar da Comunidade Britânica, conquistando sua plena independência; colocou o CNA na ilegalidade e condenou seu líder Nelson Mandela à prisão perpétua por lutar contra o *apartheid*.

Para acabar com a política racial na África do Sul, a ONU impôs-lhe sanções. Pressionado, o governo promoveu algumas reformas, porém manteve os elementos essenciais do *apartheid*. Paralelamente, protestos contra o regime sul-africano e pela libertação de Mandela se alastravam pelo mundo.

Isolado econômica e politicamente, o governo segregacionista sul-africano foi forçado a abrandar o *apartheid*. Aos poucos, revogou as diversas leis segregacionistas. Em 1990, após quase 28 anos de confinamento, Nelson Mandela saiu da prisão, consagrado.

Em 1993, o presidente sul-africano De Klerk e Mandela recebiam o Prêmio Nobel da Paz. Nas primeiras eleições multirraciais ocorridas na África do Sul, em abril de 1994, Nelson Mandela foi eleito presidente, e o CNA conquistava ampla maioria na Assembleia Nacional. Nesse mesmo ano, o Parlamento aprovava uma lei que restituía terras às famílias negras atingidas pela lei de 1913, que destinara 87% do território sul-africano à minoria branca.

169



Frederik de Klerk e Nelson Mandela apertam as mãos durante a reunião anual do Fórum Econômico Mundial em Davos, em janeiro de 1992

Seu governo começou, então, um trabalho paciente para pôr fim ao regime que discriminara a etnia negra. Sua missão também teve de enfrentar as rivalidades e as guerras tribais entre os zulus e xhosas.

A descolonização da Ásia

O destaque foi a independência da Índia. Em 1885 foi fundado o Partido do Congresso, formado por uma elite indiana educada nos padrões ocidentais. Seus dirigentes eram influenciados pelo nacionalismo e pela democracia liberal. Se, inicialmente, esse partido auxiliou e participou da administração colonial britânica, posteriormente evoluiu para o desejo de emancipação de seu país.

Durante a Primeira Guerra Mundial, soldados indianos auxiliaram a Grã-Bretanha, tendo lutado inclusive na Europa. Após a guerra, a liderança do Partido do Congresso foi compartilhada por Mahatma Gandhi e Jawaharlal Nehru. Gandhi iniciou um movimento nacional de desobediência civil, ao pregar a resistência pacífica ao domínio inglês. As mercadorias britânicas (especialmente tecidos) eram boicotadas, e impostos não eram pagos. Agindo assim, os consumidores indianos restauravam a produção artesanal interna e atingiam profundamente o motivo básico da dominação imperialista, ou seja, o enriquecimento da metrópole à custa da colônia.

Em mais uma demonstração de desobediência civil, em 1930, Gandhi e seus seguidores fizeram uma marcha de 300 quilômetros até o litoral, onde simbolicamente pegaram o sal com as mãos. Era um desafio aberto

às leis britânicas, que só autorizavam a posse do produto se comprado de companhias inglesas. Quando havia confronto com soldados ingleses, os nativos reagiam pacífica e silenciosamente.

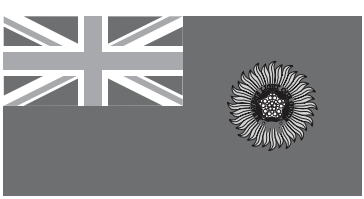
Após a Segunda Guerra Mundial, britânicos e indianos iniciaram conversações sobre a independência da colônia. Mas havia um grande problema entre os colonizados. Uma boa parcela da população da Índia era formada por muçulmanos, que não desejavam se submeter a um governo de hindus. Assim, não foi possível manter a unidade territorial da mais importante colônia britânica.

Quando, no dia 15 de agosto de 1947, foi declarada a independência da Índia, surgiam dois Estados soberanos: a União Indiana e o Paquistão. Como os muçulmanos eram maioria no noroeste e no leste da Índia, foram criados o Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental, separados por cerca de dois mil quilômetros de distância, porém sob a mesma autoridade.

Em decorrência dessa divisão baseada em critérios religiosos (os diferentes grupos tinham hábitos e valores muito diferentes), houve o deslocamento de milhões de pessoas. E até mesmo choques, tão violentos que provocaram mais de 200 mil mortes – ironicamente, após um longo processo de desobediência pacífica.

Em dezembro de 1971, houve uma guerra entre a Índia e o Paquistão, envolvendo a Caxemira, uma província indiana, mas com grande número de muçulmanos. A Índia recebeu apoio militar da URSS, e o Paquistão, dos EUA. Derrotado o Paquistão, a parte oriental se separou e formou um Estado independente, com o nome de Bangladesh.

170



Bandeira da Índia britânica, domínio britânico na Índia

O processo de descolonização também atingiu o sudeste da Ásia. A Indonésia, maior arquipélago do mundo, era colônia dos Países Baixos (Holanda). Durante a Segunda Grande Guerra, foi ocupada pelos japoneses. Em 1945, derrotados, os japoneses saíram da região. Voltaram os holandeses, mas Ahmed Sukarno, que liderava o movimento de independência, proclamou a soberania da Indonésia. Desencadeou uma guerra de guerrilha contra os holandeses que, pressionados pelos Estados Unidos, aceitaram a perda de sua colônia, em 1949. Sukarno tornou-se o primeiro presidente do país, sendo um dos destaques na Conferência de Bandung, que resultou na formação dos países do Terceiro Mundo.

Mas, como era comum acontecer nas ex-colônias, tornou-se um ditador. Aproximou-se dos países socialistas. Em 1965, o alto comando das Forças Armadas desferiu um golpe de Estado que, bem-sucedido, afastou Sukarno da presidência. Em 1968, assumiu o poder um outro general, Suharto. E, uma vez mais a Indonésia conheceu uma longa ditadura. Foram 30 anos de despotismo e profunda corrupção.

A guerra da Coreia

No início do século XX, a Coreia foi conquistada e incorporada pelo Japão. Durante a Segunda Grande Guerra, milhares de coreanos foram submetidos a trabalhos forçados. Ainda durante a guerra, comunistas coreanos, orientados pelos soviéticos, lutaram contra os japoneses, sem sucesso. No fim da guerra, um acordo entre norte-americanos e soviéticos dividiu a península coreana em duas partes: o norte ficou sob ocupação da União Soviética, e o sul, dos Estados Unidos. A linha divisória era o paralelo 38, conforme estabelecido na Conferência de Potsdam.

Em 1947, a ONU decidiu reunificar o país por meio de eleições nas duas zonas, mas os comunistas não concordaram. Fracassadas as negociações para a unificação política da península, em 1948 foram criados dois Estados distintos: a República Democrática Popular da Coreia (ou Coreia do Norte), com capital em Pyongyang, sob sistema comunista; e a República da Coreia (ou Coreia do Sul), com capital em Seul e estrutura capitalista. Logo após, as tropas soviéticas e as norte-americanas retiraram-se da península. Iniciou-se, então, uma intensa guerra de propaganda envolvendo os dois países coreanos. Era mais um exemplo da guerra fria, um confronto de dois sistemas distintos e contrários.

Importante lembrar que, em 1949, os comunistas triunfaram na China. A vitória comunista na China estimulou a Coreia do Norte a tentar a unificação da península. No dia 25 de junho de 1950, sem nenhuma comunicação de guerra, o exército norte-coreano iniciou a invasão da Coreia do Sul. O objetivo era dominar rapidamente o país, unificando assim toda a península sob regime comunista. Pensavam as autoridades norte-coreanas que os Estados Unidos nada fariam, diante de um fato consumado, como ocorrera com o triunfo de Mao Tse-tung na China.

Porém, nesse mesmo dia, convocado urgentemente pelos Estados Unidos, reuniu-se o Conselho de Segurança da ONU. Estando ausente o delegado da União Soviética, e sob pressão americana, o conselho condenou a agressão norte-coreana e decidiu agir. Nomeou o general norte-americano Douglas MacArthur, herói da guerra contra o Japão, para comandar as forças da ONU, compostas quase unicamente de soldados norte-americanos. Oficialmente, era um conflito entre norte-coreanos e forças das Nações Unidas.

Para aliviar a pressão que o exército norte-coreano exercia sobre Seul, MacArthur ordenou um ataque direto a Pyongyang, para forçar tropas inimigas a socorrê-la. O ataque norte-americano foi tão bem-sucedido que em pouco tempo ele se aproximava da fronteira chinesa. Essa ameaça, bem como a provável capitulação da Coreia do Norte, fez com que a China, apoiada pela URSS, interviesse diretamente no conflito. Assim, a guerra se tornou mais ampla, bem mais violenta e com numerosas perdas humanas para ambos os lados. Os norte-coreanos e os chineses recebiam material militar soviético.

Durante dois anos, a guerra ficou indefinida devido ao equilíbrio dos inimigos.

Para romper essa situação, o general MacArthur sugeriu um bombardeio atômico de diversas cidades chinesas. Se essa sugestão fosse aceita pelo governo dos Estados Unidos, certamente haveria uma reação da URSS (já dotada de armas atômicas) e a generalização do conflito. Profundamente criticado por ter ordenado o lançamento das bombas atômicas sobre o Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, Truman preferiu destituir MacArthur do comando das tropas da ONU.

Com a ascensão do general Eisenhower, comandante das tropas aliadas na Segunda Grande Guerra, à presidência dos Estados Unidos, e a diminuição do anticomunismo na diplomacia norte-americana, foram abertas as negociações para alcançar a paz. Uma trégua foi assinada, em 27 de julho de 1953, e permanece até hoje. Um acordo manteve a fronteira definida em 1948 e criou uma zona desmilitarizada entre as duas Coreias. Portanto, a divisão territorial permaneceu exatamente a mesma do período anterior à guerra.

A guerra do Vietnã

A parte oriental da península da Indochina, localizada no sudeste asiático, foi conquistada pela França no final do século XIX. No começo da Segunda Guerra Mundial, foi ocupada pelos japoneses. Derrotados os japoneses, os franceses voltaram à península para restabelecer seu domínio colonial. Iniciou-se então a luta dos vietnamitas para obter sua autonomia política. A luta de libertação era comandada pelo Vietmihn, um movimento político e militar fundado e dirigido pelo comunista Ho Chi Mihn, que, na adolescência, estudou na França. Foram oito anos de luta, que terminou com a derrota francesa na batalha de Diem Bien Phu, em maio de 1954. O comandante militar vietnamita era o general Giap, um dos mais brilhantes estrategistas do século XX.

A Conferência de Paz, realizada em Genebra, Suíça, decidiu pela retirada de todas as tropas francesas e a divisão do Vietnã em dois Estados:

o do Norte, com capital em Hanói, sob o regime comunista de Ho Chi Minh, e o do Sul, cuja capital era Saigon, capitalista. Ficou decidido que haveria eleições gerais para a unificação do país, mas o Vietnã do Sul, já então sob uma ditadura militar apoiada pelos Estados Unidos, não aceitou realizá-las.

Em 1959, guerrilheiros comunistas do sul (os *vietcongs*), com o apoio do Vietnã do Norte, iniciaram uma luta para derrubar o governo do Vietnã do Sul e reunificar o país. Dois anos depois, no governo do presidente John Kennedy, começou o envolvimento dos Estados Unidos no conflito. Inicialmente por meio de assessores militares; depois, pelo envio de tropas. Em 1965, havia mais de 600 mil soldados na Indochina.

171



Explosão de bombas de napalm, no sul de Saigon, na República do Vietnã, em 1965

Lutando na forma de guerrilha e contando com o apoio da população camponesa, os vietcongs infligiam graves perdas aos norte-americanos. Como forma de revide e para coagir a população nativa, os norte-americanos

bombardeavam indiscriminadamente aldeias dos camponeses. Pela primeira vez, as redes de televisão americanas transmitiam imagens brutais da guerra, que não poupava civis. Em desespero, o estado-maior dos EUA decidiu bombardear as cidades do Vietnã do Norte. Nem a natureza escapava da destruição: bombas de napalm, produto químico que destruía a vegetação, eram lançadas pelos aviões norte-americanos. Não poucas vezes atingia mulheres, crianças e idosos.

A intervenção dos Estados Unidos começava a ser contestada dentro do próprio país. Imensas manifestações contra a guerra se repetiam. Jovens recusavam-se a se alistar e fugiam para o Canadá. Sob pressão, o presidente Richard Nixon concordou com a abertura de negociações para alcançar a paz. O Acordo de Paris, assinado em 1973, estabeleceu o cessar-fogo. Mesmo antes de sua implementação, os EUA começaram a retirar suas tropas. Com a retirada dos soldados norte-americanos, a vitória dos vietcongs era uma questão de tempo. Dois anos depois, a guerra chegava ao fim, com a tomada de Saigon pelos comunistas. Em 2 de julho de 1976, ocorreu a reunificação oficial do Vietnã.

Os conflitos no Oriente Médio

No século I a.C., a região onde se situa o atual Estado de Israel era a província romana da Judeia. Os costumes corruptos e a ganância dos romanos deram motivo a um crescente antagonismo entre os judeus e à dominação romana. Em 63, os judeus se revoltaram, mas foram duramente reprimidos pelos soldados romanos. Em 135, uma nova revolta, mais uma vez fracassada. Como castigo imposto pelos romanos, os sobreviventes foram obrigados a deixar Jerusalém, sua capital religiosa, bem como abandonar sua terra, iniciando assim a chamada Diáspora. Adriano, o imperador romano, denominou a região de Palestina, a partir do nome de um dos povos que lá vivia em tempos bíblicos, os filisteus, que não tinham origem semita. Os judeus dispersaram-se pela orla mediterrânea e aos poucos foram penetrando pelo continente europeu e pelo asiático.

Durante séculos, os judeus acalentaram o sonho de um dia reconstruir seu lar na Palestina. Esse sonho começou a se tornar realidade a partir das últimas décadas do século XIX. Na Europa, a partir das ideias do jornalista vienense Theodor Herzl, foi fundado um movimento, o sionismo, cujo objetivo final era a fundação de um Estado nacional na Palestina, onde não só o povo judaico se agruparia, como também estaria a salvo das seculares perseguições, segregações e violência.

Em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial, para obter apoio da rica comunidade judaica inglesa, o ministro das Relações Exteriores da

Grã-Bretanha, lorde James Balfour, fez uma importante declaração oficial. Disse que "o governo de Sua Majestade via com bons olhos a criação de um lar nacional judeu na Palestina, desde que isso não afetasse as comunidades não judaicas da região". Esse pronunciamento é conhecido como Declaração Balfour.

Na década de 1930, com a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, houve, enquanto possível, uma forte corrente imigratória de judeus para a Palestina, então protetorado britânico. A fixação de milhares de judeus na região fez crescer o antagonismo dos árabes ali residentes há séculos. Os conflitos entre as duas comunidades se multiplicaram.

Após a Segunda Guerra Mundial, e em decorrência da divulgação das barbaridades praticadas pelos nazistas nos campos de concentração e de extermínio, a ideia de um lar para os judeus se expandiu. Simultaneamente, navios abarrotados de judeus aportavam em Tel Aviv, cidade portuária na Palestina, apesar da oposição dos britânicos, temerosos de ocorrer um enorme conflito entre as duas comunidades. Em 1947, os judeus representavam cerca de 30% dos habitantes da Palestina, enquanto no início do século não passavam de 10%.

Em 1947, a Assembleia Geral da ONU aprovou a criação de dois Estados na Palestina: um (maior territorialmente) para os judeus; outro, para os palestinos, que rejeitaram a divisão. Em 14 de maio de 1948, líderes judeus proclamaram unilateralmente a fundação do Estado de Israel. Os países árabes vizinhos (Egito, Síria, Líbano e Jordânia, então Transjordânia) também recusaram a decisão da ONU, pois tinham interesses nos territórios palestinos.

Iniciava-se o primeiro dos quatro grandes conflitos entre países árabes e Israel, todos vencidos pelos israelenses.

1) Primeira guerra: 1948. Vitorioso diante de uma coligação de palestinos e Estados árabes vizinhos, em consequência do apoio militar dos Estados Unidos, o Estado de Israel passou a controlar 75% do território da Palestina, um terço a mais do que o determinado pela ONU. O Estado palestino não foi criado.
2) Segunda guerra: 1956. Causas: nacionalização do canal de Suez pelo presidente egípcio Nasser e proibição de seu uso por navios israelenses. Soldados da Inglaterra, da França e de Israel atacaram o Egito, facilmente derrotado. Mas, por pressão da ONU, dos EUA e da URSS, os invasores foram obrigados a se retirar. Em 1964 foi fundada a OLP (Organização para a Libertação da Palestina), reunindo palestinos que resistiam à violência a que eram submetidos e à perda de seu território. Seus objetivos maiores eram a criação de um Estado Palestino e a destruição do Estado de Israel.

3) Terceira guerra: 1967. Foi a Guerra dos Seis Dias. Acuado por manobras de Nasser no Mar Vermelho, Israel atacou de surpresa o Egito, a Jordânia e a Síria e os derrotou rapidamente. Israel ocupou militarmente a Faixa de Gaza (então, pertencente ao Egito), Jerusalém Oriental e a Cisjordânia (então, pertencentes à Jordânia) e as Colinas de Golã (então, pertencente à Síria). O número de refugiados palestinos na Jordânia e no Egito aumentou consideravelmente.

4) Quarto conflito: 1973. Conhecido como Guerra do Yom Kippur, pois começou com um ataque árabe em 16 de outubro, dia em que os judeus comemoravam o *Yom Kippur* (Dia do Perdão). Inicialmente a vantagem foi dos árabes, que recuperaram boa parte dos territórios perdidos em 1967. Posteriormente, em decorrência do apoio material dos Estados Unidos, o contra-ataque judeu eliminou todas as conquistas árabes. As fronteiras permaneceram as mesmas quando do início da guerra.

172



Oficiais da Força Aérea Israelense junto à aeronave egípcia destruída, no Sinai, durante a Guerra dos Seis Dias, 1967

A coexistência pacífica

Na URSS, a morte de Stálin, em 1953, reavivou as atividades sindicais e os sovietes. Perseguidos políticos foram reabilitados, enquanto partidários de Stálin foram afastados. Era a desestalinização. Em fevereiro de 1956, realizou-se o XX Congresso do PCURSS. O secretário do partido era Nikita Kruschev. O congresso denunciou o culto da personalidade, que tanto

glorificara o falecido ditador. Ao mesmo tempo, iniciava-se uma política de coexistência pacífica com o Ocidente.

A URSS já estava economicamente reconstruída após a Segunda Guerra e, em determinados setores, bastante avançada tecnologicamente (indústria pesada, usinas hidrelétricas, exploração de minérios, produção de armamentos, pesquisa espacial etc.). Mas o setor de produção de bens de consumo estava muito atrasado em relação ao Ocidente.

No XXI Congresso do Partido Comunista, realizado em 1959, os dirigentes se comprometeram a ampliar a produção de bens de consumo (tecidos e alimentos) para atender a demanda, bem como a construir moradias. Após mais de quatro décadas de regime socialista, havia no país um déficit enorme de moradias.

Mas a grande mudança ocorreu na política externa. Kruschev inaugurou uma política de distensão com o Ocidente, insistindo na coexistência pacífica. Em 1963, em decorrência de dificuldades climáticas e do fracasso de medidas reformistas aplicadas pela administração de Kruschev, o Partido Comunista o substituiu por Leonid Brejnev. Sua administração procurou equiparar o potencial militar da URSS ao dos Estados Unidos, o que de fato conseguiu. Melhorou o poder aquisitivo da população, mas, por outro lado, a corrupção se alastrou, com acusações a membros da família de Brejnev. Após sua morte, assumiu o poder o ex-chefe da KGB (polícia secreta) Yuri Andropov, pouco tempo depois substituído por Konstantin Tchernenko, que, à semelhança de seus antecessores, tomou medidas para combater a corrupção.

173



Gorbachev em visita aos Estados Unidos, na Biblioteca da Casa Branca

Em 1985, morto Tchernenko, ascendeu ao posto de secretário do partido Mikhail Gorbatchev, o mais jovem líder político desde a fundação da URSS. Ele iniciaria uma fase de profundas reformas que levariam ao desaparecimento da própria URSS.

Na política externa, em geral, os governantes soviéticos pós-Kruschev procuraram amenizar as rivalidades com os Estados Unidos. A eclosão de uma guerra nuclear esteve muito próxima de acontecer durante a Crise dos Mísseis, em 1962. Nesse ano, os soviéticos montavam bases de lançamento de foguetes em Cuba, país que se localiza a menos de 200 quilômetros do estado da Flórida (EUA). Os Estados Unidos reagiram, bloquearam o acesso a Cuba e impediram que navios soviéticos que transportavam foguetes os desembarcassem,

sob ameaça de usar "todos os recursos necessários". Os russos recuaram e as bases foram desmontadas. Em contrapartida, os norte-americanos se comprometeram a não mais auxiliar os grupos que tivessem a intenção de depor Fidel Castro.

As superpotências concordaram, então, em assinar acordos para evitar uma catástrofe mundial. Iniciava-se a distensão (*Détente*, em francês, como ficou popularizada). Os principais acordos foram:

a) Tratado de Moscou (1963), que limitou as pesquisas sobre novas tecnologias nucleares e estabeleceu a não ocupação da Antártica;

b) TPN (Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, 1968), pelo qual EUA, URSS, China, França e Reino Unido, países dotados de bombas atômicas, comprometiam-se a não transmitir tecnologia nuclear a outros e a limitarem seus arsenais nucleares;

c) SALT I (Strategic Arms Limitation Talks - Acordo de Limitação de Armamentos Estratégicos, 1972), que estabelecia o congelamento de arsenais nucleares dos Estados Unidos e da União Soviética;

d) SALT II (1979), prorrogou as negociações do SALT I.

Teste seu saber

1. **Ao assumir a função de chanceler da Alemanha e, logo após, o de ditador, Hitler iniciou uma política de militarização e expansão territorial. Ordene a sequência dos fatos abaixo relacionados.**
   ( ) Anexação da Áustria.
   ( ) Reocupação militar da região da Renania.
   ( ) Rejeição de uma das cláusulas do Tratado de Versalhes.
   ( ) Tratado de Munique.
   ( ) Anexação dos Sudetos, pertencente à Tchecoslováquia.

2. **O Eixo, um pacto militar contra o comunismo, reunia:**
   a) Itália, Alemanha e Espanha.
   b) Alemanha, URSS e Áustria.
   c) Áustria, Alemanha e Japão.
   d) Alemanha, Itália e Japão.

3. **Um dos princípios e objetivos do nazismo era o Lebensraum (espaço vital). Ele foi utilizado como justificativa para:**
   a) Desmembrar a Tchecoslováquia.
   b) Anexar a Áustria.
   c) Invadir a França.
   d) Invadir a URSS.

4. **Qual a principal decisão do Tratado de Munique, assinado em 28 de setembro de 1938? Qual foi um dos objetivos da França e Inglaterra?**
   a) Facilitar a formação do Eixo. Jogar os países do Eixo contra a URSS.
   b) Aceitação da ocupação do "corredor polonês" pela Alemanha. Provocar um conflito entre a URSS e a Alemanha.
   c) Incorporação da região dos Sudetos pela Alemanha. Provocar um futuro conflito entre as duas potências antagônicas: Alemanha nazista e URSS comunista.
   d) Incorporação da Áustria pela Alemanha. Gerar um futuro atrito entre a Itália e Alemanha.

5. **O Pacto de Não Agressão, assinado pela Alemanha e URSS em agosto de 1939, foi o prenúncio de uma guerra próxima. Qual alternativa é correta?**

a) A Alemanha invadiria e ocuparia a maior parte da Polônia.
b) Como compensação, a URSS ocuparia a Eslováquia.
c) A URSS ocuparia a Finlândia.
d) A Alemanha ocuparia apenas o "corredor polonês".

6. Assinale a frase errada.
a) A Batalha da Inglaterra foi vencida pela RAF.
b) Embora o alemães dominassem boa parte da Europa, a marinha inglesa impedia a conquista de seu país.
c) O fracasso italiano na conquista da Grécia obrigou os alemães a abrir uma nova frente de guerra.
d) A Iugoslávia não opôs resistência à invasão alemã.

7. O rompimento do Pacto Nazi-Soviético, na Segunda Guerra Mundial, foi provocado:
a) pelo fracasso da batalha da Inglaterra.
b) pela ocupação soviética dos países bálticos (Letônia, Estônia e Lituânia).
c) pela invasão da União Soviética pela Alemanha nazista.
d) pela recusa russa em fazer parte do Eixo.

8. Em 1942, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, porque:
a) Os Estados Unidos já haviam entrado na guerra.
b) Navios brasileiros foram bombardeados por submarinos alemães.
c) Denunciou o pacto de aliança com a Itália.
d) Foi pressionado pela Inglaterra.

9. Na Conferência de Potsdam, em julho/agosto de 1945, os governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e da URSS decidiram que:
a) toda a capacidade industrial da Alemanha fosse destruída.
b) Berlim seria uma cidade livre sob custódia da ONU.
c) a Alemanha seria dividida nos setores soviético, norte-americano, francês e inglês, fazendo-se a mesma divisão para Berlim.
d) dividiu a Alemanha em duas partes, a Ocidental e a Oriental.

10. Assinale V para as frases verdadeiras e F para as falsas.
a) A Segunda Guerra alterou profundamente o equilíbrio de poder no mundo. ( )

b) Os tratados de paz da Segunda Guerra evitaram modificar as fronteiras políticas na Europa. ( )
c) Após a Segunda Guerra, os EUA e a URSS evitaram defrontar-se diretamente, adotando a Guerra Fria como linha de ação. ( )
d) A Liga das Nações foi substituída pela Organização das Nações Unidas. ( )
e) O sistema comunista foi estabelecido sobre a Europa Oriental. ( )
f) Inglaterra e França conseguiram manter, durante décadas, seus imensos impérios coloniais. ( )

11. A Segunda Guerra Mundial provocou o declínio político da Europa. Quais fatores justificam essa afirmação?
a) A Guerra Fria e a afirmação da supremacia norte-americana.
b) A aplicação do Plano Marshall e a criação da OTAN.
c) A hegemonia das duas superpotências (EUA e URSS) e a crise do sistema colonial.
d) A instabilidade política e social na Inglaterra e França.

12. Indique o programa pelo qual os Estado Unidos ofereceram ajuda a diversos países europeus e seu objetivo.
a) Plano Dawes; promover a reorganização cultural europeia.
b) Plano Marshall; reunificar o Estado alemão.
c) Plano Marshall; recuperar economicamente os países devastados pela guerra.
d) Plano Schumann; incrementar o comércio entre os países europeus ocidentais.

13. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu o conceito de Guerra Fria. Ele foi largamente aplicado por caracterizar:
a) as guerras no Oriente Médio.
b) a rivalidade entre os dois blocos antagônicos, liderados pelos EUA e pela URSS, respectivamente.
c) a enorme competição entre empresas capitalistas.
d) a criação de instituições rivais, como o MEC e o FMI.

14. São consequências da Segunda Guerra Mundial, exceto:
a) a bipolarização do mundo.
b) a fundação do Estado de Israel.

c) a consolidação dos impérios coloniais.
d) a corrida armamentista.

15. Um exemplo de histeria decorrente da bipolarização mundial foi o "macartismo". Qual das afirmações não se aplica a ele?
a) Exploração oportunista do anticomunismo nos EUA.
b) Depoimentos explorados pela mídia norte-americana.
c) Clima de terror nos meios intelectuais.
d) Militares, as maiores vítimas das delações.

16. Na segunda metade da década de 1940, a rivalidade entre os EUA e a URSS assumiu enormes proporções. Uma crise poderia ter levado à eclosão de um novo conflito de proporções ainda maiores do que a Segunda Guerra Mundial. Qual foi ela?
a) A Guerra da Coreia.
b) A Guerra do Vietnã.
c) O Bloqueio de Berlim.
d) A guerra de 1948 entre árabes e israelenses.

17. Sobre o processo histórico da China no século XX, qual afirmação é correta?
a) Sun Yat-sem fundou o Partido Popular Nacional (Kuomintang), que restabeleceu a monarquia em 1911.
b) A Longa Marcha, em 1934-35, foi uma reação popular contra a invasão da Manchúria pelos russos.
c) Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, acirraram-se as rivalidades entre os nacionalistas e os comunistas.
d) O governo comunista chinês impôs a reforma agrária ao desapropriar e dividir os latifúndios e criar as cooperativas agrícolas.

18. Após a Segunda Guerra Mundial, acelerou-se o processo de descolonização na África e na Ásia. O fator que contribuiu para essa aceleração foi:
a) o fortalecimento financeiro das ex-colônias.
b) a política de intolerância das antigas metrópoles.
c) a confiança dos líderes nacionalistas na capacidade de seu povo de se autogovernar.
d) o direito de autodeterminação dos povos imposto pela Organização das Nações Unidas.

19. **Sobre o processo de descolonização faça a relação.**
    a) Argélia
    b) Egito
    c) Marrocos
    d) Congo
    e) Angola
    f) Moçambique
    ( ) Obteve a independência sob a forma monárquica de governo.
    ( ) A rica província de Katanga proclamou sua secessão.
    ( ) Os *pieds noirs* ocupavam as melhores terras.
    ( ) Derrubada da monarquia pró-Inglaterra pelos coronéis do exército.
    ( ) A FRELIMO era uma guerrilha de tendência socialista.
    ( ) As guerrilhas FPLA e UNITA rivalizaram-se na luta pela independência.

20. **Na década de 1980, o governo racista da República da África do Sul proclamou sua separação da Comunidade Britânica. Qual foi a causa e a consequência principais?**
    a) As exigências inglesas em relação à exploração de diamantes sul-africanos; a expulsão dos trabalhadores imigrantes.
    b) A recusa sul-africana em apoiar a Rodésia contra a Inglaterra; o rompimento de relações diplomáticas com Portugal.
    c) A pressão dos membros afro-asiáticos do Congresso Nacional Africano contra a política do *apartheid*; a ampliação do *apartheid*.
    d) A independência de Angola e Moçambique; a libertação de Nelson Mandela.

21. **Para tornar a Índia independente do domínio britânico, o líder do movimento nacionalista, Mahatma Gandhi, propunha:**
    a) a formação de frentes guerrilheiras.
    b) o pacifismo ou a "não violência".
    c) a organização de um governo de união hindu-muçulmano.
    d) a aliança com a URSS.

22. **Declarada em 15 de agosto de 1947, a independência da Índia Britânica, teve como uma das suas consequências:**
    a) a criação de dois Estados, um hindu, a República da Índia, e outro, muçulmano, o Paquistão.

b) a eleição de Gandhi para a presidência da União Indiana.
c) a manutenção do pacifismo na região.
d) o alinhamento dos dois novos Estados à política da URSS.

23. Assinale com um X as afirmativas verdadeiras:
( ) Após sua independência, em 1947, a Índia permaneceu unificada e os problemas religiosos foram resolvidos.
( ) A Indonésia foi dominada pelos Países Baixos e, posteriormente, a região foi ocupada pelos japoneses.
( ) A conferência de Bandung, realizada em 1955, decidiu pela adoção de uma política de defesa da soberania dos Estados Unidos.
( ) O Sudeste Asiático, que compreendia as regiões do Vietnã, Laos e Camboja, foi ocupado pelos ingleses.

24. Em relação à Revolução Socialista na China, associe as colunas:
a) Sun Yat-sen
b) Kuomintang
c) PCC
d) Chiang Kai-shek
e) Mao Tse-tung
( ) Líder do Kuomintang e sucessor de Sun Yat-sen.
( ) Partido Comunista Chinês.
( ) Proclamou a República Chinesa.
( ) Líder da Revolução Socialista.
( ) Partido Nacionalista.

25. Nas relações internacionais após 1945, os Tratados de Genebra, de 1954, representam:
a) Fim da Guerra da Coreia.
b) Divisão da Coreia em dois Estados.
c) O fim da intervenção militar dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã.
d) Divisão do Vietnã em dois Estados independentes.

26. Que episódios explicam a expulsão dos judeus da Palestina e a fundação do Estado de Israel?
a) As Cruzadas e a ascensão do nazismo na Alemanha.
b) A conquista do exército greco-macedônio comandado por Alexandre e a sovietização da Rússia.

c) A expansão turco-otomana e a eclosão da Segunda Guerra Mundial.
d) A repressão do Império Romano à revolta judaica e o holocausto.

27. Que alternativa explica o significado de sionismo?
a) A busca do monte Sion.
b) A veneração dos locais sagrados do judaísmo.
c) A criação de um Estado judeu.
d) A fuga das perseguições sofridas pelos judeus na Rússia czarista.

28. Que fato levou à eclosão da Guerra dos Seis Dias, em 1967?
a) A fundação do Estado de Israel.
b) Bloqueio egípcio à navegação israelense no mar Vermelho.
c) A ocupação das Colinas de Golã pelos israelenses.
d) A tomada de Jerusalém Oriental pelos árabes.

29. No XX Congresso do Partido Comunista da URSS, realizado em 1956, o secretário-geral Nikita Khruschev iniciou uma mudança radical na política soviética (interna e externa) ao propor:
a) um acordo de não proliferação de armas nucleares com os EUA e o rompimento com a China Comunista.
b) o fim do monopólio político do Partido Comunista e o fim da censura.
c) o fim do Pacto de Varsóvia e a desestalinização.
d) a coexistência pacífica e o fim do culto à personalidade.

30. A maior possibilidade de um confronto militar direto entre as duas superpotências, URSS e EUA, ocorreu durante:
a) a Crise dos Mísseis, envolvendo Cuba.
b) a Guerra do Vietnã, quando os chineses invadiram o Vietnã do Sul.
c) a Guerra do Yom-Kippur, em decorrência do auxílio norte-americano a Israel.
d) a Guerra da Coreia, devido à ameaça dos Estados Unidos de bombardear a China Comunista.

Descomplicando a História

Sobre a ONU, é correto informar que o principal órgão é:

a) Conselho de Segurança.
b) Secretaria-Geral.
c) Corte Internacional de Justiça.
d) Assembleia Geral.

Comentário:

O principal órgão é a Assembleia Geral, formada por representantes de todos os países-membros. Mas, há quem considere ser o Conselho de Segurança, composto por representantes de quinze países, sendo cinco deles permanentes: Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China Comunista. Os membros permanentes têm o direito de veto sobre qualquer resolução da Assembleia Geral.
Alternativa correta: d.

21 O Brasil após a Segunda Guerra

A república populista no Brasil (1945-1964)

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)

Com a queda do Estado Novo, em 29 de outubro de 1945, eleições gerais foram realizadas em dezembro desse mesmo ano. O general Eurico Gaspar Dutra, um dos articuladores do golpe de 1937, que implantou a ditadura varguista, foi eleito e tomou posse em março de 1946. Na mesma eleição foram escolhidos os representantes da Assembleia Constituinte, cuja finalidade era elaborar uma nova Constituição. Em setembro de 1946, a quarta Constituição republicana, e a quinta de nossa história, foi aprovada e promulgada.

Ela restabelecia o sistema federalista, democrático e liberal. O presidente nomeava e dispensava os ministros, que respondiam ao chefe da nação. Restabelecia também o direito de greve, embora conservasse a estrutura sindical estabelecida durante o Estado Novo. Atrelados ao Ministério do Trabalho, os sindicatos continuaram a ser dirigidos por pelegos.

As bases de apoio do governo Dutra eram os proprietários rurais que se aglutinaram no PSD (Partido Social Democrata) e os dirigentes sindicais atrelados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Seu governo foi politicamente conservador e economicamente liberal.

Havia duas características na situação mundial que muito influenciaram o governo Dutra. Uma, de caráter econômico; outra, político-ideológica. É importante salientar que, após a Segunda Guerra Mundial, houve a bipolarização mundial: URSS e Estados Unidos impuseram sua preponderância em suas áreas de influência. No mundo ocidental, ocorreu um acentuado crescimento do comércio, dominado pelos Estados Unidos, a tal ponto que o modo de vida americano (*american way of life*) tornou-se um modelo a ser imitado nos países capitalistas. Consumir produtos norte-americanos era uma tendência crescente.

O Brasil, cujas relações externas se tornaram muito intensas e próximas com os Estados Unidos, desde sua entrada no grande conflito mundial, alinhou-se ao governo de Washington, política e ideologicamente. Em 1947, o presidente norte-americano Harry Truman fez uma visita ao Brasil.

Durante a guerra, o Brasil havia acumulado muitas divisas em moeda estrangeira (cerca de US$ 700 milhões), em decorrência de seu superávit comercial. As exportações haviam superado largamente as importações. Porém, no governo Dutra, por razões internas (desejo de consumo de produtos norte-americanos) e externas (pressão comercial dos Estados Unidos) o valor das importações (bens de consumo e supérfluos) superou o das exportações (produtos primários). Esse desequilíbrio no comércio externo (déficits crescentes) fez que boa parte das reservas acumuladas durante a guerra fosse transferida aos países credores (especialmente os Estados Unidos). Crescia a produção agropecuária e diminuía proporcionalmente a industrial, pois produtos estrangeiros, na maior parte dos EUA, invadiram o mercado brasileiro e dificultaram a expansão da indústria nacional, que era cada vez mais dependente do capitalismo internacional e da tecnologia estrangeira.

O anticomunismo, em boa parte herdado do Estado Novo, manifestou-se abertamente no governo Dutra. Em 1947, influenciado pelo ambiente da guerra fria, Dutra decretou o fechamento do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. A mais polêmica foi a do chefe do PCB, antigo tenente e comandante da legendária Coluna, Luís Carlos Prestes, que fora o senador mais votado nas eleições. Recebeu aproximadamente 160 mil votos de um total de cerca de 600 mil eleitores do Distrito Federal (então a cidade do Rio de Janeiro). No mesmo ano, o governo brasileiro rompia relações diplomáticas com a URSS e aprofundava seu alinhamento com os EUA.

Para cobrir o déficit orçamentário, o governo Dutra emitiu papel-moeda, o que causou inflação. A solução para conter a alta nos preços das mercadorias foi a de sempre: congelar os salários dos trabalhadores, o que provocou grande descontentamento.

Em 1949 o governo Dutra elaborou e aplicou um plano econômico de governo, o primeiro da história do Brasil. Chamava-se Plano SALTE: os recursos do governo federal foram aplicados principalmente nos setores de saúde, alimentação, transportes e energia. Os resultados mais importantes foram a construção da Via Dutra (uma só pista asfaltada que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo) e o início da construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso (CHESF – Centrais Hidrelétricas do Rio São Francisco).

O governo de Getúlio Vargas (1951-1954)

Em outubro de 1950, foram realizadas eleições para a escolha do sucessor do presidente Dutra. O candidato da oposição era, mais uma vez, o brigadeiro Eduardo Gomes, herói do tenentismo e apoiado pela UDN. Para derrotá-lo, políticos situacionistas foram buscar Vargas que, apesar de ter sido eleito senador nas eleições de 1946, vivia em retiro em sua fazenda em São Borja, oeste do Rio Grande do Sul. Muito popular, em decorrência da legislação trabalhista e favorecimento aos empresários, Vargas foi eleito com quase metade dos votos válidos.

Empossado em março de 1951, Vargas retomou sua política nacionalista, intervencionista e trabalhista. No dia 1º de maio de 1954 (Dia do Trabalho), em decorrência da inflação e do arrocho salarial da administração Dutra, elevou o salário-mínimo em 100%. Essa medida provocou forte oposição dos empresários e dos militares antivarguistas. Embora o aumento fosse mantido, o ministro do Trabalho e seu afilhado político, Jango Goulart, tiveram de ser demitidos.

Para promover a expansão industrial brasileira, criou o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, hoje BNDES), que financiava projetos públicos e privados. Mas foi o petróleo que mais caracterizou sua posição nacionalista. Com base no *slogan* "O petróleo é nosso", os nacionalistas promoveram uma intensa campanha para que o governo tivesse o monopólio da pesquisa, extração e refino dessa importante e estratégica fonte energética. O governo enviou ao Congresso um projeto de lei que foi aprovado (lei nº 2004, de 1953). Nascia a Petrobras, empresa de capital exclusivamente nacional e que também possuía o monopólio da importação do petróleo bruto, mas não da distribuição de seus derivados.

Como resultado do nacionalismo do governo Vargas, cresceu a oposição de setores simpáticos à internacionalização da economia brasileira (empresários, políticos, jornalistas e militares pró-Estados Unidos). O argumento era o tradicional: Vargas estaria mancomunado com os comunistas. Entre os principais opositores, destacava-se o udenista e jornalista Carlos Lacerda. Um dos meios para jogar a opinião pública contra o governo federal era a avalanche de boatos. Um deles afirmava categoricamente que um golpe de Estado estaria sendo articulado por Vargas para impor uma nova ditadura, com o apoio dos comunistas.

Nesse ambiente político de radicalismo e tensão, ocorreu um atentado a Carlos Lacerda, numa rua da zona sul do Rio de Janeiro. O jornalista foi apenas ferido, mas morreu um major da Aeronáutica. O inquérito instaurado concluiu que o mandante tinha sido um membro da guarda presidencial, embora ele tivesse agido, afirma-se, sem o conhecimento do presidente.

A oposição a Vargas cresceu enormemente. Militares pediam a sua renúncia. Acuado, enfraquecido física e politicamente, Vargas optou pelo suicídio, com um tiro no coração, na madrugada de 24 de agosto de 1954. Deixou um carta-testamento justificando o seu ato.

O governo de Café Filho (1954-1955)

Assumiu o governo Café Filho, então vice-presidente. As principais tarefas de seu governo seriam organizar as eleições que se aproximavam e dar posse ao eleito. Para enfrentar a UDN, os dois outros principais partidos (PSD e PTB) aliaram-se, como ocorrera nas eleições de 1945. Foi escolhida a chapa formada pelo ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, do PSD, para a presidência, e pelo gaúcho João Goulart, do PTB, ex-ministro do Trabalho, para vice. Pela oposição (UDN) concorria o general Juarez Távora, antigo tenentista. Na eleição, realizada em outubro, venceu a dupla JK-JG.

Em novembro, alegando problemas de saúde, Café Filho se licenciou da presidência, que foi assumida por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. O presidente interino era ligado à UDN e inimigo político de Juscelino. Um golpe estava sendo articulado com a conivência de Carlos Luz, mas era preciso afastar o ministro da Guerra (hoje, Exército), o marechal Teixeira Lott, um legalista, favorável à posse dos eleitos. Carlos Luz forçou a demissão de Lott, que chegou a pedi-la, mas voltou atrás e desfechou um contragolpe preventivo. Carlos Luz foi afastado, e assumiu a presidência o senador Nereu Ramos. Café Filho foi impedido de voltar à presidência pelo Congresso Nacional.

No dia 31 de janeiro de 1956, tomavam posse Juscelino Kubitschek e João Goulart.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)

Foi um governo caracterizado pela estabilidade política e por grandes obras. Para fazer o país avançar economicamente, JK (como era tratado) lançou o lema "Cinquenta anos em cinco". Sua equipe econômica elaborou um Plano de Metas, que consistia em grandes investimentos na indústria, nos transportes, na energia e na construção da futura capital, Brasília.

Suas principais realizações foram:

1) construção das hidrelétricas de Furnas e Três Marias, em Minas Gerais;
2) construção da rodovia Belém–Brasília;

3) criação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), para promover o desenvolvimento da região nordestina;
4) criação do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), que implantou a indústria automobilística no ABC Paulista;
5) desenvolvimento da indústria naval, da siderurgia, da indústria química e da elétrica;
6) construção de Brasília, projetada pelo urbanista Lucio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Localizada no futuro Distrito Federal, promoveu a interiorização do povoamento e maior integração econômica.

Em decorrência da aplicação do Plano de Metas, a produção industrial brasileira cresceu 80% no governo JK. Mas houve também um fato negativo. Com o aumento das despesas do governo (construção de Brasília) e para cumprir suas obrigações financeiras, o governo aumentou a emissão de papel-moeda, provocando o aumento da inflação.


174

Imagens da construção de Brasília, entre 1958 e 1960

O governo JK promoveu ampla liberdade política. O PCB saiu da ilegalidade, e a UNE (União Nacional dos Estudantes) ampliou sua ação junto à classe estudantil. Havia também total liberdade de imprensa, do que muito se aproveitou a oposição.

Nas eleições presidenciais, marcadas para outubro de 1960, a oposição usou como temas a elevada inflação e a corrupção no governo. Era seu candidato o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, lançado pela UDN. O candidato situacionista era o ex-ministro da Guerra, o marechal Teixeira Lott, tendo como vice João Goulart, escolhidos pelos partidos PSD e PTB.

Empunhando a bandeira da luta, sem tréguas, contra a inflação e a corrupção, usando como símbolo uma vassoura, como já houvera feito quando candidato vencedor ao governo paulista, Jânio Quadros foi eleito. Mas para vice-presidente, os eleitores preferiram João Goulart. Não havia a obrigação de votar numa chapa fechada.

O governo de Jânio Quadros (1961)

Após assumir a presidência no final de janeiro de 1961, Jânio aplicou nos meses seguintes algumas medidas polêmicas, que não agradaram a UDN (partido que o apoiou), nem o Congresso, nem os militares. Rompeu com o alinhamento pró-Estados Unidos, restabeleceu as relações diplomáticas com a URSS e iniciou contatos com a China comunista. Procurava inserir o Brasil no grupo dos países neutros, mais conhecidos como "países do Terceiro Mundo".

175



O ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, desembarca em Santos e é recebido por correligionários. Santos (SP), 22/9/1959

Procurando afastar o Brasil da grande dependência em relação aos EUA, ampliou as relações comerciais com vários países, inclusive os do mundo comunista. Adotou medidas drásticas para combater a inflação, prejudicando inclusive o empresariado brasileiro. Candidato da UDN, Jânio nunca governou com esse partido, como já havia feito quando prefeito de São Paulo e governador paulista. Era um político centralizador. Consequentemente, durou pouco o "namoro" de Jânio com a UDN, partido que nunca fizera um presidente. Liderados por Carlos Lacerda, os udenistas passaram à oposição e suas críticas eram cada vez mais duras. Especialmente após Jânio, num ato inesperado, ter condecorado com a maior honraria brasileira (Ordem do Cruzeiro do Sul) o líder comunista Che Guevara. Muitos militares anticomunistas protestaram veementemente.

Isolado politicamente, sem maioria no Congresso Nacional, num ato surpreendente, renunciou em 25 de agosto de 1961, Dia do Soldado. Jânio nunca explicou satisfatoriamente o porquê da renúncia. Para muitos analistas, teria sido uma tentativa frustrada de golpe de Estado. Afinal, ele havia enviado o vice, Jango, à China comunista para ampliar as relações entre os dois países. E era notória a forte oposição dos militares ao vice-presidente.

O governo de João Goulart (1961-1964)

O Congresso Nacional prontamente aceitou a renúncia de Jânio. Como o vice-presidente estava ausente do país, assumiu interinamente o governo o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Mas havia uma grande oposição dos militares à posse de Jango, apelido do vice-presidente. Como também havia os defensores da legalidade, ou seja, empossar o vice conforme determinava a Constituição, seguiu-se uma enorme crise política. O Congresso Nacional, contudo, encontrou uma solução: aprovou uma mudança na Constituição. Por meio de um Ato Adicional, substituiu o presidencialismo pelo parlamentarismo. O presidente seria chefe de Estado e o presidente do Conselho de Ministros, o chefe de governo.

Assim, no dia 7 de setembro de 1961, Jango tomava posse como presidente. Em seguida, o Congresso escolheu Tancredo Neves para presidente do Conselho de Ministros, aprovado pelo Congresso Nacional.

O Ato Adicional determinou que haveria um plebiscito (consulta popular) no final do governo de Jango. Mas ele conseguiu antecipá-lo para 6 de janeiro de 1963. Os eleitores optaram pela volta do Brasil ao presidencialismo.

Os ministros de Jango elaboraram um plano econômico (Plano Trienal) para combater a inflação, estimular o crescimento econômico, promover as reformas agrária e bancária e limitar a remessa de lucros para o exterior. Contra o plano se posicionaram os grandes empresários urbanos, os latifundiários, setores conservadores da Igreja católica, boa parte da classe média e, principalmente, os altos chefes militares. Para a oposição, era preciso afastar Jango da presidência. Começava a preparação de um golpe de Estado. Mais uma vez, a justificativa: a ameaça do comunismo.

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, comandantes militares em Minas Gerais iniciaram o golpe. O dispositivo militar de defesa do presidente em poucas horas desmoronou. Jango se exilou no Uruguai, enquanto uma Junta Militar assumia o poder. Dias depois, 11 de abril, o Congresso, sob forte pressão, e sem a presença de diversos parlamentares cassados pela Junta Militar, elegia para a presidência o candidato indicado pelo Alto Comando do golpe militar, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do estado-maior das forças armadas.

Acabava a República Populista e começava o regime militar, que se estendeu até 1985.

176



Imagens do golpe de 1964

O governo militar (1964-1985)

Durante o governo dos militares, algumas características predominaram: limitação das liberdades políticas e dos direitos individuais, arrocho salarial, concentração de renda, fim do nacionalismo econômico, com o favorecimento da participação do capital estrangeiro e a consequente dependência do país ao dinheiro vindo de fora.

A Junta Militar, que assumiu o poder após a deposição do presidente Jango, decretou o primeiro Ato Institucional (AI-1), no dia 10 de abril, que alterava diversos artigos da Constituição de 1946. Entre as modificações, destacavam-se: cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, sem que a pessoa atingida pudesse recorrer à justiça; eleição indireta do sucessor do presidente deposto; autorização para o futuro presidente decretar estado de sítio etc.

Assim, os militares no poder colocavam-se acima da justiça. E, durante a maior parte do período militar, o próprio Poder Judiciário foi submetido aos atos de exceção dos presidentes-generais. Até ministros dos diversos tribunais de última instância (Tribunais Superiores), desembargadores e juízes foram forçados a deixar os seus cargos. Ao longo do regime militar, foram baixados 17 atos institucionais, e nenhum deles podia ser questionado judicialmente, nem durante a sua vigência, nem futuramente.

O governo do marechal Castelo Branco (1964-1967)

Apoiado pela UDN e pelos setores conservadores da sociedade brasileira, em seu discurso de posse, Castelo Branco fez o seguinte pronunciamento: "Meu governo será o das leis, das tradições e dos princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro".

Castelo Branco, dotado de poderes de exceção conferidos pelo AI-1, continuou o trabalho iniciado pela Junta Militar: cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos por dez anos. As punições atingiram até mesmo políticos que haviam apoiado e liderado (na área civil) o golpe. Foi cassado e afastado da vida política o governador de São Paulo, Ademar de Barros. Em dois meses, foram atingidas cerca de 450 pessoas. Políticos importantes, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, também tiveram seus direitos políticos suspensos.

O regime militar se propôs a modernizar a economia brasileira, mais propriamente, inseri-la nos interesses do capitalismo internacional. Para isso, criou o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Facilitou a exportação de produtos primários e estabeleceu facilidades e garantias

para que investimentos estrangeiros fossem aplicados no país. A estabilidade do trabalhador na empresa (decorridos dez anos, só poderia ser dispensado por falta grave), instituída no período Vargas, foi substituída pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). O FGTS era uma poupança forçada: as empresas deveriam depositar na Caixa Econômica Federal, mensalmente, 8% do valor do salário do empregado. O valor era corrigido todo mês e recebia juros. Em caso de dispensa, o trabalhador podia levantar o FGTS. Na verdade, o depósito feito pelas empresas tinha origem no próprio salário do trabalhador, submetido a um ferrenho arrocho, ou seja, era corrigido abaixo da inflação. Na prática, a nova lei facilitava a dispensa e a rotatividade da mão de obra, provocando diminuição do salário. O governo ampliou o crédito ao consumidor com a intenção de estimular o consumo e, consequentemente, elevar a produção. Essa medida estava voltada principalmente para a classe média, que adquiria bens de consumo duráveis (casa, automóveis, eletrodomésticos etc.). Exatamente por isso, a classe média foi, durante boa parte do regime militar, sua defensora.

O governo também impôs uma reforma no sistema tributário, visando a ampliar a arrecadação e equilibrar o orçamento público, bem como diminuir a sonegação.

Foi criado o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), cujo custo para o produto industrializado era acrescentado ao valor da mercadoria. Portanto, quem de fato pagava era o consumidor. Já o Imposto de Renda tinha poucas faixas, o que beneficiava os mais ricos. Resultado dessa política tributária: os pobres eram os mais sacrificados. Ao longo dos anos, durante o regime militar, a renda nacional se concentrou entre os mais ricos.

Para ampliar o comércio externo e modernizar a economia brasileira, rodovias e portos foram reformados, facilitando assim o transporte de mercadorias. Diversas empresas multinacionais se estabeleceram no Brasil, aproveitando as vantagens oferecidas: isenção de impostos, matéria-prima e energia abundantes, mão de obra barata e segurança (a greve era proibida). Se houve empresas brasileiras que cresceram por produzir para as grandes companhias estrangeiras aqui estabelecidas, outras faliram, por não suportar a concorrência.

Diversos órgãos públicos foram criados:

1) a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia);
2) o BNH (Banco Nacional de Habitação), para estimular a construção de moradias;
3) o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), que reunia todos os antigos institutos de previdência;

4) a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo);
5) a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações);
6) o BACEN (Banco Central da República).

O governo Castelo Branco criou o Estatuto da Terra, para realizar a reforma agrária, mas praticamente nada foi feito na estrutura de propriedade rural. O Brasil continuava sendo domínio do latifúndio.

Nas primeiras eleições para governador (1965), a oposição foi vitoriosa em alguns estados importantes (Minas Gerais e o extinto estado da Guanabara). Os dois governadores eleitos eram ligados ao ex-presidente JK. Para não correr riscos e manter seu domínio sobre a área política, Castelo Branco decretou o AI-2. Todos os partidos foram extintos e autorizada a criação de apenas dois partidos (bipartidarismo). Assim, haveria o partido da situação, governista (ao qual aderiu a maior parte dos políticos) e o da oposição. Foram criados a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), situacionista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição. Ainda pelo AI-2, o presidente seria eleito indiretamente (pelo Congresso Nacional). O Congresso, as assembleias legislativas e as câmaras municipais poderiam ser colocados em recesso pelo presidente, que teve seu mandato prorrogado até março de 1967.

Pelo AI-3, de fevereiro de 1966, governadores de estado, prefeitos das capitais e de municípios considerados de "segurança nacional" passaram a ser eleitos indiretamente.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) foi fechada e muitos líderes foram presos. Outros se exilaram. Foi criado o SNI (Serviço Nacional de Informação), órgão federal de coleta de informação. Visava incriminar as pessoas suspeitas de atividades contra o governo e impor a censura aos meios de comunicação.

Em janeiro de 1967, a partir de um projeto enviado pelo governo, o Congresso Nacional foi forçado a aprovar uma nova Constituição para o país, que incorporava diversas medidas estabelecidas nos atos institucionais.

Aproximava-se o fim do mandato presidencial de Castelo Branco. O então ministro da Guerra, general Costa e Silva, que tinha sido membro da Junta Militar, ambicionava ser o próximo presidente. Pertencia à chamada "linha dura militar", em oposição ao presidente, considerado por eles um moderado. Com o apoio dos principais comandantes, Costa e Silva foi apresentado como o candidato oficial. Ao Congresso restou referendar a indicação. A votação foi simbólica.

O governo do marechal Costa e Silva (1967-1969)

Em decorrência da recessão econômica, aumento do custo de vida, arrocho salarial, fechamento da UNE, cassação de mandatos parlamentares, suspensão de direitos políticos, falta de liberdade, cresceu a oposição ao regime militar, que passou a ser contestado abertamente. Comícios relâmpagos e passeatas começaram a se multiplicar. Nas universidades, discutia-se o futuro do país. Setores progressistas da Igreja católica denunciavam as torturas e criticavam o governo. Na área política, uma grande surpresa. Carlos Lacerda, ex-governador do estado da Guanabara e um dos articuladores civis do golpe de 1964, estava na oposição ao regime que ajudara a criar, podado que fora nas suas ambições políticas (pretendia ser presidente). Ex-udenista, ferrenho rival do PSD e do PTB, deslocou-se para o Uruguai para um encontro com os ex-presidentes Jango Goulart e Juscelino Kubitschek, duas das maiores vítimas de seus discursos inflamados. Os três políticos formaram a Frente Ampla, para resistir à permanência dos militares no poder.

Grupos formados principalmente por universitários foram à luta armada para derrubar o regime. Formaram-se diversas entidades, como a ALN (Aliança Libertadora Nacional), liderada por Carlos Marighela, ex-deputado do PCB; a VPR (Vanguarda popular Revolucionária); o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). As duas últimas optaram pela guerrilha urbana. Outras, pela luta rural. Sequestros de empresários e diplomatas visavam obter a liberdade de presos políticos.

O governo militar reagiu, endurecendo ainda mais a ditadura. As prisões se multiplicaram. Pressionado pela linha dura, o presidente Costa e Silva assinou o AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968. Foi o mais repressivo dos atos dos governos militares. O presidente determinava o recesso do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras municipais; suspensão dos direitos políticos e cassação de dezenas de mandatos de parlamentares federais, estaduais e municipais. Foram presos, entre muitos outros, o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o ex-governador Carlos Lacerda.

A repressão aumentou consideravelmente. Prisões de suspeitos, torturas e assassinatos cresceram. Por meio da censura aos meios de comunicação, o governo militar procurava evitar que esses atos se tornassem conhecidos publicamente. Os órgãos de informação do governo (o SNI) e das forças armadas (CIEx, Cenimar) trabalhavam intensamente. No início de 1969, foi criada a OBAN (Operação Bandeirantes). Com apoio financeiro de empresários, ela perseguiu os oposicionistas, qualificados de subversivos e terroristas.

Em 31 de agosto de 1969, o presidente Costa e Silva adoeceu. Substituiu-o uma Junta Militar, e não o vice-presidente Pedro Aleixo, um civil. A Junta decretou uma Emenda à Constituição, para ampliar mais ainda o poder dos militares. Pela primeira vez na história da república, eram estabelecidas a prisão perpétua e a pena de morte aos assim chamados subversivos e terroristas, respectivamente.

Médicos que examinaram Costa e Silva concluíram que ele não tinha condições de reassumir o governo. A Junta Militar, então, declarou vaga a presidência. Convocou o Congresso Nacional somente para eleger o sucessor. O Alto Comando militar indicou o general Emilio Garrastazu Médici, ex-chefe do SNI, como presidente. Os parlamentares da Arena o aprovaram, enquanto os do MDB se abstiveram.

177



Marechal Artur da Costa e Silva, segundo presidente do regime militar instaurado pelo Golpe Militar de 1964

O governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

Seu governo está associado a dois fatos principais: ao crescimento acelerado da economia e à violenta repressão.

Foram criados o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), para promover uma rápida expansão da economia; o PIS (Plano de Integração

Social), que visava, por meio de um abono, beneficiar os assalariados. O governo empenhou-se na construção de grandes obras púbicas, como a rodovia Transamazônica, a hidrelétrica de Ilha Solteira e a ponte Rio-Niterói.

Entre 1969 e 1973, a economia cresceu entre 7% e 13% ao ano, um índice tão significativo que foi denominado "milagre econômico brasileiro". Esse feito foi explorado exaustivamente pelo governo nos meios de comunicação. Mas ele beneficiou realmente as camadas superiores e médias da população. O próprio presidente Médici reconheceu essa distorção quando afirmou: "A economia vai bem, mas o povo vai mal".

No seu governo, ocorreram os chamados "anos de chumbo", ou seja, o auge da repressão. Assinatura de novos Atos Institucionais ocorria. A censura aos meios de comunicação foi ainda mais ampliada, não poupando artistas famosos, como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque de Holanda, obrigados a deixar o país.

Em 1970, no México, o Brasil se sagrava tricampeão mundial de futebol. Enquanto a propaganda oficial proclamava ser o presidente o maior torcedor brasileiro, o governo fazia intensa propaganda do regime militar, utilizando músicas e *slogans*, como: "Ninguém segura este país" e "Brasil, ame-o ou deixe-o".

178



Anapu (PA) – Caminhão atravessa trecho da rodovia Transamazônica

179



Ponte Rio-Niterói, Rio de Janeiro

O governo do general Ernesto Geisel (1974-1979)

Para a sucessão do presidente Médici, o regime militar indicou o general Ernesto Geisel, irmão do ministro do Exército, Orlando Geisel. O MDB lançou uma chapa de protesto, encabeçada pelo deputado federal Ulisses Guimarães. Sabia antecipadamente que este não seria vencedor, o que de fato aconteceu. O general Geisel foi eleito, indiretamente, pelo Colégio Eleitoral, e tomou posse em março de 1974.

Sabedor do desgaste político que a República militar sofria, Geisel deu início à "abertura política", que deveria ser "lenta, gradual e segura". Revogou os Atos Institucionais e a censura se tornou bem mais branda. Decretou a chamada "lei Falcão", que disciplinava a propaganda eleitoral pelo rádio e televisão. Nela, havia apenas a apresentação do nome, do número e do partido dos candidatos e nenhuma palavra. O chamado "pacote de abril" criou o chamado "senador biônico", caso único na história republicana (1/3 dos senadores seriam eleitos indiretamente; como a Arena tinha maioria no Senado, seus candidatos eram sempre os vencedores). Mudou a proporção de deputados por estado, beneficiando os do Nordeste, onde a Arena era dominante. E o presidente ampliou seu mandato para seis anos.

Em 1973, em decorrência da guerra entre árabes e o exército israelense, ocorreu a primeira grande crise do petróleo. A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), da qual fazem parte diversos países árabes, elevou o preço do barril, causando graves problemas ao setor energético brasileiro.

Em busca de soluções, o governo Geisel iniciou a construção das usinas hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí e Sobradinho, da primeira usina nuclear, em Angra dos Reis (RJ), e lançou o Pro-Álcool para a produção de álcool a ser utilizado como combustível em veículos.

180

Plantação de cana-de-açúcar

181

Primeiro veículo equipado com motor a àlcool no Brasil (Dodge 1800), em exposição no Memorial Aeroespacial Brasileiro de São José dos Campos

182

Usina de Itaipu, maior hidrelétrica do mundo, Foz do Iguaçú, Paraná, Brasil

Procurando evitar a abertura política, os militares de linha dura criaram duas situações constrangedoras para o governo Geisel. Dois presos políticos (um jornalista, Vladimir Herzog, e um operário, Manuel Fiel Filho) foram mortos pela repressão, após serem torturados. O presidente, um homem de caráter enérgico, agiu com mão forte: demitiu seu ministro do Exército e diversos comandantes militares da linha dura.

Para a sua sucessão, garantida antecipadamente a vitória no Colégio Eleitoral, Geisel indicou o general João Batista Figueiredo.

O governo do general João Batista Figueiredo (1979-1984)

O general João Batista Figueiredo deu prosseguimento à abertura política, iniciada pelo antecessor. Também procurou diminuir os gastos públicos, tendo em vista o déficit orçamentário. Aplicou a anistia aos prisioneiros políticos e exilados; pôs fim ao bipartidarismo, o que permitiu a criação de diversos partidos políticos:

a) PDS (Partido Social Democrático), sucessor da Arena, partido governista;
b) PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), sucessor do MDB, maior partido de oposição;
c) PT (Partido dos Trabalhadores), que congregava professores e estudantes universitários, sindicalistas e intelectuais;
d) PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), cujo líder era a deputada Ivete Vargas;
e) PDT (Partido Democrático Trabalhista), liderado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul e cunhado do ex-presidente Jango Goulart, Leonel Brizola.

Mas o grande desejo do povo brasileiro era recuperar o direito de escolher diretamente os seus governantes do Poder Executivo, desde o presidente até o prefeito de seu município. Um deputado, Dante de Oliveira, apresentou um projeto de lei para o restabelecimento das eleições diretas. O entusiasmo tomou conta do país. Poucos fatos políticos recentes criaram tamanha empolgação popular. Milhões de pessoas participavam das passeatas e dos comícios da campanha Diretas Já. Porém, embora o projeto tivesse sido vencedor na Câmara dos Deputados, ele não alcançou o número de votos necessários para alterar a Constituição (dois terços).

Passada a euforia do milagre econômico, a população caía na real. A crise do petróleo atingia em cheio o Brasil. Em consequência do aumento do valor das importações (petróleo bem mais caro), o comércio

externo conhecia enormes saldos negativos. Delfim Neto, ministro do Planejamento, foi forçado a mandar emitir papel-moeda, em 1981, para cobrir as despesas do governo, o que gerou inflação e alta nos preços. Em desespero, o governo foi ao FMI (Fundo Monetário Internacional), em 1982, para obter reescalonamento da dívida externa e mais empréstimos. Ainda assim, no último ano do regime militar, a inflação foi superior a 200%.

Nas eleições indiretas para a sucessão presidencial, disputaram a sucessão do presidente Figueiredo o ex-governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, pela ARENA, e o candidato oposicionista, Tancredo Neves, ex-governador de Mina Gerais, apoiado pela Aliança Democrática, formada por parlamentares do PMDB e do PFL, um partido formado por dissidentes do PDS, que não aceitaram a candidatura de Maluf.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves. Com a eleição e futura posse de Tancredo Neves, terminava, após 21 anos, o regime militar.

A redemocratização no Brasil e a Nova República (a partir de 1985)

Tancredo Neves não tomou posse, pois foi acometido de grave doença, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985. Assumiu o vice, José Sarney, ex-presidente do PDS, partido de sustentação do governo militar.

O governo de José Sarney (1985-1990)

O governo Sarney teve duas principais características: o restabelecimento da plena democracia e planos econômicos para combater a elevada inflação.

Efetivado na presidência, José Sarney enviou ao Congresso projeto de lei propondo que os parlamentares, a ser eleitos em novembro de 1986, fossem também membros de uma Assembleia Nacional Constituinte. Após quase dois anos de trabalhos, o presidente do Congresso Constituinte, Ulisses Guimarães, promulgou-a, no dia 5 de outubro de 1988. Denominou-a Constituição Cidadã, pois diversos artigos se referiam aos direitos e exercício da cidadania, além de seu conteúdo ter sido debatido por vários setores da população.

À semelhança do governo JK, e em decorrência do longo período da ditadura militar, prevaleceu durante o governo Sarney uma ampla liberdade democrática. Por isso, costuma-se qualificar esse período de consolidação da democracia.

Seu maior teste ocorreu em 1989, ano das primeiras eleições diretas para a presidência da República desde 1960 (quando foi eleito Jânio Quadros). Diversos candidatos concorreram à presidência, entre eles:

a) Fernando Collor de Mello (PRN, Partido da Reconstrução Nacional), ex-governador de Alagoas;

b) Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder sindical metalúrgico, que se tornou conhecido por liderar greves no ABC contra o arrocho salarial durante o regime militar;

c) Leonel Brizola (PDT), ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro;

d) Paulo Salim Maluf (PDS), ex-prefeito paulistano e ex-governador de São Paulo.

A campanha foi bastante disputada, com os candidatos utilizando amplamente a mídia (em especial, o horário gratuito e obrigatório nas estações de rádio e televisão) para expor suas propostas. A nova Constituição determinava que, se nenhum dos candidatos obtivesse maioria absoluta de votos, os dois mais votados iriam para segundo turno. Estes foram Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva.

A campanha continuou acirrada no segundo turno, mas na última semana as análises de intenção de voto davam ligeira vantagem para o candidato do PT. Houve um último debate, promovido pela Rede Globo. No dia seguinte, véspera da eleição, uma ampla reportagem do Jornal Nacional, preparada com todo o cuidado, mostrava imagens favoráveis a Collor e desfavoráveis a Lula. Realçava cenas em que Collor respondia muito bem às perguntas do oponente, e aquelas em que Lula se confundia. Anos depois, a maior rede de televisão no Brasil admitia ter "trabalhado politicamente a reportagem". Afinal, o empresariado brasileiro tinha se postado inteiramente contra a possível eleição de Lula.

No segundo turno, realizado em 17 de dezembro, Collor venceu. Recebeu 35 milhões de votos contra 31 milhões dados a Lula.

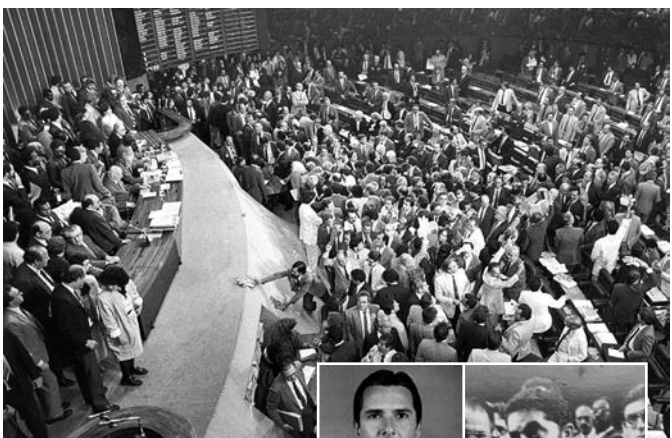
Durante o governo Sarney, o Brasil conheceu as maiores taxas de inflação de sua história. Para combatê-la, foram postos em vigor diversos planos econômicos, todos fracassados. Foram eles:

1) Plano Cruzado, elaborado pela equipe econômica do ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Visava liquidar com a inflação herdada do regime militar e aumentar as reservas cambiais do governo federal. Suas principais medidas foram: substituição do cruzeiro pelo cruzado, na proporção de 1 por mil (1 cruzado = 1 mil cruzeiros); congelamento dos preços por um ano; abono salarial de 8% e congelamento por um

ano; extinção da correção monetária; renegociação da dívida externa. Durante um tempo, a moeda permaneceu estável, mas a elevação do poder aquisitivo da população em decorrência do abono aumentou o consumo. Os estoques diminuíram e, para obter lucros, muitos produtores industriais optaram por "maquiar" as mercadorias, que chegavam aos compradores com preços mais elevados. Outros, passaram a cobrar ágio (pagamento extra). Sarney apelou à população. Os consumidores, chamados a fiscalizar os preços, foram apelidados de "fiscais do Sarney". O governo optou por não fazer modificações no plano, pois as eleições para governador se aproximavam. Graças ao Plano Cruzado, o PMDB, maior partido situacionista, elegeu 22 dos 23 governadores de estado;

2) Plano Bresser, criado em 1988, levou o nome do novo ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira. Um novo congelamento, um novo fracasso;

3) Plano Verão, de 1989, criou o cruzado novo em substituição ao cruzado, com corte de três zeros no cruzado. O índice de inflação tinha atingido o recorde histórico de 1.000% ao ano. Novo fracasso.



183

Sessão parlamentar que estabeleceu a Constituição de 1988



184

Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, candidatos à Presidência do Brasil em 1989

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992)

O novo presidente havia prometido, durante a campanha eleitoral, uma ampla reforma do Estado e combate sem tréguas à inflação e à corrupção. Recebera, inclusive, o cognome de "caçador de marajás". Poucos se lembraram que Collor pertencia a uma família de oligarcas da política de Alagoas.

Dois fatos marcaram seu governo: planos econômicos de combate à inflação e *impeachment* presidencial.

No dia seguinte à sua posse (16 de março de 1990), Collor assinou as primeiras medidas para debelar a inflação, solucionar as dívidas externa e interna, diminuir os gastos públicos etc. Sua equipe econômica, chefiada por Zélia Cardoso de Mello, professora da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, elaborou um plano econômico que se tornou conhecido como Plano Collor. Suas principais medidas: a moeda nacional voltou a se chamar cruzeiro, as tarifas públicas foram elevadas para acabar com o déficit das empresas estatais do setor, os depósitos bancários foram congelados, para serem restituídos após 18 meses, a fiscalização cresceu para ampliar a arrecadação de impostos e cobrir os gastos do governo e os preços foram congelados. Eram medidas para segurar a inflação, que o presidente prometera acabar "com um só tiro". Para forçar a queda nos preços, o governo liberou as importações.

As medidas correspondiam aos princípios do *neoliberalismo*, que começava a ser aplicado no Brasil. Resultado: sem capital de giro (dinheiro para pagar seus compromissos), tendo de enfrentar a concorrência externa e com retração do consumo, os empresários diminuíram a produção e dispensaram milhares de empregados. O país conheceu a recessão e o desemprego elevado. Para conter a inflação, o governo impôs à sociedade medidas drásticas e impopulares: novas tarifas e aumento nos preços dos derivados de petróleo, gás de cozinha, eletricidade etc.

Desgastada politicamente, em maio de 1991, a ministra Zélia Cardoso de Mello foi substituída. Em novembro de 1991, a inflação se aproximava dos 500% ao ano.

Nesse mesmo ano, os boatos envolvendo o tesoureiro da campanha presidencial de Collor, Paulo César Farias, o PC, cresceram. Acusação: seria o chefe de esquemas de corrupção no governo. Depósitos de milhões de cruzeiros teriam sido feitos em suas contas bancárias fantasmas. Os boatos de corrupção envolviam inclusive a primeira dama, Rosane Collor. A informação mais surpreendente veio do próprio irmão do presidente, Pedro Collor, em entrevista publicada pela revista *Veja*. Ele acusava aberta e diretamente o empresário PC Farias.

O Congresso aprovou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias. A cada dia, evidenciava-se que o presidente Collor e PC Farias comandavam um esquema de extorsão de empresários.

Sentindo-se perdido, Collor apelou à população ("Não me deixem só"). O resultado foi o oposto: milhares de pessoas, especialmente os jovens, com a "cara pintada" de verde e amarelo, mas vestindo preto (em sinal de luto), pediram o afastamento do presidente. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) encaminhou ao Congresso um pedido de *impeachment* (impedimento) do presidente, fato inédito na nossa história.

Iniciado pelo Congresso em setembro de 1992, o pedido foi concluído em 28 de dezembro de 1992. Collor foi cassado, embora tivesse renunciado durante a votação para não perder os direitos políticos.

Assumiu o poder o vice-presidente Itamar Franco.

O governo de Itamar Franco (1992-1994)

Ex-governador de Minas Gerais, Itamar Franco assumiu a presidência com o apoio de diversos partidos. Foram destaques em seu governo:

1) um plebiscito, previsto pela Constituição, realizado em 1993. Os eleitores optaram pela manutenção da forma de governo republicano e presidencialista, rejeitando a monarquia e o parlamentarismo;
2) o Plano Real, para combater a inflação, a recessão, o desemprego e o déficit público (gastos do governo).

Em maio de 1993, assumiu o Ministério da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, senador por São Paulo e um dos fundadores do PSDB. Havia lutado contra a ditadura, tendo sido obrigado a se exilar.

Em março de 1994, entrou em vigor o Plano Real. Estabeleceu uma nova moeda, o real, e diversas outras medidas. Não houve congelamento de preços, nem de salários. A inflação foi reduzida à casa de 1% ou 2% ao mês.

Nesse mesmo ano, nas eleições para a presidência, os principais candidatos foram Fernando Henrique Cardoso, pela situação, e o petista Luiz Inácio Lula da Silva, pela oposição. Devido ao grande sucesso na aplicação do Plano Real, o ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco foi eleito.

Saiba

AS MOEDAS BRASILEIRAS

1942 – Cruzeiro

1965 – Cruzeiro novo

1967 – Cruzeiro

1986 – Cruzado

1989 – Cruzado Novo

1990 – Cruzeiro

1993 – Cruzeiro real

1994 – Real

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso, ou simplesmente FHC, tomou posse no dia 1º de janeiro de 1995. Em seu primeiro período presidencial, foram esses os principais destaques:

1) aplicação do neoliberalismo e aprofundamento da globalização da economia brasileira. Justificou a necessidade de desmontar o chamado Estado varguista, no qual o governo agia como um grande empresário. Promoveu a privatização de diversas empresas públicas (eletricidade, aço, comunicações, ferrovias etc.) e das rodovias federais. Os preços passaram a ser determinados pela relação entre oferta e procura. Para conter os preços internos, facilitou as importações; para combater o déficit público, congelou os salários do funcionalismo; para aumentar as reservas do governo, facilitou a entrada de capitais estrangeiros. A inflação praticamente desapareceu, mas a economia quase estagnou. Os índices de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) foram medíocres (em 1998, 0,8%); o desemprego cresceu, especialmente nas principais metrópoles brasileiras; médias e pequenas empresas fecharam as portas; boa parte do capital estrangeiro foi aplicada na especulação financeira, e não na produção; conflitos sociais cresceram, entre eles a questão da posse de terras. O MST (Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem-terra) ampliou as ocupações de propriedades rurais, com diversas mortes entre os "sem-terra". Ainda assim, o presidente gozava de grande apoio popular;



Planaltina (DF) - Trabalhadores rurais sem-terra ocupam parte da Fazenda Lagoa Bonita Congado, no Distrito Federal, como parte da Jornada Nacional de Lutas do MST

2) reeleição presidencial, em 1997; atendendo diretamente o interesse do presidente e dos principais partidos que o apoiavam (PSDB e PFL), o Congresso Nacional aprovou uma emenda à Constituição. Ela permitia a reeleição de presidente, governadores e prefeitos. Aqueles que concorriam à reeleição não precisariam se licenciar dos seus cargos. Alguns parlamentares confessaram ter recebido dinheiro para aprovar a emenda.

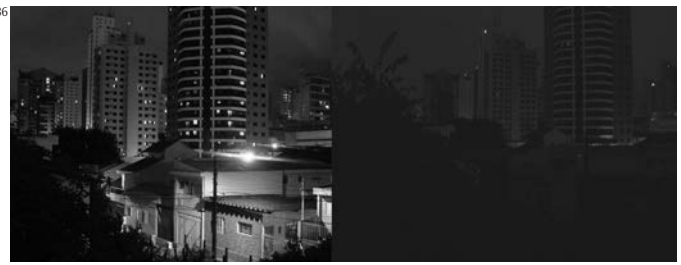
No seu segundo período presidencial, FHC sofreu um imenso desgaste político. A crise financeira em alguns países (como Rússia e México) teve forte efeito no Brasil. Boa parte do capital financeiro internacional foi retirada, e o governo teve de pagar parcelas de empréstimos. Assim, as reservas do país diminuíram consideravelmente. O real, que, no seu lançamento, tinha valor equivalente ao dólar, foi desvalorizado. No final do governo FHC, eram necessários quase quatro reais para comprar um dólar.

A corrupção e a falta de ética entre parlamentares se alastravam. Para evitar a cassação de seus mandatos e a suspensão de direitos políticos, os acusados renunciavam.

Em 2002, último ano do governo FHC, a dívida pública (federal, estaduais e municipais) equivalia a mais da metade do PIB brasileiro. O setor de produção e transmissão de energia hidrelétrica sentiu os efeitos de falta de investimentos. Para evitar o corte de energia (popularmente conhecido

como "apagão"), os consumidores foram submetidos ao racionamento, enquanto o presidente autorizava um aumento de 20% no preço das tarifas para manter o lucro das empresas do setor. Além do apagão, a população se deparava com uma epidemia de dengue.

186



A crise do "apagão"

O governo de Luís Inácio Lula da Silva (a partir de 2003)

Para a escolha do sucessor de FHC, as eleições presidenciais estavam marcadas para 15 de novembro de 2002. Os principais candidatos eram o ex-ministro da Saúde, José Serra, apoiado pela dobradinha PSDB-PFL, e, pela oposição, pela quarta vez, o petista Luiz Inácio Lula da Silva. Foram eles os mais votados no primeiro turno. Conforme determinava a Constituição, houve necessidade de segundo turno. Devido ao desgaste político do governo FHC, não foi surpresa a vitória de Lula.

Considerado pelos analistas políticos o melhor partido brasileiro de oposição de todos os tempos, com uma posição ideológica definida, formado por intelectuais, estudantes e professores universitários, parlamentares atuantes e críticos de todos os governos e com uma numerosa e ativa militância, o PT aumentou continuamente o número de seus representantes no Congresso, nas assembleias e nas câmaras municipais. Seus membros e simpatizantes o consideravam ético na política e na administração pública. Por defender reformas, como a agrária, tinha o apoio do MST e de outras entidades populares. Posicionava-se contra o FMI e sua política financeira.

Lula tomou posse no dia 1º de janeiro de 2003, dia em que houve grande festa popular em Brasília. Em seu discurso, prometeu mudanças de base, criação de dez milhões de empregos, acabar com a fome e a miséria que penalizavam dezenas de milhões de brasileiros.

Antes de assumir a presidência, Lula garantira que seriam mantidos todos os acordos financeiros do governo anterior, inclusive com o FMI. Mesmo assim, temendo a radicalização do governo Lula, empresários se retraíram em seus negócios, preferindo comprar dólar, que conheceu forte valorização em relação ao real. A diminuição dos investimentos, nacionais e internacionais, e o aumento do "risco Brasil" provocaram forte queda da Bovespa (bolsa de valores de São Paulo). Para os petistas, essa situação crítica foi causada pela "herança maldita do governo FHC".

Como o pagamento dos juros dos empréstimos absorvia boa parte da arrecadação, o governo de Lula não tinha grandes disponibilidades para investir em programas contra o desemprego e diminuição da pobreza. Mesmo assim, lançou o Bolsa Família, um programa de distribuição de renda.

Não dispondo o PT de maioria parlamentar, o governo Lula teve de construir uma base em aliança com diversos partidos que não primavam pela ética política. Eram (e são) partidos que "vendem" apoio político. Partidos sem posição ideológica definida e firme, com um enorme apetite por cargos públicos, que exigem verbas orçamentárias para aplicação em obras em suas bases eleitorais.

O resultado não se fez esperar. E não foi surpresa para os que acompanham a história dos "partidos de aluguel", dos "partidos adesistas". Em 2005, o deputado Roberto Jefferson, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), ex-líder da "tropa de choque" do governo Collor, fazia revelações bombásticas publicadas por uma revista semanal: um grupo de deputados recebia dinheiro para votar a favor do governo. O esquema foi apelidado de "mensalão". O dinheiro tinha origem ilícita: contratos de obras e serviços prestados ao governo federal com valores superestimados. Lula afirmou, repetidamente, desconhecer a existência do esquema de corrupção.

Outros escândalos foram revelados. O drama ético do PT parecia não ter fim. Diversas CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) foram criadas, embora com poucos resultados práticos. Ainda assim, o todo-poderoso ministro da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, não resistiu. Teve de pedir demissão. A Câmara dos Deputados cassou seu mandato e o de Roberto Jefferson e lhes impôs a perda temporária de direitos políticos.

Se nas áreas política e ética o PT afundava, o mesmo não se podia dizer no setor econômico-financeiro. Tranquilizado o mercado com a presença de um banqueiro à frente do Banco Central, o governo obteve diversos êxitos, como a balança comercial favorável. No final de 2005, o saldo positivo era superior a 45 bilhões de dólares; o crescimento econômico era menor do

que o prometido, mas superior ao do período FHC; a oferta de emprego crescia, embora bem longe da meta dos 10 milhões; a bolsa de valores tinha ótimo desempenho. A popularidade do presidente Lula estava em ascensão, apesar dos escândalos.

Candidato à reeleição, derrotou o oposicionista Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo. E, nos primeiros anos do seu segundo mandato, o crescimento do PIB foi ainda mais acelerado, o que provocou a diminuição do desemprego, o aumento do consumo interno e melhor distribuição de renda. O prestígio de Lula continuava alto, em boa parte por conta do programa Bolsa Família, que atendeu cerca de 11 milhões de famílias pobres, em 2008. Mas, como o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Lula teve de enfrentar crises financeiras internacionais: em 2008 eclodiu uma crise iniciada no sistema financeiro dos Estados Unidos, em consequência dos chamados "créditos podres" (empréstimos altos a pessoas sem condições de pagá-los), que renderam polpudas comissões a altos executivos dos bancos estadunidenses. Como bancos de vários países estavam envolvidos (com exceção do Brasil), a crise se espalhou pelo mundo. Uma reunião de emergência do G-20 (grupo que reúne os 20 países mais ricos do mundo) tomou decisões, como empréstimos dos governos a bancos e empresas falidos, para minimizar o desemprego crescente.

187



Brasília – Reunião da CPI da Petrobras no Senado que colheu depoimentos sobre a Operação Águas Profundas, da Polícia Federal, de investigação de indícios de fraudes em licitações da estatal para reformas de plataformas de petróleo

Teste seu saber

1. **A eleição e posse do presidente Dutra significou:**
   a) o início do Estado Novo.
   b) a redemocratização do Brasil.
   c) o fim da República Velha.
   d) o fim da República Oligárquica.

2. **Sobre o governo Dutra (1946-1951), são verdadeiras as afirmativas referentes à política externa brasileira, exceto:**
   a) o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos da América, em decorrência da Guerra Fria.
   b) a oposição ao comunismo, com o fechamento do Partido Comunista Brasileiro.
   c) o rompimento de relações diplomáticas com a URSS.
   d) a política externa independente.

3. **"... empenhar-me-ei a fundo em fazer um governo nacionalista. O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e, nesse sentido, farei tudo para consegui-lo".**
   "...o povo subirá comigo as escadas do Catete..." (Getúlio Vargas - campanha eleitoral de 1950)
   Nesses dois trechos de discursos de Getúlio Vargas, observam-se respectivamente duas posições de seu governo:
   a) Nacionalismo e Populismo.
   b) Nacionalismo e desenvolvimentismo.
   c) Industrialismo e nacionalismo.
   d) Intervencionismo e populismo.

4. **A partir da década de 1940, mas principalmente na de 1950, o desenvolvimento industrial do Brasil foi orientado especialmente no sentido de:**
   a) promover a substituição das importações.
   b) criar a indústria de base (siderurgia, energia, refinação de petróleo).
   c) fabricar em série máquinas agrícolas.
   d) criar bens de produção.

5. **Em sua "Carta-testamento", Vargas escreveu:**

"Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo (...)"

Esse trecho evidencia o apoio de Vargas:

a) aos empresários internacionais cujo capital era aplicado em indústrias de base e setores estratégicos para o desenvolvimento nacional.
b) aos grandes proprietários rurais, que desde 1930 se constituíam a base política de seu governo.
c) aos trabalhadores urbanos, organizados em poderosos sindicatos ligados principalmente ao PTB.
d) aos trabalhadores rurais, em decorrência da implantação da reforma agrária.

6. **No governo do Presidente Jânio Quadros, houve mudanças nas diretrizes da política externa, que ficou conhecida como:**
   a) política externa independente, com aproximação cultural dos países africanos de língua portuguesa.
   b) política externa independente, com aproximação econômica dos países-membros da União Europeia.
   c) política externa independente, com aproximação comercial dos países da Europa Oriental e da China Comunista.
   d) política externa dependente, com aproximação dos Estados Unidos em decorrência da Guerra Fria.

7. **Em decorrência da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, os Ministros militares tentaram evitar a posse do Vice-Presidente João Goulart. Para evitar uma guerra civil ou golpe militar, o Congresso Nacional aprovou um Ato Adicional à Constituição de 1946. Sua principal característica:**
   a) instauração do sistema parlamentarista, com o governo exercido pelo chefe de Estado.
   b) instauração do sistema parlamentarista, com o governo exercido pelo primeiro ministro.
   c) substituição do sistema federal pelo parlamentar.
   d) recesso do Congresso Nacional.

8. **O golpe militar que depôs o presidente João Goulart e instaurou o regime militar teve diversos fatores. Qual deles não está correto:**
   a) A tentativa de Jango de fazer aprovar a reforma agrária teve forte resistência entre os latifundiários.
   b) A limitação de envio de lucros para o exterior contrariava os interesses norte-americanos.
   c) O sentimento anticomunista dos altos oficiais das Forças Armadas colocou-os contra o governo.
   d) A Igreja católica se colocou ao lado do governo, pois apoiava a refroma agrária.

9. **O Ato Institucional nº 5, baixado durante o governo Costa e Silva, foi consequência:**
   a) da elevada inflação que se originou no governo Jango Goulart.
   b) da necessidade de reformar a organização político-administrativa do país.
   c) da multiplicação de grupos armados, em especial, as guerrilhas urbanas.
   d) da possibilidade da oposição eleger o presidente da República nas eleições marcadas para 1970.

10. **O Ato Institucional nº 5, assinado pelo marechal Costa e Silva, permitia que se:**
    a) convocasse uma Assembleia Nacional Constituinte.
    b) criasse novos ministérios e empresas estatais.
    c) decretasse o recesso parlamentar e promovesse cassações de mandatos e de direitos políticos.
    d) promovesse a reforma do sistema partidário.

11. **São características do governo do presidente Garrastazu Médici, no setor econômico:**
    a) aumento das restrições à participação do capital estrangeiro na economia nacional e lenta e gradual distensão política, visando à redemocratização do país.
    b) elevação do custo de vida em decorrência da primeira crise do petróleo.
    c) desenvolvimento de pesquisas para a produção de uma bomba atômica.
    d) elevados índices de crescimento econômico, geradores da expressão "milagre econômico brasileiro".

12. **A primeira crise do petróleo forçou o governo brasileiro a tomar medidas para enfrentar o encarecimento desse combustível. Qual foi a medida e o presidente que a adotou?**
    a) Construção de usinas nucleares em Angra dos Reis; João Figueiredo.
    b) Construção da usina hidrelétrica de Itaipu; Costa e Silva.
    c) Construção da usina hidrelétrica de Sobradinho; Garrastazu Médici.
    d) Lançamento do Pro-Álcool; Ernesto Geisel.

13. **Durante o governo Geisel, o governo militar dava os primeiros sinais de esgotamento. O presidente optou, então, por uma abertura "lenta, gradual e segura". Das medidas indicadas abaixo, qual a única que se refere à abertura política?**
    a) Lei Falcão.
    b) Fim do bipartidarismo.
    c) "Pacote de abril".
    d) Ampliação do mandato presidencial.

14. **Desde o final da década de 1970, a economia apresentava elevadas taxas de inflação e queda nos investimentos e no crescimento econômico. O governo federal tinha dificuldades em obter empréstimos internos e externos. Por isso, os anos 80 foram chamados de "década perdida". Que afirmação justifica essa colocação?**
    a) Todos os planos de estabilização financeira apenas eliminaram temporariamente a inflação.
    b) A alta inflação brasileira era causada pela queda na produção agrícola.
    c) A dificuldade de se obter empréstimos externos era compensada por elevados investimentos estrangeiros.
    d) Após o longo período de arrocho salarial, os trabalhadores urbanos recuperaram seu poder de compra, o que gerou forte alta nos preços de produtos de primeira necessidade.

15. **A efetivação do regime democrático no Brasil se completa com:**
    a) a vitória do movimento pela eleição direta para Presidente da República.
    b) eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral.
    c) promulgação da nova Constituição, em 1988.
    d) a efetivação de José Sarney na presidência da República.

16. **Em seu discurso de posse, o novo presidente descreveu a inflação como "o inimigo público número um". O plano obteve imediato apoio da população e, da noite para o dia, o presidente e seu ministro da Fazenda se tornaram heróis nacionais. Transformados em "fiscais", pessoas entravam nos supermercados, verificavam os preços e denunciavam os gerentes quando deduziam que o preço de algum produto havia sido remarcado irregularmente. Identifique o presidente, seu ministro e o plano de contenção inflacionária que foi aplicado.**
    a) José Sarney, Mailson da Nóbrega e Plano Cruzado 2.
    b) José Sarney, Dilson Funaro e Plano Cruzado.
    c) Fernando Collor, Zélia Cardoso de Mello e Plano Verão.
    d) José Sarney, Luís Carlos Bresser Pereira e Plano Real.

17. **Após o Congresso aprovar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), surgiu o movimento dos estudantes "caras pintadas", que lutava por ética e moralidade na vida pública. A que acontecimento está relacionado esse movimento?**
    a) Restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República.
    b) Corrupção no governo Sarney.
    c) Irregularidades no processo de privatização de empresas federais.
    d) *Impeachment* de Collor do cargo de presidente, devido a denúncias de corrupção e extorsão.

18. **Sobre o governo do Presidente Itamar Franco, indique com X as proposições que estão corretas.**
    a) ( ) Seu governo teve o apoio de diversos partidos políticos.
    b) ( ) No plebiscito realizado em 1993, os eleitores aprovaram seu governo.
    c) ( ) Para combater a inflação, herança dos governos anteriores, foi lançado o Plano Real.
    d) ( ) Seu ministro da Fazenda era o sociólogo e senador por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso.
    e) ( ) Devido à persistência do processo inflacionário, Fernando Henrique foi demitido do cargo de ministro.

19. **O sucesso do Plano Real foi fundamental para a vitória de FHC nas eleições presidenciais de 1994. Mas, no final de 1998, o Plano Real**

sofreu uma crise que fez caírem os índices de popularidade do Presidente. Qual foi um dos fatores dessa crise?

a) A saída de capitais estrangeiros, que provocou uma redução nas divisas e a desvalorização cambial.
b) A retomada da inflação, em decorrência do déficit público.
c) Os conflitos entre Brasil e Argentina em relação ao funcionamento do Mercosul.
d) As denúncias de corrupção envolvendo o Congresso Nacional.

20. Para tranquilizar a classe empresarial, durante a campanha eleitoral, Lula proclamou:

a) combater as ações do MST, especialmente as invasões de fazendas.
b) combater a "herança maldita" da era FHC.
c) evitar a queda na Bolsa de Valores de São Paulo.
d) cumprir todos os acordos financeiros com o Fundo Monetário Internacional.

21. A primeira grande crise política do governo Lula decorreu de denúncias de corrupção governamental, conhecida como "mensalão", ou seja, a "compra de apoio de parlamentares". Indique com um X as alternativas que explicam esse comportamento.

a) ( ) Necessidade de o governo ter maioria parlamentar no Congresso Nacional.
b) ( ) Sistema bipartidário.
c) ( ) Numeroso grupo de parlamentares desprovidos de ética política.
d) ( ) Partidos com forte posicionamento político-ideológico.
e) ( ) Tradição adesista dos partidos políticos brasileiros.
f) ( ) Multiplicidade de partidos políticos.
g) ( ) Seriedade no preenchimento dos cargos públicos.
h) ( ) Corrupção nos contratos de obras públicas.

22. Apesar da multiplicidade de escândalos na área política, o prestígio do presidente se manteve alto. Que alternativa abaixo não justifica essa colocação?

a) Ampliação de programas assistenciais, como o "Bolsa Família".
b) Diminuição do desemprego e melhor distribuição da renda.
c) Atuação do Banco Central.
d) Ampla e bem-sucedida reforma agrária.

Descomplicando a História

O Comando Supremo da Revolução, que assumiu o poder no dia 9 de abril de 1964, decretou o Ato Institucional nº 1, que estabelecia:

a) eleições diretas para a escolha de Presidente da República e extinção dos partidos políticos.
b) O bipartidarismo político e a mudança no sistema de aposentadoria.
c) O recesso do Congresso Nacional e eleições diretas só para mandatos parlamentares.
d) autorização ao Executivo para suspender direitos políticos e cassação de mandatos eletivos.

Comentário:

As eleições indiretas para a escolha do presidente e o bipartidarismo foram impostos pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. O mesmo ato determinava eleições diretas para a escolha de prefeitos, exceto os das capitais estaduais. **Alternativa correta**: d.

22 O mundo contemporâneo

O fim do bloco comunista

Após assumir o governo da URSS, Mikhail Gorbatchev acelerou o processo de reformas e distensão. Reuniu-se com o presidente norte-americano George Bush e ambos assinaram uma declaração que pôs fim à guerra fria.

No plano interno, iniciou uma ampla reforma no sistema soviético. Instituiu:

1) a *perestroika* ("reestruturação", em russo), reforma do sistema econômico; foi aplicada a descentralização, com o objetivo de aumentar produtividade e produção para atender as necessidades da população;
2) a *glasnost* ("transparência", em russo), reforma do sistema político; pôs fim ao monopartidarismo; permitiu a criação de novos partidos e abrandou a censura. Presos políticos foram libertados.

Mas as reformas de Gorbatchev não agradaram nem os conservadores comunistas, nem os radicais reformistas. Uma intensa luta política teve início, ao mesmo tempo em que começavam conflitos étnicos, e as repúblicas bálticas (Letônia, Estônia e Lituânia) iniciavam um movimento separatista.

Nos países-satélites da Europa Oriental, as reformas de Gorbatchev também tiveram efeito. Aderiram a elas a Hungria, a Tchecoslováquia, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Romênia.

Em novembro de 1989, o muro de Berlim foi demolido pela população, dando início à reunificação das duas Alemanhas.

Em 1990, o ex-comunista Boris Ieltsin, transformado em ultrarreformista, foi eleito presidente da maior república soviética, a Rússia. Pela primeira vez, em mil anos de história, alguém era eleito pelo voto direto.

Para evitar o esfacelamento do país, começou a ser elaborado o Tratado da União, que garantiria maior autonomia às repúblicas, sem que houvesse a secessão. Mas, em 19 de agosto de 1991, um dia antes da assinatura do Tratado da União, houve um golpe dado pela linha dura do Partido Comunista. Gorbatchev foi preso. Uma enorme reação popular e a firme oposição de Boris Ieltsin contra o golpe fizeram-no fracassar. Dois

dias depois, Gorbatchev era libertado e voltava ao poder. Porém, teve de se submeter ao ultrarreformista Ieltsin.

Em 8 de dezembro, os presidentes da Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia assinavam um documento pelo qual era criada a CEI (Comunidade dos Estados Independentes) em substituição à União Soviética. No final de 1991, desaparecia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.



Grande manifestação em Moscou contra a tentativa de golpe de Estado de 1991

As medidas reformistas de Gorbatchev atingiram os países comunistas do Leste Europeu, há muito desejosos de emancipação da tutela de Moscou e do rígido sistema soviético. Em alguns anos, eles puseram fim ao comunismo, implantaram um sistema semelhante ao dos países da Europa Ocidental: democracia política, pluripartidarismo, economia de mercado (capitalismo), propriedade privada dos meios de produção.

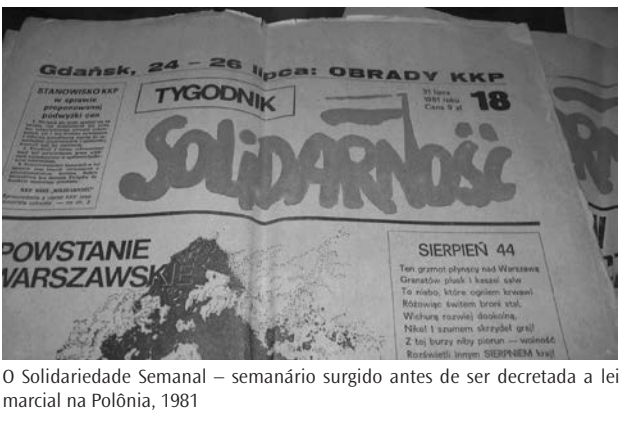
Em 1990, a Bulgária, a Tchecoslováquia, a Polônia e a Alemanha Oriental tiveram as primeiras eleições livres. No ano seguinte, a Alemanha era reunificada, com o lado oriental sendo incorporado pela Alemanha Ocidental. Mas essas rápidas mudanças cobraram seu preço: desemprego, inflação, corrupção e favorecimentos no processo de privatização de empresas estatais, banditismo etc.

Polônia

Foi o país precursor das mudanças que puseram fim ao sistema comunista na Europa Oriental. Em 1980, em decorrência da pressão e da greve dos operários nos estaleiros Lênin, na cidade de Gdansk (a antiga Dantzig, da Alemanha), o governo permitiu a fundação do sindicato Solidariedade, liderado por Lech Walesa e independente do Partido Comunista. Posteriormente, o governo reagiu, declarou o Solidariedade ilegal, prendeu Lech Walesa e outros ativistas. Mas, em 1983, com a escolha de um papa polonês (João Paulo II), o governo optou por liberar o sistema e anistiar os presos políticos.

Em 1989, o Solidariedade foi legalizado e, em dezembro do ano seguinte, Lech Walesa foi eleito presidente da república. Tendo assumido o governo, ele anunciou o fim do comunismo na Polônia.

189



O Solidariedade Semanal – semanário surgido antes de ser decretada a lei marcial na Polônia, 1981

Hungria

O governo da Hungria começou a abrandar o modelo econômico centralizador já na década de 1980. Em 1989, adotou o pluripartidarismo, abandonou seu nome oficial (República Popular da Hungria), dissolveu o Partido Comunista e retirou-se do Pacto de Varsóvia, extinto em 1991.

Tchecoslováquia

Em 1968 aconteceu a Primavera de Praga, uma rebelião cujos líderes pretendiam criar um "socialismo com face humana", sem partido único, sem

censura e sem presos políticos. Mas o movimento foi esmagado por tropas do Pacto de Varsóvia, comandadas pelos soviéticos. Restou a esperança de uma futura mudança. E ela começou em 1989. Ondas de protestos, com a participação de centenas de milhares de pessoas, forçaram o governo a libertar os presos políticos, acabar com o Partido Comunista Tcheco e a convocar eleições livres. Em 1993, o país desmembrou-se em dois países independentes: a República Tcheca (capital: Praga) e a Eslováquia (capital: Bratislava).

Bulgária

Em 1987, pela primeira vez, o governo comunista admitia a participação de candidatos independentes nas eleições, fato que favoreceu a fundação de diversos partidos. No fim do ano, o comunista Todor Jivkov, no poder havia mais de três décadas, acusado de corrupção, foi destituído. Em 1991, a Assembleia aprovou uma nova Constituição, que instituiu a inviolabilidade da propriedade privada e a liberdade de opinião. Como ocorreu em todos os demais países capitalistas do Leste Europeu, a desestatização das empresas foi rápida, mas com fortes indícios de favorecimentos e corrupção.

Romênia

190



Presidente Nicolae Ceausescu, em 1970

Nesse país a transição do modelo comunista para uma democracia do tipo ocidental foi bem mais violenta. Havia mais de quatro décadas que o poder era monopolizado por Nicolae Ceausescu, um típico ditador dos regimes comunistas. Em seu governo, transformou o Estado numa propriedade familiar e criou uma terrível polícia política, a Securitate. Oposicionistas e minorias étnicas eram duramente perseguidos. Não raro, presos políticos eram executados, por "crime contra o Estado". A insatisfação popular era muito grande. A partir de 1987, as forças de segurança já não mais conseguiam conter as revoltas populares. No final de 1989, a Securitate disparou contra uma grande manifestação popular na cidade de Timisoara. Centenas de pessoas foram mortas. Apesar da brutal repressão, a revolta se expandiu pela capital Bucareste e chegou ao palácio presidencial. Na noite de Natal, Ceausescu e sua mulher, Elena, foram presos pelos revoltosos e sumariamente fuzilados.

Assumiu o poder uma Junta Provisória, que convocou eleições para uma Constituinte. Promulgada em 1991, a Constituição instituiu o pluripartidarismo, a economia de mercado e a propriedade privada dos meios de produção. Como aconteceu em geral nos países que passaram do comunismo para o capitalismo, a privatização de empresas do Estado deu origem a uma camada de "novos ricos".

A reunificação da Alemanha

Na Alemanha Oriental, o comunista conservador Erich Honecker, no poder desde 1971, colocou-se contra as reformas que Gorbatchev havia introduzido na União Soviética. Mas a insatisfação popular era muito grande. Em 1989, o governo húngaro, então agindo sob o efeito das reformas liberalizantes, abriu as fronteiras do país com a Áustria. Em alguns dias, milhares de alemães orientais atravessaram a Hungria, cruzaram a Áustria e entraram na Alemanha Ocidental. Manifestações populares em diversas cidades da Alemanha Oriental enfraqueceram Honecker. O Partido Comunista da República Democrática da Alemanha substituiu-o por dirigentes reformistas.

A queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, permitiu o livre trânsito de alemães, de uma Alemanha para outra. No ano seguinte, houve a primeira eleição livre do lado oriental e um partido favorável à unificação venceu. Nesse mesmo ano, o marco, moeda da Alemanha Ocidental, tornou-se a única moeda das duas Alemanhas, e o exército e a polícia secreta da RDA deixaram de existir. Com a absorção da Alemanha Oriental pela Ocidental, houve:



191

O muro de Berlim e o Portão de Brandeburgo ao fundo, em 9 de novembro de 1989. Ele começaria a ser destruído no dia seguinte

1) um enorme sentimento de esperança dos habitantes do lado oriental, porque acreditavam que seu padrão de vida logo seria semelhante aos dos habitantes do lado ocidental. No entanto, isso não aconteceu;
2) milhares de alemães orientais migraram para a parte ocidental, o que provocou desemprego;
3) o governo da Alemanha unificada investiu bilhões de marcos para reconstruir a economia do território oriental;
4) muitas pessoas nos países vizinhos da Alemanha manifestaram preocupação a respeito do seu poder econômico e da grande população.

A desintegração da Iugoslávia

Terminada a ocupação nazista, a Iugoslávia se tornou uma república federativa, sob regime comunista. Porém, foi o único país do Leste Europeu a não se submeter à hegemonia da URSS. Seu chefe, o marechal Josip Broz Tito, havia se distinguido na luta de guerrilha contra as tropas da Alemanha nazista. Somente sua importância e seu carisma haviam permitido que um país com diversas religiões, cultura, costumes e até escritas diferentes permanecesse unido.

A Iugoslávia era formada por seis repúblicas: Croácia, Eslovênia, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Macedônia e Montenegro, além de duas províncias autônomas, Voivodina e Kosovo, administradas pelos sérvios.

Tito governou a Iugoslávia até sua morte (1980). Depois disso e até 1991, o governo foi formado por um colegiado com um representante de cada república e província, conforme sua determinação. Cada ano, a presidência do colegiado era exercida por um representante de uma república.

Mas, a partir de 1991, em decorrência das mudanças que ocorriam nos demais países comunistas da Europa, a Iugoslávia entrou em crise. Croatas se queixavam que os sérvios monopolizavam as mais altas funções governamentais. Iugoslavos muçulmanos (como os bósnios) criticavam o preconceito e a discriminação que sofriam dos sérvios (cristãos ortodoxos) e croatas (católicos romanos).

Eslovenos, croatas e bósnios declararam a sua autonomia, mas os sérvios não a aceitaram. Praticamente todo o país se viu envolvido num longo conflito, em que atrocidades contra civis se multiplicaram.

Em março de 1992, houve um plebiscito na Bósnia-Herzegovina, boicotado pela minoria sérvia, cujo resultado era favorável à autonomia da região. Iniciava-se a guerra civil na Bósnia, da qual a Iugoslávia não participou diretamente, mas auxiliou financeira e militarmente as milícias

sérvias. Essas milícias foram acusadas de colocar em prática uma política de genocídio contra os bósnios muçulmanos. Criaram campos de concentração para os homens e violentaram mulheres.

Findo o conflito entre sérvios e bósnios, outro irrompeu, envolvendo a Sérvia e a província de Kosovo, habitada, majoritariamente, por muçulmanos albaneses. Em 1998, houve violentos confrontos entre tropas sérvias e guerrilheiros muçulmanos. Civis albaneses foram massacrados pelos sérvios.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) decidiu intervir no conflito, inclusive com o apoio da União Europeia. Aviões bombardearam tropas, sistema de transporte e cidades da Sérvia para quebrar sua resistência e fazê-la aceitar a independência das repúblicas rebeldes. Em junho de 1999, o presidente Milosevic capitulou diante da superioridade militar da OTAN e aceitou as condições impostas. Entre elas, a administração de Kosovo pela ONU.

Enquanto durou o conflito, mais de um milhão de albaneses tiveram de deixar Kosovo. Finda a guerra, cerca de 200 mil sérvios optaram por abandonar a antiga província sérvia, por temor de uma represália dos muçulmanos de Kosovo.

Nos meses seguintes, foram descobertas covas com dezenas, até mesmo centenas de corpos. Eram corpos de muçulmanos, vítimas da brutalidade dos sérvios. O presidente Slobodan Milosevic foi preso pelo novo governo sérvio. Em 28 de junho de 2001, em troca de auxílio financeiro para a reconstrução do país, prometido pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, o prisioneiro foi entregue para ser julgado pelo Tribunal Internacional, localizado em Haia, na Holanda. Mas morreu no dia 11 de março de 2006, enquanto aguardava a sentença.

Seguiu-se a declaração unilateral de independência da Macedônia e, anos depois, de Montenegro. Finalmente, a província autônoma de Kosovo se emancipou.

Novas guerras no Oriente Médio

Guerra no golfo Pérsico (1991)

No dia 2 de agosto de 1990, começava a invasão do Kuwait por tropas iraquianas de Saddam Hussein. O ataque foi condenado pelo Conselho de Segurança da ONU, que exigiu a retirada das tropas do Iraque, para que fosse restabelecida a soberania kuwaitiana. Saddam Hussein não aceitou essa ordem, alegando que o Kuwait pertencia ao Iraque e dele fora tirado pelas nações colonialistas. Na verdade, o Ira-

que enfrentava problemas financeiros decorrentes dos gastos na guerra contra o Irã (1980-1988), despesas com a reconstrução do país, com o reaparelhamento de suas forças armadas e obras megalomaníacas do ditador (diversos palácios). Além disso, o grande credor da dívida externa iraquiana era o Kuwait. Conquistado e incorporado o Kuwait, Saddam teria controle sobre muito mais petróleo, podendo inclusive impor preços mais elevados. Finalmente, alegando a necessidade de destruir Israel, o ditador pretendia transformar o Iraque no país líder do mundo árabe.

Comandadas pelos Estados Unidos, em janeiro de 1991, tropas da ONU iniciaram um grande contra-ataque. A URSS, com graves problemas internos, optou por não participar das operações, embora elas tivessem seu apoio político.

A derrota dos iraquianos que ocupavam o Kuwait foi rápida. Restava ao Iraque lançar foguetes contra Israel, que, a pedido dos Estados Unidos, não revidou. No mês seguinte, as tropas de ocupação deixavam o Kuwait, que teve sua soberania restaurada. A guerra terminava sem que houvesse a invasão do Iraque, embora o país sofresse uma série de sanções comerciais e militares.

192



Aviões da USAF voando sobre os poços de petróleo incendiados no Kuwait, 1990

Invasão do Afeganistão (2001)

Em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos foram vítimas de ataques terroristas. Quatro aviões comerciais foram tomados por comandos ligados a uma organização terrorista fundamentalista, a Al Qaeda,

comandada por Osama bin Laden (ironicamente, ele tinha sido treinado pelos norte-americanos para lutar contra os soviéticos e expulsá-los do Afeganistão). Dois aviões foram lançados contra dois edifícios comerciais (o World Trade Center), em Nova York. Foi total a destruição. Outra aeronave atingiu o Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos EUA, em Washington, danificando-o parcialmente. Um quarto avião caiu na zona rural do estado da Pensilvânia, sem ter atingido o alvo. Ao todo, teriam morrido quase quatro mil pessoas.

Alegando que o governo do Afeganistão, dominado pelos talibãs (ultrarradicais muçulmanos), apoiara o ataque, e que o país servia de base para as operações da Al Qaeda, forças norte-americanas e aliadas invadiram e ocuparam esse país. Derrubaram o governo talibã e colocaram no poder um governo pró-ocidente. Prenderam centenas de pessoas suspeitas de atividades terroristas e enviaram-na para a base militar norte-americana de Guantânamo, em Cuba, transformada em prisão de máxima segurança. Nos anos seguintes, a resistência afegã causou diversas baixas nas tropas invasoras.

193



Ataque terrorista ao Pentágono Americano, em 11 de setembro de 2001

194



Ataque terrorista às torres gêmeas, World Trade Center, em 11 de setembro de 2001

Guerra do Iraque

Em 2002, os Estados Unidos e a Inglaterra acusaram Saddam Hussein de possuir armas de destruição em massa (químicas e biológicas). As acusações foram negadas pelo governo iraquiano que, inclusive, permitiu que funcionários da ONU fizessem investigações no país. Nada foi encontrado.

Não satisfeitos, e colocando-se acima da ONU, britânicos e norte-americanos começaram os preparativos para uma nova guerra. No dia 19 de março, aviões bombardearam Bagdá e instalações militares para diminuir a capacidade de resistência do Iraque. Em seguida, as tropas anglo-americanas avançaram, apesar do protesto de diversos países da União Europeia, como a França. Em poucos dias, o Iraque estava derrotado. Triunfante, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, afirmava solenemente que a "paz reinava no Iraque" e o "mundo estaria mais seguro com a queda de Saddam Hussein".

Contudo, o ditador iraquiano, alvo maior da invasão, havia desaparecido, assim como a cúpula do governo iraquiano. Ingleses e norte-americanos, com o auxílio de tropas aliadas (espanholas, japonesas, hondurenhas etc.), ocuparam militarmente o Iraque. Não tardou para que a resistência se manifestasse. Embora sunitas e xiitas fossem (e sejam) inimigos, ambos realizavam ataques, por vezes suicidas, contra as tropas de ocupação e sequestravam estrangeiros. O diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, no Iraque a serviço da ONU, foi uma das muitas vítimas dos ataques iraquianos. Após alguns meses de ocupação, o número de baixas nas tropas de ocupação era maior do que durante a guerra.

Chocado com as mortes de seus soldados, o povo dos Estados Unidos se defrontou com algo chocante: fotos em que apareciam soldados norte-americanos cometendo atos de violência e humilhação sexual contra prisioneiros muçulmanos.

Após dois anos de investigação, inspetores norte-americanos concluíam que não havia armas de destruição em massa no Iraque. Essas armas, que os próprios estadunidenses haviam fornecido a Saddam Hussein quando da guerra entre Iraque e Irã, tinham sido eliminadas há mais de dez anos.

O presidente Bush foi reeleito, mas sua popularidade atingiu taxas muito baixas quando se soube que a CIA (Serviço de Inteligência dos EUA) havia dado informações falsas sobre as armas de destruição em massa.

Nem a prisão, o julgamento, a condenação e a execução de Saddam Hussein evitaram o desgaste político de Bush.

A evolução histórica da China comunista

Na década de 1960, por razões ideológicas, o Partido Comunista Chinês se emancipou da hegemonia do PC da União Soviética e passou a agir com independência. Mais uma vez, o comunismo internacional sofria uma ruptura. As divergências entre os dois países comunistas se tornaram tão profundas que eles praticamente romperam suas relações diplomáticas, em 1963.

Emancipada da tutela do comunismo soviético, a China aproximou-se dos países não alinhados, que formavam o Terceiro Mundo.

Para aprofundar ainda mais a politização comunista do país, o governo maoísta desencadeou, em 1966, a Grande Revolução Cultural. Estudantes radicais ultraesquerdistas, em geral universitários, formaram a Guarda Vermelha. Empunhando o livro de citações de Mao Tsé-tung e lendo passagens em manifestações públicas, começaram uma violenta campanha contra a corrupção e o parasitismo dos funcionários públicos. A agitação decorrente da Revolução Cultural atingiu todo o país e transformou-se numa atitude de aversão a tudo o que se relacionava ao Ocidente. Livros e músicas ocidentais passaram a ser combatidos e proibidos; discos e instrumentos musicais, como violinos e pianos, destruídos. Pessoas suspeitas de comportamentos reacionários e capitalistas eram menosprezadas publicamente. Outras eram levadas para a zona rural para trabalhar na lavoura. Toda essa agitação política, causada por dezenas de milhões de guardas vermelhos, desorganizou a economia e penalizou a população. Temendo o caos, o Partido Comunista e o Exército Vermelho decidiram pôr fim à agitação.

Após o rompimento político com a URSS e a agitação da Guarda Vermelha, uma nova surpresa envolvia a China comunista. Em 1973, o presidente norte-americano Richard Nixon, republicano e conservador, sem nenhuma comunicação prévia à mídia, desembarcava em Pequim para um encontro com Mao Tsé-tung. Estava quebrado o isolamento econômico e político imposto à China Comunista pelos Estados Unidos. Alguns dos fatores desse rompimento seriam as enormes riquezas naturais da China e sua imensa população (cerca de um bilhão de habitantes, então), um formidável mercado consumidor para mercadorias norte-americanas. Em 1976, os dois países estabeleceram relações diplomáticas. Outras nações capitalistas seguiram o exemplo dos Estados Unidos.

Na ONU, essa mudança na posição dos EUA teve consequências. A Assembleia Geral decidiu pela substituição da China nacionalista pela China comunista, que passou a ocupar um lugar no Conselho de Segurança, com direito a veto.

A partir da década de 1970, a aproximação da China com o Ocidente se ampliou. Internamente, passado o radicalismo da Revolução Cultural, o país começava a receber influências ocidentais, mais especificamente, influências capitalistas (livre iniciativa econômica, lucro, consumismo, preocupação com a produtividade etc.).

195



Vista aérea de Hong Kong, na China

Com a morte do líder Mao Tsé-tung, em 1976, o governo e a direção do partido foram assumidos por Deng Xiao-ping, que havia sido uma das muitas vítimas da ação radical da Guarda Vermelha. Deng, um pragmático, implantou uma política reformista. Adotou as Quatro Grandes Modernizações: da indústria, da agricultura, da ciência e tecnologia e das Forças Armadas. Seu governo criou Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Nessas áreas, eram admitidos investimentos estrangeiros. Empresas multinacionais norte-americanas, japonesas e europeias ocidentais foram as que mais se estabeleceram nas ZEEs, aproveitando as facilidades (como mão de obra barata, disciplinada e eficiente). Em outras regiões, restabeleceu-se a propriedade privada no campo. Como resultado, a China entrou numa fase de grande crescimento econômico, quer no setor industrial, quer no setor agropecuário. O secular tormento chinês, a fome, encontrava uma solução: liberdade de produção para o camponês.

A expansão da economia foi tão significativa que originou a expressão "milagre econômico chinês". O país permanece politicamente comunista, mas a economia foi, em sua quase totalidade, privatizada.

Porém, parte da população permanecia insatisfeita com o sistema político dominante: um partido único, o comunista; falta de liberdades; eleições que meramente serviam para ratificar a escolha já feita pelo partido; censura aos meios de comunicação. Cada vez mais se desejava uma abertura política; em especial, os estudantes universitários a queriam.

Em maio de 1989, na Praça da Paz Celestial, em Pequim, ocorreu um episódio que se tornou mundialmente conhecido. Centenas de milhares de estudantes nela se reuniram para exigir democracia política. O governo, após alguns dias de negociações fracassadas com os líderes estudantis, decidiu agir com total força. Dezenas de tanques e milhares de soldados avançaram sobre a praça. O resultado foi a morte de centenas de pessoas (ou milhares, pois nunca se teve uma informação exata).

Em dezembro de 2001, a China aderiu à OMC (Organização Mundial do Comércio). Nos primeiros anos do século XXI, a China continuou mantendo elevadas taxas de crescimento econômico (média de 9% ao ano). Se, por um lado, o mercado mundial sofre uma enorme penetração de produtos chineses, por outro a China se transforma num dos maiores importadores mundiais de *commodities* (matéria-prima) e alimentos. Esse fato tem provocado uma elevação dos seus preços, com reflexos sobre praticamente todos os países.

Teste seu saber

1. **Leia o texto abaixo:**
   "Cidadãos da Rússia, na noite de 18 para 19 de agosto, o presidente do país foi retirado do poder. Estamos lidando com um golpe de direita, reacionário e incontitucional. (...) Os putschistas (golpistas) perderam a vergonha e o caráter. Esse comitê está fora da lei. Greve até a vitória final."
   Quem fez esta proclamação?
   a) O reformista Gorbatchev.
   b) O revisionista Kruschev.
   c) Um comunista conservador, membro do Politburo.
   d) O ultrarreformista Bóris Yeltsin.

2. **A liberalização econômica e política, decorrente das reformas determinadas por Gorbachev, repercutiram nos países comunistas do Leste Europeu. Em alguns anos, esses países adotaram o sistema capitalista: propriedade privada dos meios de produção. Faça a associação.**
   a) Polônia.
   b) Bulgária.
   c) Tchecoslováquia.
   d) Romênia.
   e) Hungria.
   ( ) O processo de mudança do sistema causou centenas de vítimas fatais, inclusive de governantes do regime comunista.
   ( ) A liberalização do sistema levou ao surgimento de dois Estados.
   ( ) Primeiro país europeu a ter um sindicato independente do Partido Comunista.
   ( ) Antes mesmo do desaparecimento da URSS, já adotava medidas econômicas e políticas liberalizantes.
   ( ) Partidos e candidatos independentes participavam das eleições desde 1987.

3. **Um político da Europa Oriental proclamou: "... a periferia no Leste europeu já se separou politicamente da União Soviética, sem qualquer melhoria previsível da situação econômica. A RDA foi liquidada**

e incorporada à RFA. O processo de dissolução progride rapidamente em toda a região..."

Que episódio importante justifica essa proclamação?

a) A perestroika implementada por Gorbatchev na URSS.
b) A criação da CEI.
c) A "Primavera de Praga".
d) A queda do "Muro de Berlim".

4. **Nem todos os cidadãos da ex-URSS se sentiram felizes com a reunificação política. Indique a alternativa que não justifica essa colocação.**
   a) Nos processos de privatização houve enorme corrupção.
   b) O pluripartidarismo dificultava a escolha de candidato para se votar.
   c) O banditismo se expandiu com o fim do Estado totalitário.
   d) As reformas econômicas acarretaram desemprego, algo que não existia no modelo econômico soviético.

5. **Nos países do Leste Europeu, o fim do comunismo trouxe consigo a implantação:**
   a) do sistema multipartidário.
   b) do sistema bipartidário.
   c) do voto direto e secreto.
   d) do voto indireto e aberto.

6. **Que motivo levou ao fim a chamada "Primavera de Praga", uma rebelião para estabelecer um "socialismo com face humana"?**
   a) A permanência da censura aos meios de comunicação.
   b) A intervenção militar soviética.
   c) O apoio dos países capitalistas, membros da OTAN.
   d) A divisão da Tchecoslováquia em dois Estados.

7. **No começo do segundo semestre de 1989, a derrocada da Alemanha Oriental aumentou devido:**
   a) à autorização dada pelo governo para alemães orientais trabalharem na Alemanha Ocidental, embora morassem na República Democrática da Alemanha.
   b) à autorização governamental para alemães orientais imigrarem para a Áustria, um país então comunista.

c) à abertura das fronteiras entre a Hungria e a Áustria.
d) à fuga em massa de alemães orientais por túneis construídos sob o Muro de Berlim.

8. **A desintegração da Iugoslávia teve causas étnicas, culturais e econômicas. Das alternativas abaixo, qual está correta?**
   a) Os sérvios são ortodoxos cristãos.
   b) Os croatas professam o catolicismo romano.
   c) Na Bósnia predominam os muçulmanos.
   d) Os croatas, na antiga Iugoslávia, monopolizavam os principais cargos públicos.

9. **Políticas genocidas, um flagelo da Segunda Guerra Mundial, reapareceram no final do milênio passado. Que região europeia conheceu esse lamentável episódio e quem o praticou?**
   a) Bósnia; os sérvios.
   b) Kosovo; os croatas.
   c) Chechênia; os turcos.
   d) Sérvia; os soldados da OTAN.

10. **Entre os recentes conflitos que ocorreram no Oriente Médio, um chamou a atenção dos analistas da política internacional por envolverem dois países árabes e muçulmanos:**
    a) a invasão do Kuwait pelo Iraque, cujo objetivo era controlar os poços petrolíferos.
    b) a guerra entre Líbia e Egito, pelo domínio do canal de Suez.
    c) a guerra do Líbano entre os curdos e os xiitas, para o controle das águas do rio Jordão.
    d) a guerra entre o Irã e o Iraque, porque o primeiro é predominantemente xiita e o segundo, predominantemente sunita.

11. **Sobre a Guerra do Golfo Pérsico, de 1991, é correto afirmar que:**
    a) ela tem uma relação com a invasão iraquiana do Kuwait.
    b) a ONU recriminou a invasão do Iraque por tropas norte-americanas.
    c) a Rússia participou da invasão militar do Iraque, pois não havia mais a Guerra Fria.
    d) vítima de foguetes iraquianos, o Estado de Israel determinou que sua Força Aérea bombardeasse Bagdá.

12. **Sobre a invasão do Afeganistão por tropas norte-americanas e aliadas, é incorreto afirmar que:**
    a) Segundo o governo do presidente George W. Bush, o país atacado era base de operações do grupo terrorista Al-Qaeda.
    b) Os ataques terroristas aos EUA, em 11 de setembro, foram desfechados por militantes da Al-Qaeda.
    c) O grupo ultrarradical talebã impôs forte resistência à presença de soldados norte-americanos e aliados no Afeganistão.
    d) Os terroristas presos foram levados a Cuba e entregues ao governo desse país.

13. **A Revolução Cultural na China, desencadeada em 1966:**
    a) eliminou a influência política da Guarda Vermelha, formada principalmente por estudantes.
    b) tinha por finalidade combater o analfabetismo.
    c) foi concebida e implantada sob orientação soviética.
    d) foi debelada pelo Exército Vermelho, seguindo determinações do Partido Comunista.

14. **Em 1971, a China Comunista foi aceita como membro não só da ONU, mas também do seu Conselho de Segurança, que tem poder de veto. Assim, se essa nova realidade diplomática trouxe um novo equilíbrio na divisão de forças, ela causou também uma nova dificuldade, devido ao conflito político-ideológico da China com:**
    a) os Estados Unidos.
    b) a Índia.
    c) a URSS.
    d) o Japão.

15. **Findo o radicalismo da Revolução Cultural, ocorrida a morte do líder Mao Tse-tung e a ascensão de líderes pragmáticos, a China adotou a política das "Quatro Grandes Modernizações". São elementos dessa renovação, exceto:**
    a) a criação de Zonas Econômicas Especiais, onde são permitidos investimentos estrangeiros.
    b) criação de cooperativas no setor rural.
    c) o aproveitamento de uma mão de obra barata, eficiente e disciplinada.
    d) enorme crescimento da produção industrial, denominado "milagre econômico chinês".

16. **A "Primavera de Pequim", como é chamada a reunião de centenas de milhares de pessoas na Praça Celestial em Pequim, ocorrida em junho de 1989, pode ser caracterizada como:**
    a) revolta camponesa contra o domínio político do Partido Comunista Chinês.
    b) agitação popular anticapitalista e antiimperialista.
    c) rebelião da Guarda Vermelha para forçar o governo a adotar reformas econômicas
    d) revolta estudantil de caráter democrático.

Descomplicando a História

Mikhail Gorbatchev, na chefia do governo da URSS, iniciou um amplo processo de reformas políticas e econômicas do sistema soviético. Indique a frase incorreta.

a) A perestroika implantou a descentralização administrativa com o objetivo de aumentar a produtividade e a produção econômicas.
b) A glasnost pôs fim ao monopartidarismo do sistema soviético.
c) Em decorrência da glasnost, a censura na URSS foi abrandada.
d) O modelo industrial soviético privilegiava a produção de bens de consumo.

Comentário:

O modelo econômico soviético, implantado por Stalin no Primeiro Plano Quinquenal em 1927, priorizava os investimentos estatais na instalação e desenvolvimento da indústria de base (indústria pesada, maquinaria, equipamentos). Assim, a URSS tornou-se uma potência mundial, embora carecesse de uma produção satisfatória de bens de consumo. **Alternativa correta**: d.

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

Capítulo 1

1. V, F, V, V **2.** c **3.** d **4.** d **5.** b **6.** a **7.** c
8. a) século IV a.C. b) século I a.C. c) século VIII d) século XIX e) século XXI **9.** a

Capítulo 2

1. d **2.** d **3.** d **4.** a **5.** c **6.** b, d **7.** c
8. c **9.** d **10.** d

Capítulo 3

1. c **2.** d **3.** c **4.** d **5.** a **6.** c **7.** a
8. b **9.** a **10.** d **11.** d

Capítulo 4

1. d **2.** d **3.** b **4.** b **5.** a **6.** d **7.** b
8. c **9.** d **10.** c **11.** d **12.** c **13.** b **14.** b, a, c
15. b

Capítulo 5

1. c **2.** d **3.** a **4.** d **5.** d **6.** b **7.** d
8. d **9.** c **10.** a **11.** c **12.** V, V, F, V, F, F, V, F
13. (a-5), (b-3), (c-2), (d-4), (e-1) **14.** b **15.** d **16.** a **17.** c
18. b

Capítulo 6

1. b **2.** a, b, e **3.** c **4.** C, E, C, E **5.** d **6.** c **7.** b
8. b **9.** d **10.** a **11.** b

Capítulo 7

1. d **2.** a **3.** b **4.** a **5.** d **6.** c **7.** d
8. b **9.** a **10.** b **11.** d

Capítulo 8

1. C, C, E, C **2.** d **3.** b **4.** c **5.** d **6.** d **7.** c
8. a **9.** d

Capítulo 9

1. b, c, a, d **2.** c **3.** C, C, E, C, C, E, E **4.** b **5.** a **6.** d
7. c **8.** c **9.** b **10.** a **11.** d **12.** a

Capítulo 10

1. a, b, d **2.** b **3.** a **4.** a **5.** a **6.** b **7.** a, c, d, b
8. a **9.** b **10.** b **11.** c **12.** c **13.** d **14.** b

Capítulo 11

1. c **2.** b **3.** d **4.** b **5.** a **6.** II, III, I **7.** b
8. c **9.** a **10.** b **11.** a **12.** b **13.** b **14.** c

Capítulo 12

1. d **2.** a **3.** c **4.** b **5.** I, II, III, VI **6.** b **7.** a
8. d, c, e, b, a **9.** c **10.** c **11.** E, C, C, E **12.** c
13. c **14.** a **15.** c **16.** d **17.** e, b, c, d, a

Capítulo 13

1. a **2.** d **3.** b **4.** a **5.** c **6.** b **7.** a
8. b **9.** d **10.** b **11.** c **12.** a **13.** d **14.** d
15. c **16.** d **17.** b **18.** c **19.** c

Capítulo 14

1. V, V, V, F, F, V **2.** d **3.** a **4.** c **5.** b, c, e, d, f, a
6. b **7.** c **8.** 4, 1, 2, 3 **9.** a **10.** b **11.** d **12.** c
13. a, c, e **14.** b **15.** a **16.** c **17.** a **18.** c
19. E, C, C, C, C **20.** E, C, C, E, C **21.** c

Capítulo 15

1. d **2.** d **3.** c **4.** c **5.** a **6.** a **7.** d
8. c **9.** d **10.** b **11.** c **12.** c **13.** C, E, E, C, E, C
14. d, e, a, b, c **15.** b **16.** a

Capítulo 16

1. c **2.** d **3.** a **4.** a **5.** b **6.** c **7.** d
8. b **9.** b **10.** a **11.** d **12.** d **13.** b **14.** a
15. a **16.** d **17.** c **18.** b **19.** c **20.** d **21.** b
22. d **23.** d, b, a, f, c, e

Capítulo 17

1. d **2.** b **3.** a **4.** c **5.** a **6.** d **7.** b
8. a **9.** c **10.** a **11.** d **12.** a **13.** d **14.** a
15. d **16.** d **17.** c **18.** d **19.** d **20.** a **21.** c, a, b
22. a **22.** c **24.** d

Capítulo 18

1. d **2.** b **3.** c **4.** a **5.** c, b, a **6.** d **7.** c, b, a
8. a **9.** b **10.** c **11.** d, a, c, b **12.** d **13.** C, E, C, E
14. d **15.** b **16.** d, e, a, c, b **17.** c **18.** d **19.** b, a, d, c
20. b **21.** a **22.** c **23.** b, c, d, f **24.** b, d, e **25.** c, e, b, d, a
26. d **27.** g, e, b, f, a, c, d **28.** d **29.** c **30.** a
31. C, E, E, C, E, E **32.** c **33.** b

Capítulo 19

1. b **2.** a, e, f **3.** d **4.** c **5.** d **6.** b **7.** a
8. a **9.** d **10.** e, d, b, a, f, c **11.** 2, 1, 4, 5, 3, 6 **12.** b
13. d **14.** a **15.** c **16.** a **17.** b **18.** d **19.** c
20. e, b, a, c, d, f **21.** c

Capítulo 20

1. 3, 2, 1, 4, 5 **2.** d **3.** d **4.** c **5.** a **6.** d
7. c **8.** b **9.** c **10.** V, F, V, V, V, F **11.** c **12.** c
13. b **14.** c **15.** d **16.** c **17.** d **18.** c
19. c, d, a, b, f, e **20.** c **21.** b **22.** a **23.** b, c
24. d, c, a, e, b **25.** d **26.** d **27.** c **28.** b **29.** d
30. a

Capítulo 21

1. b **2.** d **3.** a **4.** b **5.** c **6.** c **7.** c
8. d **9.** c **10.** c **11.** d **12.** d **13.** b **14.** a
15. c **16.** b **17.** d **18.** a, c, d **19.** a **20.** d
21. a, c, e, f, h **22.** a

Capítulo 22

1. d **2.** d, c, a, e, b **3.** d **4.** b **5.** d **6.** b
7. c **8.** d **9.** a **10.** a **11.** a **12.** d **13.** d
14. c **15.** b **16.** d

CRÉDITOS

Fig. 1 Lukaaz/Creative Commons
Fig. 2 Thiago Guimarães/Secom
Fig. 3 José Manuel Benito Álvarez/Creative Commons
Fig. 4 Gary/PhotoXpress
Fig. 5 Bryan Busovicki/Dreamstime
Fig. 6 Corel Professional Photos
Fig. 7 Raymond Ostertag/Creative Commons
Fig. 8 Serra da Capivara/Creative Commons
Fig. 9 André Koehne/Creative Commons
Fig. 10 Didier Defrel/PhotoXpress
Fig. 11 The British Museum Press, Londres
Fig. 12 Matthias Nordmeyer/Dreamstime
Fig. 13 Andre Klaassen/Dreamstime
Fig. 14 Adelson Malaquias
Fig. 15 Coleção Particular
Fig. 16 Väsk/Creative Commons
Fig. 17 Museu Nacional de Beirute
Fig. 18 GerardM/GFDL
Fig. 19 Adelson Malaquias
Fig. 20 LennieZ/Creative Commons
Fig. 21 Banco de Imagens Rideel
Fig. 22 Museo Pio-Clementino, Sala Rotunda
Fig. 23 Museu do Louvre, Paris, França
Fig. 24 Adelson Malaquias
Fig. 25 Tkachuk/Shutterstock
Fig. 26 Museu do Louvre, Paris, França
Fig. 27 Museu Glyptothek, Munique, Alemanha
Fig. 28 Museu do Louvre, Paris, França
Fig. 29 Maps World
Fig. 30 Biblioteca Nacional de Paris, França
Fig. 31 World Trade Press
Fig. 32 Sufi/Shutterstock
Fig. 33 Nw7.eu/PhotoXpress
Fig. 34 Biblioteca Nacional de Paris, França
Fig. 35 Sémhur/Creative Commons
Fig. 36 Museu Condé, Chantilly, França
Fig. 37 Museu Britânico de Londres
Fig. 38 Museo Provincial de Bellas Artes, Sevilla
Fig. 39 Biblioteca do Congresso Americano
Fig. 40 Pierdelune/Dreamstime
Fig. 41 Bender235/Creative Commons
Fig. 42 Museu do Louvre, Paris, França
Fig. 43 Museu do Louvre, Paris, França
Fig. 44 Museu Paulista da USP, Ipiranga, São Paulo
Fig. 45 Galleria dell 'Accademia, Florença, Itália
Fig. 46 Johnson Hor/PhotoXpress
Fig. 47 Kharbine Collection Tapabor, Paris, França
Fig. 48 Stanislav Traykov/Creative Commons
Fig. 49 Capela Sistina, Vaticano, Itália
Fig. 50 Coleção Particular
Fig. 51 Galleria Degli Uffizi, Florença, Itália
Fig. 52 Museu Histórico Alemão, Berlim, Alemanha
Fig. 53 Mircea Raro Tetcu/Creative Commons
Fig. 54 Santa Maria in Trastevere, Roma, Itália
Fig. 55 Museu da Real Academia de Belas Artes de San Fernando, Madri, Espanha
Fig. 56 Museu de Arqueologia e História, Lausana, Suíça
Fig. 57 Musée National du Château de Versailles, França
Fig. 58 Castle Howard, Yorkshire
Fig. 59 Wallace Collection, Londres, Reino Unido
Fig. 60 Karrackoo/Creative Commons
Fig. 61 Biblioteca do Congresso Americano
Fig. 62 Museu Paulista da USP, Ipiranga, São Paulo
Fig. 63 Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal
Fig. 64 Pinacoteca Municipal de São Paulo
Fig. 65 Museu Boijmans Van Beuningen, Roterdã
Fig. 66 Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
Fig. 67 Museu de Arte de São Paulo, Brasil
Fig. 68 Biblioteca Nacional de Paris, França
Fig. 69 Museu do Prado, Madrid, Espanha
Fig. 70 O Hermitage, St. Petersburg
Fig. 71 Staatliche Museen, Berlim, Alemanha
Fig. 72 Nicolás Pérez/Creative Commons
Fig. 73 Coleção Particular
Fig. 74 Yale University Art Gallery, New Haven, EUA
Fig. 75 Biblioteca da Universidade de Tulane
Fig. 76 Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Fig. 77 Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Fig. 78 Musée National du Château de Versailles, França
Fig. 79 Biblioteca Nacional de Paris, França
Fig. 80 Musée National du Château de Versailles, França
Fig. 81 Musée National du Château de Versailles, França
Fig. 82 Biblioteca Nacional de Paris, França
Fig. 83 Musée National du Château de Versailles, França
Fig. 84 Museu do Louvre, Paris, França
Fig. 85 Leipzig Museum of Fine Arts
Fig. 86 Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Paris, França
Fig. 87 Hotel de Beauharnais, Paris, França
Fig. 88 Mats Halldin/Creative Commons
Fig. 89 Museu Napoleônico, Roma, Itália
Fig. 90 Biblioteca do Congresso Americano
Fig. 91 Galeria Nacional, SMPK, Berlin, Alemanha
Fig. 92 Biblioteca do Congresso Americano
Fig. 93 Museus Castro Maya, RJ
Fig. 94 Biblioteca Nacional de Portugal
Fig. 95 Museu Imperial de Petrópolis, RJ
Fig. 96 Museu Paulista da USP, Ipiranga, São Paulo
Fig. 97 Roberto Viana/AGECOM
Fig. 98 Museu Imperial de Petrópolis, RJ
Fig. 99 Biblioteca Nacional, RJ
Fig. 100 Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, Brasil
Fig. 101 Museu Histórico Nacional, RJ
Fig. 102 Coleção Particular
Fig. 103 Museus Castro Maya, RJ
Fig. 104 Sahara6126/Creative Commons

Fig. 105 Pontanegra/Creative Commons
Fig. 106 TT1/Creative Commons
Fig. 107 Pinacoteca Municipal de São Paulo
Fig. 108 APM – Arquivo Público Mineiro
Fig. 109 Museu da República, Rio de Janeiro
Fig. 110 Dantadd/Creative Commons
Fig. 111 DeA Picture Library
Fig. 112 Captain Frank Hurley/Creative Commons
Fig. 113 Imperial War Museum
Fig. 114 Arquivo Federal da Alemanha
Fig. 115 L. Léonidov/Creative Commons
Fig. 116 Coleção Particular/Coleção Stapleton
Fig. 117 Biblioteca do Congresso Americano
Fig. 118 Ustas/Creative Commons
Fig. 119 Coleção Particular/Hulton Archive
Fig. 120 Celtic Nation/Creative Commons
Fig. 121 Arquivo Federal da Alemanha
Fig. 122 Arquivo Federal da Alemanha
Fig. 123 Benutzer, Kookaburra/Creative Commons
Fig. 124 RsVe/Creative Commons
Fig. 125 Alexander Buschorn/Creative Commons
Fig. 126 Arquivo Federal da Alemanha
Fig. 127 Arquivo Federal da Alemanha
Fig. 128 Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia, Madri, Espanha
Fig. 129 Coleção Particular/Peter Newark American Pictures
Fig. 130 Biblioteca Franklin D. Roosevelt, Estados Unidos
Fig. 131 Biblioteca do Congresso Americano
Fig. 132 Rsabbatini/Creative Commons
Fig. 133 Arquivo Nacional do Brasil
Fig. 134 Coleção de Joaquim Vidal
Fig. 135 André Costa/Flickr
Fig. 136 The ed17/Creative Commons
Fig. 137 Carlos Eduardo/Creative Commons
Fig. 138 AltCtrlDel/Creative Commons
Fig. 139 Pinacoteca Municipal de São Paulo
Fig. 140 Prefeitura de São Paulo, Brasil
Fig. 141 Arquivo Público do Estado de São Paulo
Fig. 142 APM – Arquivo Público Mineiro
Fig. 143 André Koehne/Creative Commons
Fig. 144 Dantadd/Creative Commons
Fig. 145 Diego Campos/Creative Commons
Fig. 146 Arquivo Publico do Estado do RJ
Fig. 147 Palácio do Governo/ABr
Fig. 148 Stefan.p21/Creative Commons
Fig. 149 National Archives and Records Administration
Fig. 150 National Archives and Records Administration
Fig. 151 Tulio Bertorini/Creative Commons
Fig. 152 National Archives and Records Administration
Fig. 153 National Archives and Records Administration
Fig. 154 Museu da Grande Guerra Patriótica, em Moscou
Fig. 155 Arquivo Federal da Alemanha
Fig. 156 National Archives and Records Administration
Fig. 157 National Archives and Records Administration
Fig. 158 Museu da FEB
Fig. 159 Força Aérea Americana
Fig. 160 Centro de Fotografia Histórica Naval dos Estados Unidos
Fig. 161 Centro de Fotografia Histórica Naval dos Estados Unidos
Fig. 162 Maps World
Fig. 163 Biblioteca do Congresso Americano
Fig. 164 SimonP/Creative Commons
Fig. 165 Nasa
Fig. 166 Museu da Força Aérea Americana
Fig. 167 Richard Fisher/Creative Commons
Fig. 168 Geni/Creative Commons
Fig. 169 Fórum Econômico Mundial
Fig. 170 Actarux/Creative Commons
Fig. 171 National Archives and records Administration
Fig. 172 Magnus Manske/Creative Commons
Fig. 173 Biblioteca da Casa Branca, EUA
Fig. 174 Arquivo Público do Distrito Federal, Brasil
Fig. 175 Acervo UH/Folha Imagem
Fig. 176 C. Bosco/Acervo UH/Folha Imagem
Fig. 177 Palácio do Governo/ABr
Fig. 178 Antônio Cruz/ABr
Fig. 179 Arthur Boppré/Creative Commons
Fig. 180 Delfim Martins/Keydisc
Fig. 181 Memorial Aeroespacial Brasileiro de São José dos Campos
Fig. 182 Herr Stahlhoefer/Creative Commons
Fig. 183 Arquivo ABr
Fig. 184 Roosewelt Pinheiro/ABr
Fig. 185 Wilson Dias/ABr
Fig. 186 Peter Louiz/Creative Commons
Fig. 187 José Cruz/ABr
Fig. 188 ST/Creative Commons
Fig. 189 Julo/Creative Commons
Fig. 190 Governo Yuguslavo
Fig. 191 Sue Ream/Creative Commons
Fig. 192 Força Aérea Americana
Fig. 193 Tech. Sgt. Cedric H. Rudisill/Creative Commons
Fig. 194 Ken Tannenbaum/Dreamstime
Fig. 195 Schick/Morguefile